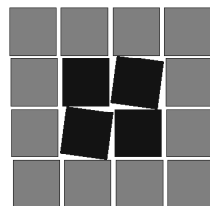


ISSN.BL 0041- 8862 Fortaleza, v. 44, jan./jun., 2013  
ISSN, v. eletrônica: 2318-4620 Fortaleza, v. 44, jan./jun., 2013

# REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Universidade Federal do Ceará - UFC



Departamento de Ciências Sociais

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

## *Políticas de Gênero e Sexualidade*

Volume 44 - Número 1 - 2013

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

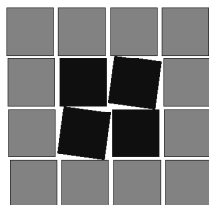
APOIO:



Banco do  
Nordeste

ISSN.BL 0041-8862 Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 07-299, jan./jun., 2013  
ISSN, v. eletrônica 2318-4620 Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 07-299, jan./jun., 2013

# REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



**Departamento de Ciências Sociais**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

## *Políticas de Gênero e Sexualidade*

APOIO



Universidade Federal do Ceará - 2013

## **Revista de Ciências Sociais**

Volume 44 – número 1 - 2013

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

ISSN.BL 0041-8862

ISSN, v. eletrônica 2318-4620

### **Comissão Editorial**

Eduardo Diatary Bezerra de Menezes, Antônio Cristian Saraiva Paiva, Isabelle Braz Peixoto da Silva, Irllys Alencar Firmo Barreira e Jakson Alves Aquino.

### **Conselho Editorial**

Bela Feldman-Bianco (UNICAMP), Boaventura de Sousa Santos (Universidade de Coimbra), Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS), César Barreira (UFC), Fernanda Sobral (UnB), François Laplantine (Universidade de Lyon 2), Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UFBA), Jawdat Abu-El-Haj (UFC), João Pacheco de Oliveira (UFRJ), José Machado Pais (ICS, Universidade de Lisboa), Linda Maria

de Pontes Gondim (UFC), Lucio Oliver Costilla (UNAM), Luiz Felipe Baeta Neves (UERJ), Manfredo Oliveira (UFC), Maria Helena Vilas Boas Concone (PUC-SP), Moacir Palmeira (UFRJ), Ruben George Oliven (UFRGS), Ralph Della Cava (ILAS), Ronald H. Chilcote (Universidade da Califórnia), Véronique Nahoum-Grappe (CNRS).

### **Edição**

Projeto gráfico: Fernanda do Val

Editoração eletrônica: Alex Sandro

Organização: Antonio Cristian Saraiva Paiva

Revisão: Sulamita Vieira

### **Endereço para correspondência**

Revista de Ciências Sociais

Departamento de Ciências Sociais

Centro de Humanidades – Universidade Federal do Ceará

Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica)

60.020-181 Fortaleza, Ceará / BRASIL

Tel./Fax: (85) 33-66-75-46 / 33-66-74-21 / 33-66-74-16

E-mail: rcs@ufc.br

### **Publicação semestral**

Solicita-se permuta / Exchange desired

## **Ficha Catalográfica**

---

Revista de Ciências Sociais – periódico do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC

n. 1 (1970) – Fortaleza, UFC, 2013

Semestral

ISSN.BL. 0041- 8862

ISSN. v. eletrônica: 2318-4620

1. gênero 2. políticas públicas; 3. sexualidade; 4. homossexualidade; 5. identidades.

I- Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades.

## SUMÁRIO

### Dossiê: Políticas de gênero e sexualidade

- 7 **POLÍTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: PENSANDO ESTILOS DE VIDA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE LGBTs (Apresentação)**  
Cristian Paiva e Luiz Mello
- 10 **“...DEPOIS, QUERIDA, GANHAREMOS O MUNDO”: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TRAVESTIS ADOLESCENTES, MENINOS FEMININOS E OUTRAS VARIAÇÕES**  
Larissa Pelúcio e Tiago Duque
- 44 **DO UNIVERSO PERFEITO AO CINEMÃO: HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA, DESLOCAMENTO E DESEJO NA CIDADE DE SÃO PAULO**  
Isadora Lins França
- 74 **PROTAGONISMO ERÓTICO, CLASSIFICAÇÕES E FORMAS DE SOCIABILIDADE DE GAYS IDOSOS**  
Cristian Paiva
- 109 **PARENTALIDADES GAYS Y LESBIANAS: EL SURGIMIENTO DE LA TEMÁTICA EN LA ARGENTINA**  
Micaela Libson
- 132 **POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA A POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL: SOBRE DESEJOS, REALIZAÇÕES E IMPASSES**  
Luiz Mello, Bruna Andrade Irineu, Cecília Nunes Froemming e Vinícios Kabral Ribeiro
- 161 **POLÍTICAS SEXUAIS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO BRASIL: SITUANDO ESTUDOS SOBRE SEXUALIDADE E SUAS CONEXÕES**  
Regina Facchini, Marcelo Daniliauskas e Ana Cláudia Pilon
- Artigos**
- 194 **RACIONALISMO e EMPIRISMO na SOCIOLOGIA**  
André Haguette
- 219 **ABUSO SEXUAL INCESTUOSO: DESVIO, CRIME E RESILIÊNCIA**  
Irlena Maria Malheiros da Costa, João Tadeu de Andrade e Regianne Leila Rolim Medeiros

- 252 **GLOBALIZAÇÃO, RESPONSABILIDADE E A DOR DO OUTRO DISTANTE: NOTAS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA**  
Gabriel Peters

**Resenhas**

- 289 **GESTÃO EMPRESARIAL: UMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA**, de Jean-François Chanlat  
Adauto de Vasconcelos Montenegro e Raquel Libório Feitosa
- 295 **SEXUALIDADES E AFECTOS JUVENIS**, de José Machado Pais e **JOVENS NA POLÍTICA, ANIMAÇÃO E AGENCIAMENTO DO VOTO EM CAMPANHAS ELEITORIAIS**, de Danyelle Nilin Gonçalves  
Irllys Barreira

## CONTENTS

### **Dossier: Policies of gender and sexuality**

- 7 **POLICIES OF GENDER AND SEXUALITY: THINKING ABOUT LIFESTYLES, CITIZENSHIP AND HUMAN RIGHTS OF LGBTs**  
Cristian Paiva e Luiz Mello
- 10 **“THEN, DARLING, WE WILL WIN THE WORLD”: REFLECTIONS ON GENDER, SEXUALITY AND PUBLIC POLICY FOR TEENAGE TRAVESTIES, FEMININE BOYS AND OTHER VARIATIONS**  
Larissa Pelúcio e Tiago Duque
- 44 **FROM PERFECT UNIVERSE TO CINEMÃO: MALE HOMOSEXUALITY, DISPLACEMENT AND DESIRE IN THE CITY OF SÃO PAULO**  
Isadora Lins França
- 74 **EROTIC PROTAGONISM, CLASSIFICATIONS AND FORMS OF SOCIABILITY OF ELDERLY GAYS**  
Cristian Paiva
- 109 **GAYS AND LESBIANS PARENTHOOD: THE EMERGENCE OF THE ISSUE IN ARGENTINE**  
Micaela Libson
- 132 **PUBLIC POLICIES ON LABOR, WELFARE AND SOCIAL SECURITY FOR LGBT PEOPLE IN BRAZIL: WISHES, ACHIEVEMENTS AND IMPASSES**  
Luiz Mello, Bruna Andrade Irineu, Cecília Nunes Froemming e Vinícios Kabral Ribeiro
- 161 **SEXUAL POLITICS AND PRODUCTION OF KNOWLEDGE ON GENDER AND (HOMO)SEXUALITIES IN BRAZIL**  
Regina Facchini, Marcelo Daniliauskas e Ana Cláudia Pilon

### **Articles**

- 194 **RATIONALISM AND EMPIRICISM IN SOCIOLOGY**  
André Haguette
- 219 **INCESTUOUS SEXUAL ABUSE: DEVIATION, CRIME AND RESILIENCE**  
Irlena Maria Malheiros da Costa, João Tadeu de Andrade e Regianne Leila Rolim Medeiros

**252 GLOBALIZATION, RESPONSIBILITY AND THE PAIN OF THE DISTANT OTHER: NOTES FOR A RESEARCH AGENDA**

Gabriel Peters

**Reviews**

**289 ENTREPRENEURIAL MANAGEMENT: AN ANTHROPOLOGICAL PERSPECTIVE**, by Jean-François Chanlat

Adauto de Vasconcelos Montenegro e Raquel Libório Feitosa

**295 JUVENILE SEXUALITIES AND AFFECTIONS**, by José Machado Pais and **YOUNG PEOPLE IN POLITICS, ENTHUSIASM AND VOTE NEGOTIATION IN ELECTORAL CAMPAIGNS**, by Danyelle Nilin Gonçalves

Irllys Barreira

# POLÍTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: PENSANDO A CIDADANIA E OS DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

**Crístian Paiva\* e Luiz Mello\*\***

Este dossiê reúne seis artigos que tratam de dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas dos debates públicos em torno das homossexualidades, travestilidades e transexualidades. As reflexões aqui apresentadas foram produzidas num cenário - brasileiro e mundial - de reconhecimento legal crescente de direitos civis de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), simultaneamente ao recrudescimento de discursos machistas e homofóbicos, em grande medida fundados em doutrinas religiosas cristãs, que pretendem impor ao conjunto da sociedade valores e crenças que exaltam a suposta naturalidade e sacralidade da heterossexualidade.

Uma preocupação comum ao conjunto dos textos é situar os debates acerca da cidadania, dos direitos humanos e dos estilos de vida de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no contexto mais amplo das transformações sociais e políticas que têm caracterizado o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos no Brasil e no mundo, com ênfase no lugar central ocupado pelo Estado na definição de políticas públicas que favoreçam a construção de um ideário de respeito à diversidade sexual e de gênero. Nesse sentido, as diferentes estratégias adotadas por indivíduos e grupos de militância mostram-se fundamentais com vistas à garantia de direitos básicos para pessoas cujas vidas não se enquadram nos limites da norma heterossexual e

---

\* Professor Adjunto IV do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Ceará. Coordenador do Núcleo de Pesquisas sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade (NUSS). cristianspaiva@gmail.com

\*\*Professor Associado II, área Sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais, e pesquisador do Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade - Universidade Federal de Goiás (UFG). luizman@gmail.com



dos estereótipos de gênero, como o acesso ao trabalho, à educação, à saúde e à segurança, mas também em face da necessidade de reconhecimento de distintas formas de configuração familiar e estilos de vida, como se pode observar a partir da breve caracterização dos artigos apresentada a seguir.

Larissa Pelúcio e Tiago Duque, em “...Depois, querida, ganharemos o mundo”: reflexões sobre gênero, sexualidade e políticas públicas para travestis adolescentes, meninos femininos e outras variações”, refletem sobre as condições de vida de adolescentes e jovens travestis, *drag queens* e gays, freqüentadoras de uma área de lazer e/ou integrantes de um grupo de ativismo LGBT na cidade de Campinas-SP – área e grupo compreendidos como espaços de sociabilidade e aprendizado. A partir de um olhar etnográfico, os autores destacam como essas adolescentes e jovens estariam construindo outras experiências de vida no feminino, burlando convenções de gênero e sexo e colocando em xeque os rígidos limites das identidades sexuais e de gênero disponíveis, mesmo no âmbito da plurívoca “comunidade LGBT”.

Já no artigo “Do universo perfeito ao cinemão: homossexualidade masculina, deslocamento e desejo na cidade de São Paulo”, Isadora Lins França reflete sobre o universo do mercado de lazer noturno e de sexo, frequentado por homens que se relacionam afetivo-sexualmente com outros homens, numa perspectiva analítica interseccional, que prioriza marcadores sociais como raça/cor e classe social. A partir de um olhar etnográfico sobre categorias, hierarquias e distinções prevaletentes nas dinâmicas sociais próprias a uma das principais boates gays do país e a outros espaços populares de homosociabilidade, como *cinemões*, a autora ressalta processos e mecanismos de prestígio e afinidades que estruturam a dinâmica do desejo sexual entre homens, mediada por lógicas normativas e de transgressão.

O artigo de Cristian Paiva, “Protagonismo erótico, classificações e formas de sociabilidade de gays idosos”, pontua questões importantes relativas ao processo de envelhecimento homossexual masculino. Através da descrição de incursões etnográficas realizadas em um karaokê realizado numa sauna gay em Fortaleza e em salas de bate-papo num conhecido portal de *internet*, o autor debruça-se sobre classificações, fantasias e interações lúdicas e eróticas intergeracionais. Os contextos investigados trazem à cena “coroas”, “tios”, “maduros”, “50tões”, buscando e sendo buscados, majoritariamente, por “garotões”, “filhos”, “lekes” e “filés”. A noção de “protagonismo erótico”, utilizada pelo autor, permite acessar o poder de agência e negociação

mobilizado pelos sujeitos para construir uma imagem positiva do gay idoso, contra os estigmas que rondam a homossexualidade e a velhice.

Micaela Libson, por sua vez, em “Parentalidades gays y lesbianas: el surgimiento de la temática en la Argentina”, caracteriza o processo de politização dos debates acerca da parentalidade de gays e lésbicas na Argentina, com destaque para seu desenvolvimento recente a partir da atuação do movimento LGTTBI (lésbico, gay, travesti, transexual, bissexual e intersex), bem como a emergência do debate acadêmico sobre o tema em distintos campos disciplinares, especialmente o Psi, em intrínseca relação com o ativismo. A autora procura mostrar como tal processo fez da Argentina o primeiro país latinoamericano a assegurar plenos direitos conjugais e parentais a casais de pessoas do mesmo sexo, a despeito da resistência religiosa de grupos conservadores.

No artigo “Políticas públicas de trabalho, assistência social e previdência social para a população LGBT no Brasil: sobre desejos, realizações e impasses”, Luiz Mello, Bruna Andrade Irineu, Cecilia Nunes Froemming e Vinícios Kabral Ribeiro apresentam parte dos resultados da pesquisa “Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar”, com dois focos principais: análise de documentos e programas governamentais relativos à promoção da cidadania LGBT e ao combate à homofobia, nas áreas de trabalho, assistência e previdência social, e compreensão crítica das leituras que gestores governamentais e ativistas LGBT fazem dessas ações, em âmbitos municipal, estadual e federal, com ênfase particular nas complexas relações entre políticas universais e políticas setorizadas.

Por fim, Regina Facchini, Marcelo Daniliauskas e Ana Cláudia Pilon, no artigo “Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões”, apresentam um mapeamento nacional dos estudos relacionados à sexualidade – e suas conexões com os estudos sobre mulheres, gênero e feminismo -, incluindo um levantamento de quase mil grupos de pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP/CNPq). É objetivo dos autores analisar os impactos e singularidades da evidente expansão dos estudos sobre sexualidade no Brasil e suas relações com os processos sociais e políticos em âmbitos nacional e internacional, que cada vez mais têm apontado a centralidade dos debates acerca de direitos sexuais e reprodutivos na esfera pública.

“...DEPOIS, QUERIDA, GANHAREMOS O MUNDO”: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TRAVESTIS ADOLESCENTES, MENINOS FEMININOS E OUTRAS VARIAÇÕES

Larissa Pelúcio\*

Tiago Duque\*\*

**“Montagens” e “desmontagens”**

Silvana Sangalo está de pé em frente a um telefone público (“orelhão”) na esquina da “Praça do Sucão”<sup>1</sup> em Campinas, interior paulista, esperando que seu pai retorne o seu telefonema, depois que ela deu um breve toque no celular dele para que o número do orelhão ficasse registrado. Imediatamente escuta a chamada. Ela atende com sua voz de Vicente. “Oi, pai. Você pode vir me buscar? Tô aqui no Sucão [curto silêncio, o pai fala do outro lado da linha], não dá pra ir de ônibus, pai, tô montada!”<sup>2</sup>.

Silvana/Vicente foi uma das boas surpresas de nosso campo etnográfico realizado, em grande parte, na Praça Bento Quirino, o marco zero da cidade de Campinas e que, na época (2010/2011), havia se tornado um local de lazer de jovens que não se identificavam com a heterossexualidade. Muitos/as deles/as vinham de bairros periféricos para, na Praça do Sucão, encontrar pessoas, namorar, se montar, beber e, eventualmente, participar de atos políticos que também costumavam ter lugar ali.

\* Doutora em Ciências Sociais. Professora de Antropologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Bauru-SP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: larissapelucio@yahoo.com.br.

\*\* Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC/ Campinas). Integra o Identidade – Grupo de Luta pela Diversidade Sexual. E-mail: duque\_hua@yahoo.com.br

Quando iniciamos nossa pesquisa sobre questões de gênero, sexualidade e direitos envolvendo travestis adolescentes e jovens<sup>3</sup> que vivem na cidade de Campinas, optamos por deixar de lado, pelo menos em um primeiro momento, aqueles ambientes que aparecem nas diferentes pesquisas sobre travestis, como sendo os típicos espaços de sociabilidade e existências por onde elas circulam (SILVA, 1993; KULICK, 1998; BENEDETTI, 2000; PATRÍCIO, 2002; PERES, 2005; GARCIA, 2007; PELÚCIO, 2009; DUQUE, 2011). Ruas de prostituição e casa de cafetinas ou moradias exclusivamente de travestis, são os lugares mais presentes nas referidas pesquisas. Tal opção se traduz, pois, como estratégia metodológica. Nosso receio era de repetir dados e de viciar o nosso olhar, voltando-nos para ambientes já fartamente explorados nos estudos disponíveis. Foi assim que adotamos a “Praça do Sucão” como um dos espaços etnográficos do nosso campo. A ONG *E-Camp*, braço local do coletivo nacional *E-Jovem*, tornou-se outro espaço importante para nossas observações, uma vez que por seu caráter de ativismo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) reúne adolescentes e jovens que poderiam atender o perfil que buscávamos.

Na mesma casa que servia de sede para a referida ONG funcionava também o “ponto de cultura”<sup>4</sup> voltado para o que seu idealizador, o jornalista Deco Ribeiro, chama de “cultura gay”, mas que ficou conhecido, dada sua farta divulgação pela grande imprensa<sup>5</sup>, como “escola gay”<sup>6</sup>. De fato não se trata de uma escola formal, mas de um local financiado por editais do Ministério da Educação e Cultura que visam a incentivar e fomentar atividades culturais e locais que mostrem organicidade, isto é, o MEC pretende possibilitar a manutenção e expansão de expressões culturais próprias de determinadas comunidades. A “escola gay”, até mesmo por funcionar onde já se concentravam muitos jovens que se entendiam como homo-orientados, acabou por oferecer um espaço artístico e cultural para aquelas e aqueles que já participavam das atividades políticas do *E-Jovem*, Campinas.

Nossa intenção com a mencionada escolha metodológica foi ampliar o olhar para além dos sujeitos, a fim de situá-los em contextos ampliados, nos quais pudéssemos visualizar como tem se dado a relação entre travestis adolescentes/jovens e diferentes instituições: ONGs, poder público, escola, família e assim perceber o cenário por onde transitam, com quais instâncias dialogam, quais enfrentamentos precisam fazer no seu cotidiano a fim de sustentar uma vida no feminino, tendo sido identificados como meninos ao nascerem.

Por essa perspectiva, nos pareceu igualmente importante entrevistar representantes de agências públicas voltadas para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Com esses contatos, atendendo ao nosso recorte, buscamos levantar o que há de efetivo em termos de políticas públicas e reflexões no âmbito do Estado para e sobre travestis. Procuramos reunir dados sobre violência, relacionamento na escola, nível de escolaridade, evasão escolar, motivos que levaram essas/esses jovens a procurar os serviços oferecidos, vínculo com mercado de trabalho formal e/ou informal, dados sobre raça/etnia, relações familiares, espaços de sociabilidade, o quanto essa clientela conhece de seus direitos e mesmo o que têm reivindicado como tal. Como ficará perceptível mais à frente, a busca da garantia destes direitos está pouco sistematizada, apontando para políticas ainda em processo de efetivação bastante experimental de intervenções frente ao segmento de travestis, sobretudo as mais jovens.

Muitos dos caminhos percorridos foram suscitados pelo próprio campo, que nos surpreendeu inúmeras vezes. Buscávamos, com essa imersão etnográfica, encontrar travestis adolescentes e jovens, mas a própria experiência de Vicente/Silvana nos apontava para a estreiteza dessa categoria. Logo nas primeiras incursões, nos demos conta de que os termos identitários que estávamos mobilizando eram pouco descritivos e perdiam muito de sua função heurística diante da dinâmica da Praça, da ONG ou dos relatos que íamos colhendo referentes à escola, à vida familiar, entre outros.

Antes de prosseguir apontando algumas dessas surpresas etnográficas mencionadas no parágrafo anterior, gostaríamos de aclarar que tratamos o “ser adolescente” e o “ser jovem” como conceitos acionados pelos próprios sujeitos para se autodefinirem, independentemente dos registros legais oficiais ou a partir de fixações etárias universalizantes oferecidas por organismos nacionais e internacionais como as apresentadas pelas agências especializadas ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU) e que servem para balizar ações locais. Ao contrário, consideramos que estas são noções elaboradas cultural e historicamente; daí seu caráter político que coloca, frequentemente, em disputa essas classificações. Ainda assim, não podemos desprezar as balizas etárias fixadas por estes organismos oficiais, pois são estas as referências acionadas no que tange a formulação e aplicação de políticas públicas. Servem, ainda, como indicadores sociais que têm a capacidade de orientar a sociedade em geral quanto a estes descritores geracionais. Conscientes destas

tensões e disputas, reiteramos que, mais do que nos referenciarmos pelos marcos oficiais que estabelecem as faixas de idades que caberiam nos conceitos de adolescentes e jovens, tomamos as próprias percepções e definições das pessoas que integraram esta pesquisa quanto ao seu lugar etário.

Esclarecido esse importante eixo de nossa análise, voltamos aos aspectos que nos desestabilizaram em campo. Logo de início, dois fatos nos chamaram a atenção: não encontramos travestis entre 22 e 25 anos fora do universo da prostituição; o aumento da categoria, como população de rua, conforme a fala de duas gestoras<sup>7</sup> e de uma agente de saúde<sup>8</sup>. Isto nos tem feito pensar que as mudanças em curso parecem ter impactado de maneira diferente aquelas travestis jovens e as que estão hoje entre 15 e 18 anos.

A questão da faixa etária também foi notória. Nas nossas incursões pela Praça do Sucão, percebemos pessoas cada vez mais jovens. Chegamos a pensar em estilos andrógenos, mas nos demos conta de se tratar mais de uma questão etária do que propriamente de um jogo com os gêneros<sup>9</sup>. Assim como foi notável encontrar muitas experimentações com o feminino, que fugiam do estilo de roupas mais sexualizadas associado às travestis. A relação com a AIDS também nos pareceu insólita, mas nas conversas com gestoras e com as jovens “montadas” e travestis, de fato, este é um tema que parece não ter a centralidade que teve até recentemente. Fora do *E-jovem* – onde estivemos em contato com adolescentes com alguma politização e reflexão sobre sexualidade, violência, visibilidade e oportunidades profissionais, entre outras questões –, nos intrigou o entendimento que alguns/algumas frequentadoras têm das homossexualidades como “espécies”, como desvio da ordem familiar, e daí a aceitação da “guetização”, da autovigilância em relação a comportamentos que possam ser lidos como ofensivos pelos “normais”.

Enfim, a Praça mostrou-se um espaço de investigação bastante fértil, obrigando-nos a deslocar o olhar para uma outra dinâmica na constituição de experiências que poderíamos, pelo menos de início, considerar como experiências travestis.

### **No campo das experimentações**

A Praça do Sucão, já há alguns anos, tem se notabilizado por reunir garotos e garotas que buscam experiências afetivas e sexuais com pessoas do mesmo sexo<sup>10</sup>. Nas conversas que tivemos com alguns/algumas jovens que

circulam por ali, ficou perceptível a valorização do local como espaço de lazer e sociabilidade “das gays mais novas”. Mas, a Praça do Sucão não é apenas um lugar fortemente marcado por aspectos geracionais; há também uma percepção de que aquele é

(...) um local de “bichas podres”, como costume ouvir de rapazes “mais discretos” que não gostam de freqüentar o local. (...). A maioria dos freqüentadores se concentra no período da noite, em especial na sexta-feira e sábado, e nas tardes quentes de domingo. Os clientes são lésbicas, gays e algumas travestis bastante jovens. Muitos destes, quando não são dos bairros mais periféricos na cidade, vêm de outros municípios próximos, como Sumaré e Hortolândia. Junto dos “viados”, como este público é chamado por muitos munícipes que passam pelo local, também se encontram moradores de rua, *trecheiros*, *punks*, emos e vendedores de artesanatos... As “bichas velhas”, como são chamados os idosos que freqüentam o bar, também dividem os espaços com os demais freqüentadores. Estas, por sua vez, são poucas e costumam ficar sentadas nas mesas, conversando e bebendo. A maior parte dos jovens não consome no bar, entram para usar o banheiro e ficam do lado de fora, em grupo, sentados no chão da praça. Às vezes eles trazem as bebidas de outros lugares, neste caso, comumente garrafas de vinho (DUQUE, 2011: 110).

Na hierarquia dos territórios, presentes em todas as cidades, a Praça Bento Quirino fica no limiar entre um espaço tido como degradado, desvalorizado pela frequência e o *point*, um local valorizado para o lazer. A área reúne vários bares, uma pizzaria e, até mesmo, um tradicional e sofisticado clube que ocupa o último andar do prédio azul, em estilo neoclássico, situado no ângulo oposto àquele que virou o canto dos meninos e meninas emos<sup>11</sup>.

A Praça é também importante por ser um lugar deslocado do bairro. Isto permite não só comportamentos e relações afetivas que seriam mais difíceis de serem vividos nas proximidades da casa e da vizinhança, como também pela força simbólica do lugar: uma praça central que todas às sextas-feiras, à noite, é ocupada pela periferia.

Talvez venham daí as tensões que movimentam os encontros desses jovens que vêm da chamada periferia da cidade. Certa noite, mal chegamos ao Sucão e um empurra-empurra começou. A única coisa que conseguíamos entender, a princípio, era que aparentemente um adolescente estava tirando

satisfações com outro e que cada um dos envolvidos tinha adeptos e adeptas que defendiam o ponto de vista adotado por cada protagonista. Os desaforos eram gritados também por quem só assistia. De outros pontos da Praça vinham mais jovens correndo. Passaram por nós dois meninos de mãos dadas rindo nervosos. Um clima de “pátio de escola”, nas palavras de Deco Ribeiro, descrevendo o lugar. De repente, se destaca um grito agudo e jocoso: “Itatiaia contra São Fernando!”. Era um dos meninos que até então assistia à briga, fazendo uma referência à antiga rivalidade existente entre dois bairros da periferia de Campinas, famosos por notícias de violência e de tráfico de drogas frequentemente veiculadas pela imprensa local. Na verdade, tratava-se de um entrevero amoroso, mas a alusão aos bairros, naquele contexto, servia para valorizar ainda mais o ocorrido, deslocando a contenda do plano pessoal para o coletivo, ao mesmo tempo em que conferia simetria à disputa; afinal, todos ali vinham de bairros pobres, considerados perigosos e mal-vistos pelos “cidadãos respeitáveis”. A alusão aos bairros servia, ainda, para sublinhar o pertencimento de classe expresso na menção a locais desprestigiados. O grito “reterritorializava” o bairro naquele espaço central, marcando a Praça como um lugar das meninas e meninos da periferia. Mas também como espaço das “pintosas”, dos emos, dos “sapatões”, das “travas”, “montadas”, “viados”, enfim, uma miríade de categorias que tem sido reapropriada pelas pessoas que frequentam o local. Ora acionadas como termos de identificação, ora de acusação, em um jogo tenso com as convenções que buscam normalizar esses corpos e, assim, os desejos. As identidades podem se tornar lugares de resistência, mas também de reiteração de convenções, servindo, por vezes, para balizar as distâncias entre o “eu” e o “outro” apontado, conforme o contexto, como o verdadeiro desviante.

É preciso, ainda, situar discursivamente “‘periferia’ e ‘centro’ como ‘categorias que remetem a um imaginário que fala de mundos singulares e contrapostos, separados pelas desigualdades sociais’” (SIMÕES, FRANÇA e MACEDO, 2010: 45). Mundos perpassados por eixos de diferenciações que vão além dos significados socioeconômicos referidos à classe, como mostram estes autores. Naturalidade (local de nascimento) e raça se confundem quando se fala em periferia. Desta forma, nordestinos, ainda que possam se entender como brancos, são, antes, percebidos como pobres, e assim, “menos brancos”, o que acaba tendo implicações referentes às sexualidades, aos estilos de masculinidades, de feminilidades e de vivências fora da heterossexualidade.



Parece haver uma tendência entre os rapazes das classes populares a assumir de maneira mais ostensiva projetos de feminilização, o que, de certa forma, é corroborado pelo grande número de travestis oriundas desses estratos, em comparação com aquelas de classe média. Assim como a presença de casais formados por pessoas do mesmo sexo com tendência a reproduzir assimetrias de gênero, também parece ter um componente de classe, conforme análise de Maria Luiza Heilborn (2004).

Neste sentido, é interessante observar alguns dos casais que se formam ao longo da noite ali na Praça. Meninos mais escuros aparecem a certa altura da noite em pequenos grupos. Muitos usam bonés, camisetas largas, calças ou bermudas idem, vestimentas e estilos corporais que remetem a um tipo conhecido como “mano”:

Uma categoria para designar rapazes de periferia, negros e mestiços, especialmente aqueles que gostam de rap e hip-hop e adotam estilos de corpo e indumentária associados a esses ritmos de música, dança e poesia. “Mano” às vezes tem conotações pejorativas (como marginal, violento, tosco, brega), mas é também uma forma de tratamento comum entre rapazes de periferia e aparece não só em letras de grupos de rap paulistanos (SIMÕES, FRANÇA e MACEDO, 2010: 46).

Muitas vezes, são eles, os “manos”, que têm como “minas” as travestis jovens ou as “montadas”, com quem desfilam de mãos dadas pelo retângulo da Bento Quirino.

As “montadas” são meninos que operam intervenções epidérmicas em busca de uma imagem que os associe ao feminino: vestem-se com roupas tidas como de mulher, usam perucas, pintam as unhas, tiram as sobrancelhas, mas não estão “24 horas de mulher”. Entre estes casais, elas também são mais escuras do que outras/os frequentadoras/es da Praça; ainda que haja as que podem ser vistas como brancas. Em comum entre elas os esforços de branqueamento, a partir do uso de perucas longas e lisas; de cabelos tingidos de loiro ou tratados com químicas especiais para alisamento dos fios; do uso de roupas que remetem à moda consagrada em editoriais de revistas voltadas para o público “teen”, filmes e novelas, em um estilo de “glamour” associado a uma estética branca. Nunca vimos casais formados por aqueles rapazes e meninos femininos ou com aquelas que privilegiam uma “montagem” mais

“caricata”, que tendem a exageros de acessórios, ao burlesco, e que não têm a intenção de “passar por mulher”<sup>12</sup>. Os modelos heteronormativos parecem ser reiterados na formação desses pares. Apesar disso, consideramos haver mais do que mera reprodução nessas relações que não seguem moldes brancos e burgueses, e talvez elas estejam além da reafirmação de convenções de gênero<sup>13</sup>. É preciso que se pense nas práticas sexuais, situando o desejo que mobiliza esses arranjos, e nas subjetividades que tais experiências podem conformar. Gênero, sexualidade, geração e classe social se intersectam nessas vivências e atualizações do feminino, em que adolescentes moradores de bairros afastados, experimentam no centro da cidade estilos de viver os gêneros que podem ser pensados como reinscrições dessas convenções de sexo e gênero, como também de experimentações (ainda tateantes), que vem se tornando possíveis diante das “transformações do lugar social da homossexualidade no Brasil” (FRANÇA, 2010).

“Atualmente a Praça do Sucão é um espaço de referência, de sociabilidade, de reconhecimento. Aquele é um espaço de experimentação”, avalia Deco Ribeiro, ressaltando também a força simbólica do local: não só está situado no centro como no marco zero da cidade. Ali, entre o túmulo-monumento do compositor Carlos Gomes e a Basílica Nossa Senhora do Carmo, um dos meninos montados exhibe sua androgenia sob um chapéu estruturado em tecido xadrez em tons de cinza, por baixo o cabelo rente à cabeça. O modelo incluía um *camisete*<sup>14</sup> também xadrez e um short preto acinturado, mas com volume na altura da coxa (modelo balonê). Nos pés, uma sandália baixa em estilo gladiador subia em tiras pelas pernas. Seu andar procurava acentuar sua feminilidade, mas sem afetação. “Onde mais ele iria experimentar isso, na escola, em casa?”, interroga Deco, sem esperar resposta. Mas nós buscamos por uma e perguntamos a Vicente/Silvana como ele definiria aquela pessoa. E ele: “quem é que sabe o que é aquilo?!”, exclama. São as experimentações do Sucão!

Isadora França, seguindo Frank Mort, mostra como o lugar é mais que “mero pano de fundo passivo a ser ocupado por sujeitos plenamente constituídos, mas que atua na constituição de subjetividades mediadas pelo consumo, congregando práticas de consumo que se organizam espacialmente” (FRANÇA, 2010: 73). Na “Praça do Sucão” se consomem e se produzem estilos diversos de se ser “gay”, “lésbica”, “trava”, “sapa”, “emo”, “bicha”, “montada”, expressos na forma de se vestir e usar os acessórios, relacionando

moda a expressões da sexualidade, mas também a raça, borrando, por vezes, as marcas de classe.

Fátima Checheto chama a atenção para o conceito de estilo, sugerindo que ele nos ajuda a pensar nas rápidas e efêmeras incorporações:

(...) da moda, do consumo, das drogas, dos comportamentos sexuais, entre outros, que não podem ser mais interpretados somente pela perspectiva de cultura de classe. Os estilos, por sua natureza fragmentada, permitem pensar essas novas configurações, orientadas não por um projeto único, mas já em si um feixe simbólico de relações. Assim, não é possível apontar somente uma identidade para explicar os comportamentos dos grupos. Essas possibilidades de transformação do corpo e a incorporação de estilos estão mais ou menos disponíveis na sociedade globalizada e são fluidas e transitórias (CECCHETTO, 2004, citada por Monteiro *et alli*, 2010: 98, nota de rodapé 18).

Essas possibilidades de transformação do corpo e incorporação de estilos não estão simplesmente disponíveis como peças para o consumo. Elas são aprendidas. Nesse processo são categorizadas, hierarquizadas, justamente porque nelas estão implicados valores que se confrontam ou se adéquam a discursos hegemônicos sobre corpo, (homo)sexualidade, raça e classe. A adesão a um estilo precisa ser negociada, passa, assim, por processos racionais de escolhas, ainda que não sejam percebidos sempre desta maneira pelas pessoas que os adotam.

Os experimentalismos que se pluralizam em categorias de identificação autoatribuídas (ou impostas), nos parecem ter relação com uma série de mudanças em curso na sociedade brasileira, sobretudo relativa às discussões sobre orientação sexual e “diversidade” pautadas na agenda política e veiculadas pela mídia. Discute-se intensamente a questão, mesmo em meios de comunicação tidos como conservadores, como é o caso da Rede Globo. Somam-se a essa visibilidade, mais positiva, debates públicos sobre a criminalização da homofobia, popularizando o termo que até recentemente não fazia parte do vocabulário das pessoas alheias às discussões acadêmicas e/ou políticas sobre as questões das sexualidades não-normativas<sup>15</sup>.

Nos dias em que corre o clima de liberdades individuais e políticas, somadas à organização da sociedade civil, às facilidades tecnológicas de

comunicação e difusão de idéias, vivências fora da norma podem ser experimentadas e visibilizadas. Experimentações que possibilitam diferentes percepções sobre si e sobre os outros, criando novas subjetividades que demandam nomeações igualmente novas.

Em uma cidade como Campinas, com mais de um milhão de habitantes, as mencionadas mudanças têm repercutido na inauguração do Ponto de Cultura Escola Jovem LGBT, em um movimento social bastante atuante no que se refere às demandas sintetizadas na sigla LGBT, o que pode ser constatado, entre outros aspectos, pelo fato de a cidade contar com uma das mais expressivas lideranças travestis do Brasil, a ativista Janaina Lima, bem como por ser uma das poucas localidades do estado a contar com um Centro de Referência Especializado de Assistência Social, voltado a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CREAS LGBT). Além disso, no que se refere a políticas públicas para a juventude e ao mapeamento da cidade como lugar estratégico de enfrentamento da exploração sexual, comercial, de crianças e adolescentes, somente no ano de 2005, a Prefeitura Municipal obteve, por meio do Projeto “Rotas Recriadas – crianças e adolescentes livres da exploração sexual” –, um milhão de reais fornecidos por um convênio com a PETROBRÁS.

Nossa escolha etnográfica pela cidade deveu-se, em parte, às citadas características, servindo como um importante “laboratório” de observação, no que se refere a políticas públicas voltadas para o segmento que nos interessava mais detidamente, bem como pelo fato de ambos sermos pesquisadores com vínculos com o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu – Unicamp, instituição que capitaneou o projeto no qual esta pesquisa se inseriu.

### **Trânsitos e fixações**

O fim de tarde luminoso agita a “Praça do Sucão” no Centro de Campinas. Ainda não são seis horas e o bar por cuja denominação a praça passou a ser conhecida, já está movimentado. Vicente chega acompanhado por Rúbia, trazendo os cartazes da peça *Stonewall*, onde atuam. Apesar da exaustão típica de uma pré-estréia, se mostram muito animadas diante da iminência de levar aos palcos uma versão livre da história do evento que se tornou um marco da luta por igualdade de direitos civis e introduziu definitivamente na agenda política a questão dos direitos sexuais para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

O cartaz da peça bem poderia sintetizar graficamente algumas das recentes discussões suscitadas pelo que vimos ao longo desta pesquisa. Na foto, Vicente é a dona do bar que deu nome à peça; Rafaela, a travesti que é professora de dança na “escola gay”, encarna o policial que se apaixona pela garçonete do Stonewall, representada por Rúbia, hoje assumidamente travesti, mas que há bem pouco tempo preferia se identificar como *drag-queen*.

É justamente esse jogo com formas de viver os gêneros e experimentar o feminino que tem nos instigado em campo e provocado nossas intenções iniciais de pesquisa, voltadas para travestis adolescentes e jovens. Por isso nos interessamos também pelos trânsitos, pelas experimentações que resultam muitas vezes em incompreensões, expressas nas dificuldades dessas e desses jovens em acharem um termo, um lugar, na difícil conciliação entre o desejo de reconhecimento e o enfrentamento das normas que procuram negar as possibilidades ontológicas destes sujeitos.

Em seu livro, fruto de pesquisa de mestrado realizado ao longo dos anos de 2006 a 2008, Tiago Duque já apontava para mudanças em andamento na constituição de vidas travestis. Ao mesmo tempo em que o pesquisador identificou uma flexibilização do projeto de feminilização, que tende ao adiamento de alguns investimentos corporais como ingerir hormônios femininos ou colocar “silicone”, apontou para um conjunto de permanências, expressas tanto na elaboração de roteiros de assunção da travestilidade via prostituição, como na violência e no preconceito que ainda cercam essa experiência.

Dáí o recurso à “montagem estratégica”, identificado por Duque, como uma maneira de “dar o truque”, driblando convenções de gênero mais consolidado entre travestis mais velhas, e, ao mesmo tempo, uma forma de lidar com o dispositivo do “armário”<sup>16</sup>. A estratégia da montagem, segundo Duque, permitiria àqueles jovens suportar de forma mais agenciada a vergonha e o estigma, possibilitando-lhes, por vezes, driblar a violência e, por outras, conquistar parceiros sexuais. Daria também acesso ao mercado de trabalho, sabidamente heterossexista. Vagner, um dos adolescentes entrevistados por Duque, contou que desistiu de ser travesti, pois “se para um gay já estava difícil arrumar emprego e namorado, que dirá para uma travesti”. Por isso estava “fazendo a linha mais bofe” (quer dizer, um estilo mais afeito aos modelos convencionais de masculinidade), sem ser de fato um, preferindo se reconhecer naquele momento como uma *gayrota*<sup>17</sup>.

O lúdico e o jocoso parecem também fazer parte da *montagem estratégica*, um jogo que tem a ver com um tipo de humor bastante presente entre travestis e gays, mas no contexto analisado, sugere que há também aí um traço geracional capaz de abrir outras possibilidades para essas brincadeiras<sup>18</sup>. Jogar com as categorias, experimentar combinações transitórias de gênero, testar estilos, pode ter a ver com a reverberação atual dos debates sobre gênero e sexualidades, com o aumento de lugares de sociabilidade e lazer, que são também espaços de trocas e aprendizado; assim como as redes sociais que se articulam na *internet*.

Não foi incomum, em nossas interações com as/os adolescentes que frequentam a “Escola Gay” e/ou o “Sucão”, a menção ao uso das redes sociais disponíveis. Por meio das diferentes plataformas, articulam encontros, trocam informações, estabelecem contatos, formam vínculos, aprendem sobre homossexualidade, “montagens”, outras vivências e experimentações de sexualidade e gênero; vêm a si mesmos, divulgando, via *Youtube* (*site* de compartilhamento de vídeos), pequenos filmes onde registram eventos, brincadeiras, personagens. Por este canal, assistem a trechos de programas veiculados nas TVs pagas e abertas, reproduzindo os *links* destes em outras plataformas, divulgando, assim, seu conteúdo.

Voltando às categorias de identificação, percebemos que os usos da *internet* têm potencial de ampliar os horizontes de possibilidades de vivências para além dos limites da heterossexualidade, provocando a imaginação e as experimentações. Por outro lado, essas novas formas de falar sobre sexualidade parecem não conseguir romper com percepções sobre gênero e sexo fornecidas pela matriz dicotômica, uma vez que os questionamentos sobre os desejos e as formas de corporificar gêneros, aparecem frequentemente na fala de algumas e alguns adolescentes e jovens com os quais interagimos. O binário hetero/homo mostra-se central para organizar as experiências e pensar as identidades.

Quando estivemos pela primeira vez na sede do *E-Jovem* (Campinas), Deco Ribeiro nos apresentou ao grupo que estava ali reunido falando de nossa pesquisa. Após a reunião da ONG, parte dos presentes se interessou em conversar conosco. Tiago era quase uma estrela, pois tinha saído em uma matéria na revista *Júnior*, voltada para o público *gay* jovem. Isto facilitou consideravelmente o diálogo. Não sabemos precisar exatamente em que momento passamos a ser vistos como autoridades em relação a gênero e sexualidade, de modo que as discussões sobre os trânsitos de identidade ou auto-reconhecimento se transformaram em perguntas dirigidas a nós.

No princípio, a conversa girou em torno das autoidentificações, quase sempre seguidas de comentários das pessoas presentes, concordando ou apontando incoerências na forma que uma ou outra acreditava ser mais adequada para se definir; por exemplo, Rúbia, que até há pouco se dizia *drag-queen*. “A gente falou para ela, ‘bicha, a senhora vive montada, 24 horas de mulher! Isso é ser travesti’. Ela ficou meio assim... mas agora tá se aproximando mais da Rafaela e tá vendo que talvez ela seja mesmo travesti”. Mesmo que Rúbia não quisesse, naquele momento, ser vista como travesti, era como estava sendo percebida pelas amigas e amigos. Ainda que ela mesma não se identificasse inteiramente com aquela categoria, não parecia até aquele momento haver outra disponível. “É o que tem pra hoje.”<sup>19</sup>

Ao fim desta pesquisa, Rúbia, 19 anos, mostrava-se relativamente confortável com sua nova “identidade”, mas procurando traçar a linha entre ela – que não se prostitui ou toma hormônios (elementos tidos, por muitas travestis, como marcadores de uma identidade travesti) – e as outras, atribuindo parte dessas distinções ao fato de ter frequentado as reuniões do *E-Jovem*, onde chegou a ser coordenadora de cultura.

As limitações encontradas por Rúbia em busca de uma identidade nos remetem à recente entrevista da filósofa queer Beatriz Preciado, na qual ela fala de sua longa resistência às imposições de gênero. De maneira que se definir como mulher pareceu-lhe desde há muito limitador, daí ter “pensado en cambiarme de sexo pero ¿hacia qué sexo?; he pensando en cambiarme de nombre pero ¿hacia qué nombre? Prefiero una multiplicidad de identidades móviles” (Preciado em entrevista a Silvestre, 2010: s/n). Ela declara, então, que prefere jogar com a ambiguidade. Um jogo que quando ensaiado por aquelas/es jovens parece encontrar resistências dentro do próprio grupo. A ambiguidade é justamente o que não parece possível; é o que desestabiliza as possibilidades de inteligibilidade, pois estas são dadas a partir de um sistema heteronormativo solidamente assentado, ainda que cheio de fissuras. São justamente as incoerências desse sistema – que suscitam as questões sobre as categorias identitárias e seus limites – que acabam por engessar práticas e desejos.

Curiosamente, naquela tarde de conversas foram poucas as perguntas relativas à orientação sexual. Parece que ninguém ali tinha dúvidas quanto a ser “gay” ou “bicha”, ou pelo menos de não ser heterossexual<sup>20</sup>. O que pareceu

confundir os participantes daquela conversa tinha estreita relação com os gêneros e os desejos. Melhor: com a forma binária de se entender os gêneros e o sentido que deve tomar o desejo a partir da identificação com o feminino ou o masculino.

Daniel e Márcio formavam um casal e eram os jovens “mais velhos” durante aquele bate-papo. Eles se apresentaram como *drag-queen*, mas para ambos essa autotaxação nada tem a ver com palco ou com *shows*. “E pode ser *drag* assim?, queríamos saber”. A resposta foi dada por Daniel: “Pode, porque *drag* não tem a ver só com fazer *show*; tem a ver em gostar de brincar com o feminino. Às vezes pra chocar, às vezes só pra ferver”. Nenhum problema quanto a isso, a questão para eles era outra, e poderia ser formulada nos seguintes termos: “uma *drag* pode namorar outra *drag*? Por que as pessoas, mesmo os gays, não acham que isso seja possível, ou aceitável?”. “Por isso o pessoal diz que nós somos lésbicas”. Depois dessa explicação, entendemos porque um dos “meninos montados” que estive na reunião naquela tarde era chamado por todos/as, e de forma persistente, de “sapatão”. O que víamos como curioso e inexplicável naquele momento parece ganhar sentido quando paramos para analisar os dados. Há uma busca de inteligibilidade para suas vidas a partir de uma matriz que encapsula a potência política de suas práticas.

Em outra ocasião, Vicente/Silvana narra uma discussão motivada pela construção das personagens da peça *Stonewall*. Na versão livre do grupo há um policial, interpretado por Rafaela, que se apaixona pela travesti que trabalha no bar, personagem de Rúbia. Aí veio a dúvida: “aquele policial era hetero ou gay?”. Vicente procura responder a questão pensando nas suas experiências como *drag-queen*, lembrando dos homens que procuram Silvana Sangalo, seu alter ego e personagem. “Eles são hetero. Tanto que alguns são casados, têm filho, esposa, essas coisas. Pra mim, o cara é hetero. Daí a Rafaela, a travesti, falou: ‘mona<sup>21</sup>, eles vão procurar a gente e fazem a passiva’. ‘Rafaela, elas não podem ser heteros que gostam de ser passivos?’<sup>22</sup>. E ela disse, ‘mona, isso não existe!’. Então, Vicente interrompe a história e reflete interrogativo: “não sei se precisaria ter mais uma sigla pra homem que gosta de fazer a passiva com travesti”.



## Permanências e reinscrições

Vivian está “poderosa” no tubinho preto. Ao encontrar com Tiago Duque, se mostra contente, pois não se viam desde que ele havia encerrado seu campo anterior ali no “Sucão”. “E aí, mona?”. Ela conta que largou a escola, não conseguiu conciliar com o trabalho; neste, segue firme, “de carteira assinada”. Por isso só tem “se montado” nos finais de semana, e aproveita para perambular pela Praça antes de ir para a Avenida Aquidaban, ponto tradicional de prostituição travesti em Campinas. “É uma adrenalina que coloquei na minha vida”, comenta referindo-se ao fato de “fazer pista”<sup>23</sup> eventualmente.

Uma travesti mais velha depois comentaria conosco que se admira ou lhe causa certa estranheza o fato de, atualmente, haver “tanto mamão-macho na avenida sem apanhar”. Ela se refere justamente a casos como o de Vivian, que não faz um investimento corporal que possa ser tomado como mais consistente pelas travestis de outras gerações. As mais velhas tendem a recusar esse modelo flutuante. Passar a vida toda apenas “se montando”, sem nunca “ir a fundo” na transformação do corpo, pode ser interpretado como uma falha moral relacionada à covardia e/ou ao oportunismo. Por isso, muitas “gayzinhas” que “baixam na Avenida” só nos fins de semana, eram ameaçadas por aquelas que trabalhavam ali diariamente.

A “admiração” da travesti veterana sugere que esse tipo de expediente venha se mostrando mais comum do que em outros tempos, levando-nos a pensar que pode haver mais a ser discutido aqui do que o manejo estratégico da feminilização dos corpos. Este algo a mais se relaciona à visibilidade ampliada das homossexualidades, à criação de espaços para experimentações, como estamos propondo. Experiências nas quais as diferenças passam a ser vividas não apenas como desigualdades, o que potencializa a formação de sujeitos outros, para os quais os termos de reconhecimento parecem não estar ainda disponíveis.

Mesmo entre travestis mais velhas, tem havido toda uma reflexão sobre os termos identitários, seus significados e implicações para a conformação de sujeitos sexuais. Bruno Barbosa (2010), em sua etnografia sobre os usos das categorias travesti e transexual, mostrou que ao refletirem sobre suas vivências de sexualidade e gênero, suas entrevistadas, repensavam suas biografias, reelaborando e deslocando categorias identitárias (muitas vezes, informadas por convenções do discurso médico), baseando-se nas novas categorias

disponíveis, e reconfigurando seus lugares de identificação, sempre de forma contextualizada.

Olhando o desfile de meninos atualizando estilos de feminino na Praça do Sucão deduzimos que a linha divisória entre as travestis e as “montadas” ainda é sutil. Cogitamos se os experimentalismos entre os meninos que “se montam” não poderiam borrar ainda mais essa fronteira fazendo com que o termo travesti passasse a englobar também essas experiências<sup>24</sup>. Ou, se ao contrário, nessas buscas, outras categorias surgiriam, se fixando, e orientando novas subjetividades. O campo etnográfico nos mostrou, sim, a tentativa de se operar com as categorias existentes, buscando alargar seus limites identitários.

Entre estes limites, segundo a análise de Rúbia, está a associação entre travesti e uma sexualidade exacerbada. “O povo vê travesti como um objeto sexual. (...). A pessoa olha pra você e diz: ‘ah, você é travesti? Come e chupa? Come e dá?’”, o que, no seu entender, faz com que “até certo ponto, os viados [sejam] considerados como um amigo, mas travesti é objeto sexual”. A maneira que a entrevistada tem encontrado para romper com essa imagem cristalizada é ser discreta e mostrar-se bem informada, o que também, segundo ela, surpreende seus/suas interlocutores/as que não esperam que uma travesti tenha conhecimentos sobre leis e seus direitos, conforme procura demonstrar possuir. Nas suas palavras:

Uma vez a gente tava comentando na escola sobre viado e não sei o quê, aí eu peguei e falei assim: ‘olha eu sou coordenadora de cultura do E-Jovem<sup>25</sup>, a primeira escola GLS, diretora do JS, União da Juventude Socialista, e, pelo que eu saiba, existe uma lei contra homofobia’. E aí o povo: ‘ai, existe uma lei contra isso agora?’. Eu falei: ‘existe! A Lei 10.948<sup>26</sup>, que fala sobre isso, isso e aquilo’. O povo olhou para minha cara e: ‘desde quando existe isso?’. E eu: ó, ‘faz tempo’. Se a pessoa quiser fazer um boletim de ocorrência, a pessoa pode; ‘ai, mas eu não sabia disso’. E eu: ‘então, vocês se acham tão inteligentes para xingar uma pessoa que vocês não sabem o que a pessoa pode fazer contra vocês’. Então o povo já fica mais assim, né?

O “corpão” não aparece como uma preocupação para Rúbia, ainda que ela deseje colocar prótese cirúrgica de silicone no seio, daí ter de se esmerar na construção de seu lugar como travesti, não só na ONG em que atua como na Praça, lugares onde meninos femininos desfilam “montados”. Alguns

borram e confundem os gêneros, como o rapaz do qual falamos antes, com seu chapéu xadrez e sandálias gladiador. É possível que algumas pessoas o vejam como uma *drag* “caricata”, como é o caso de Silvana Sangalo, com suas roupas inusitadas, suas perucas um tanto gastas e seus acessórios “com cara de brechó”. Seu visual se distancia daquele de outras “montadas” que procuram apresentar-se com roupas mais sintonizadas com a moda, afastando-se, ao mesmo tempo, do estilo sexualizado das travestis que aparecem ali na Praça: camisetas curtas, umbigo à mostra, jeans justos, cabelos longos e soltos. Uma delas, por volta dos 20 e poucos anos, encontra Silvana Sangalo e elogia seu *gloss*, dizendo que irá “dá a elza” (roubar) nele. Silvana ri e elogia o corpo e os cabelos da travesti, convidando-a para “se juntar a nós”. Ela recusa e justifica-se: teria de ir trabalhar, “fazer pista”. Apesar de estar sem vontade alguma, pois “a Praça tá tão gostosa...”.

Lana, chamemo-la assim, não chega a “confundir” outros/as frequentador/as da Praça, pois haveria uma coerência de gênero na sua feminilidade construída. Uma feminilidade muito distinta daquela de Jéssica, que com sua camiseta do Corinthians, boné e bermudas largas, prefere ser chamada de homossexual, pois não gosta do termo lésbica. Apesar de seu visual masculino, Jéssica não se vê como alguém “travestido”. As suas escolhas de indumentária são, na sua própria percepção, adequadas. Ela é uma mulher que gosta de mulher, por isso aquele visual. Diferente de “uns montado aqui que, olha, só por Deus. É feio! Tem uns que você nem fala que é, entendeu? Mas tem uns...”<sup>27</sup>.

Nomear essas experimentações tem sido um desafio para as próprias pessoas que as vivenciam. Como Jéssica, em sua “montação” estilo “bofinho”, que não aceita o termo lésbica para se descrever, tampouco se vê como alguém que se “traveste” de rapaz.

A proliferação de categorias dentro das homossexualidades já aparecia na clássica etnografia de Néstor Perlongher (1987) sobre prostituição viril em São Paulo, ainda que bastante circunscrita à homossexualidade masculina. Reaparece agora nos recentes trabalhos de Parreira (2008), Facchini (2009), França (2010) e Santos (2012), nos fazendo pensar o quanto essas tantas formas de nomear, classificar, descrever, identificar, tem relação com possibilidades sociais, políticas e culturais de experimentações de vivências que, de forma mais ou menos intencionais e/ou conscientes, questionam os valores sexuais vigentes<sup>28</sup>. No caso do trabalho de Perlongher, a cena que ele acompanha

acaba de ser tocada pelo impacto da AIDS (que ele prefere deixar de fora das suas análises) e vem embalada pelo processo de redemocratização do País, do crescimento dos movimentos sociais, dentre estes, o então chamado movimento homossexual<sup>29</sup>. A emergência da AIDS provocou um retrocesso naquele processo de visibilidade positiva e diálogos políticos com segmentos sociais mais conservadores. Reforçados, os estigmas enfraquecem os discursos mais libertários e criam, até mesmo entre os homossexuais, o medo frente aos experimentalismos e aos comportamentos menos afeitos ao *mainstream*, como constata o próprio Perlongher, em *O que é Aids*:

Em São Paulo, a irrupção da AIDS radicaliza, no plano espacial, o progressivo esvaziamento do gueto *gay* do centro da cidade. (...) Num dado momento, o *trottoir* fervoroso de *gays*, *bichas*, *michês*, *travestis* e todo tipo de *entendidos* parece cessar (1987a: 61. Grifos nossos).

Volta-se, então, para os espaços não-visíveis, clandestinos, silenciando-se os prazeres, enquanto, paralelamente se fala eloquentemente dos perigos, vigiam-se as sexualidades gestando-se subjetividades marcadas pela culpa e pelo medo.

Dezesseis anos após o início da disponibilização “gratuita” dos antiretrovirais no Brasil e quase três décadas de discussões suscitadas pela emergência da AIDS, temos um cenário bastante modificado, no que se refere às sexualidades não-normativas; panorama que foi acompanhado pelo crescimento dos estudos na área. Algumas daquelas pesquisas ajudaram não apenas a compor um campo, mas também a problematizar a realidade marcada por uma biopolítica vigilante.

O espaço aberto da Praça Bento Quirino – lugar de experimentações e de sociabilidade para adolescentes e jovens em desacordo com as regras de sexo e gênero – parece ser a evidência material dessas mudanças. Um olhar mais crítico e demorado sobre a cena nos revela permanências e reinscrições dessas normas e da maneira de lidar com associações históricas entre homossexualidade e patologia. Uma cena de campo nos ajuda a enfrentar esta discussão.

Na noite do dia 19 de novembro de 2010, o Programa Municipal de DST/AIDS ofereceu na Praça Bento Quirino a testagem rápida, método que revela o status sorológico de quem o realiza em pouco mais de 15 minutos.

Em um dos cantos da área foram montadas barracas, espalharam-se *banners*, funcionários do Programa Municipal de DST/AIDS puseram-se a postos com suas pranchetas e formulários. Grandes balões com a logomarca do Programa foram içados ao alto, conferindo ao local um ar festivo, completado pela música que vinha dos estabelecimentos ali em volta. Logo as filas começaram a se formar entre as pessoas que desejavam se submeter ao teste. Vários adolescentes faziam círculos de conversas ao redor das barracas, ajudando-se mutuamente a preencher os formulários com seus dados. O clima era de grande excitação.

Esta cena efervescente nos pareceu desconcertante; afinal muitos daqueles e daquelas adolescentes e jovens, devido ao grande número de adesão à testagem naquela noite, passaram de uma a duas horas, ali, esperando o resultado de seus exames enquanto namoravam, riam, bebiam, fumavam, teciam comentários jocosos sobre o tema da AIDS e um possível resultado positivo. Porque aqueles/as jovens parariam sua noite para fazer um exame que, dependendo do resultado, pode impactar fortemente suas vidas?

Naquela noite na Praça foram realizados 115 exames, sendo quatro com resultado positivo. Uma das pessoas já sabia seu status sorológico e quis apenas confirmá-lo<sup>30</sup>. As outras, todas com mais de 24 anos, declararam ter desconfiança de que seriam portadoras.

Ainda assim, para nós era difícil entender o clima festivo em torno das barracas de testagem, e o consentimento seguido que assistimos por parte dos/das jovens cada vez que eram abordados/as pelos funcionários do Programa. Não eram apenas eles quem chamavam os e as passantes; Vicente, naquela noite “desmontado”, também convidava todas as pessoas que vinham conversar com ele, cumprindo, assim, seu papel de coordenador de saúde do *E-Camp*.

Mais alguns apontamentos de campo ilustram o clima de descontração do qual falamos há pouco e a disponibilidade dos/das frequentadores/ras em se submeter ao exame.

- Vamos fazer, bicha? Pergunta um deles ao amigo, que assente. Passam, então, a preencher o questionário, se juntando a outro que faziam o mesmo, em pé, apoiando as folhas em pranchetas disponibilizadas pelo pessoal do Programa.

Andamos um pouco mais e encontramos novamente Vicente, agora acompanhado por Maximiliano, 13 anos, e que também é conhecido como Karen Close. Ambos haviam feito o exame. “E aí?”, perguntamos quase em uníssono. “Ai, mona, deu positivo para gravidez, nós duas estamos grávidas”, brinca Karen. Rimos.

- Eu não tenho coragem de fazer o teste, diz Larissa (pesquisadora).

- “Mas não dói”, incentiva Vicente. A pesquisadora explica que não é por causa da dor, mas da tensão do resultado.

- Ai, mona, essa é uma adrenalina muito boa!, exclama Vicente, ainda tentando convencê-la.

Quando paramos para analisar essa cena, acabamos pensando na forma como a sociedade contemporânea tem estimulado, a partir de diferentes discursos, o correr riscos controlados. Pensamos, então, na proposta de May Jane Spink (2001) sobre o risco-aventura como metáfora da modernidade tardia. O risco esteve, desde a modernidade, associado à aventura como formadora de caráter, relacionado à bravura expressa na disposição para arriscar-se. Associou-se também à aposta, ao jogo, “em sua essência de potencialidade de ganhos e perdas” (SPINK, 2001: 1283). De repente, começamos a olhar para aquele episódio, pensando nas testagens rápidas como uma espécie de “jogo de vertigem”. Uma prova com muita adrenalina capaz de atestar publicamente a coragem das pessoas que a ela se submetem; ao mesmo tempo em que podem comprovar publicamente a sua “pureza”. Ou seja, mostrar ali, para seus amigos, amigas, “ficantes”, pretendentes, “heteros”, pesquisadores (nós), profissionais da saúde que é uma “bicha limpa”. Aliás, esse era o adjetivo acionado por vários dos presentes quando anunciavam o resultado se seu exame: “Tô limpa, bicha!”.

Podemos pensar, ainda, a partir da proposta da Simone Monteiro (2002), que também trabalhou com adolescentes de uma preferência carioca, quando ela elabora o conceito de hierarquia de riscos: qual o lugar da AIDS, como doença divulgada como crônica, para jovens que estão sob inúmeras ameaças cotidianas? Problemas de aceitação em casa, com episódios que vão da tensão constante, às surras e até expulsões; como aconteceu, com o próprio Vicente. Ou as tensões narradas por Karen, que manifestava grande apreensão em relação às insistências do pai em fazer dela um homem. Ou o medo de serem atacados ou atacadas, no ponto de ônibus, ao saírem da Praça. Os riscos são pensados contextualmente, são relativizados também, e nem sempre a AIDS

aparece como um problema iminente ou relevante na perspectiva de algumas destas pessoas com as quais convivemos.

Na leitura de Cláudia Barros, coordenadora do Programa Municipal de DST/AIDS, mais do que uma relativização de riscos, houve uma certa banalização da doença por parte dos/das jovens. Ainda que os números venham crescendo entre este segmento, conforme dados oficiais, para Barros estabeleceu-se a ideia da eficácia dos medicamentos, pois a divulgação de seus resultados raramente trata dos efeitos colaterais do “coquetel”, nem do que significa tomar medicamentos pelo resto da vida, vendendo uma imagem de que viver com AIDS não é tão difícil assim. Ela lembra que a adesão é ainda um desafio, não só para a AIDS, mas para todas as doenças crônicas. Perguntamos, então, o que os gestores podem fazer, o que tem sido pensado para essa geração, por exemplo, que se reúne no Sucão. Ela responde com honestidade: “não temos respostas para essa geração de jovens gays”.

### **Vozes oficiais e insatisfações pessoais**

Quando se trata de travestis adolescentes e jovens e meninos femininos, as respostas oficiais parecem se escassear e as vozes de gestoras e gestores tornam-se quase inaudíveis frente a algumas iniciativas (e também nos reclamos em relação à falta delas) do poder municipal. Essa sensação de impotência aparece também nas análises do coordenador de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual de Campinas, Paulo Reis, que identifica disputas acirradas entre os diferentes setores da Prefeitura, nas quais o campo político da diversidade sexual acaba sendo secundarizado e trabalhando isolado. De acordo com ele, o cenário atual aponta para a necessidade de se construir políticas públicas intersetorialmente, de maneira a atender às demandas colocadas pelo movimento social, bem como gerar respostas aos problemas já diagnosticados: a baixa escolaridade de travestis, o uso de drogas ilícitas, a busca por e as dificuldades de pessoas que não atendem os padrões estabelecidos de gênero em se inserirem no mercado de trabalho formal.

Há, segundo Reis, uma espécie de hierarquia da cidadania, não explicitada, que gera desde comentários desprestigosos em relação às demandas vindas da Coordenadoria pela qual é responsável, até o isolamento desta na estrutura do poder municipal. Isto fica mais claro no exemplo oferecido pela assistente social e coordenadora do CREAS LGBT, Valdirene Santos, ao referir-se à cota de cestas básicas que o serviço mantém para atender principalmente travestis em situação de carência econômica:

(...) Nós não devíamos ter essa cota. Nós temos outros serviços de assistência que deveriam dar conta disso lá no bairro onde elas moram, mas a gente sabe que não vai dar. A nossa preocupação em abrir mão dessa nossa cota, é porque a gente sabe que eles lá não vão dar. Porque lá, elas não vão ser prioridade. Entre uma mãe com marido preso e cinco filhos e uma travesti, a gente sabe para quem vai até a cesta básica.

Na leitura de Santos, o isolamento dos gestores que atuam junto à chamada população LGBT, já mencionado por Paulo Reis, aparece na forma de segmentarização e “guetização” dessa população:

Quando o Centro de Referência foi criado, logo no início, nos começamos a apresentar o nosso trabalho para outros serviços. Aí começou a acontecer assim: aparecia uma lésbica, uma travesti, um gay em qualquer outro serviço da prefeitura, eles mandavam pra gente. Independente da demanda que tinham. Porque é assim, ‘lugar desse povo, é lá no Centro de Referência.

Independente desse processo de segmentação estabelecido via funcionários, as travestis, afirma Valdirene Santos, acabam recorrendo mais ao CREAS LGBT por não se sentirem seguras ou acolhidas em outros serviços estatais. “E aí elas não procuram os serviços de saúde, os serviços de assistência”.

Em relação à saúde, os serviços acessados parecem ser aqueles ligados à DST/AIDS. Suzzy Cristel, que atende no Centro de Referência em DST/AIDS, diz receber várias travestis jovens ali, com as quais pretende começar um “trabalho de formiguinha” em relação à hormonoterapia. “Nós precisamos criar essa demanda dentro dos postos de saúde. Elas precisam saber que o clínico é obrigado a prescrever os hormônios, porque aqui a gente tem esse protocolo”. Ela se refere a um documento criado na cidade de Campinas já há alguns anos, mas pouco divulgado entre os profissionais da Secretaria de Saúde.

Ao fazer uma análise comparativa entre suas experiências de juventude e o presente, Suzzy vê mudanças sociais positivas entre a sua geração e a atual, e atribui ao movimento social muitos desses ganhos. Entre estes, está a possibilidade de travestis circularem com mais segurança durante o dia, movimentação que era arriscada em outros tempos. Ela conta orgulhosa que



naquela tarde da nossa entrevista, havia acompanhado um ato público<sup>31</sup> onde travestis e “meninos montados” participaram carregando faixas e cartazes.

Apesar das dificuldades atribuídas ao pioneirismo das ações e às resistências políticas e sociais diante das mudanças em curso, Paulo Reis contabiliza avanços, e identifica a Parada da Diversidade como um marco na constituição de visibilidade positiva para as sexualidades dissidentes. Isso criou “uma moçada que não tem tanto medo de se expor quanto a minha geração”. Viver sem medo, crescer sem a marca da vergonha são, na análise de Paulo, ganhos que não podem ser desprezados.

### **“Aqui pode”: visibilidades festejadas e violência consentida**

Já passa das dez da noite e há grande agitação na Praça. Algumas pessoas gritam o nome de uma menina em ovação: “Diana, Diana!”. Um dos taxistas comenta que todo dia é aquilo, referindo-se à briga que envolveu grande parte dos/das adolescentes que estavam ali naquele momento. A confusão começou aos pés da estátua de Bento Quirino, colocada de costas para a do então monarquista Carlos Gomes, em frente à lanchonete Sucão.

O enfrentamento é entre uma menina alta e de aparência masculinizada e dois rapazes visivelmente bêbados. Primeiro, trocas de tapas, seguidas de chutes e socos. Ela se joga com os pés sobre o peito de um deles, logo defere um tapa no outro. Eles vão para cima dela e apanham mais. Começa a juntar gente e não entendemos quem bate em quem e quem está contra quem. Os rapazes começam a vir para o nosso lado. Estamos junto dos taxistas, em uma das margens do retângulo. A menina avança mais uma vez sobre um deles. O pé dela acerta as costas do mais magro, que cai. Algumas pessoas aproveitam para espancá-lo, enquanto Diana acerta o que ficou de pé. Neste instante, ouve-se o estouro de uma bomba de festa junina. Em seguida, mais duas explodem, mas, aparentemente, os únicos assustados em meio à fumaça somos nós. Procuramos saber com os taxistas do que se tratava. Um deles, admirado, nos pergunta se nunca havíamos estado na Praça e nos explica que o autor das bombas é o dono do bar de esquina que fica exatamente ao lado esquerdo da lanchonete Sucão.

Apesar dos estouros, a confusão continuou com um bloco de pessoas empurrando os rapazes cambaleantes para fora da Praça. Nesse momento, um dos taxistas vira para nós e comenta: “depois querem respeito”. Um outro

emenda, “e dizem que são uma comunidade”. E o primeiro: “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Ambos riem.

As brigas que ocorrem ali não aparecem como um problema na entrevista de Alex, o taxista que se dispôs a conversar conosco. Ele associa a violência ao pouco policiamento do local durante a noite, acrescentando que isto os deixa (ele e seus companheiros) bastante desprotegidos, sobretudo depois que o movimento diminui. O que parece agredir Alex é o comportamento dos seus frequentadores e frequentadoras. “No caso, assim, eu que sou novato aqui, só tou há um ano no turno da noite, mas a gente repara que é um mundo bem diferente daquilo que a gente tava costumado ver. Aquilo que a gente tava costumado a conviver, mesmo nessas questões de homossexualismo, a gente fica, assim, escandalizado”.

Religioso, mas “de mente aberta”, Alex conta que sempre fala de Jesus para os/as passageiros/as que tomam seu táxi, abrindo o diálogo que, segundo ele, o fez perceber que “aquelas pessoas são como as outras”. Apesar disso, quer mudar de turno:

Aqui é complicado. Porque eu vejo assim, né, é o ambiente que faz o indivíduo. Assim, muitas vezes... a gente trabalhando aqui noite após noite, sei lá, é uma energia meio esquisita. Cê vê, o meu filho mesmo. Eu tenho um menino de cinco anos e uma menina de oito. Eu fico preocupado com o meu menino, sabe. O meu menino é carinhoso e tudo, mas sabe, já embarulha a minha cabeça.

Rai, gerente do Sucão, ao contrário de Alex, diz encarar com tranquilidade a rotina da Praça, pois, segundo ele, os e as frequentadores/as do bar “são muito legal. Melhor do que gente normal [risos]”. Apesar disso, o gerente disse que teve de cortar demonstrações de afeto entre pessoas do mesmo sexo fora do horário noturno, devido à reclamação de clientes. O que pareceu acertado para Jéssica, citada anteriormente, que se reconhece como “homossexual”. Para ela, existem lugares apropriados para que pessoas do mesmo sexo demonstrem carinho, e tem de se respeitar famílias e crianças. Como ela, outras/os clientes parecem também ter aceitado os limites de horário, pois Rai disse não ter tido problemas com essa regra. “Tem até um que perguntou: ‘é preconceito?’. ‘Não, num é preconceito. Mas é totalmente diferente beijar mulher com mulher, homem com homem. Né, diferente?’. E aí o cara, ‘ah, não, é mesmo, num tem problema. E eles entende. É bom

por isso”.” Jéssica concorda inteiramente com essa circunscrição do espaço de expressão dos afetos e desejos entre pessoas do mesmo sexo, dando como exemplo o fato de não achar “bonito” duas mulheres de mãos dadas por aí. “Aqui, tudo bem, pode. Nosso espaço é aqui, é uma conquista. Não dá pra sair chocando, entende?”.

Algumas das “montadas” parecem entender bem que essa permissão é territorializada. Chegam à Praça com trajes que podemos classificar como “neutros” em suas características de gênero, trazendo nas mãos sacolas de plástico ou papelão. Vão até o banheiro do Sucão e dali saem de peruca, vestido, sandália. Por volta das 23h, quando os últimos ônibus para a periferia deixam de circular, elas se “desmontam”, antes de voltarem para seus bairros. É o chamado “efeito Cinderela”.

A discrição demandada durante o dia por alguns clientes se inverte à noite, quando aparecem curiosos “pra ver se é verdade mesmo. Muito gente vem do Amanda (bairro na periferia de uma cidade vizinha) porque não acredita que aqui é ponto gay. Que aqui mulher beija com mulher e homem com homem”, comenta Rai.

Essa “curiosidade” parece ter se estendido para vários setores da sociedade, pautando temas relativos às sexualidades não-heterossexuais como assunto recorrente na mídia. As reiteraões de estereótipos que por vezes ocorrem nessas veiculaões podem ser vistas como positivas, como fica claro no depoimento de Rafaela que foi ao programa do Ratinho juntamente com Deco Ribeiro e Chesler Moreira, responsáveis pela “Escola Gay”. Deco avaliou a abordagem como sendo desprestigiada e quase debochada, mas Rafaela achou que foi “tudo! O Ratinho foi finíssimo. Tratou com maior respeito. Me disse assim: ‘nossa, você parece mulher!’”. Ou quando ela esteve no Programa do Gugu (único a pagá-la com um cachê) para ser o exemplo da aplicação de silicone industrial que “deu certo e mesmo assim não deu certo, entende? Porque isso vai ficar sei lá de que jeito quando eu envelhecer. Então, tinha a bicha que deu tudo errado, a outra que deu assim no truque, e eu que era a que mesmo dando certo, não deu certo”, explica, acrescentando ter realizado um sonho indo àquele programa.

A mídia parece exercer esse poder de sedução, no qual o mostrar-se é lido como sendo prestigioso, ainda que o conteúdo da mensagem dê margens para reforços de imagens negativas sobre determinados segmentos. Mesmo a mãe de Vicente/Silvana Sangalo, que não vive com ele/a e teve dificuldades

em aceitar a orientação sexual do filho, propagou pela vizinhança que ele iria aparecer no programa *Altas Horas*, da Rede Globo, comandado por Serginho Groisman. Vicente esteve lá, junto com outros jovens para falar sobre a “Escola Gay”.

Daniel, um dos meninos que se identifica como *drag-queen*, certa vez fez um comentário que aponta para como essa visibilidade midiática pode ser contabilizada de forma positiva. Quando seu pai – que sempre o desprezou e, mesmo, o condenou, por ser um menino “afeminado” – viu matérias no *Fantástico* sobre a Parada da Diversidade, não teve coragem de fazer os comentários que geralmente soltava para todos, mas que Daniel sabia que tinham um endereço certo: eram para atingi-lo. “Cada vez que ele falava aquelas coisas lá, eu entrava mais pra dentro do armário. Mas naquela vez do *Fantástico* ele ficou calado. A reportagem não era negativa, mostrava que tinha um monte de gente como eu. Ele teve que ficar calado. Eu adorei” [risos].

### “...Depois, querida, ganharemos o mundo<sup>32</sup>”

Os entrevistados falam de suas conquistas, contabilizadas na luta por se fazer aceitar e respeitar. Aparentemente pequenas, elas podem ter significado expressivo para essas e esses jovens que cresceram sob a marca da vergonha e o sentimento de inadequação.

Rúbia conta como vitória contra o preconceito o fato de não ter sofrido qualquer agressão desde o primeiro momento em que foi “montada” para a escola e vê como um avanço o fato de ter permissão da diretora para usar o banheiro feminino. Ainda que não tenha seu nome feminino na lista de chamada, a professora faz a concessão de chamar todos pelo número, o que seria uma forma de evitar o constrangimento de Rúbia. “Este ano aconteceu o pior... cai com o número 24. Ai que ódio. Ela chama e eu de cabeça baixa só levanto a mão, ‘aquí’”. Na escola, senta isolada e diz não ter muitos amigos, só algumas meninas. Mas que todo mundo a procura quando perde matéria e ninguém a despreza. Por tudo isso, considera haver menos preconceito, o que a tem mantido no firme propósito de concluir o Ensino Médio. Vicente, no entanto, reclama de onde estuda. Lá os efeminados, queixa-se ele, não são respeitados. “A diretora não deixa nem experimentarem um cílios, para ver como fica”.

Nossos dados de campo apontam para permanências, mudanças e reinscrições nesse terreno acidentado das convenções sobre gênero e sexualidades dissidentes, onde meninos femininos e travestis ainda muito jovens procuram espaço para se expressarem e construir suas vidas.

Ao evitarmos as casas de cafetinas e os pontos de prostituição, percebemos que há uma cena nova, incipiente, mas efervescente, na qual uma pluralidade de expressões de gênero, de categorias identitárias são inventadas, reformuladas, reivindicadas, recusadas, na busca dessas/es adolescentes e jovens de se entenderem, a si mesmos, a partir das estreitas possibilidades dos binarismos hetero/homo e masculino/feminino, normal/desviante.

Novos espaços de visibilidade e sociabilidade vêm sendo constituídos, oferecendo possibilidades mais largas para pensar em si mesmo e questionar normas. Ainda assim, não é raro que as angústias em relação à questão “o que eu sou”, encontrem dificuldades de respostas fora dessa matriz hegemônica. Os limites deste modelo se evidenciam a cada momento, mas parece que, pelo menos por ora, as ferramentas para enfrentá-lo, desconstruí-lo e problematizá-lo não estão suficientemente elaboradas, ainda que na prática elas operem, mostrando que toda essa maquinaria do sexo e do gênero falha.

Em busca de termos de identificação e reconhecimento, meninos/as experimentam aqueles que estão disponíveis. Tentam fazer com que eles sejam capazes de traduzir a complexidade de suas vivências e, muitas vezes, se frustram. Mas, como nos lembra Preciado, a normalização dos gêneros não implica, necessariamente, determinismos, nem impossibilidade de ação política:

Al contrario. Dado que la multitud queer lleva en sí misma, como fracaso o residuo, la historia de las tecnologías de normalización de los cuerpos, tiene también la posibilidad de intervenir en los dispositivos biotecnológicos de producción de subjetividad sexual (2004: s/n).

As diversas pesquisas – inclusive, as citadas neste artigo – têm mostrado que essa “comunidade” encontra dificuldades em se irmanar ou se reconhecer na fixação das letras L, G, B, T, e de outras mais que estão sendo agregadas. Pelo menos entre essas e esses adolescentes e jovens apresentados aqui brevemente, dizer-se ou ser apontada/o como travesti, *drag*, *gay* ou qualquer outra classificação identitária, não parece ter acalmado nelas as dúvidas e as ansiedades quanto à possibilidade de viverem vidas mais legítimas.

Porém, o campo nos mostrou que há uma intensificação das reflexões sobre essas vivências como exercício cada vez mais presente na vida de meninos femininos, jovens travestis, “montadas”, *drags*, assim como daquelas pessoas que, considerando que vivem “em outro mundo”, têm visto as fronteiras ficarem cada vez mais borradas. Foi interessante e promissor conviver com jovens que têm ousado burlar as convenções de gênero e sexo, ao mesmo tempo em que buscam com ansiedade uma gramática possível, uma semântica nova para o novo que eles representam. Talvez a encontrem em breve, pois tem havido um esforço orquestrado nesse sentido, mesmo que as resistências reativas ainda sejam sensíveis.

---

### Notas

1 A Praça chama-se oficialmente Bento Quirino, em homenagem a um campineiro republicano que fez seu nome na política dos anos 30 naquela cidade. O nome Sucá associado à praça é referência à franquias de lanchonetes que tem um ponto no local; este se constitui espaço de encontro de adolescentes. Concentramos nossa observação participante nesta praça.

2 Estar montada é se apresentar como feminina, através de roupas e acessórios comumente usados por mulheres (saias, bolsas, maquiagem, cabelos longos, etc). O pai de Vicente passou a buscá-lo nos lugares em que ele costuma passear e fazer sua militância depois que o rapaz, ainda menor de idade naquele momento, foi agredido e teve o celular roubado, quando “montado” como Silvana Sangalo, esperava o ônibus para retornar para casa.

3 Este artigo foi elaborado a partir do engajamento da autora e autor no projeto de implantação da área de pesquisa “Diversidade sexual, poder e diferença”, no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp. O projeto obteve apoio da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e teve como coordenadoras as pesquisadoras Iara Beleli e Karla Bessa, do Pagu. Integraram, ainda, a equipe de coordenação a pesquisadora Regina Facchini (Pagu/Unicamp) e a Professora Larissa Pelúcio (UNESP Bauru). Diferentes estudantes também colaboraram com esta nova área de pesquisa, assim como a equipe de profissionais vinculados ao Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/UNICAMP que já possuem experiência no tema. Agradecemos imensamente a todos/as os/as envolvidos/as pela cooperação e apoio constante.

4 Um “Ponto de cultura”, isto é, uma iniciativa da sociedade civil organizada em parceria com o Ministério da Educação e Cultura que, por meio de seleção por editais públicos, se responsabiliza por articular e impulsionar as ações que já existem nas comunidades onde atuam” ([http://www.e-jovem.com/escola\\_jovem\\_lgbt.html](http://www.e-jovem.com/escola_jovem_lgbt.html)).

Ao longo destes 11 meses de incursões no campo, entrevistamos a coordenadora do Programa Municipal de DST/AIDS, de Campinas (PM DST/AIDS), Cláudia Barros Bernardi; o coordenador de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual, de Campinas, Paulo Reis; a assistente social Valdirene dos Santos, que ocupava naquele momento a coordenação geral

“...DEPOIS, QUERIDA, GANHAREMOS O MUNDO”

do Centro de Referência Especializado da Assistência Social para Lésbicas, Gays, Transexuais e Travestis, da cidade de Campinas (CREAS LGBT); a agente de saúde vinculada ao Centro de Referência em DST/AIDS, Suzzy Cristel – Agente de prevenção e redutora de danos do Programa Municipal DST/AIDS, de Campinas e militante do Identidade – grupo de luta pela diversidade sexual – e o coordenador da ONG E-Camp e diretor do Ponto de Cultura conhecido como Escola Gay, Deco Ribeiro.

5 Confira essa repercussão em 1-) <http://noticias.terra.com.br/educacao/noticias/0,,OI4172952-EI8266,00-Campinas+tera+escola+do+Brasil+voltada+para+publico+gay.html>; 2-) <http://fantastico.globo.com/platb/ocurioso/tag/gay/> e 3-) <http://www.youtube.com/watch?v=9A9ZI9xc6yE>.

6 Para maiores informações sobre a “Escola gay” e seus cursos, consultar: <http://www.e-jovem.com/escola/>.

7 Trata-se de funcionárias/os que atuam em agências, isto é, em órgãos governamentais (sejam municipais, estaduais ou federais), como executores de políticas públicas, bem como avaliadores/as e formuladores/as das mesmas.

8 As/os agentes de saúde são, geralmente, pessoas que já exercem certa liderança em suas comunidades de origem e, por essa razão, são convidadas a se engajar em algum programa social como agente, no caso, relativo a questões de saúde. Para tanto, recebem formação para atuar com população considerada vulnerável e, comumente, não fazem parte do quadro efetivo de funcionários do Estado, mas recebem bolsas como remuneração.

9 Algumas meninas performando um estilo mais masculinizados eram jovens suficientes para não terem seios, assim como alguns meninos mais femininos, eram ainda imberbes, resultando, em ambos, aparência que borrava os códigos de estilos de gêneros.

10 Nas lembranças de Deco Ribeiro, antigo freqüentador do lugar, pelo menos desde 2003 o bar do Sucão, hoje chamado Sandubão, começava a tomar as características de público que tinha quando estávamos em campo. Segundo o gerente do bar, tudo começou com as mulheres lésbicas, que marcavam encontros via *internet*, em um momento em que o Sucão ainda não era tido como um bar “de viados”.

11 Estilo juvenil no qual a androgenia se expressa não apenas nas roupas, mas também nos comportamentos, sobretudo dos meninos, que manifestam abertamente sua emotividade (daí o nome emo, que vem de uma contração do estilo de música *emocore*). Para melhor discussão sobre sexualidade referente aos emos, ver Simão, 2008.

12 Intencionalidade muitas vezes expressa ao longo de nossos trabalhos etnográficos anteriores (ver Pelúcio, 2009 e Duque, 2011).

13 Mary Douglas define convenção como sendo “um acordo a se fazer algo de uma certa maneira sem um motivo racional do porquê deve tal coisa ser feita de tal maneira, mas com um forte desejo de todos os envolvidos de que alguma regra, seja qual for, deve ser usualmente observada. Por exemplo, dirigir pela direita, ou pela esquerda, ou fazer a feira no sábado ou na sexta-feira. Ninguém se importa qual é a regra, mas porque querem uma regra, fazem uma escolha” (2007: 26).

14 Modelo de camisa justa ao corpo e levemente acinturada.

15 Mais recentemente, a decisão do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, reconhecendo a “união homoafetiva” e o veto da Presidenta Dilma Rousseff ao chamado “Kit anti-homofobia”, ajudaram a polemizar as discussões e a manter o tema em pauta, seja no âmbito político ou no social, motivando debates travados em distintas instâncias.

16 De acordo com Miskolci, “o armário é uma forma de regulação da vida social de pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo, mas temem as consequências nas esferas familiar e pública. Ele se baseia no segredo, na ‘mentira’ e na vida dupla. Esta tríade constitui mecanismos de proteção que também aprisionam e legam consequências psíquicas e sociais àqueles que nele se escondem. Dividir-se em dois, manter uma fachada ilusória entre si mesmo e aqueles com quem convive, exige muito esforço e capacidade para suportar o medo de ser descoberto. O temor cria a necessidade de estar sempre alerta para sinais que denunciem sua intimidade e desejos, evitar lugares e pessoas que o associem a uma identidade temida, força para agir contra seus próprios sentimentos e manter o compromisso com a ordem social que o rejeita, controla e poda das mais variadas formas.” (MISKOLCI, 2007: 58).

17 Isto evidencia que nunca se sai definitivamente do “armário”, como já sugeriu Eve K. Sedgwick (2007). Miskolci acentua que não há apenas um armário, mas diversos tipos de dispositivos de controle do gênero e da sexualidade (comunicação pessoal).

18 Na nossa interpretação, essas experimentações podem ser entendidas também como brincadeiras, o que não quer dizer que elas não sejam levadas a sério quando atualizadas. Deco Ribeiro, coordenador da ONG E-Jovem, comentou conosco que ele ouve os meninos combinando durante as atividades na ONG as idas à Praça: “Eles dizem ‘ah, hoje eu vou fazer a *drag...*’ e faz uma coisa mais palco. ‘Ah, vou fazer a linha travesti’. Aí é uma coisa mais insinuante... ‘Vou de mapô’, que é aquela coisa mais menina mesmo”.

19 Frase que se tornou uma espécie de bordão de uma famosa *drag-queen* paulistana que a utiliza para ironizar algum tipo de escassez (seja de homens bonitos, de glamour ou dinheiro) ao mesmo tempo em que sugere que seu público aceite e aproveite o que se tem para oferecer, apesar das restrições.

20 É preciso considerar que esse bate-papo aconteceu justamente entre pessoas que integram uma ONG voltada para jovens gays, travestis, transexuais, bissexuais e lésbicas.

21 O termo “mona”, derivado do ioruba-nagô, é largamente usado nas interlocuções com outra travesti e, segundo alguns dicionários, significa menina.

22 Quer dizer que gostam de ser penetrados.

23 É como muitas travestis se referem ao ato de se prostituir na rua.

24 É interessante observar que quando propusemos o termo *cross-dresser* para alguns dos jovens com os quais dialogamos, eles mostraram não saber do que se tratava. Explicamos que praticantes de *cross-dressing* se vestiam ocasionalmente de mulher e que essa “montagem” não tinha ligação direta com orientação sexual. Essa explanação não diminuiu o estranhamento deles diante dessa prática, com a qual, nos pareceu, não se sentiam minimamente identificados. Em sua tese de doutorado sobre o *Brazilian Cross-dresser Club*, Anna Paula Vencato (2009), mostra que o pertencimento à classe média e a concentração etária em torno dos 50 a 60 anos foram marcadores sensíveis em seu campo.

25 É mais comum que as/os adolescentes e jovens dessa pesquisa tratem o *E-Camp* pela sigla nacional.



26 Esta lei foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em novembro de 2001, e dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual. Pode ser punido administrativamente todo cidadão, inclusive detentor de função pública, civil ou militar, e qualquer organização social, empresas públicas ou privadas. Maiores informações: <http://www.justica.sp.gov.br/Modulo.asp?Modulo=306>.

27 Encontramos Jéssica na praça panfletando e convidando as pessoas para a “passeata da diversidade” que iria acontecer “nos próximos dias”, em Indaiatuba, cidade vizinha a Campinas. Segundo o que nos disse, era intencional não divulgar o evento como “Parada Gay”, porque queriam demonstrar algo mais “sério” e “respeitoso”, para não haver resistência das pessoas “devido às imagens que normalmente são divulgadas das paradas por aí”. Segundo ela, dessa forma também não exporia quem pegasse o folheto, “quem é entendido sabe, né?”. Ou seja, não precisava explicar muito.

28 É preciso considerar também a atuação da sociabilidade na *internet* na proliferação de categorias classificatórias. Parreiras, por exemplo, mostra o papel da *internet* na constituição de novas subjetividades relacionadas a homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens, e como as categorias identitárias são acionadas no “pontocom” (em alusão aos espaços de sociabilidade da *internet*) para pensar a própria sexualidade e corporalidade. De acordo com Parreiras, a comunidade virtual que ela estudou, funciona como um espaço de “pedagogização” na forma de ser “gay” e possibilita, segundo seus interlocutores na pesquisa, uma maneira de “sair do armário”.

29 Para maiores detalhes sobre o período, no que tange à organização do movimento social LGBT, ver Simões e Facchini (2009).

30 Número, segundo o PM DST/AIDS, de pessoas que realizaram a testagem na praça do Sucão naquela data.

31 Trata-se do “EURECA: eu reconheço o Estatuto da Criança e Adolescente”, ato organizado em forma de bloco carnavalesco, por movimentos sociais e entidades que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

32 Frase encontrada no informativo “Zine Galera E-jovem”, do Grupo E-jovem, resultado de parte do projeto “Galera E-jovem – formando jovens protagonistas e multiplicadores em DST/AIDS e saúde integral”. O financiamento do projeto é da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, em parceria com o Programa Municipal DST/AIDS de Campinas. A ideia era que os adolescentes e jovens criassem, produzissem e divulgassem uma revista de bolso que tratasse de saúde em meio a outros temas de seus interesses.

## Bibliografia

BARBOSA, Bruno C. Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. Dissertação de Mestrado em Ciência Social. Universidade de São Paulo (USP), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

BENEDETTI, Marcos. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. 2005. Rio de Janeiro: Garamond-Universitária. 2010.

DOUGLAS, Mary. “O mundo dos bens, vinte anos depois”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, 2007. p. 17-32, jul./dez.

DUQUE, Tiago. *Montagens e Des-montagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes*. São Paulo: Annablume, 2011.

FRANÇA, Isadora L. Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2010.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. “Dragões”: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Universidade de São Paulo (USP). 2007.

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária. 2004.

KULICK, Don. *Travestis, sex, gender and culture, among Brazilians transgendered prostitutes*. Chicago: The University of Chicago Press. 1998.

MONTEIRO, Simone. *Que prevenção: AIDS, sexualidade e gênero em uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz. 2002.

MISKOLCI, Richard. “Comentário sobre A epistemologia do armário”. **Cadernos Pagu**. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu UNICAMP, n. 28 , 2007. p. 56-63.

MONTEIRO, Simone *et al* . “Identidades, trânsitos e diversidade sexual em contextos de sociabilidade juvenil no Rio de Janeiro”. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 35, dez, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010483332010000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332010000200004&lng=en&nrm=iso)>. Última consulta em 19/01/2010.

PATRÍCIO, Maria Cecília. Travestismo: mobilidade e construção de identidades em Campina Grande. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife. 2002.

PARREIRAS, Carolina. Sexualidade no ponto.com: espaços e homossexualidades a partir de uma comunidade on-line. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2008.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS*. São Paulo: Annablume, 2009.

PERES, Wiliam Siqueira. Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva/Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2005.

“...DEPOIS, QUERIDA, GANHAREMOS O MUNDO”

PERLONGHER, Néstor O. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense. 1987.

PERLONGHER, Néstor O. *O Que é AIDS*. São Paulo: Brasiliense. 1987.

PRECIADO, Beatriz. “Multitudes queer - Notas para uma política de los ‘anormales’”. *Revista Multitudes*, 12, 2004. Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/Multitudes-queer>. Última consulta em 20/01/2011.

SANTOS, Joseylson F. dos. *Femininos de montar: uma etnografia sobre experiências de gênero entre drag-queens*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2012.

SEDGWICK, Eve. 2007. “A epistemologia do armário”. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 28, p. 19-54. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/03.pdf>.

SILVA, Hélio R. *Travesti – A invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ ISER. 1993.

SILVESTRI, Leonor. 2010. “Las políticas del sexo y del deseo”. *Revista Ñ – revista de Cultura*, 19 de junho. Disponível em [http://edant.revistaen.clarin.com/notas/2010/06/19/\\_-02203127.htm](http://edant.revistaen.clarin.com/notas/2010/06/19/_-02203127.htm).

SIMÃO, Ângela S. Por que choras? O lugar da sensibilidade em uma tribo juvenil contemporânea: os Emos. Trabalho de conclusão de Graduação. Curso de Pedagogia – Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2008.

SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2009.

SIMÕES, J. A.; FRANÇA, Isadora Lins; MACEDO, Márcio. “Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo”. **Cadernos Pagu**, v. 35, p. 37-78, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332010000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332010000200003&script=sci_arttext).

SPINK, Mary Jane. Cad. P. “Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia”. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, Dec. 2001. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2001000600002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2001000600002&lng=en&nrm=iso)>.

VENCATO, Anna Paula. 2009. “Existimos pelo prazer de ser mulher”: uma análise do Brazilian Crossdresser Club. Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## Resumo

A pesquisa que deu origem a este artigo pretendeu mapear e problematizar as condições de vida de travestis adolescentes e jovens que vivem na cidade de Campinas (SP). Buscamos contatá-las fora dos ambientes que têm sido identificados como espaços clássicos de aprendizado e sociabilidade deste segmento, acreditando que assim as mudanças e permanências nas formas de constituição dessas subjetividades poderiam se evidenciar. Ao iniciarmos nossas incursões etnográficas fomos surpreendidos por múltiplas experimentações de gênero e vivências de sexualidade, acompanhadas do esforço de seus protagonistas em classificá-las a partir das categorias identitárias disponíveis. Então, meninos femininos, “montadas” e “drags” passaram a nos mostrar outras experiências de vida no feminino, provocando nossa imaginação sobre as experiências e lutas políticas contemporâneas no campo das sexualidades.

**Palavras-chave:** meninos femininos, travestis adolescentes, limites identitários, gênero, sexualidade.

## Abstract

This article originated in a research that was meant to map out and examine the life conditions of “travesti” (transgender) teenagers and youth living in the city of Campinas, state of São Paulo. We contacted our informants outside the environments usually identified as the common spaces where members of this group spend their time and share their experiences, as a strategy that we believed could enable us to better perceive how they construct their subjectivities. As we began our ethnographic endeavors, we were surprised by the multiplicity of ways in which these young people experimented with gender and sexuality, yet which were, at the same time, accompanied by efforts to fit these experiments within available identity categories. Feminine boys, cross dressers and drags thus constructed their own ways of living the feminine, and in doing so, stirred our imagination regarding contemporary experiences and political struggles in the realm of sexuality.

**Keywords:** feminine boys, transgender teenagers, the limits of identity, gender, sexuality.

Recebido para publicação em fevereiro/2013.

Aceito em abril/2013.

# DO UNIVERSO PERFEITO AO CINEMÃO: HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA, DESLOCAMENTO E DESEJO NA CIDADE DE SÃO PAULO

**Isadora Lins França\***

Néstor Perlongher, escrevendo nos anos 1980 a respeito do “gueto gay paulistano”, remete a um contexto em que “processos de diferenciação social entre as populações homossexuais” não estavam imediatamente relacionados a uma “lógica do consumo” (PERLONGHER, 1987, p. 117). Mais de 20 anos depois, retomando um olhar para lugares de encontro de homens que se relacionam afetivo-sexualmente com outros homens em São Paulo, dificilmente seria possível compreender tais processos de diferenciação sem considerar os desenvolvimentos de um mercado ao qual Perlongher teve acesso em período mais incipiente. O processo de diferenciação dos estabelecimentos e de direcionamento do seu público, que tem se mostrado cada vez mais intenso nas últimas décadas, parece ter um impacto considerável nos padrões de frequência aos lugares: há uma tendência à identificação de certos lugares a determinados públicos, relacionada a uma ideia de pertencimento e de adequação ao ambiente, bem como uma sempre crescente diversidade de lugares direcionados a públicos diferentes.

Considero o âmbito do consumo como um meio privilegiado na direção de evidenciar a crescente complexificação de categorias classificatórias e identificações que marca a experiência de homens que se relacionam afetivo/sexualmente com outros homens numa grande cidade como São Paulo e que se traduz na própria segmentação desse mercado. Arrisco dizer que esse processo de segmentação é produzido: 1) pelas diferenciações sociais entre homens que se relacionam afetivo/sexualmente com outros em termos de estilo e gosto e pela diversificação de lugares possíveis pelos quais essas pessoas

---

\* Mestre em Antropologia Social pela USP e doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP. Pesquisadora de pós-doutorado do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp e autora de diversos artigos nas áreas de gênero e sexualidade, consumo e política. Endereço eletrônico: isa.linsf@gmail.com

podem se reconhecer como participantes de uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008); 2) pelos cortes relacionados a classe social, gênero, sexualidade, geração e cor/raça na produção do desejo 3) por fim, responde a dinâmicas próprias do mercado, que acompanham diferenciações sociais já existentes e ao mesmo tempo ajudam a cristalizar e a aprofundá-las.

Entretanto, se observar os processos de segmentação também nos permite entender categorias, usos e sentidos atribuídos aos espaços e práticas, todo esse processo torna ainda mais interessante e significativo se perguntar como se dão os trânsitos e transgressões de fronteiras simbólicas e espaciais – ainda que porosas – entre os homens que frequentam lugares de consumo nesse contexto. Tal interesse é ponto de partida para este artigo e nasce da circulação entre diferentes lugares e áreas da cidade, observadas durante pesquisa de doutorado<sup>1</sup> que é fonte de parte dos resultados aqui analisados (FRANÇA, 2010). No decorrer da referida pesquisa, pude perceber que um dos principais vetores de deslocamento seguia a atração que os *cafuçus* – *cafuçu* é a denominação de um tipo masculino marcado pelo “rústico”, pela “virilidade” e pelo pertencimento a classes populares – despertavam em homens de maior poder aquisitivo e padrões de consumo mais elevados. A busca pela efetivação dessa fantasia, ou mesmo do próprio desejo de “transgressão”, como notava Perlongher, fazia com que sáíssem momentaneamente de cena boates, restaurantes e bares voltados para “gays” de classe média, tidos como consumidores sofisticados, e entrassem saunas, cinemões e hotéis de estadia curta, localizados em áreas deterioradas do Centro da cidade. O desejo erótico, compreendido na sua dimensão social, no seu cruzamento com deslocamentos espaciais de dimensões locais e regionais, ganha centralidade nesta reflexão.

A outra fonte de resultados analisados aqui é decorrente de pesquisa em que me dedico justamente a compreender deslocamentos locais, regionais e transnacionais de homens *gays*<sup>2</sup> de classe média a partir da cidade de São Paulo<sup>3</sup>, considerando as possíveis ambivalências que carregam em relação a itinerários e motivações e como essas pessoas lidam com convenções relacionadas a marcadores sociais da diferença como classe social, cor/raça, gênero e sexualidade em meio aos deslocamentos que produzem. Neste artigo, trago reflexões ainda preliminares a partir dos resultados das mencionadas investigações e que se referem especialmente à circulação em contexto local.

Apresento, inicialmente, notas etnográficas sobre uma das maiores boates da cena paulistana, abordando brevemente o perfil de seus frequentadores e a produção de distinções e de sujeitos tidos como mais ou menos desejáveis naquele contexto, para passar a explorar, ainda que de modo bastante preliminar, os deslocamentos espaciais e simbólicos produzidos pelos seus frequentadores na sua articulação com o desejo.

### **Na boate: universo perfeito**

Um ponto importante a se considerar, quando pensamos em como diferentes lugares estão imersos em relações de poder, diz respeito aos fluxos de informação que os atravessam e à capacidade de seus frequentadores e proprietários de manejar e fazer circular informações sobre o lugar e sobre si mesmos, bem como de produzir espaços que sejam vistos como “representativos” de ideias relacionadas à “homossexualidade”. Há um intenso fluxo de informações que passa por cidades como Nova York, Londres, Berlim, Barcelona, entre outras, e que contribui para a fabricação de aparentes “consensos” em torno dos estilos associados aos “gays”, materializados nos espaços de lazer noturno, incluindo desde o consumo de determinadas roupas até os tipos de psicoativos. Em certo sentido, no decorrer da pesquisa, a *The Week* apareceu como a realização desses “consensos”: ali, haveria maior sintonia com as modas associadas aos gays e à reprodução de imagens que reforçam certos padrões de consumo. Um fator fundamental é a visibilidade adquirida pelo estabelecimento: é quase obrigatória a sua presença nos principais guias e roteiros de lazer da cidade, sejam eles da mídia segmentada ou não. Na *internet* é visibilizada por muitos *sites* e blogs como a mais importante boate *gay* do país, além de ser a maior delas. Sua visibilidade é aumentada, ainda, pelas filiais no Rio de Janeiro e da *The Week* Floripa e pelos projetos internacionais, em que sua marca é responsável pela promoção de festas na Europa.

Tanta exposição, além do volume do empreendimento, faz com que a boate tenha sido a mais citada em todas as entrevistas da minha pesquisa de doutorado, como se houvesse selado um padrão ao qual fosse necessário remeter quando o assunto se refere aos lugares relacionados à homossexualidade, seja para criticar ou para afirmar esse padrão. Assim, os significados associados à *The Week* estavam sempre relacionados a um padrão de excelência no setor de serviços voltados para o público gay e à melhor realização do formato de boate de que se tem notícia, por um lado, e à produção de normatividades que geram adesão ou recusa, por outro lado.

*Universo perfeito* foi, durante um tempo, o *slogan* da boate<sup>4</sup>, referida daqui em diante como *TW*, como é mencionada. O *universo perfeito* remete à construção paulatina do espaço da boate, além de sugerir uma desejável e eficiente previsibilidade no que refere ao seu funcionamento, ao público frequentador e às interações que ali se dão. Na inauguração, conta-se, a boate era um galpão pintado de branco, com sistema de som alugado e, segundo um entrevistado, uma iluminação *mais ou menos*. Hoje, o espaço tem duas pistas de dança, área aberta com jardim e piscina, camarote, área VIP<sup>5</sup> e estacionamento. Essa estrutura física, junto com o equipamento de som e iluminação, concorre para a criação de um ambiente articulado para estimular os sentidos de forma singular.

Na primeira vez em que fui à *TW* como pesquisadora, comemorava-se o seu quarto aniversário. Naquele sábado, o *DJ* convidado vinha do exterior, como é comum em muitas ocasiões, e o valor do ingresso, para mulheres (sempre mais caro) era de R\$ 60,00 – o que correspondia a 13,15% do valor do salário mínimo na época [ano?]. Quando cheguei, pouco antes da uma hora da madrugada, ainda era cedo para que o público tomasse todos os espaços. Fui à boate imaginando que não teria muita empatia com a música. Após duas horas ininterruptas dançando perto das caixas de som, com os olhos fustigados pela iluminação e uma massa de pessoas ao meu redor, percebi que, por mais que mantivesse o foco em observar as características do lugar, meu corpo mexia-se involuntariamente. Para minha surpresa, depois de um tempo, aquela sensação de dançar quase que automaticamente tornava-se também prazerosa.

A música eletrônica havia apenas cumprido seu papel: fazer dançar continuamente. Uma vez que nos dispomos a estar ali continuamente, os efeitos da música e das luzes se impõem sobre o corpo. Minhas sensações eram amplificadas por estar sozinha e não ter ninguém ao meu lado com quem pudesse trocar impressões. Esse, aliás, é um dos “mandamentos” da pista de dança: não se deve falar com as pessoas exceto por pequenas frases, para não atrapalhar o andar das sensações esperadas<sup>6</sup>. Esse aspecto faz parte de uma série de convenções que devem ser seguidas pelos apreciadores de música eletrônica. As performances dos *DJs* são intensamente reverberadas na *internet*; alguns deles são esperados com ansiedade por parte dos frequentadores e é sinal de prestígio ter *ouvido eletrônico*, termo utilizado por um entrevistado.



Fundamentalmente, a música eletrônica de pista é feita para dançar, como afirma Ferreira (2006). Segundo o autor, é uma combinação entre intensidade, frequência e velocidade que induz o corpo a se movimentar no que chama de “transe maquínico”. Esse conjunto faria o corpo vibrar junto com a intensidade, ser atravessado pela frequência de graves e agitar-se na velocidade das batidas<sup>7</sup>. Esse conjunto de parâmetros acionado em proporções pouco usuais em nossas experiências cotidianas fora da pista de dança combina-se para criar efeitos específicos e depende de um sistema de som capaz de atingir volume e frequência incomuns. Os sons subgraves, especialmente, não são exatamente audíveis: deles se espera que produzam um deslocamento de ar na caixa torácica capaz de transmitir uma sensação de “preenchimento do corpo” (COUTINHO, 2004). A iluminação completa esse sistema, articulando-se ao som na produção de sensações: na *TW*, percebi diferentes tipos de iluminação, com fachos de laser verde que dançavam conforme a música; canhões de luz que giravam em muitos sentidos e liberavam cores diferentes; e refletores que piscavam em determinados momentos.

Imersa no coletivo dançante é mais difícil perceber o efeito de conjunto produzido na pista. Do mezanino da boate, vendo as pessoas do alto, é possível perceber seu movimento, ao qual deve estar atento o *DJ*, que deve manter as pessoas dançando e conduzir seus movimentos, sendo também conduzido pela reação coletiva. De cima, as pessoas pareciam movimentar-se como moléculas que se fundiam e se separavam, formando compostos móveis. A maior parte das pessoas dançava sozinha, num espaço individual restrito pela aglomeração. Havia também os que dançavam em grupos de três, abraçados uns aos outros. Com as mãos, aquele que estava na ponta abraçava o da frente, que era abraçado por alguém que estava atrás, que esticava os braços para acariciar o da ponta. Alguns se entretinham em longos beijos, na boca, ombros e pescoço. Tudo isso era feito enquanto os corpos se moviam no ritmo da música e esses indivíduos, pares, trios e quartetos podiam eventualmente sair de cena ou se engajar em novas combinações. As aproximações entre as pessoas eram recebidas com delicadeza, no ritmo da música, criando uma impressão agradável de fluidez entre corpos, música e luz. Em alguns momentos, a música ganhava interrupções rítmicas ou trazia um refrão conhecido, o que era marcado pela iluminação, que poderia se acender ou escurecer totalmente por um segundo. Nesses intervalos, a interação entre pequenos grupos podia ser quebrada, gerando reações mais massivas, como o levantar coletivo dos braços.

## Categorias, hierarquias, distinções

A pista de dança, entretanto, não é apenas o lugar do prazer e da multiplicação de sensações físicas, mas compreende também um universo de significados e relações. A maneira como os diferentes grupos se distribuíam nesse espaço e as autorizações explícitas e implícitas para que cada um se posicionasse marcavam círculos de prestígio e afinidade. Do meio para o fim da pista de dança ou na pista menor da *TW*, pude notar os mais novos, os que tinham corpos menos condizentes com o padrão valorizado dos fortes e musculosos, os de apresentação mais imediatamente reconhecida como feminina, os que usavam menos roupas de marcas valorizadas no momento ou que aparentavam menor poder aquisitivo, os negros, os mais velhos, as poucas travestis, um número razoável de mulheres, os *heteros* com namoradas ou homens à procura de mulheres.

Conforme nos movimentamos pela pista em direção ao *DJ*, o cenário modificava-se suavemente. Blázquez (2009), em sua pesquisa num clube argentino, nota que a pista de dança é orientada para a cabine do *DJ*, o ponto mais visível do lugar, destacado por recursos cenográficos e de iluminação. Na *TW* não era diferente: a proximidade do *DJ* também definia os espaços mais ou menos prestigiados. Logo atrás do palco do *DJ* estava a área VIP e, nas laterais, pequenos camarotes pagos pelos clientes. O *DJ*, em cima do palco (clientes especiais ou o dono da boate eventualmente podem dançar ao seu lado), podia ver toda a pista. Seu espaço mais nobre é em frente ao palco e dá a dimensão dos padrões valorizados em termos de apresentação pessoal: ao redor das caixas de som concentravam-se os mais musculosos, com corpos que lhes “permitiam” tirar a camisa; tatuagens, cabelos bem cortados, calça *jeans* de alguma marca valorizada no momento, cuecas com o cós aparente mostrando a marca, óculos escuros, dentre outros. São os *bombados*<sup>8</sup>, *barbies*<sup>9</sup> ou *bunitas*<sup>10</sup>.

Uma boate na proporção da *TW* atraía um público bastante diversificado, mesmo considerando os impeditivos relacionados ao preço do ingresso. Se o seu público alvo parecia ser as pessoas que ficavam mais próximas do *DJ*, os outros também eram necessários para manter a casa funcionando, mesmo que houvesse referências a quem está lá *apenas para encher a pista*. Para o dono da casa, a diversificação do público era importante. A *TW* não atraía exatamente todos os tipos, mas não se pode negar a existência de uma relativa diversidade. Mesmo o esquadrinhamento de como se organizavam os espaços do lugar pressupõe constante trânsito de frequentadores pela boate.

Além disso, havia também os que não podiam ser alocados em nenhuma das categorias aqui mencionadas.

Cabe também notar que não há uma relação direta entre classe social e poder de consumo *in loco*, pois não eram necessariamente os de maior poder aquisitivo que consumiam mais na boate. Bill, por exemplo, é um rapaz que se qualificou espontaneamente como de *classe média baixa*, tinha 22 anos, *branco, gay*, trabalhava durante o dia e estudava no período noturno numa faculdade particular. Filho de policial militar e mãe funcionária pública (sobre ambos, dizia que *nem meu pai, nem minha mãe são formados*), residia com os pais na Zona Leste da cidade. Empregava boa parte dos seus rendimentos mensais no lazer e, quando descrevia como são as noites em que ia para a *balada*, especialmente para a *TW*, afirmava: “a gente vai sempre pra balada, tipo assim, a *The Week*, a gente pega o ônibus, entra, me acabo lá de tanto beber. Aquele dia que você me encontrou lá, minha comanda fechou em 170 paus! Só tomei sabe o quê? Só *cosmopolitan*.”

As associações do *cosmopolitan*<sup>11</sup> com o *glamour*, o bom gosto e um estilo de vida que envolve elevado poder aquisitivo, além da ligação com figuras femininas que chamavam muito a atenção da mídia segmentada e dos homens *gays* que se interessavam pelos temas dos seriados e música *pop*, fizeram da bebida um sucesso entre os *gays* – e também entre pessoas com gosto informado por essas referências e que frequentavam lugares capazes de suprir esses desejos de consumo. Não é descabido pensar que Bill revelasse um desejo de participar desse universo de consumo, agregando significados à sua imagem pessoal. Entretanto, essa estratégia distintiva nem sempre é a mais eficiente, podendo, inclusive, significar uma necessidade de distinção recorrente entre os que têm menos prestígio.

Maurício, arquiteto, 31 anos, *gay, pardo*, filho de empresário e dona de casa, que residia sozinho na região central de São Paulo e que poderia ser classificado como alguém de classe média alta – não só pelo poder aquisitivo, mas pelo acesso e manejo de informações sobre arte, cultura em geral, *design*, por exemplo –, observava que, quando ia à *TW*, não chegava a gastar 100 reais numa noite, adicionando que *a noite não vale mais do que isso e que, quem gastava, não eram os tops*: “conheço um menino aqui do centro e já fui com ele à *The Week* algumas vezes. E ele gosta de gastar quando vai. Eles sabem que quem paga a boate é a pessoa que vai ali porque quer algo para além dela. As tops não pagam entrada. E não vão ficar ali bebendo.” Embora o entrevistado

note uma tendência importante de isolamento entre os diferentes grupos que identificava, afirma que, na *TW*, ainda é possível ver “*um cara que faz filme pornô e um cara que é herdeiro de um grupo financeiro importante em São Paulo, e vê mesmo. Está ali no meio de três mil pessoas.*”

Tendo a pensar que essa heterogeneidade de pessoas de diferentes classes sociais gera uma grande ansiedade por diferenciação e distinção. Tais processos não necessariamente envolviam um corpo musculoso e depilado, alto poder aquisitivo e o consumo de determinados itens ou a quantidade e manejo adequado de certas informações (sobre moda, arte, cultura em geral, atualidades, cinema, por exemplo), mas estavam na intersecção entre esses predicados. Esse desejo de distinção não abarcava todos os frequentadores, mas marcava o lugar e seus sistemas de produção de diferenças, categorias e hierarquias, materializando-se nos corpos e estilos e orientando também a dinâmica dos desejos.

### **Norma e transgressão na dinâmica dos desejos**

A produção de quem é desejável na boate também passa pelos mecanismos de prestígio e afinidades. Alguns traços, porém, aparecem de forma mais incisiva quando se considera a dimensão do desejo. Entrevistados foram enfáticos ao afirmar que a primeira característica a ser observada num possível parceiro é o corpo. Durante a pesquisa, observei em revistas, *sites*, *blogs* e propagandas<sup>12</sup> incontáveis exemplos do *corpão*. Necessariamente, o *corpão* deve apresentar músculos definidos e desenvolvidos, especialmente no peito, barriga e membros superiores, que, junto com costas e ombros, devem ser depilados ou pelo menos ter pelos cuidadosamente aparados. Embora uma aparência corporal *fitness* (ou seja, de músculos bem definidos e pouca gordura corporal, mas não hipertrofiados) tenha ganhado espaço nos últimos anos, ainda era muito presente o modelo dos músculos superdesenvolvidos.

Nenhum dos dois modelos é facilmente atingível. Ambos dependem de muitas horas de musculação e ginástica e, em certa medida, de substâncias capazes de *fazer crescer* os músculos. É difícil alcançar o corpo almejado sem o uso dessas substâncias, considerando a rotina dos frequentadores da boate: segundo um entrevistado, só é possível ter os músculos desejados se a pessoa enfrentar uma *rotina espartana de esportista* ou tiver uma *genética africana abençoada*. O corpo desejado – para si e nos outros – é sabidamente produzido

a partir de substâncias artificiais, o que não é em nada depreciativo<sup>13</sup>. Como diz Igor, *gay*, advogado, branco e residente num bairro de classe média alta:

(...) tem que ter um corpo malhado, se possível, com uso de anabolizante, porque você está falando de um nível de definição muscular e de quantidade de gordura que é quase antinatural (...); quem cresce natural é planta! Pra você ter o corpo da caixinha de cueca, ou você tem uma genética africana, abençoada, que pouca gente tem, que malha e só toma cremogema e fica lindo, ou você tem que bombar. E não é bombar uma vez. Quem tem corpão mesmo, daquele que sobe no queijo da boate, faz ciclos periódicos (entrevista com Igor, 30 anos, em dezembro de 2008).

Não sou capaz de dizer se a *genética africana* é privilegiada em termos de obtenção de massa muscular e de diminuição de gordura, mas a referência parece remeter a uma ideia de natureza associada ao corpo negro, em oposição ao branco, produzido artificialmente. São pouquíssimos os exemplos de homens negros alçados a esse padrão de beleza nos veículos de mídia voltados para *gays*<sup>14</sup> consumidos pelas pessoas com quem conversei. Na boate, também eram poucos os corpos de homens negros que se encaixavam nesse padrão, o que se deve também à menor presença de negros, em comparação com homens brancos. Dyer (2002) demonstra como o corpo do homem *malhado*, produzido em academias ou por meio da administração de substâncias anabólicas, é constituído de forma racializada, apresentado em filmes norte-americanos e revistas para praticantes de fisiculturismo como restrito a homens brancos. Os corpos de homens negros, quando próximos desse ideal de definição e crescimento muscular, são identificados como naturais, sendo obliterados seus processos de produção<sup>15</sup>.

As motivações que envolvem *bombar* ou *malhar* – ou ambos – estão relacionadas à exibição do corpo, ao prestígio e ao “sentir-se desejado”. Também envolvem a movimentação das pessoas pelos lugares: há um estabelecido itinerário que compreende as opções possíveis para parte dos frequentadores da *TW*, formado pelas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis – as mesmas cidades onde há filiais da boate<sup>16</sup>. A circulação pelas diferentes cidades também causa um impacto nos padrões de beleza e desejo sedimentados por esses homens. As pessoas com quem tive mais contato, frequentadoras da boate, já haviam visitado pelo menos o Rio de Janeiro, cidade tida como a *meca* dos homens *bombados* e *depilados*, onde

“mesmo os *heteros* são assim”. Na minha passagem pela *TW Rio de Janeiro*, percebi que o tamanho dos corpos e a presença de *bombados* e *depilados* eram maiores do que em São Paulo. Naquela ocasião, um entrevistado que encontrei na *TW RJ* me disse que, lá, a *ditadura do corpo* era muito maior, que “*era inacreditável o tamanho de alguns caras*”, e que ele se sentia *muito pior* por não ser *bombado*. Afirmava que, no Rio, seu *sofrimento* era *até maior*.

A ida ao Rio de Janeiro influenciou a decisão de Lin e de seus amigos:

Quando primeira vez passei reveillon no Rio de Janeiro, eu era magrinho. Aí foi na praia, estava uma turma todas magros e passava muitas pessoas tipo fortão. Aí eu senti como sou uma pessoa transparente. Porque pessoa ninguém olha, né? Eu voltei e pensei ‘que está acontecendo?’, e meus amigos ‘ah, é porque somos magros e Rio é corpo’. E eu voltei, meus 4 amigos, começaram todo mundo a malhar. Aí um que tomou bomba primeiro e eu fui o segundo que toma bomba na turma. Aí, ano seguinte, volta pra Rio de novo, com outro perfil. Pronto! Brasileiro, americano, francês, todo mundo olhava (entrevista com Lin<sup>17</sup>, 29 anos, em janeiro de 2009).

O posicionamento no mercado afetivo/sexual e o papel importante do corpo musculoso na boate eram fontes, portanto, de ansiedades e expectativas. Igor, apesar de ter frequentado academias e feito exercícios regularmente por metade de sua vida, não considerava ter atingido o corpo que deseja para si e para os possíveis parceiros. Seus excelentes predicados são, diz ele, *pra casar* e não para *a hora de rasgar a roupa*:

Eu sou um fofo, querido, pra casar, mas na hora de rasgar a roupa não é minha roupa que vão rasgar. Não é que não me valorizo. Sei as virtudes que tenho. A questão é que essas virtudes não são moedas de troca no mundo gay. E o que eu preciso na hora do ‘vamos ver’ é moeda de troca. Eu sei que eu sou inteligente, sensível, fofo, bom partido, mas eu sei que na hora do ‘vamos ver’, na *The Week*, não é isso que vai me garantir. E eu não posso fechar demais nos bombados, mas estou de olho neles. Eu preciso investir no meu corpo pra dar uma contrapartida. Porque quem se sacrificou por isso, vai querer que o outro se sacrifique também. Eu mesmo quando estiver com o corpo lindo, vou ser mais exigente do que sou hoje. Porque tudo isso é uma escala numérica. Teu capital sexual,

no mundo gay, vem muito do corpo. É quase como ter um corpo é ter dinheiro no banco, sabe? Você ganha e perde dinheirinhos, pontinhos, de acordo com o nível do corpo. Impressionante, porque em nenhum outro meio isso é tão pronunciado como no meio gay (entrevista com Igor, 30 anos, em dezembro de 2009).

A necessidade do *corpão* é tão urgente e imediata quanto o são as negociações nesse mercado afetivo/sexual. A comparação do entrevistado com uma espécie de bolsa de valores ou com ter *dinheiro no banco* ou um *capital sexual* soa exata. Entretanto, o corpo não é o único atributo a ser considerado e, se é tão importante como *dinheiro no banco* e *capital sexual*, não podem ser menosprezados os efeitos positivos trazidos pelo dinheiro no banco e pelo capital – econômico ou cultural – em si na organização das parcerias.

As questões relacionadas à classe social em que se inserem os possíveis parceiros surgiram a partir de dois aspectos: o primeiro envolve a possibilidade do compartilhamento de determinadas experiências entre parceiros, quando se confundem um acúmulo em termos financeiros ou profissionais – que pode ser traduzido como “carreira bem-sucedida” – e o que comumente se chama de “nível cultural”, ou seja, o domínio de informações muitas vezes relacionado também à classe social. Essas características ganhavam relevância no terreno dos relacionamentos afetivos:

Acho importante a pessoa ter um certo nível de educação. Não me vejo me apaixonando por um pedreiro, por mais lindo que seja. É a pessoa ter uma certa estabilidade financeira, ou uma carreira profissional definida. Meus namorados foram muito da mesma classe social. Mas não era por preconceito; mas os lugares que eu ia, as pessoas que eu conhecia. Essa coisa do amor entre ricos e pobres já vi acontecer na vida real, mas é muito mais raro do que nas novelas. Tem uma coisa de bagagem, de assunto. Você pode achar a coisa mais esnobe do mundo, mas eu não me vejo namorando com alguém que não fale inglês. Se estou com alguém, quero trazer essa pessoa para esse mundo. E se eu for viajar e quiser ir ao teatro e for em inglês e essa pessoa não puder ir? (entrevista com Pedro, 47 anos, em novembro de 2008).

Pedro conta que, quando conheceu seu atual namorado, demonstrar pertencer à mesma classe social foi fundamental: “*o pai dele dizia que eu era o partido ideal, porque eu era de boa família, bem educado, freqüentava o mesmo*

*clube; o único detalhe era que eu era um homem. Mas tirando isso, eu sabia usar os talheres certos.”*

O segundo aspecto em que a classe social parece ter importância está relacionado a portar determinados objetos de consumo:

Porque eu acho que esse mundo gay, pessoa chama muito atenção física, que é o corpo, rosto, que tem bonito, e a finança. Então, sempre parti pra essa parte. Então, na boate, também vê pessoa assim. Se a pessoa meio moreno, com cara de interior, se vestir roupa moderno, ‘alguém está bancando’. Então, a pessoa procura ser uma aparência, bem vestido, financeiro, tem muitas pessoas se forçam a isso. Por isso a pessoa fala sempre onde eu viajei, qual marca estou usando, sempre fala isso na primeira. Então, falei, então tá, todo mundo falando, tenho que ter também. Então, começa a usar muito roupa, comprar coisa cara (entrevista com Lin, 29 anos, em janeiro de 2009).

Usar as roupas certas, falar de viagens e deixar que soubessem qual marca se estava usando era como que um texto ideal a ser reproduzido, nas falas e no estilo. Esse texto, porém, não era acessível a todos: as roupas *modernas* não apagavam a *cara do interior* e ser *meio moreno*, por exemplo – aqui, classe social claramente mistura-se com cor/raça e procedência. Atravessar fronteiras relacionadas a classe social e cor/raça a partir do estabelecimento de parcerias adicionava sempre ao relacionamento a pecha negativa de uma parceria transacional. As transgressões que envolviam diferenças sociais são bastante reguladas no universo da boate e da vida social e familiar desses homens de classe média alta. Isso não significa que não lhes restasse lugar algum. Pelo contrário, o desejo por homens das classes populares, *heteros*, “*viris*” e de pele mais escura apareceu como recorrente entre homens de classe média alta durante a pesquisa.

### **Outros itinerários do desejo**

O lugar desse desejo pela diferença não era o da boate, nem envolvia negociações com a rede social ou familiar. Um dos expedientes para a realização de determinados desejos pressupunha romper com o círculo social de amigos e familiares – para se proteger da desaprovação, mas também porque esse círculo era bastante restrito no que concerne à classe social. A



categoria do *cafuçu* emergiu nesse contexto<sup>18</sup>, constituída no entrecruzamento entre classe, cor/raça, regionalidade, gênero e sexualidade.

Os *cafuçus* são eventualmente descritos – num tom carregado de exotismo – como “um tipo bem brasileiro”, capaz de encarnar convenções sobre cor/raça, gênero e sexualidade que compõem uma determinada ideia de nação. Estamos tratando aqui, é preciso esclarecer, de uma categoria êmica, que não é descritiva de sujeitos de carne e osso, mas que sugere algo sobre o desejo do outro e remete a determinada experiência social. Não se trata de uma categoria de autotranscrição, mas de categoria utilizada como linguagem para expressar distinções, hierarquias e, também, desejo. Roberto Marques (2011) analisa essa categoria no contexto das festas de forró eletrônico da região do Cariri, no Nordeste, e explora bem o modo como se trata de categoria relacional e, no caso em questão, eminentemente acusatória. Isso porque o *cafuçu* é sempre o “outro”, que se arruma ou se comporta de modo inadequado à ocasião, que é desprovido de poder de consumo e de beleza. Embora na pesquisa de Marques o termo tenha aparecido especialmente a partir de seus conteúdos pejorativos, com uma breve menção à interdição referente ao contato erótico com *cafuçus*, em algumas situações a mesma categoria que se presta a movimentos de estigmatização revela, simultaneamente, possibilidades de erotização.

O termo *cafuçu* é bastante conhecido no Nordeste do Brasil e parece ter sido transportado para o universo de meus interlocutores por homens *gays* em trânsito entre Recife e Sudeste. No Recife, o termo passou a ser utilizado por jovens relacionados às festas identificadas com um público “alternativo” e, também, é título de bloco carnavalesco: o *I love Cafusú* sai nas ruas de Olinda e promove baile pré-Carnaval anual, movimentando parte do público jovem que lota também festas de frequência mista da vida noturna da cidade, que reúnem nos mesmos espaços homens e mulheres, *gays* e *heteros*. As definições como “roceiro bronco”, “mal-ajambrado”, “indivíduo sem qualquer qualificação” ou “preguiçoso e inútil” continuam compondo o rol de significados pejorativos associados ao termo. Entretanto, esses significados são manejados por parte das mulheres, que conferem positividade e erotizam o *cafuçu* e suas características socialmente desvalorizadas, mesmo que na qualidade de “homem-objeto”. Assim, em alguns contextos, o termo pode indicar o “homem rústico”, trabalhador braçal, pouco instruído, mas que “tem a pegada”, ou seja, representa um apetite sexual mais intenso e tido como viril.

É nessa tensão entre erotização e demarcação de diferenças e hierarquias que se dá a transposição do termo para o contexto dos meus interlocutores *gays* paulistanos. Procurando explorar essa intersecção, centrarei a análise deste item nas falas de Igor e Maurício, que tive oportunidade de conhecer por ocasião do doutorado. Ambos eram frequentadores da *The Week* e de outras boates sofisticadas da cidade e circulavam com facilidade pelos códigos desses lugares, tendo acesso a informações e bens culturais e a bens de consumo bastante valorizados ali. Igor é advogado, contava com 30 anos à época da entrevista, e Maurício é arquiteto, tinha 31. Ambos eram formados por universidades públicas de prestígio. O primeiro classificou-se como branco e o segundo como *pardo*, embora mencionasse que comumente era visto e tratado como *branco*, e que isso não tinha muita importância em sua vida. Os dois classificavam-se como *gays* e compartilhavam do desejo pelo *cafuçu*.

Maurício assinala dois pontos na atração pelos *cafuçus*: o primeiro está relacionado à diferença e à possibilidade de *coisificar* e tornar o outro um objeto; o segundo, trata de uma *estética*<sup>19</sup> que não está associada ao *gay*. Vejamos:

P – Essa figura do *cafuçu*. O que é? O que te atrai?

R – Primeiro, é a questão do diferente. Tem a coisa do objeto. Acho que o *cafuçu* é alguém que se coloca como objeto. O *gay* tradicional, que você conhece num bar, vai querer se apresentar, dizer o quanto ele é legal, é bacana. Então, ele já não é um objeto. *Cafuçu* já chega quieto, ele já te obedece, ele já aceita. (...) Agora, tem questões estéticas no *cafuçu*. A mão do *cafuçu*, é dura, é áspera, não é assim lisinha. É aquele dedão largo, que você pega assim e fala “ai”. Então, tem uma coisa de extrema masculinidade também, mas não é tão isso, para mim e para outras pessoas com quem converso, é a coisa da *coisificação*. Não que seja ruim, é ali naquele momento. Implica alguém que aparentemente é mais ignorante, menos articulado, visualmente é um cara que trabalha com as mãos, que tem um trabalho braçal, que não tem apuro estético nenhum, que tem coisas muito marcadas do mundo heterossexual mais classes D e E. Uma camiseta larga demais, uma calça meio estranha, um tênis daqueles de skatista, uma corrente daquelas largas; é um perfil, um estereótipo não-*gay*, mais humilde, que é mais fácil; você consegue projetar coisas nele; é quase uma tela em branco, não existe muito contato, é um universo quase fora do seu universo (entrevista com Maurício, 32 anos, em julho de 2009).

Desse modo, o *cafuçu* incorporaria uma fantasia erótica. Como lembra Marques (2011, p. 206), em sendo categoria em certo sentido vazia, “cada um pode escolher seu *cafuçu*”: significa que as operações que produzem diferenciação, e hierarquias, são relacionais e a categoria fala acerca do classificador e de processos de diferenciação. Traduzindo para o nosso contexto, temos uma categoria que serve mais à expressão da articulação entre diferença e desejo<sup>20</sup> na fala do classificador do que a uma suposta real transformação do sujeito com quem nosso interlocutor se relaciona num *objeto sexual*. A partir dessas considerações, quero dizer que, embora Maurício defina o *cafuçu* como alguém que se coloca, ou é colocado, como *objeto*, isso não significa que, a partir da perspectiva do parceiro, haja de fato a impossibilidade de agência no jogo erótico.

Assim, de acordo com determinada fantasia erótica, o *cafuçu* deve ser um tipo *masculino*, mas não necessariamente isso envolve posições de *ativo/passivo* pré-definidas ou correspondentes ao par *dominador/dominado*. Esses fatores parecem importar no que diz respeito à efetivação da fantasia tacitamente encenada no intercurso sexual, quando são acionados na composição da cena erótica. É possível, portanto, que o *cafuçu* seja visto como o *dominador* para uns e que incorpore o *dominado* para outros; que mesmo quando incorpora o papel de *ativo* não esteja no comando da *cena erótica*, como me descreveu um entrevistado; ou que também seja *passivo* em outras situações. Externamente, o *cafuçu* deve incorporar a imagem do *heterossexual, dominador e ativo*.

Posto isso, é preciso ressaltar que, embora estejamos no terreno das fantasias eróticas, ao mesmo tempo estamos tratando de jogos complexos, que falam também de desigualdades sociais<sup>21</sup>. Parece imprescindível, assim, que o *cafuçu* seja, ou aparente ser, de outra classe social e frequentemente de outra cor/raça. As marcas do trabalho devem ser visíveis – por isso a ênfase nas mãos e nos dedos, que além de evidenciarem essas marcas podem ser instrumentos centrais no intercurso sexual<sup>22</sup>. Como já indicamos anteriormente neste item, o corpo *forte e musculoso* continua sendo importante, mas no caso do *cafuçu* não se pressupõe que tenha sido produzido pela administração de substâncias ou pela *malhação* na academia, mas pelo trabalho. Aspectos relacionados ao estilo, evidenciando um pertencimento às *classes D e E* e um estilo associado ao *hetero* fazem do *cafuçu* um objeto de desejo.

Por conta mesmo do desejo entre pessoas de posições tão diferentes e da forte regulação social, a continuidade de um relacionamento com um *cafuçu*

parece quase impossível. Primeiro, porque um relacionamento minaria o processo de fetichização representado no *cafuçu* ou forçosamente envolveria outro tipo de negociação. Segundo, por conta da própria tensão entre as diferenças que anima o desejo desses rapazes. Se Maurício encarna o sexo com rapazes diferentes como essencialmente eventual e afirma não ter nenhuma expectativa de relacionamentos duradouros com esses rapazes ou com outros, Igor, também afeito aos *cafuçus*, incomoda-se com as dificuldades de concatenação do desejo com a necessidade de um relacionamento constituído pelo compartilhamento de experiências e afinidades:

Eu não gosto de loiro, não gosto de cabelo comprido, não gosto de japonês. O cara tem que ter um corpo legal. Às vezes, o cara nem malha, tem muito hetero assim, naturalmente gostoso, aquela mão cheia de veia, mão de nordestino... Aliás, baianos e pernambucanos são excelentes. Gosto de tipos brasileiros e tipos latinos. Mas eu gosto de cafajeste. Não sei se todo mundo gosta do que eu gosto, mas eu sou o baby face, eu sou o anjinho, eu sou branquinho, eu sou carinhosinho. Outro igual a mim, vou fazer palavra cruzada? Eu quero cafajeste, quero cafuçu, e isso é recorrente. E, por dentro, na prática, ele tem que ter uma afinidade. Pra eu encantar alguém e dar certo, a pessoa vai ter que gostar das coisas que eu falo. Não tem dado certo. Eu tenho ficado com gente que não tem nada a ver comigo, que o sexo esgota em muito pouco tempo. Essa questão do desencontro do corpo com o intelecto, tinha uma época que eu pensei ‘tem que achar um meio termo, senão vou morrer sozinho’ (entrevista com Igor, 30 anos, em dezembro de 2008).

Os discursos sobre cor/raça, se pouco frequentes no decorrer das entrevistas, afloravam quando o assunto dizia respeito ao desejo. Igor é taxativo: não gosta de *loiros*, não gosta de *japonês*. Contrapõe-se, ele mesmo, ao *cafajeste*, equalizando ser *branquinho*, no diminutivo, a ser *carinhosinho*, *anjinho* e *babyface*. Os tipos mais *morenos* ou *latinos* atuariam como contraponto. Os *loiros* e *japoneses* talvez estivessem mais associados a uma ideia de feminilidade e delicadeza que não o atrai.

Ao mesmo tempo, se a diferença é significada aqui em termos raciais, também é expressa a partir de uma alusão a diferentes universos, que não se encontram num contexto de segmentação de mercado e carregado de hierarquias e distinções, atravessado por importante desigualdade social

e de acesso a bens (inclusive bens culturais) e serviços. Igor, como na fala anterior, explora no trecho seguinte a possibilidade de ter um relacionamento mais duradouro com um rapaz que considerasse *cafuçu*, imaginando duas possibilidades, entre o fechamento do casal em si mesmo e a tentativa incerta de fazer comunicar “dois mundos”:

Quando você inicia o relacionamento, tem aquele momento de levar o par pro seu círculo e submeter à aprovação alheia. Eu não tive que fazer isso. Talvez isso viesse a ser um problema se eu tivesse um relacionamento longo com um *cafuçu*, porque uma hora ou eu ia ter que abdicar do meu mundo, deixar de andar com as pessoas que eu ando pra me fechar num iglu com ele, ou então ia ter que forçá-lo, aos trancos e barrancos, a entrar no mundo do outro; eu ir no pagodão com ele e ele ir comigo na The Week, e ter aquelas adaptações. Amigos meus fizeram isso. Pegou um cara de 18 anos, que nunca tinha beijado, nunca tinha se drogado, aí moldou o cara, cobriu o cara de roupa, cobriu o cara de droga, cobriu o cara de bomba e aí o cara virou mais um. Eu nunca tive que passar por isso. Mas também acho que a gente arruma namorado pra gente, não pros outros. No mundo ideal, isso não deveria ter a menor importância (entrevista com Igor, 30 anos, em dezembro de 2008).

Cabe notar, ainda, na fala de Igor, uma tendência a que se molde o parceiro *cafuçu* para que compartilhe de gostos e estilos associados aos seus parceiros *gays* de classe média, o que sinaliza um pouco a desigualdade que permeia os relacionamentos e a convenção de que é mais fácil e desejável aderir ao estilo relacionado a esses jovens de classe média do que o contrário. De certo modo, essa adesão também é vista como ascensão social e tem mão única: o contrário, ou seja, o parceiro aderir ao estilo de vida do *cafuçu* não se coloca como possibilidade[???]. Evidentemente, não se trata apenas de estilos de vida, mas de oportunidade de acesso a bens e serviços. Por outro lado, não se pode deixar de considerar que o modo como se “produz” classe social como marcador, nesse universo de homens *gays* que frequentam a *noite*, também está relacionado à adesão de determinado estilo tido como *moderno* e *globalizado*, marcado por um modelo de classificação “igualitário”, para trazer os termos de Fry (1982) ao debate. Assim, o relacionamento mais duradouro com o *cafuçu*, levando em consideração convenções correntes no universo da boate, tenderia a pressupor um relativo apagamento das diferenças<sup>23</sup>.

Facchini (2008), em sua pesquisa com mulheres que gostam de outras mulheres, observou como diferenças eram agenciadas a partir da ideia de preferência erótica quando relacionadas a gênero e sexualidade, não significando a recusa ao modelo igualitário em outros âmbitos da relação entre duas mulheres. Se havia, portanto, uma diferença em termos de gênero, isso não se desdobrava, necessariamente, em uma relação hierárquica, mas marcada pela troca e pela divisão de tarefas do casal. Trata-se, porém, de contexto diferente do que analiso aqui: não estou me referindo a relações estáveis, mas a relações fugidias, em que diferenças – não só em relação a gênero e sexualidade – são motor de um desejo que, talvez, encontrem barreiras muito fortes no âmbito de parcerias mais duradouras.

Para meus interlocutores, esse contexto complexo, de manejo de hierarquias, diferenças e desigualdades, não raro se resolve no trânsito e na deriva que se realiza passando por lugares pouco valorizados no contexto do mercado de lazer noturno e mesmo sobre os quais recai a pecha de marginalidade e clandestinidade (FRANÇA, 2006). As preferências eróticas aqui descritas e os contextos em que se desenrolam, da mesma forma que fixam padrões rígidos de apresentação corporal, também conduzem, muitas vezes, a uma transposição momentânea de fronteiras que separam os homens que se podem encontrar no *universo perfeito* da boate dos outros, que se podem encontrar nos *cinemões* ou mesmo em outros estados do país, numa espécie de ‘descontrole controlado’ (FEATHERSTONE, 1995) e administração do risco envolvido na efetivação do desejo pelo “diferente” ou de um “desejo de transgressão” (PERLONGHER, 2008, p. 168)<sup>24</sup>.

Em um de nossos encontros, Igor escolheu um restaurante listado nos guias como uma boa opção gastronômica da cidade, para onde foi após ter resolvido questões burocráticas de negócios da família no Centro. Como já estivesse no centro da cidade, aproveitou para passar no cinemão, onde esteve com um rapaz mineiro que fazia turismo em São Paulo (com quem combinou um posterior encontro num hotel da cidade para terminar o serviço, já que queria evitar que o rapaz tivesse uma má impressão da cidade), com um rapaz negro (conforme me relatou, enfatizando essa qualidade, que fazia com que não pudesse deixá-lo passar, ou seja, não pudesse perder a oportunidade de envolver-se com ele) e com outro que era o típico cafuçu, descrito como pedreiro, que, como já havia me dito, era seu tipo. Perguntei-lhe porque havia escolhido o referido cinema, já que havia outro descrito

como mais limpo e seguro, de padrão internacional, segundo referência na internet, próximo àquele. Disse-me que não existe cinemão limpo de verdade, que todos têm uma estrutura mais ou menos e que gostava do referido cinema porque, no outro, havia muitas bichas espalhafatosas que não o atraíam e que procuravam encenar uma performance masculina que não o convencia. Relatou-me que no cinema que havia visitado – assim como em outros – havia de tudo, indicando uma frequência bastante variada, do pedreiro ao turista. Ao mesmo tempo em que Igor enfatizava seu desejo por cafuçus também dizia não estar limitado a isso: em suas palavras, Gilberto Freyre já morreu faz tempo. Indicava, assim, uma pluralidade do seu desejo e ao mesmo tempo sugeria a adesão a um “sistema igualitário moderno”, de relações não-hierárquicas.

Maurício descreve a ambivalência dos seus itinerários, da *champagne* no bar Ritz (localizado numa das áreas mais nobres da cidade) aos *cinemões* do Centro. Enfatiza uma “experiência humana” e um universo e sociabilidade que parecem estar sendo aos poucos deixado para trás:

A vida é bonita como um todo, é bonita quando você está no Ritz tomando champagne com os amigos, mas é muito interessante também no cinemão. É muito interessante, porque ali tem uma experiência humana que está acabando, estão fechando. A tendência é que acabem. Quando sento para conversar com pessoas de mais idade, eles falam... O que me disse que frequenta há mais tempo foi há 20 anos. Acho que foi na década de 1980, quando eles pararam de passar filme comum (entrevista com Maurício, 32 anos, em julho de 2009).

A sensação de nostalgia antecipada não é sem razão: ao mesmo tempo em que o fechamento dos *cinemões* (aos quais há menções desde pelo menos o início da década de 1980) vem se registrando de modo muito intenso na cidade – de acordo com políticas de higienização e reorganização urbana levadas a cabo por seguidas administrações municipais –, os *clubes de sexo*, mais homogêneos em termos de público e em que as interações são mais claramente reguladas, vão se firmando como um segmento relevante no mercado do sexo relacionado à homossexualidade, produzindo novas subjetividades e sociabilidades (BRAZ, 2010). Uma das diferenças mais importantes entre os dois contextos é o fato de que, nos *clubes*, parece haver um direcionamento mais claro para homens *gays*, mesmo que na versão *macho*, descrita por Braz

(*idem*), enquanto os cinemas não parecem tão marcados nesse sentido<sup>25</sup>. De todo modo, os *cinemões* distinguem-se não só dos *clubes de sexo*, mas dos cinemas que exibem filmes não-pornográficos: são lugares em que a performance na tela é acompanhada por uma performance material que se dá entre a plateia, conforme nota Vale (2010). É, assim, nos interstícios entre a fantasia da tela, a fantasia erótica e as trocas sexuais na plateia que se produz a interação nos *cinemões* (VALE, 2010).

Ao mesmo tempo em que os cinemas parecem dar acesso a uma *outra experiência humana* para Maurício – o que também está relacionado a mudanças no que concerne à homossexualidade como lugar social no Brasil (CARRARA, 2005) –, são também a possibilidade de adentrar um universo considerado como muito distante. Para este interlocutor, o universo em que se podem encontrar os *cafuçus* é um *universo quase fora do seu universo*, que muitos rapazes de classe média gostariam de acessar, se conseguissem transpor determinados limites: *morrem de vontade de ir ao cinemão, mas é um rompimento muito difícil com o que eles se colocaram como limites e valores*. Segundo o entrevistado, a diferença que marca as cores dos capacetes num canteiro de construção civil – área em que trabalha – é *brutal e intransponível*, representando as próprias desigualdades sociais e hierarquias ocupacionais. No âmbito do desejo e da deriva entre lugares de encontro de homens que se relacionam afetivo-sexualmente com outros homens, porém, a diferença pode ser resignificada em termos de desejo erótico – embora isso não a torne mais ou menos *intransponível* do que no ambiente de trabalho. Enquanto para o entrevistado as boates do centro da cidade parecem apenas emular sem muito sucesso as boates *gays* mais sofisticadas, como a *TW*, o cinema oferece uma experiência de lugar original e a possibilidade da alteridade com ares de aventura e decadência: *se é pra meter o pé na lama, vamos ao cinemão, vamos a um lugar mais pesado, assim. Gosto de uns bares aqui no Centro também*.

Se fizemos um esforço para deslocar nossa perspectiva tendo como ponto de referência a posição dos *michês*, contudo, notamos que a deriva de que tratam meus entrevistados expõe desigualdades que permeiam esse universo, e que estão relacionadas às próprias posições de sujeito, para além das intencionalidades dos rapazes com quem falei. Tais desigualdades reaparecem ao contrastarmos a mobilidade dos rapazes de classe média, que podem se *aventurar* nos cinemas a partir da assunção de um risco controlado, com a rotina vivida pelos garotos de programa que ali também se encontram:



Gosto de conversar com eles [garotos de programa] e é um mundo muito louco, um mundo muito extremo. Um mundo tão extremo quanto o das gays que estão drogadas na The Week. Eu diria até mais, porque as gays a qualquer momento vestem a camisa e fingem que não são gays e saem daquele mundo e têm um lugar para respirar. Os meninos que estão no cinema não saem desse mundo. Eu gosto porque me sinto como alguém que está fazendo um passeio, depois vou sair e voltar pra um universo paralelo. Não sei, acho que diversão, atração pelo inusitado, atração pelo diferente, pelo perigo, tenho um pouco de atração pelo perigo, perigo calculado, risco. (...) A gente faz as coisas porque está numa estrutura social que nos permite determinadas aventuras. Um menino, extremamente pobre, filho de mãe solteira, que não tem tio, tem um monte de irmão que está preso... Se sair da linha um pouquinho, não volta nunca mais. E eu vejo esses meninos. Eles estão fora. Eles não têm emprego, não vão ter. Perdeu, acabou. Existe esse lado da certeza de que eu vou e eu saio (entrevista com Maurício, 32 anos, em julho de 2009).

Seria inútil interpretar ao pé-da-letra a fala de Maurício: se a possibilidade de trânsito dos rapazes de classe média e suas estratégias de controle do risco parecem de fato ter mais amplitude em relação às possibilidades disponíveis para os rapazes que *fazem michê* nos cinemas, que possivelmente sentem os efeitos da desigualdade social a partir de uma posição de desvantagem, é preciso pontuar que tanto há limites para os rapazes de classe média, como há agência e possibilidade de manejo em relação a posição social no caso dos rapazes dos cinemas. Não por acaso, durante as entrevistas, Maurício e Igor destacam um equilíbrio sutil a manter sua posição social: um menor controle do uso de psicoativos ou mesmo o envolvimento com garotos de programa ou de outra classe social pode acarretar perdas financeiras importantes, desprestígio ou situações de violência. Ao mesmo tempo, embora os rapazes que estejam nos cinemas ou saunas e outros que se envolvem em relações transacionais ou pagas não sejam o foco desta pesquisa, é possível também pontuar que não estão “presos” a determinado contexto. Outras pesquisas (MOUTINHO, 2006; FRANÇA, 2010) sinalizam, inclusive, maior mobilidade de homens de classes populares que gostam de outros homens em relação aos seus pares “heterossexuais”.

Não podemos perder de vista, entretanto, desigualdades e hierarquias ao trabalharmos com contextos que envolvem relações entre pessoas de posições sociais diferentes entre si. Maurício, por exemplo, relata longamente uma situação em que um garoto de programa apaixonou-se por ele, escrevendo longas cartas de amor – cheias de erros de português – e o quão inusitada e deslocada aquela situação lhe parecia: para ele, era óbvio que o garoto ultrapassava limites não-ditos, mas evidentes. Tais limites fizeram com que Maurício afastasse o rapaz. Recordo essa passagem porque acredito que nos ajuda a pensar se as expressões saíram da linha ou estão fora, pelas quais o entrevistado remete ao envolvimento com atividades ilícitas e com a marginalidade no trecho de entrevista anteriormente citado, não sugeririam, também, as hierarquias e desigualdades que atravessam relações entre homens de posição social diferente e os limites que tal contexto impõe a cada um dos polos da relação.

\*\*\*

À guisa de considerações finais, gostaria de chamar a atenção novamente para a ambivalência do desejo no contexto analisado. Se a boate produz e/ou reforça padrões de desejo que envolvem o *corpão bombado*, determinada apresentação pessoal e o consumo dos objetos adequados (notadamente no que se refere ao vestuário) e a busca por parcerias homogênicas, simultaneamente, entre seus frequentadores, surge de modo meio clandestino o desejo pela diferença, pelos homens de classes populares, mais *rústicos* e *viris*, com menor acesso a bens de consumo. Ao mesmo tempo, é possível transitar entre o *universo perfeito* da boate e o ambiente *pesado* dos *cinemões* ou outros lugares em que se pode encontrar o *cafuçu*.

Diferentes marcadores sociais são mobilizados na produção de sujeitos desejáveis e na constituição das preferências eróticas no contexto abordado. A articulação entre marcadores também atua na produção de estilos e de uma mobilidade que permite aos rapazes entrevistados ir à boate aos finais de semana ou à *pegação* em outros estados ou no centro da cidade e ao mesmo tempo passar despercebidos em outros âmbitos da vida social, como quaisquer jovens de classe média alta. Estamos tratando de situações em que o “socialmente aceitável” e o seu oposto, aludindo ao prefácio de Peter Fry para o livro de Nestor Perlongher, podem surgir nas “melhores famílias” e com “a mesma simultaneidade no mesmo indivíduo”, no “centro” e “nas margens” (FRY, 2008, p. 42). Margens e Centro, aqui, aparecem não só como lugares

que podem coexistir, do ponto de vista da produção de subjetividades, mas também como lugares relacionais e em constante movimento, como propõe Paiva (2009).

O lugar do desejo parece se mover junto com interdições, pressupondo certa deriva entre convenções e transgressões, que também se revela nos itinerários que alguns homens de classe média realizam na busca pela efetivação de fantasias eróticas. Num contexto de segmentação que envolve o mercado de lazer noturno, mas também o mercado erótico e o mercado composto por estabelecimentos comerciais voltado para as trocas sexuais frequentados por homens (GREGORI, 2010; BRAZ, 2010)<sup>26</sup>, tais transposições de fronteiras espaciais e simbólicas constituem questão especialmente inquietante. Aparentemente, estamos num terreno arenoso, em que as diferenças e as próprias posições de sujeito podem encetar relações de poder e desigualdades capazes de suscitar contextos de risco, mas também animam desejos de transgressão situados no campo do prazer. Podemos dizer, de acordo com Gregori (2010), que tais desejos e práticas, e as tensões entre prazer e perigo, exploram os “limites da sexualidade”, ampliando ou reposicionando fronteiras.

---

## Notas

1 Em minha pesquisa de doutorado, realizada entre 2006 e 2010, pelo programa de Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP e orientada por Júlio Assis Simões, debrucei-me sobre a produção de subjetividades, categorias identitárias e estilos relacionados à homossexualidade num contexto de segmentação de mercado, a partir de um recorte no conjunto de espaços de sociabilidade e consumo frequentados por homens que se relacionam afetivo-sexualmente com outros homens na cidade de São Paulo.

2 Adotei como convenção neste trabalho grafar em itálico categorias êmicas, nomes de lugares e palavras de línguas estrangeiras, bem como trechos de falas de meus interlocutores. Utilizo homens gays por ser a categoria de autoidentificação dominante entre os meus interlocutores nesta pesquisa. Quando me reporto a contextos mais gerais, utilizo o termo “homens que se relacionam afetivo/sexualmente com outros homens”.

3 A pesquisa de pós-doutorado teve início em 2011 e está sendo desenvolvida no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/UNICAMP, sob supervisão de Maria Filomena Gregori e com apoio financeiro da FAPESP.

4 Embora, no *site*, a denominação utilizada para o lugar seja clube, optei pela utilização de boate por ser esta a palavra adotada pela maioria das pessoas que encontrei em campo, ao se referirem ao lugar.

5 Áreas destinadas às Very Important Person (VIPS), escolhidas segundo critérios da casa.

6 “Pista é para dançar!” Era uma das poucas regras referidas à pista de dança num guia de boas maneiras para freqüentadores da noite, o Manual da Pista Chic, lançado por Ricardo Oliveros, que produziu festas do clube D-Edge. Essa regra, bem como o tipo de experiência sensorial buscada na pista, dificultava muito meu trabalho como pesquisadora na tentativa de estabelecer contatos e redes, já que era difícil me aproximar das pessoas usando palavras nesse contexto. André Almada, proprietário da The Week, também anunciou o lançamento de um guia de boas maneiras para freqüentadores da noite. Em entrevista para a revista DOM, afirma: “como empresário e promotor, vejo que algumas pessoas acabam sendo inconvenientes. (...) Noite não é para ficar de conversinha, por exemplo. Você vai a uma balada, com música alta, não vai lá para ficar conversando, vai para se divertir, dançar, beber, para estar junto dos amigos”. Fontes: <http://forademoda.wordpress.com/2008/05/15/pista-chic-para-todos> e TARQUINI, Jorge. “André Almada: uma conversa para lá de franca com o dono da The Week”. Revista DOM. São Paulo, Editora Peixes, abr/mai 2008, p. 39.

7 O volume de som de uma pista de música eletrônica pode chegar a 130 decibéis – maior que o dos picos de uma orquestra, que atinge 100 decibéis – e o maior efeito desse volume é fazer vibrar o corpo, de modo que a música se faça sentir, mais do que ouvir. Os graves e subgraves são as freqüências fundamentais para a música eletrônica, provendo o seu “pano de fundo”. Trata-se de uma faixa de freqüências reproduzida basicamente por fenômenos meteorológicos e naturais, difícil de ser reproduzida artificialmente até o século XX, quando se criam condições tecnológicas para isso. Essa faixa cria a sensação de imersão e são necessários sistemas de som adequados para reproduzi-la: ter um sistema de som capaz de atingir essa freqüência é fundamental para um lugar de música eletrônica. As velocidades da música, que na variação de música eletrônica mais presente na The Week situam-se entre 120 e 150 bpm, têm o efeito de predispor o corpo à repetição de movimentos com intervalos definidos. A decodificação dos efeitos da música eletrônica que se ouve nas pistas de dança em termos técnicos encontra-se em Ferreira (2006).

8 Os bombados são os muito musculosos, que fizeram uso de esteróides para ganhar massa corporal.

9 A *barbie*, segundo um dos meus interlocutores, é um padrão cultural importado dos Estados Unidos, de Miami, e que chegou ao Brasil pelo Rio de Janeiro, no final dos anos 1990, pela festa conhecida como X-Demente, que montou esse paradigma de uma festa barbie, com queijo no meio, as pessoas sem camisa, tomando drogas, etc, e exportou pro Brasil. Na sua acepção mais positiva, a categoria é utilizada para designar rapazes muito musculosos ou bombados. Muitas vezes, o termo ganha também tons pejorativos designando homens que participariam de uma cultura alienada, fútil e consumista, que reúne pessoas imediatistas, sem conteúdo e drogados. Raramente é aplicado em autorreferência e, hoje, está um pouco em desuso, sendo mais utilizado para definir um tipo de freqüentador emblemático da TW a partir de um olhar externo. Para Igor, ainda, os que poderiam se identificar como barbies não pensam muito nisso, são as “bunitas”.

10 *Bunita* é um termo um tanto irônico que apareceu bastante durante a pesquisa e, de modo não pejorativo; indica homens dentro dos padrões de aparência e consumo que se supõem mais valorizados em lugares como a TW. Adoto a grafia com “u”, mantendo-me, assim, fiel às referências à categoria em *blogs* e *sites*.

11 O *Cosmopolitan* é uma bebida à base de vodka, cointreau, suco de cranberry e suco de limão. Ganhou grande popularidade quando a cantora Madonna foi fotografada, em 1996, bebendo um “cosmo”. A fama da bebida aumentou por causa das referências no seriado *Sex and the City*, veiculado pela TV a cabo brasileira e que traz a história de quatro mulheres solteiras e glamourosas que vivem em Manhattan, Nova York. A bebida é a preferida da personagem Carrie, um tipo feminino atraente, que se veste com as roupas, sapatos e acessórios dos estilistas e *designers* mais conceituados da moda.

12 Destacam-se aqui as peças publicitárias de cuecas e roupas de banho (ou *underwear* e *swimwear*, como são também referidas nas revistas, *sites* e *blogs*), sempre exibindo corpos com os músculos muito definidos, especialmente os do abdome.

13 Como poderia ser em campeonatos de fisiculturismo ou em outras atividades esportivas, em que se pressupõem corpos “naturais” e o uso dessas substâncias é visto como *doping* e trapaça.

14 Durante todo o tempo em que acompanhei as revistas brasileiras comentadas pelos rapazes com quem tive contato, registrei apenas um homem negro na capa da revista e em lugar de destaque nos editoriais de moda: trata-se do modelo internacional Oraine Barrett.

15 Mais adiante, veremos como esse corpo tonificado aparece como objeto de desejo em outra versão, produzido pelo cotidiano do trabalho braçal e envolvendo homens mais pobres e/ou de pele mais escura.

16 Essa rede de cidades não foi estabelecida pela implantação das boates, posto que, anteriormente, já eram destinos relacionados para homens gays que freqüentam determinadas festas de música eletrônica; mas, a implantação das filiais certamente segue, ao mesmo tempo que reforça, esses destinos.

17 Lin está há 10 anos no Brasil e tem muitas dificuldades com a língua. É chinês, tendo residido por algum tempo nos Estados Unidos. Reproduzo a fala de Lin, procurando manter as dificuldades de comunicação em língua portuguesa, sentidas durante a entrevista e mencionadas pelo entrevistado como uma dificuldade na comunicação com outras pessoas, inclusive potenciais parceiros. Também optei por manter a fala dessa maneira porque tive receio de, em revisando-as, alterar-lhe o sentido.

18 Segundo o dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa: Cafuçu. Acepções: substantivo masculino. 1. Regionalismo: Nordeste do Brasil. o diabo. 2. Regionalismo: Nordeste do Brasil. indivíduo sem qualquer qualificação. 3. Regionalismo: Nordeste do Brasil. sujeito preguiçoso, inútil. 4. Regionalismo: Rio Grande do Norte. tipo deselegante, mal-ajambrado, que é atarracado ou tem algum defeito físico. 5. Regionalismo: Goiás. roceiro bronco, que vive e trabalha isolado e em condições precárias. Etimologia: orig. contrv., segundo Nei Lopes, de prov. orig. banta (cp. cafute) ou talvez cafuzo, a primeira acp. derivando as segg. Sinônimos: ver sinonímia de diabo. Fonte: <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=cafu%E7u&x=0&y=0&stype=k>. Acesso em 26 dez 2009.

Segundo Nei Lopes (2003), a origem provável do termo cafuçu vem do banto “cafute”, sinônimo para “diabo”; ou de palavras que indicam cor/raça nas suas versões aportuguesadas: kafusu equivale no quimbundo a “mulato”, dando origem ao “cafuzo”. “Cafuzo” pode ser também uma versão reduzida de “carafuso”, que se origina de “cara fusca” no português, termo pejorativo para indicar mestiços como “impuros”. Embora a etimologia do termo seja

controversa, há uma imediata identificação com o cafuzo, que na sua aceção mais conhecida remete ao mito fundador da nação no cruzamento de três “raças”, dando origem a três tipos raciais: o mameluco ou caboclo (índio + branco), o cafuzo (índio + negro) e o mulato (branco + negro). Atualmente, outras categorias substituem ou disputam legitimidade com essas como referentes à mestiçagem. No manual do recenseador do IBGE, essas categorias são agrupadas sob o termo “pardo”, por exemplo. Pretendo explorar melhor a categoria “cafuçu” em trabalhos futuros.

19 Estética, para o entrevistado, assume o sentido de composição visual, mas também de um certo modo de ser.

20 Perlongher (2008) refere-se a “tensores libidinais” para indicar processos em que diferenças se entrecruzam na produção do desejo erótico e de transgressões associadas a esse desejo. Gregori define a relação entre as noções de “tensores libidinais” e “fugas desejanter”: “fugas desejanter seriam os efeitos transgressivos às normatividades sexuais, em experiências guiadas pelo desejo, a partir de um processo de produção de intensidades libidinais, provocadas pela operação de tensores. Para o autor, os tensores são de atribuição de valor e de distribuição no código categorial que, no que se refere ao negócio do michê, seriam basicamente três: gênero, classe, idade e um oculto, raça” (GREGORI, 2010, p. 77).

21 Gregori expressa bem a rentabilidade de se olhar para fantasias e desejos eróticos nas ciências sociais: “ao lidar com a sexualidade nas suas expressões eróticas, estamos diante de experiências que mobilizam fantasias e fantasmas: situações, referências, imagens, fragmentos de memória e sensações que, mesmo sendo gestados em torno e no campo das normatividades, apontam para além delas. As fantasias não são o oposto da realidade. Elas nos interessam porque (...) em vista delas estamos diante dos limites da realidade ou daquilo que implica o seu ‘exterior constitutivo’” (GREGORI, 2008, p. 588).

22 Impossível deixar de lembrar aqui o fetichismo das mãos no período vitoriano, que exibiam a marca do trabalho doméstico sistematicamente apagado, e da importância que esse fetichismo tinha na relação de Arthur Munby e Hanna Cullwick, quando esta última exibia as mãos enegrecidas e masculinizadas pelo trabalho como modo de negociar seu lugar na cena erótica e afirmar uma posição oposta à de vítima na sua condição de trabalhadora braçal, expressando a força desordeira dessa posição. Essa análise, que explicita a dificuldade de se estabelecerem lugares fáceis de dominador e dominado, em relações envolvendo o fetichismo, e que conecta o fetichismo a processos sociais mais amplos, é construída por Anne McClintock (2010).

23 Considerando estilo como operador de diferenças (FACCHINI, 2011), vale ressaltar que não se trata apenas da composição de objetos e adoção de determinados hábitos: estilos mobilizam marcadores de diferença social numa composição mais ou menos coerente, embora de trama aberta. Possibilitam, portanto, o agenciamento de determinadas convenções, mas cujo sucesso, ao olhar alheio, nem sempre é certo e previsível (FRANÇA, 2007): como Lin afirma, se a pessoa é morena ou tem cara de interior, usar roupas modernas apenas atrai a pecha de que se está sendo bancado, evidenciando desigualdades e hierarquias que se procura manejar por meio do estilo.

24 O sexo com outros homens que preencham as características do tipo *cafuçu* pode ser pago em dinheiro, ou não. Não explorei este aspecto a fundo, mas me pareceu possível pagar algumas dezenas de reais para um rapaz ou alguma bebida ou psicoativos como recurso; e também há as situações em que isso não se faz necessário no jogo do flerte.

25 Apenas um dos cinemas da cidade, que se apresenta como uma versão mais *clean* e sofisticada para os frequentadores, está claramente voltado para o público gay. Outros não estabelecem esse direcionamento de modo tão evidente e há mesmo os que recebem especificamente travestis e clientes. Os filmes projetados também raramente são de sexo entre homens, mas de sexo “heterossexual”. Agradeço essas informações, bem como outras a respeito de como o ambiente dos cinemas se organiza de modo geral, a Ricardo Gambôa, meu parceiro de campo no projeto SampaCentro, realizado pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo e pelo Centro de Referência e Treinamento em DST/Aids-SP, com apoio da FAPESP. Juntos, e com a colaboração de Regina Facchini, mapeamos lugares de sociabilidade, lazer e trocas sexuais frequentados por homens que se relacionam afetivo/sexualmente com outros homens no centro da cidade. Como mulheres não podem entrar nos cinemões (pude entrar em apenas um, que está situado numa boate do Centro), as informações são de grande valia.

26 Gregori define de forma concisa e precisa “mercado erótico” como a “produção, circulação e consumo de bens eróticos” (GREGORI, 2010, p. 7), para se referir ao conjunto de *sex shops*, clubes de sadomasoquismo e outros estabelecimentos voltados para a fruição erótica que analisa em sua tese de livre docência. Braz (2010) refere-se a um “mercado de lazer sexual” ou “mercado de clubes de sexo”, a depender do caso que se apresenta, ou, simplesmente, a “Locais Comerciais para Encontros Sexuais” para indicar os clubes de sexo em que realizou sua pesquisa para a tese de doutorado. Tenho utilizado a expressão “mercado de lazer noturno frequentado por homens que se relacionam afetivo/sexualmente com outros homens” ou simplesmente “mercado de lazer noturno” para indicar os lugares relacionados à minha pesquisa. Ainda, a expressão “mercado do sexo” aparece em trabalhos que se reportam à prostituição. Ao mesmo tempo, há outra acepção do termo “mercado” comum nos estudos de gênero e sexualidade, que se apresenta nas expressões “mercado afetivo” ou “mercado do afeto e do sexo”. Tal polissemia traz um desafio no sentido de problematizar os usos que se tem feito dessa noção, questão que pretendo abordar na pesquisa de pós-doutorado.

## Referências bibliográficas

BLÁZQUEZ, Gustavo. Bailo, luego existo. La pista electrónica y la formación de subjetividades juveniles. In **RAM – VIII Reunión de Antropología del Mercosur**, Buenos Aires, 2009. (mimeo).

BRAZ, Camilo Albuquerque de. À meia-luz... Uma etnografia imprópria sobre clubes de sexo masculinos. Tese de doutorado (Ciências Sociais). Campinas, IFCH-Unicamp, 2010.

CARRARA, S. O Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos e o “lugar” da homossexualidade. In GROSSI, M. P. *et al.* *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005, pp. 17-24.

COUTINHO, Tiago. Os usos do corpo nos festivais de música eletrônica. In **VI Jornada Interna dos alunos do Programa de Pós Graduação em**

**Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2004.

DYER, Richard. The white man's muscles. In ADAMS, R.; SAVRAN, D. (org.). *The masculinity studies reader*. Oxford: Blackwell, 2002, pp. 262-273.

FACCHINI, Regina. “Não faz mal pensar que não se está só”: estilo, produção cultural e feminismo entre as minas do rock em São Paulo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 36, 2011.

FACCHINI, Regina. Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2008.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERREIRA, Pedro Peixoto. Música eletrônica e xamanismo: técnicas contemporâneas do êxtase. Tese (doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. 2006.

FRANÇA, Isadora Lins. Cercas e pontes: movimento GLBT e mercado GLS na cidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Dissertação de mestrado. São Paulo. 2006.

FRANÇA, Isadora Lins. “Sobre ‘guetos’ e ‘rótulos’: tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 227-255, 2007.

FRANÇA, Isadora Lins. Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e produção de subjetividades na cidade de São Paulo. Tese de doutorado (Ciências Sociais). Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2010.

FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FRY, Peter. Prefácio à primeira edição. In PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2ª edição, 2008.

GREGORI, Maria F. Prazeres perigosos. Erotismo, gênero e limites da sexualidade. Tese de Livre Docência. Campinas, IFCH-UNICAMP, 2010.

LOPES, Nei. *Novo dicionário Banto do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

MARQUES, Roberto. O Cariri do forró eletrônico: festa, gênero e criação no Nordeste contemporâneo. Tese (doutorado em Ciências Humanas – Antropologia). Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, 2011.



MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.

MOUTINHO, Laura. Negociando com a adversidade: reflexões sobre “raça”, (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 103-116, 2006.

PAIVA, Cristian. Corpos/seres que não importam? Sobre homossexuais velhos. Natal, *Bagoas*, v. 04, 2009, p. 191-208.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2ª. edição, 2008.

PERLONGHER, Néstor. Territórios marginais. In GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo. *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2005, pp. 263-291.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. *No escurinho do cinema: cenas de um público implícito*. São Paulo; Fortaleza: Annablume; Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

## Resumo

O artigo aborda os deslocamentos de *gays* de classe média alta no interior do mercado de lazer noturno e de sexo, frequentado por homens que se relacionam afetivo-sexualmente com outros homens na cidade de São Paulo, e os desejos que permeiam tal mobilidade. O desejo ambivalente em torno dos homens cobiçados na “boate” e dos “cafuçus” (homens “rústicos”, de classes populares, “viris”, “negros ou morenos”) é uma das possibilidades de compreensão desses deslocamentos, que procuro entender a partir da intersecção entre marcadores de diferença social tais como classe social, cor/raça, sexualidade e gênero. Esse desejo parece se movimentar junto com as interdições, pressupondo certa deriva entre convenções e transgressões, que também se revela nos itinerários que alguns homens realizam na busca pela efetivação de fantasias eróticas.

**Palavras-chave:** homossexualidade; diferença; desejo; mercado.

**Abstract**

This article approaches mobilities related to gay men of middle classes in the nightlife related to gay men in the city of Sao Paulo in the intersection with erotic desire. The ambiguous desire related to valorized men in the gay club and to “cafuçus” (rude and black men of working classes) is a way of comprehension about these mobilities. The interseccionalities among social markers of differences – as social class, colour/race, sexuality and gender – are considered in the analysis. This erotic desire walks along with interdiction and supposes some deriva between conventions and transgressions which is also present in the itineraries done by this men looking for erotic fantasies.

**Keywords:** homosexuality; difference; desire; market.

Recebido para publicação em janeiro/2013.

Aceito em março/2013.

# PROTAGONISMO ERÓTICO, CLASSIFICAÇÕES E FORMAS DE SOCIABILIDADE DE GAYS IDOSOS\*

Cristian Paiva\*\*

## **Idade, velhice, homossexualidade: para introduzir o debate**

Os estudos sobre a condição social dos idosos no Brasil têm descrito uma trajetória de expansão. Nos últimos trinta anos, pelo menos, multiplicam-se os estudos em áreas variadas do conhecimento, sejam ligados a abordagens médicas, sócio-antropológicas, psicológicas, sejam pautados por políticas de assistência, ou mesmo ligados a questões de marketing e consumo. A velhice, “renomeada”, “reprivatizada”, “positivada” parece retornar a uma visibilidade nas sociedades atuais (DEBERT, 2004; BARROS, 2006).

Especificamente no campo das ciências sociais, multiplicam-se relevantes estudos sobre geração<sup>1</sup>, voltados para a discussão sobre a construção social das idades articulada com outras categorias analíticas e/ou marcadores de diferença, tais como: família, gênero e classe social, com ênfase maior no estudo de populações de idosos urbanos, com certa integração nos equipamentos de lazer/consumo. Nesses estudos trabalha-se sobre solidariedades intrafamiliares, no mais das vezes analisando vulnerabilidades e violências sofridas por mulheres idosas (feminilização apontada, por exemplo, por Britto da Motta, 2008; 2005; 1996). Apesar da enorme importância desses estudos, ainda é preciso conhecer mais sobre outros sujeitos, práticas e contextos de envelhecimento: os idosos rurais, os velhos e velhas solteiros, os sem família, velhos de outras etnias, assim como idosos LGBTs<sup>2</sup>.

Junto com Britto da Motta (2008), apontamos que as categorias de geração e gênero só muito recentemente vêm sendo aproximadas, tendo, até então, a discussão sobre performances e identidades de gênero (masculino e feminino) sido subsumida na distribuição dos papéis familiares geracionais (mulher/mãe/filha, homem/pai/filho). Assim, cremos que ainda há muitos

---

\*\* Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC. Coordenador do Núcleo de Pesquisas sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade (NUSS). [cristianspaiva@gmail.com](mailto:cristianspaiva@gmail.com).

rendimentos teóricos que podem ser explorados a partir dessa conjunção analítica; intercessão que pode ser ampliada para outras categorias, como a de sexualidade. Assim, geração, gênero e sexualidade possibilitariam abordagens plurais, diversificadas e contemplariam a multiplicidade de sujeitos em suas diferenças (BRAH, 2006).

Na trajetória dos estudos sociológicos e antropológicos sobre homossexualidades no Brasil (CARRARA e SIMÕES, 2007), a questão relativa ao processo de envelhecimento de lésbicas, gays, travestis e transexuais representa ainda um campo aberto para a investigação<sup>3</sup>. Etnografias e pesquisas de campo sociológicas e antropológicas dedicadas a essa conjunção analítica geração-identidades sexuais “periféricas”, isto é, não-hegemônicas, não-heterossexuais, são bastante recentes, datando de uma década<sup>4</sup>. No entanto, podemos afirmar que há uma crescente produção acadêmica sobre diversos aspectos dessa temática, materializada na forma de dissertações e teses – citamos, a título de exemplo, as teses de Covolan (2005), Siqueira (2009), Pocahy (2011) e Santos (2012) –, assim como na forma de trabalhos apresentados em mesas-redondas e Grupos de Trabalho (GTs) em congressos e seminários nacionais, nos últimos anos – como os trabalhos de Simões (2004a, 2004b) e de Paiva (2012; 2011; 2009), além das produções políticas e culturais de algum modo relacionadas ao campo das diversidades sexuais, em que a temática do envelhecimento LGBT é abordada. Apesar desses avanços, o debate sobre trajetória social e experiências de envelhecimento de LGBTs está apenas iniciando e representa um grande desafio à imaginação sócio-antropológica e política de pesquisadores e militantes, a fim de romper o silêncio e os preconceitos articulados na conjunção velhice/homossexualidades.

A relevância desse debate consiste na possibilidade de conhecer mais de perto especificidades, vulnerabilidades e modalidades de “sofrimento social”, enfrentadas pelos idosos gays, no processo de envelhecimento. Tendo em vista que os movimentos de afirmação identitária homossexual possuem pouco mais de trinta anos no Brasil, podemos pensar que os sujeitos visados nesta pesquisa (homens com mais de cinquenta anos) representam a primeira geração de gays idosos que puderam contar com a possibilidade de expressão de suas identidades sexuais para além da injunção de negação, segredo e invisibilidade acerca de seu desejo. Interessa, assim, investigar, nessa geração, que modos de vida, saberes e experiências

foram engendrados – estoque de experiências que compõe um importante fragmento da vida social e política contemporânea do País. A investigação que temos desenvolvido já há alguns anos pretende, assim, contribuir nesse trabalho coletivo de produção de conhecimento sobre expressões, linguagens e práticas sócio-culturais mobilizadas por gays idosos, focalizando suas reconfigurações de identidade, de percepção do corpo, das possibilidades de erotismo e sociabilidade.

Denomino de “protagonismos eróticos” as estratégias de enfrentamento do sofrimento social imposto aos gays idosos, no que concerne à desvalorização e estigmatização dos seus corpos e sexualidades, à desautorização de expectativas de afeto e apreciação e à melancolização associada às suas biografias. Recusando-se serem tomados como “corpos/seres abjetos”, corpos/seres que não importam (PAIVA, 2009a), corpos incoerentes, corpos sujos, poluidores do imaginário da velhice, sem lugar no laço social, esses sujeitos constroem mecanismos de afirmação de si, permitindo agência nas interações sócio-sexuais intra e intergeracionais. Assim, a noção de “protagonismos” abriga, simultaneamente, os sentidos (micro) político e erótico, exercidos pelos sujeitos investigados em suas práticas de sociabilidade.

Tomo aqui dois contextos empíricos, investigados na pesquisa, em que podemos acessar essas formas de protagonismo erótico. Passaremos a descrever duas incursões etnográficas envolvendo coletivos de idosos gays e suas estratégias de sociabilidade e de interação afetivo-sexual: nos encontros de karaokê realizados numa sauna no centro de Fortaleza, na qual há a presença de garotos de programa (“boys” ou “michês”) e em salas de bate-papo na *internet*, voltadas para encontros eróticos<sup>5</sup>.

As interações sócio-sexuais mais observadas, seja nos bares, saunas e boates, seja nos ambientes virtuais pesquisados, referem-se a contatos intergeracionais<sup>6</sup>. Desvelamos toda uma família de denominações para as personagens típicas dessas interações: “velho”, “velhote”, “mariconna”, “bicha velha”, “maduro”, “tiozão”, “cinquentão”, de um lado, e de outro, “leke”, “filho”, “filhão”, “rapaz”, “boy”, “filé”, “gato”. Mediações de classe, status, gênero, raça/cor certamente operam no sentido de possibilitar tais interações. Mas também apreciações de corpo, personalidade (competências emocionais), trajetórias de vida (traduzida como acúmulo de experiências) e performances sexuais (caracterizadas pela prevalência da componente ternura em relação à componente propriamente sexual) têm um papel importante nas afinidades eróticas entre aqueles sujeitos.

## 1. Notas etnográficas sobre karaokê numa sauna em Fortaleza

Apresento a seguir uma descrição sobre a experiência de pesquisa numa sauna no centro da cidade de Fortaleza, em cuja programação semanal há um dia para música de karaokê. A pertinência desse contexto relacional homosocial como via de acesso para trabalhar relações de sociabilidade envolvendo sujeitos acima de 50 anos foi descortinado no decurso da pesquisa, quando estava buscando encontrar sujeitos que pudessem contar suas trajetórias biográficas relacionadas à experiência do desejo homoerótico e ao envelhecimento. Um desses sujeitos era assíduo frequentador do karaokê e como estratégia de aproximação resolvi conhecer a sauna no dia destinado às reuniões em que os frequentadores da sauna cantam músicas contando com o suporte material do equipamento de videokê (ou karaokê, como mais comumente é conhecido). Na visita, deparei com número bastante expressivo de “tios/tias”, “mariconas”, “coroas”, “entendidos”, “senhores” e “gays”<sup>7</sup> velhos ou “envelhescentes”<sup>8</sup>. Essa “descoberta”, por assim dizer, da grande afluência de pessoas mais velhas nessa situação lúdica (embora o karaokê não seja exclusivo a eles), motivou-me a pensar um pouco sobre o que poderia significar para aqueles indivíduos, as noites de sábado na sauna, nas quais cantavam, riam, brincavam, produzindo performances e afetos.

O trabalho de campo foi realizado em dois períodos: de julho de 2008 a julho de 2009, e de novembro de 2010 a novembro de 2011, com idas semanais sistemáticas para observar as reuniões de karaokê promovidas nessa sauna. Fiz uso de conversas informais e observação participante, além de nesse período de campo ter tentado me inserir como frequentador da sauna, o que tem me trouxe o benefício de novas relações de amizade, que estão além do interesse investigativo, e que possibilitaram um olhar mais horizontal sobre o objeto investigado, escapando da tentação de “falar por cima dos ombros”.

Discuto, a seguir, alguns aspectos relativos à convivialidade, ao erotismo e às relações interativas naquele micro-universo. Tomando a noção de Crapanzano (2005) de “cena”, pretendo pensar esse “sub-universo” (SCHUTZ, 1979), no qual o karaokê permite articular voz, dança, corpo, memória e erotismo, como espaço lúdico que deixa espaço a experimentações subjetivas, mediante criação de resistência e de afirmação desses sujeitos, para além da imposição de sofrimento social que tão frequentemente assedia suas vidas, na forma de invisibilização e de silenciamento de suas experiências e desejos.

Utilizo a noção de “pulsão invocante” (LACAN, 1985; DIDIER-WEILL, 1999, 1999b), originária do campo de saber psicanalítico, para aproximar a análise desses mecanismos constituidores de identificações horizontais e de interações que, mediante expressão vocal, musical e corporal, possibilitam atravessar redes defensivas e constituir sociabilidades maleáveis, para além de estigmatizações e coerções relacionadas a diversos marcadores sociais de diferença. Sem fazer qualquer tentativa de aplicação do conceito psicanalítico à cena aqui narrada, tomo livremente a noção de pulsão invocante para dar conta dos processos de “busca do outro” para identificações circunstanciadas, “apelo” a um laço de solidariedade que mobiliza a voz, o corpo, a expressão estética de si. A música, o canto, a dança, nesse cenário, são interpelados seja como objeto de investigação, seja como fonte de dados, seja como contexto de investigação e produção de conhecimento social.

Nessas sessões de música de karaokê, que propomos pensar em termos de contextos de sociabilidade clementes, podemos recolher fragmentos importantes da trajetória social desses indivíduos, que dão acesso à territorialidade dos afetos, das memórias (musicais e outras) partilhadas e dos modos de expressão da homossexualidade em contextos passados.

### **Velhos e saunas: afinidade eletiva?**

Poderíamos pensar que o uso das saunas, pelos homossexuais velhos, seria uma forma de resistência, de territorialização de espaços periféricos nos aparelhos de consumo e lazer voltados ao segmento LGBT?

As saunas, assim como outros aparelhos de consumo e lazer voltados para as sociabilidades homoeróticas (explicitamente ou não relacionadas com o mercado afetivo e sexual) podem ser tomadas como “zonas morais” de espacialização das homossexualidades nos cenários urbanos, “geografias sexuais” majoritariamente associadas ao centro da cidade. Nesse contexto, Joseli Silva (2009) afirma que “as espacialidades de grupos sociais vivenciadas a partir das categorias de gênero, sexualidade, raça e classe foram vistas muitas vezes como irrelevantes” (p. 17). No entanto, essa “queerização” da geografia<sup>9</sup> pode abrir percepções fecundas para repensar a relação, nos termos sennettianos, entre “carne” (corpos) e “pedra” (dimensão arquitetural da cidade), ou seja, pode iluminar as relações entre sociabilidade e alteridade entre segmentos sociais urbanos. Jacques (2009), em sentido convergente, afirma que “de fato, a relação entre corpo e cidade, entre carne e pedra, entre

o corpo humano e o espaço urbano, tem sido bastante negligenciada na historiografia do urbanismo e das cidades e, em sua maioria, os estudos ainda têm se concentrado na história das pedras” (p. 129). Nessa relação entre corpo e cidade, a autora convida-nos a pensar em termos de “corpografias”:

(...) corpo e cidade se configuram mutuamente e (...), além de os corpos ficarem inscritos nas cidades, as cidades também ficam inscritas e configuram os nossos corpos. Chamaremos de *corpografia* urbana este tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, ou seja, as diferentes memórias urbanas inscritas no corpo, o registro de experiências corporais da cidade, uma espécie de grafia da cidade vivida que fica inscrita, mas, ao mesmo tempo, configura o corpo de quem a experimenta. A cidade é lida pelo corpo como conjunto de condições interativas, e o corpo expressa a síntese dessa interação, descrevendo, em sua corporalidade, o que passamos a chamar de *corpografia* urbana. (JACQUES, 2009, p. 130).

Essa dimensão da corpografia urbana permite acesso a “memórias urbanas não visíveis nas representações usuais, mas inscritas nos corpos daqueles que a experimentam” (p. 138). Penso, aqui, nas estratégias de montar e desmontar o corpo, sobre as quais me falava um informante, cliente dos mais assíduos à sauna: “quando a gente entra aqui, desmonta tudo aquilo que a gente traz da rua. Esse lugar é o lugar do desmonte. Eu venho de fora e deixo lá todo um peso. Aqui dentro, é outra coisa, é o desmonte”. Assim, os espaços urbanos (destacando aí o centro da cidade) de encontro para expressão de desejo homosocial – bares, saunas, cines, boates – servem de portais, para montagem e desmontagem de corpos.

No contexto dessas corpografias, em que se configuram espacializações do desejo homoerótico na cidade, apontamos determinadas formas em que são tramadas práticas de sociabilidade, interação e visibilidade dos corpos e dos sujeitos.

No que concerne ao uso de espaços de entretenimento, lazer e consumo por gays idosos em Fortaleza, podemos afirmar que, à margem do circuito GLS, as espacializações desse segmento social concentram-se em bares do centro da cidade (tidos como “decadentes”)<sup>10</sup>, em cinevídeos<sup>11</sup> e, privilegiadamente, nas saunas. Das seis saunas em funcionamento em Fortaleza, à época da pesquisa, apenas numa dela a presença de idosos é menos ostensiva<sup>12</sup>. As cinco



saunas restantes são bastante frequentadas por velhos, quatro dessas sendo declaradamente voltadas para o “público GLS” (todas situadas no centro da cidade)<sup>13</sup>. Esse público é composto majoritariamente por homens “maduros” (acima de quarenta anos), mesmo que haja também a presença de gays mais novos e de sujeitos que não se consideram homossexuais, que são casados, mas que “curtem”, durante a tarde<sup>14</sup>, em dias de semana (especialmente na segunda e na terça-feira) fazer sauna para “curtir uma brincadeira” episódica (um informante me falava que se trata do “hetero curioso”), além de garotos de programa com menor poder aquisitivo e que habitam em bairros da periferia da cidade (ou, em alguns casos, no centro da cidade).

O dia do karaokê, nos dois períodos do trabalho de campo, mudou, na programação da sauna: inicialmente realizado aos sábados, a partir das 18h, e depois transferido para a quarta-feira, a partir das 19h, novamente voltou para as noites de sábado, atualmente anunciado como “Sábado divertido – Vídeokê premiado a partir de 18:30, onde você pode se revelar o artista. Venha mostrar o seu talento!” (Anúncio no *site* do estabelecimento). A atividade concentra boa parte de senhores (50-70 anos) com quem tive oportunidade de conversar e de conviver, que fazem um uso menos “frenético” da sauna como espaço de encontros sexuais. “As pessoas pensam que aqui é um lugar só pra trepação, e não é. Você vê, aqui dá pra você chamar os amigos, dá pra rir, dá pra se divertir numa boa, sem essa de que só tem sexo na cabeça”, me dizia um dos frequentadores do karaokê. Mas é bom que se diga que os encontros sexuais existem, sim. Esse mesmo informante, que tem mais de sessenta anos, noutro instante me dizia, numa das noites de sábado, bem eufórico, após algumas cervejas e animado com o garoto com quem iria fazer uma “massagem”<sup>15</sup>: “isso aqui é a salvação da lavoura! Tu já pensou se não existisse isso aqui, como é que eu iria ficar com um menino como esse? Tu acha bem que ele iria se interessar por mim por causa da minha beleza, do meu corpo? Não tem nem perigo...”.

E de fato, os senhores do karaokê, sempre se acompanhavam de *boys*. Alguns deles permaneciam com o cliente quase a noite inteira (pelo que eram mais bem gratificados), sentando à mesa ou afagando as costas e os cabelos do cliente no balcão do bar, lembrando as coreografias do namoro. Embora a mediação financeira seja fator onipresente, pude perceber variações nas trocas de serviço afetivos e sexuais que tensionam as representações associadas à prostituição viril. Alguns clientes chegavam a manter relações

de “exclusividade” com um garoto (o que aumentava sua disponibilidade para gastos com o mesmo); outros mantinham relações de “ajuda” e amizade fora da sauna. Essa questão da “ajuda” é muito presente na fala dos garotos, para solicitar dinheiro. Nunca explicitam que querem o dinheiro do cliente, quando este se torna seu cliente habitual. Pedem uma “ajuda”, e sempre há inúmeras narrativas de necessidades domésticas, com a casa ou com os filhos, para o que contam com a generosidade de seu “amigo mais velho”. Conheci um senhor que me disse haver feito o bolo do casamento de um dos garotos e, ainda, que é padrinho do casamento do mesmo. Assim, essa margem na manifestação de afetos e no tipo de relação mantida com os garotos dificulta, em alguns instantes, falarmos dos garotos como “prostitutos”, termo que é recusado pelos próprios clientes.

### **Do ouvir cantar... Ao contar a cena**

A aparelhagem de som, alugada pelo proprietário da sauna, é montada no pequeno palco onde em outras ocasiões ocorrem shows com artistas, *strippers* ou projeção de videoclipes e filmes<sup>16</sup>. O salão onde fica o bar, no qual se realizam as atividades “culturais” e de sociabilidade, tem iluminação azul<sup>17</sup>. Os que costumam cantar no karaokê episodicamente deixam o salão, nele permanecendo a maior parte da noite. Já os que não cantam ou que não gostam do karaokê são percebidos em seus pequenos vôos de um lado ao outro, num entra-e-sai de saunas e indo e vindo das cabines e do *darkroom*. Os *boys* costumam ficar ora nos bancos do corredor, momento em que abordam clientes potenciais, ora no salão, onde permanecem por mais tempo para localizar seus clientes, e esporadicamente nas saunas, especificamente na sauna a vapor.

Após testes para verificar o som e evitar microfônias, começa a música. Há disputa por canções e há uma “fila” para cantar. Um sistema manual de anotação deu lugar à programação via controle remoto do aparelho. O cenário habitual compõe-se, em média, de 20-30 clientes no salão<sup>18</sup>. Há ainda os *boys*: numa noite normal de karaokê, a média é de 10 a 15 garotos<sup>19</sup>. Começam a cantar.

O repertório é bastante vasto (cheguei a contar mais de duzentas músicas cantadas em diferentes dias de karaokê), mas fundamentalmente composto por canções românticas. É o repertório que eles escolhem para cantar não poderia responder menos a essa demanda de romantismo. Privilegiando

cantores populares das décadas de 1970-80, além de algumas canções de artistas das décadas de 1950-60, evocam uma cultura musical hoje taxada de música “brega” ou “cafona”<sup>20</sup>. Ficaré para outro momento uma análise desse cancionário, vinculada às performances no karaokê. A seguir, faço algumas considerações sobre como me apropriei do contexto musical do karaokê para abordar aspectos da sociabilidade constituída na sauna pelos sujeitos desta investigação.

### **Voz, erotismo, sexualidade e música**

Como, na condição de cientistas sociais, dar conta dessa territorialidade de relações sociais constituída pela música?

Se a música não usufrui ainda do estatuto de objeto canônico de investigação nas ciências sociais, não é menos verdade que ela não tem cessado de interpelar, em diferentes contextos culturais, históricos e epistemológicos, a imaginação sociológica. Faço a opção de tomar a música como um dos processos sociais através dos quais as pessoas criam e participam de relações sociais de diversos tipos (SEEGER, 2008; BOURRIAUD, 2009), ou seja, recurso social indutor de solidariedade grupal. O contexto da música, do canto e da dança, segundo essa perspectiva, permite acessar modos de identificação (pessoal e coletiva), hierarquizações, práticas e experiências partilhadas por indivíduos de um grupo social.

No caso da pesquisa de campo realizada, a música foi percebida menos como objeto específico de atenção do que como recurso instaurador de sociabilidades, como “moldura” para a investigação, permitindo a constituição de um recorte que articula várias dimensões das pesquisas sócio-antropológicas sobre homossexualidade: culturas urbanas e especializações do desejo homossexual (bares, saunas, cines, pontos de “pegação”, que compõem uma “geografia das sexualidades” gays); práticas de interação em sauna e marcadores sociais de diferença nas homosociabilidades (geração, classe e gênero, fundamentalmente); estudo de culturas corporais nas homossexualidades, etc.

Procuro, assim, acessar esse universo musical como referido a uma experiência coletiva acumulada por esses sujeitos: “A experiência acústica é de territorialidade, é uma experiência de situar-se no mundo. (...) (o som) é também uma experiência de identidade” (REINALDO, 2005, p. 41-

42). Através dessa memória musical, podemos reconstituir a um tempo de experiências acumuladas por esses sujeitos: tempo de lembrança de amores, de modos de viver, de palavras e sons que potencializam o corpo, reinvestindo-o de afetos, possibilitando linhas de fuga e devires no tempo<sup>21</sup>.

Na medida em que possibilita acessar essas dimensões, a música vivida, segundo Wisnik, funciona como “habitat, tenda que queremos armar ou redoma em que precisamos ficar” (1989, p. 30). É nesse sentido que podemos tratar a música de karaokê que como esse habitat compartilhado, tenda da memória reinventada que os sujeitos armam, contando com a presença confirmadora do outro (fundamental nessa reinvenção), mediada não por laços de solidariedade pactuados discursivamente, mas embebidos pela emoção estética trazida pela música.

Desse modo, podemos pensar a situação do karaokê como geradora de sociabilidades “pacificadas”, amparadas pelas telas de um laço de solidariedade permeável à fantasia, à “nostalgia”, ao “romantismo” (para evocar as palavras tão recorrentes dos frequentadores do karaokê), na qual momentaneamente os indivíduos produzem para si uma harmonia com um mundo possível de ser habitado, para além das realidades penosas impostas. Nesse sentido, um dos participantes foi certo ao descobrir o segredo de polichinelo do karaokê: “já saquei qual é o truque dessas bichas: elas bebem, ficam todas amiguinhas, e aí elas relaxam, e criam esse ambiente gostoso...”. Esse abaixamento do nível de crítica tem a ver com os poderes de religação, de pacificação, trazidos pelas pulsões invocantes<sup>22</sup>, supondo a existência de um outro acolhedor, uma amizade, uma aquiescência desse outro.

Aproveito essas indicações para refletir sobre a função do canto e da dança na situação do karaokê numa sauna que articula outros modos de apropriação do espaço (espaço de hiper-saturação sexual) e de constituição de modos relacionais que permitem a expressão coletiva do júbilo trazido pela música. Mesmo e tratando, em sua maioria, de sujeitos velhos – há também alguns trintões e quarentões –, frequentemente acompanhados de massagistas ou *boys*, fora dos padrões corporais midiáticos e dos modelos de masculinidade hegemônicos, vemos ali um uso da diversão e do entretenimento que servem, como modos de resistência e de recriação de si mesmos, dispondo do aparato da música como veículo de expressão subjetiva: não foram poucas as vezes em que ouvi sobre o karaokê que ali era lugar para o romantismo, para a nostalgia, para lembrar amores e tempos passados, mas que constituem

fragmentos valiosos de suas biografias, e que permitem a afirmação de um sentido para as vidas desses sujeitos, permitindo identificações horizontais, funcionando como operador de relações de socialidade e de produção de contextos de expressão de si mais clementes.

A incursão na sauna e no karaokê permitiu evidenciar agências e protagonismos dos sujeitos. Cantar, ficar com os massagistas, ouvir suas histórias, conversar com os amigos, produzir afetos por meio de pulsões invocantes, cultivar a memória através de músicas nostálgicas e românticas, são práticas tecedoras de sociabilidade e erotismo, e servem, a nosso ver, para combater aquela melancolização dos gays velhos (ERIBON, 2008), constituindo sociabilidades mais clementes. O acervo musical performatizado no karaokê pode ser tomado como contexto melódico que condensa fragmentos importantes da trajetória social desses indivíduos, dá acesso à territorialidade dos afetos e dos modos de expressão da homossexualidade em contextos passados (décadas de 1950 até hoje).

Há todo um jogo de ironias e auto-ironias, paródias difamatórias sobre si e sobre os outros, utilizando “identificações irônicas” (SAFATLE, 2008) para se referirem a si mesmos e aos amigos, identificações que fazem um reviramento do imaginário social sobre velhice, sexualidade e desejo homoerótico. O humor e a ironia para relativizar suas desventuras, paixões, relações com os *boys*, perdas de vínculo familiares, etc., combinam-se através do convívio lúdico proporcionado pelo karaokê.

## **2. Encontrando “coroas”. “maduros”, “tios” e “filhos”, “lekes” e “filés”: etnografia de ambientes virtuais**

Nesta segunda incursão etnográfica, realizada entre os meses de março de 2011 a março de 2012, buscamos descrever as significações de gênero, erotismo e geração, negociadas em relações homossexuais masculinas, a partir das interações observadas nas salas de bate-papo do portal UOL. Tomamos as classificações nativas de “coroas” e “filhões” como referenciais para a compreensão dos códigos relativos à masculinidade e à idade nessas sociações eróticas.

A estratégia metodológica da pesquisa consistiu em observar os *nicks* (apelidos utilizados para ingressar na sala) elaborados pelos participantes das salas de bate-papo (categoria: cidades – Fortaleza), acompanhar as conversas

e mensagens trocadas pelos participantes e tentar interagir com eles. Fiz diversas tentativas nesse sentido de busca de interação: de início utilizava um *nick* bem comum, com poucas informações; com o desenrolar da conversa, revelava minha intenção de compreender as expectativas de busca de parceiros *coroas*, o que, em muitos casos, ocasionava a imediata perda de interesse do meu interlocutor e o fim da conversa. Em seguida, passei a adotar o *nick* “conversar com *coroas*”, para declarar explicitamente minha intenção ali na sala. Desse modo, consegui interagir, ainda com certa dificuldade, tanto com “*coroas*”, “*maduros*”, “*50tões*”, “*tiozões*”, como com “garoto curte *coroa*”, “leke quer *maduro*”<sup>23</sup>, “*filé curte coroa*”, etc.

As conversas, na maioria das vezes, não duravam mais que alguns minutos, mas em alguns casos, consegui prolongar a interação, inclusive adicionando meus interlocutores no *msn*. Com alguns deles mantive contatos prolongados, por meses a fio de conversas; nesses casos, a sensação era de que a relação estabelecida com esses sujeitos era muito semelhante àquela que se consegue com “bons interlocutores” em pesquisas presenciais (que costumamos designar como “entrevistas em profundidade”), embora as insinuações e expectativas de interação eróticas – também presentes nas relações mantidas entre pesquisadores e pesquisados sobre temáticas como intimidade, erotismo e sexualidade – estivessem sempre presentes, em virtude, talvez, do dispositivo de mediação fornecido pela *internet*, em que o anonimato, a superficialidade e instantaneidade do contato alternam-se com relatos de grande exposição pessoal e partilha de informações íntimas, tais como fantasias, desejos e preferências eróticas. No contato presencial, as cerimônias da interação face a face impõem certas travas no fornecimento de informação pessoal e de exposição de si.

Alguns autores têm refletido sobre as relações ambíguas entre interação via *internet*, exposição de si e preservação do anonimato e do segredo sobre a identidade própria – regime de exposição e de manutenção de segredo sobre informação pessoal próximo daquilo que Sedgwick denominou “epistemologia do armário”, conforme caracterizado anteriormente. Carolina Parreiras fala, por exemplo, na “ocorrência de um ‘coming out’ restrito ao virtual” (2008, p. 170). Miskolci (2009, p. 188-189), por sua vez, pontua questões importantes para pensar a ambivalência dos “dilemas e promessas da *internet*”: ora a *internet* parece ter libertado os indivíduos das restrições do armário, ora parece tê-lo ampliado:

(...) a internet ampliou o armário duplamente: por ter introduzido nele muitos que jamais explicitariam desejos por pessoas do mesmo sexo – e que o fazem agora graças ao anonimato – e também porque a maioria das relações forjadas on-line já surge secretamente. A web não extinguiu a principal fonte de preocupação, sofrimento e solidão de muitos que compartilham desejos por pessoas do mesmo sexo: o segredo. O armário ainda parece ser o mecanismo de controle de suas vidas, no fundo, solitárias, já que vividas em um limbo comprimido entre a socialmente aceita e a secreta, em que tentam alocar seus desejos, prazeres e sonhos.

Outro ponto a destacar, relativo às complexas e ambivalentes interações na *internet*, diz respeito à construção identitária materializada no “nick”, em que, com poucos caracteres, se pretende informar, de maneira clara, o essencial de informação sobre si próprio, o tipo de parceiro visado e a expectativa de interação erótica, afetiva e sexual.

Lembro, com Goffman, que a interação implica manipulação de informação pessoal, envolvendo o trabalho de construção de “fachada”, na qual se articulam, simultaneamente, revelação/exposição de si, por um lado, e manutenção de segredo, por outro, conforme o contexto e a situação de interação de que participa o indivíduo: “A informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim informados, saberão qual a melhor maneira de agir para dele obter a resposta desejada” (GOFFMAN, 1985, p. 11).

No caso da interação on-line, a margem de manipulação na construção da identidade própria parece ampliada, se comparada às estratégias de auto-apresentação na interação off-line/presencial. Goffman analisa os limites da maleabilidade envolvida no controle de informação pessoal (exibição x segredo) na interação face a face em termos de discrepância entre realidade e aparência, com limites a serem preservados:

Se a atividade de um indivíduo tem de incorporar vários padrões ideais e se é preciso fazer uma boa representação, então, provavelmente, alguns desses padrões serão mantidos em público à custa do sacrifício privado de alguns outros. Com frequência, certamente, o ator sacrificará aqueles padrões cuja perda pode ser ocultada e fará este sacrifício para sustentar padrões cuja aplicação inadequada não pode ser escondida (GOFFMAN, 1985, p. 48).

No que concerne à interação *on-line*, a manipulação envolvida no processo de elaboração de perfis subjetivos parece usufruir de liberdade ilimitada, dada a heterogeneidade entre as identidades *on-line* e *off-line*: “na ausência de uma materialidade física, os perfis são os responsáveis por constituírem a “corporificação” de cada um” (PARREIRAS, 2008, p. 136). No entanto, segundo Parreiras, essa margem de manipulação abriga determinados constrangimentos na construção de identidades e corpos no virtual, o que implica um tensionamento da diferença entre os regimes do *on-line* e do *off-line*. De modo semelhante ao que a autora afirma a propósito da construção dos perfis e avatares do Orkut, também identifico no processo de construção dos *nicks* nas salas de bate-papo, que estes “carregam uma série de marcas, sendo que estas corporificações são discursivamente concebidas e experimentadas a partir de um repertório de possibilidades. Existem, também no virtual, padrões de corpos valorizados e desejados e, em geral, os avatares são compostos em função desta padronização” (2008, p. 135-136).

Assim, ao invés de insistir em certo maniqueísmo a contrapor identidade real (autêntica/*off-line*) versus identidade virtual (falsa/*fake/on-line*), caberia enxergar o trabalho criativo de elaboração de perfis e *nicks* como modos de auto-apresentação e figuração de si (a partir de marcadores como: idade, cor/raça, classe, preferência sexual, dentre outros) acionados para possibilitar a interação erótica (virtual e presencial) com parceiros. Os *chats*, assim, se configuram como privilegiado “veículo de transmissão e criação de fantasias. Tudo o que a imaginação pode conceber, tem a possibilidade de ser, pelo menos em teoria, materializado e mostrado ali. Por isso, talvez seja um dos modos mais eficazes para a construção de convenções do que seriam segredos, daquilo que é vetado em uma situação *off-line*, de pensamentos, fetiches, desejos e fantasias” (PARREIRAS, 2008, p. 176). Nesse sentido, as salas de bate-papo “Cidades e regiões”, embora não designadas como eróticas ou para sexo virtual<sup>24</sup>, são saturadas de conteúdo sexual/erótico e permeadas por “fantasias de presença”: “na falta corpórea e material do outro, diversos mecanismos – a montagem dos avatares entre eles – simulam sua presença. Mas esta presença é, de certo modo, incerta e fantasiada, já que nunca se sabe exatamente quem está do outro lado da tela” (PARREIRAS, 2008, p. 177-178). Os *nicks* deixam explícita a expectativa de interação sexual, ao enunciar atributos (idade, preferências sexuais, etc.) e fantasias a negociar.



## **Coroas e filhões no bate-papo: negociações do desejo e interação erótica**

O material empírico produzido a partir da etnografia das salas de bate-papo e de alguma frequência em bares com afluência de gays idosos (coroas e maduros)<sup>25</sup> ensejou algumas construções analíticas concernentes às afinidades eróticas entre aqueles sujeitos (o “coroa” e o “filhão”) envolvendo apreciações de corpo, personalidade (competências emocionais), trajetórias de vida (traduzida como acúmulo de experiências) e performances sexuais (caracterizadas pela prevalência da componente ternura em relação à componente propriamente sexual). Que estilos de vida são associados ao coroa? De que forma a dimensão geracional intersecciona outros marcadores de diferença? Poderíamos pensar num protagonismo erótico de gays idosos no contexto dessas relações? Estas foram as questões que permearam minha reflexão.

### **O conjunto da obra: a caracterização do coroa e outras classificações**

No diálogo que se segue, um interlocutor descreve o que seria um coroa:

- (06:12:14) Fabio.hh reservadamente fala para hxx ker h koroo: o que vc considera koroo?  
(06:12:26) hxx ker h koroo (reservadamente) fala para conversar com coroas: na faixa de 40 45  
(06:13:08) conversar com coroas reservadamente fala para hxx ker h koroo: o que te atrai num coroa  
(06:13:33) hxx ker h koroo (reservadamente) fala para conversar com coroas: tesao.... sei lá.... sempre só gostei de coroa... quanto mais cara de coroa melhor eu acho  
(06:14:06) conversar com coroas reservadamente fala para hxx ker h koroo: como é cara de coroa, rapaz  
(06:14:52) hxx ker h koroo (reservadamente) fala para conversar com coroas: tem homem com 40 q aparenta muito menos e vice e versa  
(06:16:20) conversar com coroas reservadamente fala para hxx ker h koroo: o que especialmente te chama atenção num coroa?  
(06:17:13) hxx ker h koroo (reservadamente) fala para conversar com coroas: o conjunto da obra.... um cabelo grisalho, uma barriguinha....

O “tiozão” é caracterizado, na forma como se segue, como um primeiro momento da carreira do envelhecimento, precedendo a “aparente maturidade” do coroa:

- (06:45:45) Conversar com coroas reservadamente fala para Univer\$\$\$itário HH: o que vc considera um coroa?  
(06:45:57) Univer\$\$\$itário HH (reservadamente) fala para Conversar com coroas: Tu tens que idade?  
(06:46:00) Conversar com coroas reservadamente fala para Univer\$\$\$itário HH: 39  
(06:46:06) Univer\$\$\$itário HH (reservadamente) fala para Conversar com coroas: excelente.  
(06:46:13) Conversar com coroas reservadamente fala para Univer\$\$\$itário HH: sou coroa?  
(06:46:27) Univer\$\$\$itário HH (reservadamente) fala para Conversar com coroas: é um Tiozão  
(06:46:28) Univer\$\$\$itário HH (reservadamente) fala para Conversar com coroas: hehe

(06:46:32) Conversar com coroas reservadamente fala para Univer\$\$\$itário HH: legal,,, e qual a diferença entre ser um coroa e um tiozão?

(06:46:58) Univer\$\$\$itário HH (reservadamente) fala para Conversar com coroas: coroa é 40tão.

(06:47:03) Conversar com coroas reservadamente fala para Univer\$\$\$itário HH: ah ta

(06:50:31) Conversar com coroas reservadamente fala para Univer\$\$\$itário HH: o que te atrai no coroa

(06:50:47) Univer\$\$\$itário HH (reservadamente) fala para Conversar com coroas: a aparente maturidade.

(06:50:54) Conversar com coroas reservadamente fala para Univer\$\$\$itário HH: como assim

(06:51:11) Univer\$\$\$itário HH (reservadamente) fala para Conversar com coroas: complexo demais para tentar explicar..

Passando para o *msn*, prossegue o diálogo que mobiliza o sistema de classificações. Desta vez, fala-se sobre o capital erótico do “filhão”:

Bob diz:

olá Tio.

Caio diz:

se sou seu tio, como quer que eu te chame

Bob diz:

rsrsrs... filho... filhote...filhão; o que lhe for melhor...

Caio diz:

me diz o que vc prefere

Bob diz:

rs... lhe deixo a vontade para escolher, gosto dos 3 citados acima.

Caio diz:

o que um tio pode esperar de um filhote de 18 anos?

Bob diz:

rapaz, tenho muito tesão pra lhe oferecer... hehe

No diálogo seguinte, enumeram-se características associadas ao “maduro”. O critério idade mostra-se acionado de modo diferenciado, seja para associar perfil físico, seja para descrever características subjetivas:

(12:01:34) conversar com coroas reservadamente fala para macho curte maduro: o que vc entende por maduro?

(12:01:47) macho curte maduro (*reservadamente*) fala para conversar com coroas: cara com mais 35 anos

(12:04:12) conversar com coroas reservadamente fala para macho curte maduro: o que te atrai num cara maduro

(12:04:33) macho curte maduro (*reservadamente*) fala para conversar com coroas: segurança

(12:05:05) conversar com coroas reservadamente fala para macho curte maduro: como assim

(12:05:31) macho curte maduro (*reservadamente*) fala para conversar com coroas: mais experiência de vida

(12:05:58) macho curte maduro (*reservadamente*) fala para conversar com coroas: menos perigo de pegar um pilantra

(12:06:17) conversar com coroas reservadamente fala para macho curte maduro: pilantra tem a ver com idade?

(12:06:56) macho curte maduro (*reservadamente*) fala para conversar com coroas: no meu pensamento tem sim

(12:07:48) conversar com coroas reservadamente fala para macho curte maduro: pensei que maduros era só a partir de 40! (12:08:48) macho curte maduro (*reservadamente*) fala para conversar com coroas: pra muitos é com mais quarenta mesmo (12:10:09) conversar com coroas reservadamente fala para macho curte maduro: pra vc coroa é o mesmo que maduro? (12:10:38) macho curte maduro (*reservadamente*) fala para conversar com coroas: não, mas eu gosto dos dois hehehe  
(12:11:35) macho curte maduro (*reservadamente*) fala para conversar com coroas: ja fiquei com cara de 50 anos  
(12:11:36) conversar com coroas reservadamente fala para macho curte maduro: o q diferencia um do outro?  
(12:13:18) macho curte maduro (*reservadamente*) fala para conversar com coroas: nao tem muitas, só mais idade e mais experiencia e menos ereção.

Com Alex, interlocutor privilegiado, tive vários encontros virtuais. Ele se apresenta como “divorciado, cinquentão ativo, enxuto, sarado”, “eu malho, não sou do tipo barrigudo e careca, gosto de movimento”. Esta autodescrição objetiva desassociar-se de uma imagem negativa, de decadência, associada ao processo de envelhecimento, identificando-se com uma imagem positiva do gay maduro. Ele se tornou referencial durante a etapa de imersão no universo das interações *on-line*. Descreve a afinidade entre coroas e garotos, os processos de (auto)percepção e designação implicados na experiência de envelhecer.

(10:51:41) conversar com h coroas reservadamente fala para 50tão-ativo: me chamou atenção seu nick  
(10:56:56) 50tão-ativo (*reservadamente*) fala para cara.hh: qual parte do nick?  
(10:58:44) conversar com h coroas reservadamente fala para 50tão-ativo: é difícil ver 50ões no chat  
(10:58:51) conversar com h coroas reservadamente fala para 50tão-ativo: ou tu enganado?  
(10:59:04) 50tão-ativo (*reservadamente*) fala para conversar com h coroas: qual sua idade?  
(10:59:12) conversar com h coroas reservadamente fala para 50tão-ativo: 39  
(10:59:37) 50tão-ativo (*reservadamente*) fala para conversar com h coroas: é os caras da minha idade são meio que discriminados pelos mais jovens  
(10:59:54) 50tão-ativo (*reservadamente*) fala para conversar com h coroas: acham que já estamos moribundos, próximos da morte  
(11:00:17) conversar com h coroas reservadamente fala para 50tão-ativo: mas vc chega a conhecer caras aqui no bate papo?  
(11:00:34) 50tão-ativo (*reservadamente*) fala para conversar com h coroas: sim  
(11:00:54) conversar com h coroas reservadamente fala para 50tão-ativo: tem uns caras que preferem coroas...  
(11:01:06) 50tão-ativo (*reservadamente*) fala para conversar com h coroas: mas sempre muito novinhos, 17/18/19, a procura de experiencia pra iniciar na vida  
(11:02:14) 50tão-ativo (*reservadamente*) fala para conversar com h coroas: eles acham que sabemos iniciar o cara sem dor, e o cara gostando  
(11:02:24) 50tão-ativo (*reservadamente*) fala para conversar com h coroas: o que não deixa de ser verdade.....rsrsrs  
(11:02:29) 50tão-ativo (*reservadamente*) fala para conversar com h coroas: vamos combinar...  
kkkkkkkkk

## Fantasia intergeracionais, erotismo e ambivalência

Temos, a seguir, outro encontro com Alex, agora com o *nick* de Zorba. Apresenta uma nova figuração do coroa e do velho, como alguém que se cuida, com ciclo de vida expandido, com auto-estima, mesmo que confrontado com apreciações estigmatizadas. Como ele fala, “convenhamos que pessoas da minha idade, normalmente, e não é o meu caso, são desleixadas, gordas, barrigudas”:

(03:34:17) conversar com h coroas reservadamente fala para zorba-50-ATV: e vc, se considera coroa?

(03:34:34) zorba-50-ATV (reservadamente) fala para conversar com h coroas: não, mas tenho espelho em casa

(03:35:38) zorba-50-ATV (reservadamente) fala para conversar com h coroas: não me considero, mas me vejo, sei que idade tenho... mas isso não me incomoda

(03:36:08) zorba-50-ATV (reservadamente) fala para conversar com h coroas: uns acham atraente, outros acham que eu já morri ... e assim vai

(03:36:22) conversar com h coroas reservadamente fala para zorba-50-ATV: nossa, uns acham q já morreu? isso é forte hein

(03:36:52) zorba-50-ATV (reservadamente) fala para conversar com h coroas: é forte mas é verdade

(03:37:06) zorba-50-ATV (reservadamente) fala para conversar com h coroas: tem jovemzinho, tipo 18 que se sente atraído, outros fazem pergunta do tipo.... ainda levanta?

(03:38:19) zorba-50-ATV (reservadamente) fala para conversar com h coroas: agora mesmo tem 2 passivo gatos, perguntando se eu aguento dois

(03:38:39) zorba-50-ATV (reservadamente) fala para conversar com h coroas: eu respondi que pra levar nas costas não, mas pra foder, aguento sim.

(03:42:29) zorba-50-ATV (reservadamente) fala para conversar com h coroas: vcs jovens são demasiadamente cruéis (03:43:16) zorba-50-ATV (reservadamente) fala para conversar com h coroas: excluem os mais velhos sem se dar conta de que, se não morrerem jovens, vão envelhecer tb

Por outro lado, noutra conversa, Alex fala sobre a curiosidade dos gays mais novos pelos mais velhos. Diz que costuma ficar com caras mais jovens, “nem que seja por uma vez, para matar a curiosidade deles”:

alex diz:

muitas vezes os novinhos tem curiosidade se, como falei antes, nós mais velhos temos tesão ainda e depois que veem que levaram muito kct no rabo, saem de fininho entende

Caio diz:

o que vc acha dessa curiosidade?

alex diz:

muitas vezes são iniciantes que querem que seja um cara, mais experiente pra tirar sua virgindade, pq acreditam que sabemos fazer direitinho, por conta da experiencia, pura ilusão, nada a ver; o cara pode ter 100 anos e não saber trepar

Caio diz:

acha que os mais velhos passam a imagem do pai protetor, que sabe cuidar?

alex diz:

com toda certeza a imagem do gay bonito, forte, sarado, e jovem é a que reina; por outro lado, acho tb que, os meninos de tipo 18, 19 anos, são meio que órfãos de pai, quando se descobrem gays

Caio diz:

interessante sua percepção

alex diz:

primeiro por falta de coragem de confiar no pai, e com razão; os pais são hipócritas e sei que os meninos novinhos, são perdidos por conta da ignorancia dos pais; daí o interesse de pegar um véi pra tirar o cabaço deles...rsrsrs

## **Ambientes virtuais como espaços de encontro entre coroas/maduros e filhões**

Na conversa seguinte, a *net* é apresentada simultaneamente como lugar de encontro e armário:

Caio diz:

Onde vc encontra eventuais parceiros, além da net?

alex diz:

só na net; fora disso só um acaso grande

Caio diz:

por que acha que a net se tornou esse meio tão privilegiado para conhecer pessoas?

alex diz:

justamente pelo anônimo, pela discrição, pelo sigilo; 90% não quer aparecer pra sociedade, não quer dar cara a tapa, e eu concordo com esses 90%, nunca iria me submeter ao julgamento de uma sociedade cruel e hipócrita.

Nesta outra conversa, reaparece a afinidade entre saunas, coroas e interações intergeracionais:

Caio diz:

Alex, se eu quiser encontrar caras mais velhos, onde eu poderia achá-los?

tem algum bar? Alguma sauna?

alex diz:

em sauna com certeza... bares eu não tenho a menor ideia

Caio diz:

p q sauna com certeza?

alex diz:

pq já vi

Caio diz:

o que há lá que os atrai mais?

alex diz:

ô Jesus!!! JOVENS meu filho... o que mais poderia ser?

### 3. Inconclusivamente... Pontuando algumas questões:

#### a) O coroa como reinvenção de si do gay idoso

Tomando as classificações nativas de “coroas” e “filhões” como referenciais para a compreensão dos códigos relativos à masculinidade e à idade nessas sociações eróticas, o “coroa” diz respeito a um tipo muito mais definido por seus atributos emocionais e por sua trajetória de vida do que exatamente por sua idade. Em termos gerais, no entanto, seria correto dizer que o coroa é associado a “quarentões” e “cinquentões”, estes caracterizados como homens “que se cuidam”, que primam pela sua boa aparência, ao mesmo tempo em que se apresentam qualidades de personalidade e competências emocionais relacionadas a “estabilidade”, “experiência” e “maturidade”. “Maduro” é uma outra categorização para o “coroa”. O “filhão”, por sua vez, também deve caracterizar-se por “ter uma cabeça boa”, “ser maduro”, a despeito de sua pouca idade, situada, aproximativamente, entre 25 a 35 anos, embora eu tenha encontrado “coroas” que afirmaram que há muitos rapazes mais novos, com menos de vinte anos, que os procuram para sua iniciação afetivo-sexual.

O “coroa” dispõe de um capital erótico ambíguo. No que concerne às mulheres “coroas”, Goldenberg (2008) descreve o tensionamento entre os vetores “liberdade” x “atratividade”: a coroa é a “mulher emancipada”, a que tem recursos pessoais para materializar certo ideal de independência; ao mesmo tempo é a mulher que se depara com situação desvantajosa em relação ao capital do corpo e do casamento, pressionada pelo ideal de beleza e atratividade a que deve corresponder. No que concerne aos homens homossexuais, Simões (2004b, p. 88) aponta que “o ‘coroa’ é um personagem de idade indefinida, mas portador dos sinais visíveis da ‘máscara do envelhecimento’: o cabelo grisalho, as rugas, a cintura grossa, os movimentos um tanto mais lentos. Tipicamente, parece ser o homem maduro de modos viris, que tem saúde, disposição física, apresentação pessoal e dinheiro suficiente para frequentar espaços do chamado ‘circuito gay’, encontrar amigos, beber, se divertir e também tentar a sorte no mercado da paquera”. O coroa seria a figura que encarnaria a representação mais positiva do gay idoso, contraposto a representações deletérias associadas à velhice<sup>26</sup>.

Em termos gerais, no entanto, seria correto dizer que o coroa é associado a “quarentões” e “cinquentões”, acompanhados de qualidades de personalidade e de competências emocionais relacionadas a “estabilidade”, “experiência” e “maturidade”.

“Maduro” é uma outra categorização para o “coroa”. O “filhão”, por sua vez, também deve caracterizar-se por “ter uma cabeça boa”, “ser maduro”, a despeito de sua pouca idade, situada, aproximativamente, entre 25 a 35 anos, embora eu tenha entrevistado “coroas” que afirmaram que há muitos rapazes mais novos, com menos de vinte anos, que os procuram para sua iniciação sexual.

Para o filhão, o coroa “tem que ter caráter, maturidade, experiência” e ao mesmo tempo “tem que se cuidar”. Um dos coroa com quem conversei dizia que os garotos esperavam deles habilidades eróticas e afetivas: “eles acham que sabemos iniciar o cara sem dor, e o cara gostando. O que não deixa de ser verdade, vamos combinar (rsrsrs)”.

A virilidade também é uma característica associada ao coroa, mesmo que nem sempre na relação sexual o coroa desempenhe o papel de ativo. Esse dado contrasta com modelos de relações intergeracionais mais tradicionais, próximos do modelo analítico hierárquico descrito por Fry (1982): no caso da relação entre homens mais velhos e mais novos a prestação de ajuda por parte do mais velho recebia como contra dádiva do rapaz: sua potência sexual viril. Em contextos mais individualistas, essa hierarquia se torna mais complexa, envolvendo negociações ambíguas nos jogos de sexo, poder e diferença.

## **b) Modelos tradicional e igualitário nas relações afetivo-sexuais intergeracionais**

Nas narrativas e histórias recolhidas junto aos sujeitos, observamos deslocamentos e bricolagens nos roteiros afetivo-sexuais, de um modelo tradicional / hierárquico a um modelo psicológico / igualitário. Podemos apontar um “desentranhamento”<sup>27</sup> de demandas subjetivas, emocionais, psicológicas, que passam a prevalecer sobre convenções culturais tradicionais, que ditavam papéis de gênero e desempenhos sexuais. Os balizadores dessas convenções, operadores de diferença (raça/cor, classe, performances sexuais e de gênero, geração...) negociam com uma agenda nova de interesses emocionais; uma espécie de economia libidinal mais pautada pela exigência de intimidade. Intimidade como *fair play*, como democracia das emoções.

Nesse sentido, pode-se pensar na busca de um ideal igualitário, a despeito de evidentes dessimetrias nas trajetórias biográficas dos indivíduos implicados, permeado por uma série de demandas psicológicas: Da parte dos filhões, dos garotos que curtem coroa e maduros, a valorização da experiência destes

últimos, índice de disponibilidade para constituir relações mais significativas, quando não mais estáveis e longevas, ultrapassando a dimensão do encontro para curtir, para ficar, para fazer sexo. “Ficar por ficar”, se envolver apenas para curtir sexo, apresenta-se como modelo de relação altamente desvalorizada pelos garotos, estando esse modelo, marcado por seu caráter episódico e sem profundidade, associado àquilo que fazem os homens mais novos. Nisso consiste boa parte da motivação que os fazem evitar envolvimento com pares.

Há também uma série de demandas formuladas pelos coroa: há a busca por garotos mais centrados, ainda que a desconfiança em relação à imaturidade dos garotos esteja presente em vários relatos de coroas e maduros. Esta imaturidade, manifestada pelos garotos em sua busca por envolvimento sexual com maduros, em alguns casos chega a ser sentida como o sentimento de “ser usado”, como vimos no relato de Alex.

O que o garoto vai buscar no cara maduro? O que é, para você, um coroa? Quando alguém pode ser considerado maduro? (Perguntas que causavam estranheza tanto nos garotos, quanto nos coroas). A resposta pode ser resumida na seguinte combinação de fatores. Os signos sociais que identificam um indivíduo como “coroa”, como “maduro”, conforme dito antes, consistem em 1. Um conjunto de características físicas (os cabelos brancos, a “barriguinha”, principalmente); 2. Acúmulo de experiência, combinado com estabilidade emocional, familiar, financeira e social. Isso se traduz em um perfil de homens mais masculinos, mais discretos, mais provedores (embora não implique desempenhos sexuais marcados exclusivamente pela preferência por ser ativo); 3. Competência emocional para lidar com relações menos efêmeras e mais significativas, indo além da experimentação de sensações relacionadas à atividade sexual.

Em relação aos garotos, lekes ou filhões, exige-se também que o garoto seja discreto, másculo, mesmo que tenham como preferência sexual serem passivos; que queiram envolver-se em relacionamentos mais estáveis, que estejam dispostos a retribuir possíveis dons na forma de dedicação, de empenho e de fidelidade. Há uma gramática ambígua: por um lado, há o uso de uma linguagem familiarista (paizão/paizinho *versus* filhão/filhote/bebê) que induz a pensar em lugares hierárquicos, permeados por diferenças de poder e de agência na relação (o lugar de poder estando teoricamente ligado aos parceiros mais velhos).



Não podemos desconsiderar, por outro lado, a permanência de modelos mais tradicionais de relação homossexual intergeracional, que se distanciam desse viés igualitário e psicologizante da relação entre o coroa/paizão e o seu filho/filhote. Evocamos, nesse sentido, os diversos casos em que o parceiro mais velho (coroa, maduro) reveste-se de um papel de tutor, de amigo, de padrinho, de alguém que ajuda a família de origem do rapaz, quando não da família constituída por este. Conversamos já com sujeitos que afirmavam não se importar que seu “namorado” mantivesse namoros e mesmo casamento heterossexual, desde que ele soubesse conservar o vínculo estabelecido entre eles. Trocas materiais aí se entrelaçam com trocas afetivas, num movimento de trocas de dádivas e contra-dádivas que complexificavam as negociações de desejo e afeição nessas relações. Se o homem mais velho aparece sempre como aquele mais bem posicionado social, cultural e economicamente, dispondo de poder decisivo para a conquista e a manutenção da relação, por outro lado, não pode deixar de considerar formas de agência e poder vindos da parte do rapaz, sob o qual recaem designações sociais subalternizadoras: o rapaz geralmente é de origem negra ou mestiça; mora em periferias ou em cidades vizinhas à capital; de origem socioeconômica pobre e tem baixa escolaridade. No entanto, dispõe de um capital erótico, expresso em seus atributos físicos e em suas habilidades afetivo-sexuais que, muitas vezes, se sobressai na relação e introduz inesperados arranjos de equilíbrio e negociação de poder nas parcerias.

Leve-se em conta, também, a explícita mediação de gratificação econômica que viabiliza arranjos relacionais intergeracionais por meio do trabalho sexual. É o caso, por exemplo, dos coroas, maduros e idosos (mariconas e tias) que encontramos na sauna, que utilizam o serviço dos *boys* do estabelecimento (massagens) para seus intercursos eróticos. No entanto, mesmo aí, no contexto do trabalho sexual viril, não é incomum que se imiscuem elementos não redutíveis à troca econômica: lembro, a título de exemplo, desse mesmo interlocutor que me disse haver feito o bolo de casamento do *boy* com quem mais tinha proximidade, que frequentava a casa dele, e que este o havia convidado para ser padrinho do filho que iria nascer. Também presenciei, durante meu trabalho de campo na sauna, situações conflituosas, urdidas na disputa por *boys* que tinham clientes preferenciais, tidos como “namorados”, dos quais se esperava exclusividade na oferta de serviços sexuais, dada a super-oferta de gratificação providenciada pelo amigo/cliente/namorado.

### c) A vivência de uma relação amorosa como possibilidade efetiva na trajetória biográfica de gays maduros/idosos

Uma variável decisiva que, a meu ver, permite compreender a coexistência desses dois modelos que organizam diferentes arranjos eróticos intergeracionais – um mais baseado em expectativas de reciprocidade e de gratificação emocional próximas de um contexto igualitário, a despeito da interveniência de diversos marcadores de diferença, e outro mais tradicional, abrigando convenções e hierarquias de gênero e de papéis sexuais mais destacadas – está relacionada ao fato de que só recentemente (talvez nesta primeira geração de gays, idosos contemporânea nossa) se tornou possível conceber a vivência legítima e reconhecida de uma vida amorosa como experiência para esses indivíduos. De fato, temos hoje a primeira geração de LGBTs que forjaram uma linguagem política para expressar seus desejos e suas identidades, para além dos limites impostos pela clandestinidade e pelo não-lugar da homossexualidade no social.

Por outro lado, convém não esquecer, mesmo nessas relações próximas do *ethos* igualitário, o acordo tácito (a exigência mesmo) formulado na ideia de uma “discrição” a ser mantida, que tem mais a ver com o anonimato e a manutenção da vida dupla de um ou de ambos os implicados. Não é incomum encontrarmos coroas e maduros casados e que querem ter relações longevas com garotos. Evoco o depoimento de um cinquentão que me falava que quer viver um amor: “É só isso o que eu quero: encontrar uma pessoa que queira me fazer sentir amor, pois família e filhos, isso eu já tenho. Eu quero alguém que queira se dedicar a mim, enfim, eu quero é viver uma história de amor..”.

### d) Estilos de vida, sociabilidades e mercado: poderes negociados

Por fim, cumpre destacar o protagonismo dos “coroas”, “ursos” e “tios” na constituição de um mercado de lazer e consumo, envolvendo redes de sociabilidade (virtuais e presenciais) e a constituição de culturas eróticas. Ao invés de ocuparem um lugar de margem e de presença residual nos equipamentos de lazer GLS, especificamente nas boates e bares “mais badalados” e frequentados por sujeitos mais jovens, aqueles sujeitos desempenham um papel central, principalmente no que concerne à constituição de uma série de equipamentos de lazer e consumo destinados a eles, em certo sentido, como observa França, na contramão do mercado GLS *mainstream*:

(...) a cena dos ursos desenvolve-se em posição crítica em relação ao que veem como a imposição de corpos malhados e jovens e a um consumismo superficial que marcariam a sociabilidade entre homens gays. Além de constituírem espaços alternativos de sociabilidade, os ursos têm inclusive uma bandeira própria, inspirada na bandeira do arco-íris, que costuma aparecer nos sites de relacionamento e nas revistas virtuais voltadas para esse público” (FRANÇA, 2012, p. 236-237).

Na pesquisa, conforme afirmado, frequentei um bar para coroa e ursos, situado na Praia de Iracema, tradicional zona de lazer e cultura em Fortaleza, cujo público-alvo consistia em “ursos” e seus apreciadores, com clientes de classe média, escolarizados e brancos. Interessante destacar a criação do *site* oficial do estabelecimento, que apresentava a programação do bar e onde os clientes postavam comentários diversos, nos quais podemos apreender códigos e apreciações sobre as festas e seus frequentadores. Nessas postagens, destaca-se uma valorização da imagem do coroa/urso<sup>28</sup>: discreto, másculo, bem cuidado, bem-sucedido, educado e atraente, nada lembrando a depreciação que espreita a subjetividade de gays idosos. Podemos, assim, a despeito do nítido viés classista, que serve como operador de inclusão (no mercado de bens e no mercado erótico), tomar esse contexto envolvendo linguagens, lugares, sujeitos e poderes como articulador de um importante trabalho coletivo de ressignificação da imagem do gay idoso.

---

## Notas

\* O material apresentado neste artigo baseia-se nos dados da pesquisa “Envelhecimento homossexual: representações, experiências de sociabilidade e desafios políticos relativos à cidadania de gays idosos”, que contou com o apoio do CNPq para a sua realização (Edital MCT/CNPq N° 14/2010 – Universal).

1 Já na década de 1950, Karl Mannheim (1982) formulava o problema sociológico das gerações: como definir um ciclo de vida, uma geração, sem recair num biologismo, sem recorrer a “um tipo de sociologia de tabelas cronológicas”. A geração, para Mannheim, seria apreendida, antes, a partir da noção de situação (*Lagerung*), como conjunto de experiências comuns numa dimensão histórica do processo social (*idem*: 70, 71). É isso o que as noções de “situação da geração”, “estilo de geração” querem exprimir: a geração pode ser apreendida como produto de forças sociais e culturais (*Idem*: 94), envolvendo mecanismos integrativos e convergências de repertório de socialização (EISENSTADT, 1976).

2 A sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), usada largamente pelo movimento homossexual organizado e mesmo pelas instâncias do poder público voltadas para as políticas de promoção de direitos humanos e de educação para a

diversidade sexual, pretende circunscrever o conjunto dos sujeitos políticos concernidos nas lutas pelo respeito e proteção à liberdade de orientação sexual e de gênero. Substitui a noção, mais antiga e mais difusa, de “comunidade homossexual”, assim como a sigla GLS, de tom visivelmente mercadológico (assinalando um nicho de atividades lucrativas explorando as sociabilidades homossexuais).

3 Característica dessa tradição de estudos é a crítica a essencializações e naturalizações sobre práticas, identidades e convenções relativas à sexualidade e ao gênero. Nossa abordagem incorpora os estudos e metodologias dessa tradição de estudos, articulando-os a abordagens sobre idade e geração também numa perspectiva não-essencialista.

4 Em nível mundial, os trabalhos pioneiros sobre curso de vida e envelhecimento homossexual são da década de 1970: J. Gagnon e W. Simon (1973); Douglas Kimmel (1978, 1979) e K. Plummer (1975), muito situados numa perspectiva gaycêntrica. Em linhas gerais, o esquema analítico baseava-se num modelo de ciclo de vida específico, marcado por fases e estágios de constituição da identidade homossexual. Simões (2004a, 2004b) repertoria e comenta esses estudos pioneiros. M. Bozon (2004) retoma a noção de “ciclo de vida” para indagar se, hoje, ainda faria sentido falar de um ciclo de vida especificamente homossexual, noção utilizada naqueles estudos.

5 Retomo aqui, com modificações, a descrição e análise dos contextos investigados, desenvolvidas em Paiva (2011 e 2009b).

6 Permanece um desafio de análise entender por que as manifestações de desejo e erotismo entre os gays idosos são marcadas pelo vetor intergeracional: de fato, entre esses sujeitos temos encontrado muito poucos indícios de erotização num vetor intrageracional. As experiências de socialização e os modelos de interação mais hierárquicos (como citado mais à frente) típicos da cultura sexual brasileira, presentes nas trajetórias dos sujeitos, são alguns elementos que talvez ajudem a entender essa questão.

7 Classificações utilizadas pelos próprios frequentadores da sauna, adeptos ou não do “dia do karaokê”.

8 O neologismo “envelhescente”, derivado de “envelhescência”, foi cunhado pelo escritor Mário Prata, fazendo um jogo provocativo com os termos “adolescente” e “adolescência”, momento estabelecido sócio-culturalmente como limiar entre vida infantil e adulta. No caso do envelhecimento, há uma lacuna de mediações para demarcar “quando é que se começa a envelhescer”: aos trinta? aos quarenta? aos cinquenta? (ver OLIVIENSTEIN, 2000; BERLINCK, 1998).

9 A autora, citando o artigo “On the relationship between queer and feminist geographies”, de Larry Knopp (2007), mostra que uma das contribuições dessa “geografia queer”, refere-se à “construção da idéia do caráter híbrido e fluido das subjetividades sexuais e do significado da sexualidade para a realidade socioespacial” (SILVA, 2009, p. 99).

10 Esses bares, durante o dia, funcionam como lanchonetes, vendem refeições e à noite abrigam um variado público que circula pelo Centro, sendo considerado como lugares pouco seguros, “para encontro de gente perigosa e onde rola prostituição e venda de drogas”, segundo narrativa de um informante. Durante o período de realização da pesquisa, tive oportunidade de frequentar outro tipo de bar, não associado ao perigo e à decadência: funcionava na Praia de Iracema, em Fortaleza, um bar destinado ao “público ursino”, isto é,

a homens gays, gordos, peludos, discretos e viris e a apreciadores de parceiros sexuais com essas características. Ver mais à frente, nas considerações finais.

11 Para uma descrição do circuito homoerótico composto por esquinas, bares e cinevídeos em Fortaleza, ver Santos e Paiva (2013) e Teixeira e Paiva (2009).

12 Trata-se da sauna mais luxuosa, situada ao lado do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (centro cultural cercado de diversos estabelecimentos de lazer, lugar bastante frequentado por jovens, famílias, turistas, etc.), voltada a um perfil de clientes mais homogêneo em termos de grupo de status elevado e padrão corporal hegemônico (corpo viril, modelado em musculação, trabalhado por intervenções cirúrgicas; ausência de sinais evocadores de condição sorológica positiva para HIV, modelo de relacionamento afetivo-sexual mais igualitarista). Os sujeitos com quem conversei dizem que não gostam de lá, pois se sentem “fora de contexto”, acham que aquele espaço “não foi feito para eles”: “aquilo lá é tudo muito asséptico”, “há muita exibição”. Por sua vez, o público que frequenta essa sauna “mais refinada” refere-se às outras saunas como lugar para “velhos” e “barrigas”. Somam-se mecanismos distintivos relacionados a classe e status social, performances de gênero (dizem que nas saunas mais populares há muitas “bichas afeminadas”, “bichas cdf, isto é cara da favela”) e preconceito geracional.

13 Além da sauna descrita na nota anterior, também a sauna “não-gay” não está localizada no Centro. Essa sauna, que funcionava num hotel na região da Avenida Beira-Mar e que hoje funciona num bairro valorizado (Meireles), não é oficialmente voltada para a clientela gay, e se configura como espaço de interação homosocial não exclusivamente homossexual, mesmo que haja vários e vários relatos de episódios de transa no local. É bastante frequentada por homens heterossexuais casados, mas que lá encontram lugares “discretos” para encontros (alguns deles marcados com antecedência através de *sites* de relacionamento, tipo salas de bate-papo ou por telefone tipo “disque-amizade”). Os que frequentam mais as saunas gays dizem que nessa sauna só anda “encubado”...

14 A sauna funciona entre as 15h e as 23h, de domingo a domingo, e só fecha na sexta-feira da Semana Santa. Há uma frequência bastante variável, conforme a hora e o dia da semana. À tarde, há mais a presença de clientes esporádicos, mais ciosos de contatos sexuais “discretos”, no mais das vezes por já estarem engajados em relações afetivas (casamentos heterossexuais ou em relacionamentos homossexuais estáveis). Há também os casais que vão à sauna para encontrar parceiros eventuais para uma relação sexual a três. À noite, os frequentadores são mais conhecidos de todos, e a rotatividade não é tão visível. Um informante dizia: “ai Cristian, tu não vê que a sauna não tem rotatividade? São sempre os mesmos clientes, quer dizer, não são os mesmos clientes, mas cada dia tem os seus clientes, com o público de cada dia”.

15 Massagem é o termo usado pelos boys para referirem-se ao programa.

16 Num folder de divulgação da sauna, consta a seguinte programação: “**Segunda:** segundas intenções (Boa oportunidade para novos encontros, novos amigos e algo mais); **Terça:** macarronada da Mamma (Venha saborear o prato mais famoso da culinária italiana); **Quarta:** Dobradinha (Dois amigos ocupando o mesmo armário pagam apenas R\$18,00); **Quinta:** Nu escuro (Todos os massagistas sem toalhas, totalmente à vontade, e a partir das 19h Gogo’s Boys ao som da melhor Dance Music); **Sexta:** Sexta Show Premiada (Show com humor, brincadeiras e bingo, sob o comando de T.F.); **Sábado:** The Golden Age 70’s (Venha recordar a fase dourada da Disco Music, com muito SOM, LUZES e DANÇA); **Domingo:**

Pagode, Samba e Caipirinha (Pagode de toalha com samba no pé, sob o comando do grupo R. S. Caipirinha grátis a partir das 18h”.

17 A descrição completa da sauna encontra-se em Paiva (2009b).

18 Não é possível, senão aproximativamente, dizer quantas pessoas ficam nos corredores, na sala de TV, na sala de leitura, na sala de *internet*, nas saunas, nas suítes, nas cabines, nas salas de vídeo e no *darkroom*. Pelo que pude conhecer, há mais ou menos o mesmo número de pessoas que estão no salão, nessas outras dependências.

19 Cheguei a contar, em média, nos dois períodos de observação, 25 *boys*. Boa parte deles usa pseudônimos retirados de filmes (tais como Smallville, Wolverine, etc.); são garotos bastante jovens (mas nenhum menor de idade), de origem social humilde, moram nos subúrbios, de Fortaleza; alguns deles possuem outros empregos (como seguranças, soldados, dançarinos de banda de forró, etc.) e uma minoria ainda estuda. É comum a migração entre saunas e estados. Há vários garotos do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Piauí. Os de Recife e Salvador são mais raros, mas mais valorizados. Os garotos que mais fazem sucesso são os que são “homens mesmo”, isto é, heterossexuais (aliás, a maioria absoluta dos *boys* dizem-se “hetero”; vários deles casados e com filhos), que têm dotes físicos apreciados para intercuro sexual. Conheci apenas dois que eram tidos como gays. A performance de gênero, porém, não necessariamente corresponde aos papéis desempenhados no ato sexual. Um dos senhores me dizia: “você acha que eu vou dar pra esses meninos aí? Dou é nada; faço é comer eles!” Para assumir o papel passivo na transa, os *boys* cobram mais caro. A frequência deles durante a programação da sauna varia de acordo com a disponibilidade de clientes. Os dias mais visados são o sábado e o domingo.

20 Construí uma possível lista de *hits* (com intérpretes), a partir das minhas idas ao karaokê: **Minha estranha loucura** (Alcione); **Mar de rosas** (The Fevers); **Deslizes** (Fagner); **Ela é demais** (Rick e Renner); **São tantas coisas** (Roberta Miranda); **Quando gira o mundo** (Fábio Jr.); **Escancarando de vez** (Elymar Santos); **Dona** (Guarabyra); **Tô fazendo falta** (Joanna); **Alma Gêmea** (Fábio Jr.); **Eu devia te odiar** (Reginaldo Rossi); **Emoções** (Roberto Carlos); **Conceição** (Cauby Peixoto); **Adoro amar você** (Peninha); **Fantasia** (Limão com mel); **Sonhos de um palhaço** (Vanusa); **Sozinha** (Sandra de Sá); **Os brutos também amam** (Agnaldo Timóteo); **Adoro amar você** (Daniel); **Que era eu** (Daniel); **Leva** (Tim Maia); **Manhãs de setembro** (Vanusa); **Sábado** (José Augusto); **Por que brigamos** (Diana); **Amor escondido** (Banda Magníficos); **Agüenta coração** (José Augusto); **Meu grito** (Agnaldo Timóteo); **Retrovisor** (Fagner); **Eu daria a minha vida** (Martinha); **Negue** (Maria Bethânia); **Folhetim** (Gal Costa); **Menina veneno** (Ritchie). No que concerne às músicas mais cantadas pelos *boys*, considero que o romantismo assume tonalidade mais próxima da estética dos grupos de pagode característicos do fim dos anos 1980, e onde também podemos observar referência do *pop-rock* nacional do mesmo período, além de poucas referências contemporâneas. Alguns exemplos: **Tempo perdido** (Legião Urbana); **Há tempos** (Legião Urbana); **Me leva junto com você** (Raça Negra); **Cheia de manias** (Raça Negra); **Que pena** (Raça Negra); **Jeito felino** (Raça Negra); **Papo de Jacaré** (P.O.Box); **Sorria** (Os Travessos); **Quatro vezes você** (Capital Inicial); **Mel** (Belo); **O segundo sol** (Cássia Eller); **Uma louca tempestade** (Ana Carolina).

21 Deleuze afirma: “Velocidade da música, até mesmo a mais lenta. Será por acaso que a música conhece apenas linhas e não pontos? Não se pode fazer o balanço em música.

Nada a não ser devires sem futuro nem passado. A música é uma anti-memória. Ela é cheia de devires, devir-animal, devir-criança, devir-molecular” (1998, p. 43). Podemos pensar essa anti-memória como possibilidade de fazer furos no imaginário social (e pessoal) sobre homossexualidade masculina e envelhecimento, precipitado numa “memória”. Lacan dizia: “A tirania da memória, é isso que se elabora naquilo que podemos chamar de estrutura” (1988, p. 272). Nesse sentido, a música, as canções cantadas e performatizadas permitem “um ponto de basta” momentâneo na tirania da memória que organiza os roteiros sócio-sexuais dos sujeitos aqui investigados.

22 Com a utilização da noção de pulsão invocante, quero destacar a complexa relação que cinge o sujeito ao som e ao sentido, mobilizando dimensões da experiência que extrapolam o discursivo, o racional, indo na direção dos fundamentos do psiquismo em que a relação com o Outro tem papel decisivo na capacidade de fruição e gozo, mediados pelo suporte da fantasia, essenciais para a saúde do sujeito. Didier-Weill (1999b) apresenta, com bastante originalidade, a psicopatologia psicanalítica a partir dos objetos olhar e voz.

23 “Leke”, “muleke”, derivados de “moleque”, termos que se referem a rapazes bastante jovens com não mais que 20 anos. A classificação “filés” geralmente se aplica a rapazes na faixa de 20 a 29 anos.

24 Lembramos que, no portal UOL, além das salas designadas como “Cidades e regiões”, há outros grupos de salas: “Assinantes”, “Idade”, e “Outros temas”. Nesta última classificação, encontramos categorizações mais relacionadas a encontros afetivos e sexuais: “Amizade” (amizade virtual, amizade colorida, gays, lésbicas e afins, reencontros) “Encontros” (românticos, gordinhos, gays, lésbicas e afins), “Namoro” (namoro virtual, paquera, GLS, festa virtual), “Sexo” (sexo virtual, gays, lésbicas e afins, sexo por idade) e “Imagens eróticas” (heterossexuais, gays, lésbicas e afins).

25 Além do bar destinado ao público ursino, descrito anteriormente na nota 9, localizado na Praia de Iracema, também frequentamos um bar situado no bairro Benfica, improvisado no andar de cima de uma casa e administrado por um senhor idoso.

26 As análises de Simões (2004), Simões; França (2005) e França (2010; 2006) permitem-nos afirmar que o coroa representa um segmento “integrado” em redes de lazer-consumo e é identificado a estilos de vida valorizados, mesmo que subalternizados em relação a setores mais jovens do “circuito gay”.

27 Utilizo o termo “desentranhamento” como sugerido por Duarte (2004).

28 “Urso” é mais um termo na série de classificações de sujeitos maduros e/ou idosos. No entanto, essa afinidade entre *ursos* e *coroas* como objetos de desejo no contexto de relações intergeracionais ficará para outro momento. Para uma descrição da “cena ursina” e de seu lugar no circuito de lazer/entretenimento GLS, ver França (2010 e 2006).

## Referências bibliográficas

ARAÚJO, Samuel; PAZ, Gaspar; CAMBRIA, Vincenzo. *Música em debate: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), 2008.

BERLINCK, Manoel Tosta. A envelhescência. In: PERES, Urânia T.; COELHO, Ma. Thereza (org.). Amor e morte. I Congresso Internacional do Colégio de Psicanálise da Bahia (Anais). Salvador: Empresa Gráfica da Bahia (EGBA), 1998.

BARROS, Myriam. M. L. Trajetória dos estudos de velhice no Brasil. **Sociologia – problemas e práticas**, n. 52, 2006.

BOURRIAUD, Nicolas. *Estética relacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2004.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), n. 26, jun., 2006.

BRITTO DA MOTTA, Alda. De gerações, afetos e papéis na família. Anais do VI Encontro Nacional da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas, II Encontro Internacional Política e Feminismo e II Seminário Internacional: enfoques feministas e o século XXI – Feminismo e Universidade na América Latina. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2008.

BRITTO DA MOTTA, Alda (org.). *Reparando a falta*: dinâmica de gênero em perspectiva geracional. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM). Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2005.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. In: PEIXOTO, Clarice E. (org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2004.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Trajetórias sociais de gênero e representações sobre velhice no Brasil. Trabalho apresentado no Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1996.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), n. 28, jan-jun, 2007.

COVOLAN, Nádia Terezinha. Corpo vivido e gênero: a menopausa no homoerotismo feminino. Tese de Doutorado (Ciências Humanas). UFSC, 2005.

CRAPANZANO, Vincent. A cena: lançando sombra sobre o real. **Mana [online]**. 2005, v. 11, n. 2.



DEBERT, Guita G. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. S. Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2004.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

DIDIER-WEILL, Alain. *Invocações: Dionísio, Moisés, São Paulo e Freud*. São Paulo: Companhia de Freud, 1999.

DIDIER-WEILL, Alain *O olhar e a voz: lições psicanalíticas sobre o olhar e a voz*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999b.

DUARTE, Luiz Fernando D. A sexualidade nas ciências sociais: leitura crítica das convenções. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Ma. Filomena; CARRARA, Sérgio. (orgs.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond/CLAM, 2004.

EISENSTADT, S. N. *De geração a geração*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FRANÇA, Isadora Lins. Sexualidade e política: uma abordagem a partir do mercado e do consume. **Revista Bagoas**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, n. 07, 2012.

FRANÇA, Isadora Lins. Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e produção de subjetividades na cidade de São Paulo. Tese (Antropologia social), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2010.

FRANÇA, Isadora Lins. “Cada macaco no seu galho?” Poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), vol. 21, n. 60, 2006.

FRY, Peter. *Para inglês ver. Identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

GOLDENBERG, Miriam. *Coroas: corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

JACQUES, Paola Berenstein. *Corpografias urbanas: a memória da cidade*

no corpo. In: VELLOSO, Monica P.; ROUCHOU, Joëlle; OLIVEIRA, Cláudia (org.). *Corpo: identidades, memórias e subjetividades*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LAMBOTTE, M.-C. Psicanálise & música. In: KAUFMANN, Pierre. (ed.). *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: *Sociologia*. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1982.

MISKOLCI, Richard. O armário ampliado – notas sobre sociabilidade homoerótica na era da *internet*. **Revista Gênero**. Niterói, vol. 9, n. 2, 2009.

OLIVIENSTEIN, Claude. *O nascimento da velhice*. Bauru-SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração (EDUSC), 2000.

PAIVA, Crístian. Melancolia de gênero e envelhecimento homossexual: figurações da velhice no contexto da homossexualidade masculina. In: VALE, A. Fleming C. (org.). *França e Brasil: olhares cruzados sobre imaginários e práticas culturais*. São Paulo: Annablume, 2012.

PAIVA, Crístian. Coroas e filhões: gênero, erotismo e geração em relações homossexuais masculinas. In: **Anais do 35º Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)**, Caxambu/MG, 2011.

PAIVA, Crístian. Corpos/Seres que não importam? Sobre homossexuais velhos. **Bagoas**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, n. 04, 2009a.

PAIVA, Crístian. Pulsão invocante e constituição de sociabilidades clementes. Notas etnográficas sobre um karaokê numa sauna em Fortaleza. Comunicação. **Anais do 33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)**, Caxambu, 2009b.

PAIVA, Crístian. Dição amorosa em voz menor: em torno de biografias conjugais homoeróticas. In: TAKEUTI, Norma; NIEWIADOMSKY, Christophe (org.). *Reinvenções do sujeito social: teorias e práticas biográficas*. Porto Alegre: Sulina, 2009c.

PAIVA, Cristian. Amizade e modos de vida gay: por uma vida não-fascista. In: ALBUQUERQUE Jr., Durval M.; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUSA FILHO, Alípio (org.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PAIVA, Cristian. *Reservados e invisíveis: o ethos íntimo das parcerias homoeróticas*. Campinas: Pontes, 2007.

PARREIRAS, Carolina. “Não leve o virtual tão a sério”? – uma breve reflexão sobre métodos e convenções na realização de uma etnografia do e no *on-line*. In: FERIANI, Daniela *et al.* (org.). *Etnografia, etnografias: ensaios sobre a diversidade do fazer antropológico*. São Paulo: Annablume, 2011.

PARREIRAS, Carolina. *Sexualidades no ponto.com: espaços e homossexualidades a partir de uma comunidade on-line*. Dissertação (Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2008.

PEIXOTO, Clarice E. (org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2004.

POCAHY, Fernando. *Entre vapores e dublagens: dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento*. Tese de Doutorado (Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2011.

REINALDO, Gabriela. “*Uma cantiga de se fechar os olhos...*” Mito e música em Guimarães Rosa. São Paulo: Annablume; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), 2005.

SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, Élcio Nogueira dos. *Amores, vapores e dinheiro: masculinidades, homossexualidades nas saunas de michês em São Paulo*. Tese de Doutorado (Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2012.

SANTOS, Ma. Lourdes; PAIVA, Cristian. *Da esquina ao cinemão: uma etnografia da sociabilidade do michê no centro histórico de Fortaleza*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios Atuais dos Feminismos. Florianópolis, 2013.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 28, jan-jun 2007.

SEEGER, Anthony. Etnografia da música. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 17, 2008.

SILVA, Joseli M. (org.). *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa-PR: Editora Todapalavra, 2009.

SIMÕES, Julio. Homossexualidade masculina e curso da vida: pensando idades e identidades sexuais. In: CARRARA, Sérgio *et al* (org). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004a.

SIMÕES, Julio. Sexualidade e gerações: idades e identidades homossexuais masculinas. In: LAGO, Mara C. et al. (orgs.). *Interdisciplinaridade em diálogos de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004b.

SIMÕES, Julio; LINS FRANÇA, Isadora. Do “gueto” ao mercado. In: GREEN, James; TRINDADE, Ronaldo (orgs.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2005.

SIQUEIRA, Mônica Soares. Arrasando horrores! Uma etnografia das memórias, formas de sociabilidades e itinerários urbanos de travestis das antigas. Tese de Doutorado (Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2009.

TEIXEIRA, Erivaldo; PAIVA, Cristian. Dois perdidos numa noite suja – incursões etnográficas sobre práticas de homosociabilidade na metrópole cearense. Trabalho apresentado no **Seminário de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas**, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 05 a 07 de agosto de 2009. Disponível em [www.pos.ufs.br/antropologia/seciri/down/.../Erivaldo\\_Teixeira.pdf](http://www.pos.ufs.br/antropologia/seciri/down/.../Erivaldo_Teixeira.pdf). (Acesso: 02/09/2009).

WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido: uma outra história das músicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

## Resumo

O texto aborda modos de representação, experiências de sociabilidade e erotismo intergeracional no contexto do envelhecimento homossexual masculino. O material sintetiza a descrição e as construções analíticas de duas incursões etnográficas envolvendo classificações, fantasias, interações lúdicas e eróticas entre homens mais novos e mais velhos: as reuniões de karaokê realizadas numa sauna no centro da cidade de Fortaleza e as interações intergeracionais em salas de bate-papo num conhecido portal de internet. Através desses contextos de investigação deparamos com “coroas”, “tios”, “maduros”, “50tões”, buscando e sendo buscados, majoritariamente,

por “garotões”, “filhos”, “lekes” e “filés”. Essas incursões etnográficas se mostraram ricas para abordar códigos de masculinidade, fantasias eróticas envolvendo apreciações de corpo, habilidades afetivo-sexuais e negociações de idade, gênero, classe, status social e raça/cor utilizadas pelos sujeitos. A noção de “protagonismos eróticos” é utilizada aqui para referir-se ao poder de agência dos sujeitos investigados visando o enfrentamento dos estigmas da homossexualidade e do envelhecimento.

**Palavras-chave:** envelhecimento; gays idosos; protagonismo erótico; relacionamentos homossexuais intergeracionais.

### **Abstract**

The text covers modes of representation, experiences of sociability and intergenerational eroticism concerning the aging process of male homosexuals. The material summarizes the description and analytical constructions in two raids involving ethnographic classifications, fantasies, erotic and playful interactions between younger men and older: karaoke meetings held in a sauna in the city center of Fortaleza and intergenerational interactions in chats in a well-known internet portal. Through these research settings we are faced with “coroas”, “uncles”, “mature”, “50ties”, seeking and being sought, mainly by “boys”, “lekes” and “filés”. These incursions proved rich ethnographic approach to codes of masculinity, erotic fantasies involving assessments of body, sexual-affective skills and negotiation of age, gender, class, social status and race/color used by the subjects. The notion of “erotic protagonism” is used here to refer to the power of agency of the subjects investigated aiming to confront the stigma of homosexuality and aging.

**Keywords:** aging process; elderly gays; erotic protagonism; intergenerational homosexual relationships.

Recebido para publicação em fevereiro/2013.

Aprovado em abril/2013.

# PARENTALIDADES GAYS Y LESBIANAS: EL SURGIMIENTO DE LA TEMÁTICA EN LA ARGENTINA

Micaela Libson\*

## 1. Introducción

En este artículo describo el surgimiento de la temática sobre parentalidades gays y lesbianas en Argentina. Para ello abordo dos procesos que deben leerse en continuidad: la politización del tema por parte del activismo lésbico, gay, travesti, transexual, bisexual e intersex (desde ahora LGTTBI) y el debate académico dentro de distintos campos disciplinarios. Realizo la exposición tomando en clave comparativa y como antecedente directo, la historia de esta problemática en Estados Unidos, Gran Bretaña, Francia y España. ¿Por qué?

Estados Unidos y Gran Bretaña fueron los primeros países en los cuales los arreglos familiares de gays y lesbianas adquirieron visibilidad pública. Dicha publicidad contribuyó a la proliferación de investigaciones académicas en tales regiones, a partir de los años ochentas y con un auge masivo durante los años noventas. En Francia, la sanción del Pacto Civil de Solidaridad (PACS) votado en noviembre de 1999, que permite a las parejas homosexuales o heterosexuales legalizar su unión, frente a cuestiones patrimoniales y sociales, pero no da el derecho a la adopción de hijos (FASSIN, 2000; UZIEL, 2002; 2007; CADORET, 2003; ROUDINESCO, 2005), promovió a grandes escalas los debates sobre las parentalidades gays y lesbianas desde un espacio científico, que hizo eco en el ámbito psicoanalítico francés y también el argentino (RAÍCES MONTERO, *et. al.*, 2004; ROTENBERG y AGREST WAINER, 2007).

Por su parte, en España, la transformación del Código Civil en 2005 para instituir el matrimonio entre personas del mismo sexo, con el derecho a la herencia y la adopción, constituyó el antecedente más importante para la Argentina en la conformación de redes entre organizaciones LGTTBI de ambos

\* Doctora en Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires. Forma parte del Grupo de Estudios sobre Sexualidades del Instituto de Investigaciones Gino Germani (UBA) y trabaja en temáticas sobre sexualidades y familias.

países, y fue el antecedente más directo y evocado en las discusiones al respecto que se hicieron en ocasión del debate por el matrimonio igualitario en 2010<sup>1</sup>.

A lo largo de este artículo describo cómo cada uno de los acontecimientos ocurridos en tales países fue influyente para que el tema sobre parentalidades gays y lesbianas adquiriera relevancia política y académica en la Argentina. La particularidad de este país es que, a diferencia de los Estados Unidos y Gran Bretaña, la emergencia de demandas por reconocimiento jurídico de las familias de parentalidades gays y lesbianas durante los años dos mil fue producto de una lucha política desde el activismo LGTTBI argentino, lo que llevó luego, con un contexto político propicio, a que la Argentina sea el primer país de Latinoamérica en aprobar la ley de matrimonio igualitario el 15 de julio de 2010, que incluye derechos como la herencia y la adopción.

## **2. La politización de la temática sobre parentalidades gays y lesbianas en la Argentina**

La instalación de las familias que no se ubican en la norma de la heterosexualidad, como tema de investigación en la Argentina, y el reconocimiento de derechos sexuales son el producto de largas luchas de activismo LGTTBI. A través de ellas, se ha logrado que la legislación comience a modificarse para dar un mayor espacio a la pluralidad de formas familiares. Pero esa lucha no fue uniforme, ni en lo referente a las demandas, ni en lo referente al colectivo de la diversidad sexual. Como vemos a lo largo del artículo, la lucha llevada a cabo por el movimiento gay fue diferente a la sostenida por las lesbianas. En términos cronológicos y políticos, el status social de la no heterosexualidad pasó de la no discriminación al logro de ciertos espacios de reconocimiento (PECHENY, 2001).

En temas de género y sexualidades han sido primeramente las mujeres en entrar en la escena pública. En términos de Pecheny y De la Dehesa,

Si las mujeres fueron protagonistas de las luchas durante y contra las dictaduras – desde las organizaciones de familiares y de derechos humanos, hasta las organizaciones barriales populares de subsistencia económica en los recurrentes períodos de crisis, con sus “ollas populares” y comedores comunitarios – en democracia se fueron desarrollando movimientos de mujeres tanto de clases medias como de clases populares, como demandas específicas a las mujeres (PECHENY y DE LA DEHESA, 2010: 21).

Al movimiento de mujeres se le sumaron otros sujetos, como los movimientos de minorías sexuales, en un principio los homosexuales (masculinos). Durante los años sesentas y setentas, los movimientos homosexuales alejados por la derecha, la izquierda (PECHENY y DE LA DEHESA, 2010), y el peronismo, regresan a la escena pública durante la transición democrática adoptando como lenguaje el de los derechos humanos (MECCIA, 2006; PECHENY y DE LA DEHESA, 2010). Con el retorno de la democracia, la cuestión de los derechos humanos adquiere características particulares. Las entidades defensoras de los mismos extendieron la problemática de los derechos humanos en el marco de un programa integral, por el cual se juzgaran críticamente realidades de privación de derechos no reconocidos como tales, entre ellos los imputables a la condición sexual y de género (MECCIA, 2006). La aparición en escena de los nuevos movimientos (MELUCCI, 1994) sociales significó la introducción de una nueva dinámica de participación y de vinculación entre la sociedad y el Estado.

Como se analiza luego, el impacto de la epidemia del VIH/Sida ha tornado que la problemática de las minorías sexuales se centrara fundamentalmente en la “cuestión gay” (MECCIA, 2006). En los primeros años de la década del noventa, las organizaciones de lesbianas quedaron en un segundo plano (PECHENY y DE LA DEHESA, 2010). Cabe destacar también la aparición en escena de los movimientos de trans que, también impactadas por la epidemia del VIH/Sida, lograron mostrar una realidad de violencia, marginalidad y explotación (PECHENY y DE LA DEHESA, 2010), organizadas en torno a la lucha contra los edictos policiales y la persecución de la policía (BERKINS, 2003). Del mismo modo, los movimientos de trabajadoras sexuales/mujeres en situación de prostitución, se han fortalecido desde los años noventa, impulsadas por la lucha contra VIH/Sida y por sus derechos laborales (JUSTO VON LURZER, 2010).

Si se sintetiza el camino llevado a cabo por el activismo LGTTBI en la Argentina, se pueden situar las siguientes etapas y los siguientes actores:

Durante los años setentas: los movimientos liberacionistas como el Frente de Liberación Homosexual (FLH)<sup>2</sup> que ponían en jaque toda expresión de apoyo a la familia, como crítica a la familia monógama, heterosexual y burguesa.



Durante los años ochentas: los movimientos por los derechos civiles, como la Comunidad Homosexual Argentina (CHA)<sup>3</sup>, que viraron hacia una posición asimilacionista (VESPUCCI, 2008b) a partir de dos momentos. El primero, mediante una demanda de derechos negativos (la no discriminación). El segundo, mediante la demanda de derechos positivos como la búsqueda por reconocimiento jurídico de las parejas del mismo sexo (PECHENY, 2001; MECCIA, 2006).

Durante los años noventas: la institucionalización de una política de carácter informal y el desarrollo de redes con organizaciones de otras regiones que permitió materializar muchas de las demandas sostenidas en las etapas anteriores (la introducción en la Constitución nacional la clausula de la no-discriminación por orientación sexual y la derogación de los edictos policiales) (PECHENY, 2001). En esos años también comenzaron a visibilizarse las demandas de los movimientos trabajadoras sexuales/mujeres en situación de prostitución y los movimientos de trans.

Durante los años dos mil: las demandas por reconocimiento jurídico de parejas del mismo sexo y de parentalidades gays y lesbianas, la sanción de la ley de Unión Civil en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, en la ciudad de Río Negro, y en localidades cordobesas (VILLA CARLOS PAZ y RÍO CUARTO) en 2002, el surgimiento de la Federación Argentina de Lesbianas, Gays, Bisexuales, Trans (FALGBT), la sanción del matrimonio igualitario en julio de 2010 y la conformación de organizaciones específicas sobre familias diversas como Lesmadres, encarnadas por lesbianas.

En lo que sigue propongo un desarrollo que contemple el accionar del movimiento LGTTBI argentino, enfocando el análisis en las reivindicaciones familiaristas. Tomo aquí la noción de *familiarista* cuando analizo reclamos de inclusión ciudadana, en términos de derechos positivos<sup>4</sup> para las siguientes situaciones: otorgar un marco regulatorio a las parejas del mismo sexo, el derecho a la adopción por parejas del mismo sexo y la patria potestad compartida, en los casos de co-maternajes o co-paternajes producto de tecnologías de reproducción asistida.

La instalación en la agenda estatal de las familias y parentalidades gays y lesbianas puede narrarse a partir de un recorrido realizado por el movimiento

LGTTBI: el paso de una estrategia diferencialista a una de carácter igualitaria (HILLER, 2010). El primer antecedente fue la sanción de la Ley de Unión Civil<sup>5</sup> de la Ciudad de Buenos Aires en diciembre de 2002. Luego siguió la ciudad de Río Negro<sup>6</sup> en ese mismo año, y la sanción de leyes similares en las localidades cordobesas, de Villa Carlos Paz y Río Cuarto. La ley de Unión Civil reconoce derechos sociales a las parejas hetero y homosexuales, pero no incluye los derechos de herencia y la adopción. Fueron diversas las estrategias que desplegaron los movimientos LGTTBI:

A la presentación de proyectos de ley (algunos pretendiendo modificar el estatuto matrimonial, otro incorporando una nueva figura de Uniones Civiles a nivel nacional) se sumó la presentación de amparos judiciales por parte de parejas que solicitaban matrimonio ante el Registro Civil y recibían una denegatoria (HILLER, 2010: 93).

En el año 2004, la Comunidad Homosexual Argentina (CHA), tuvo un proyecto para sancionar una ley de Unión Civil Nacional que contemplara los derechos de herencia y adopción. Para aquellos años la constitución de un activismo LGTTBI sostenido a partir de redes cobró su máxima expresión en los nexos con los movimientos de la diversidad sexual española. El año 2005 constituyó un punto de inflexión para el activismo LGTTBI argentino. En España fue aprobada la ley 12/2005 que posibilita a parejas del mismo sexo contraer matrimonio, incluyendo los derechos de herencia y adopción. La aprobación de tal ley, bajo el gobierno español de José Luís Rodríguez Zapatero, trajo un margen de mayor apertura entre las diversas agrupaciones activistas de distintos sectores del mundo. En ese mismo año, se conforma en la Argentina la Federación Argentina de Lesbianas, Gays, Bisexuales, Trans (FALGBT) luego del Primer Encuentro de Organizaciones LGBT del Mercosur desarrollado en Rosario, teniendo como modelo de constitución política a la Federación Estatal de Lesbianas, Gays, Transexuales y Bisexuales de España y el trabajo en red desarrollado con agrupaciones españolas como la Fundación Triángulo<sup>7</sup>. La FALGBT presentó diversos proyectos junto a legisladores políticos para modificar el Código Civil Argentino y sancionar una misma figura matrimonial que contemple, no sólo a parejas hetero sino también a personas no heterosexuales, la posibilidad de casarse. El último proyecto se elaboró en 2008 junto al Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo (INADI) bajo la consigna “Matrimonio para todas y para todos”. Tales antecedentes, incluidos la ley

de Unión Civil en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y la sancionada en Río Negro en diciembre de 2002, han contribuido a los debates sobre estas temáticas, y a la reciente sanción de la ley de matrimonio igualitario el 15 de julio de 2010 (HILLER, 2010).

Como lo plantea la literatura (HILLER, 2010, GARGARELLA, 2010), dentro de las diversas estrategias llevadas a cabo por el activismo LGTTBI argentino para la sanción del matrimonio igualitario, una que cobró gran efectividad fue la implementación de un discurso igualitario, más que diferencialista. La apuesta a una idea de igualdad se comprende nuevamente por los lazos con el activismo español, que había planteado la apuesta desde ese lugar discursivo. La estrategia diferencialista, plasmada en el año 2002 con la sanción de la Ley de Unión Civil, prácticamente no tuvo espacio en este debate. En términos de Hiller, lo que se observó fue más bien “Un esfuerzo desde el espacio LGBT por definir la cuestión por fuera de los marcos del ‘derecho a la privacidad’ y se resaltó el carácter público de *la pareja*” (HILLER, 2010: 116. Cursiva del original).

Las reivindicaciones familiaristas no sólo comprendieron debates y leyes que otorguen regulación estatal a las parejas del mismo sexo. Paralelamente, en los años dos mil surgieron agrupaciones de madres lesbianas y padres gays, como Madres Lesbianas Feministas Autónomas, que tuvo sus primeras congregaciones en la organización y asociación civil feminista La Casa del Encuentro, destinadas a ofrecer talleres sobre madres lesbianas desde un relato experiencial y con contenido político. Por su parte, emergieron grupos de reflexión para madres lesbianas y padres gays en la Comunidad Homosexual Argentina y en Puerta Abierta<sup>8</sup> coordinados por especialistas del campo psi. También para los años dos mil, surgieron los grupos Familias Homoparentales Argentinas (FHOA), posteriormente denominada Familias Homoparentales Integradas Argentinas (FHOIAR), Lesmadres y Mis Mamás Rosario. En junio de 2010 se produjo el primer encuentro nacional de familias de parentalidades gays y lesbianas en la Ciudad de Rosario, Santa Fe, convocado por Mis Mamás Rosario en el contexto del debate sobre la ley de matrimonio igualitario. El encuentro logró reunir a más de 68 familias, con el objetivo de lograr puntos comunes para el pedido de mayor reconocimiento jurídico de sus contextos familiares.

La mayoría de estas agrupaciones, tuvieron como cara visible a las lesbianas más que a los gays. En cierta medida, las lesbianas lograron ser “Un

sujeto capaz de encarnar ante la opinión pública la imagen de que la estabilidad amorosa no es patrimonio de las parejas heterosexuales” (PECHENY y DE LA DEHESA, 2010: 23).

Tales colectivos visibilizaron la existencia de familias co-maternales que reclamaban ante situaciones de desprotección jurídica, en especial para el caso de las madres no gestantes y de sus hijos en relación a ellas.

Por su parte, la cara visible de los pedidos de Unión Civil (sancionada en 2002) y de Matrimonio igualitario (sancionada en 2010) ha sido mayormente la de varones gays y con una fuerte vinculación a la temática del VIH/SIDA. Sobre ese escenario se plantó un abanico de estrategias que contuvo tópicos como el derecho, la ciudadanización, la salud y el amor romántico. La toma de conocimiento público de la temática sobre parentalidades gays y lesbianas en la Argentina, fue el producto de una estrategia de politización desde el activismo LGTTBI local. Las movilizaciones LGTTBI lograron conquistas jurídicas únicas en la Argentina, a comparación del resto de Latinoamérica. Asimismo, y como vemos a continuación, a diferencia de otros países latinoamericanos como el brasileño donde el campo académico en materia de familias y diversidad sexual ha sido más prolífero (UZIÉL, 2002; 2007; HEILBORN, 2004; MELLO, 2005; ZAMBRANO, 2007, GROSSI, UZIÉL y MELLO, 2007), en la Argentina tales temáticas son aún incipientes e, incluso, la mayoría de las investigaciones han sido producidas en concordancia con activismo local. La razón de ello ha sido la siguiente: otorgar un sustento científico a una estrategia política definida.

### **3. El debate académico sobre parentalidades gays y lesbianas en la Argentina**

La reciente aparición de la temática sobre parentalidad gay y lesbiana en el debate público y político argentino, explica en gran medida, la escasa productividad de investigación en disciplinas como las sociales. Si bien la academia universitaria, incorporó los estudios de género, de sexualidades y las perspectivas *queers* como campos de indagación<sup>9</sup> (GOGNA, et al, 2010; VALDÉS, *et. al.*, 2010; ROSALES, *et. al.*, 2010), los estudios sobre parentalidades gays y lesbianas comprenden un corto período. Mientras que en la Argentina fueron los años dos mil los que acogieron la naciente producción de estudios que trabajaran sobre familias y diversidad sexual, en Estados Unidos y Gran Bretaña las investigaciones sobre la temática

surgieron en los años setentas. A diferencia de la Argentina, tales estudios no fueron el producto de una politización por parte del activismo LGTTBI de ambas regiones, sino que fue la visibilización de experiencias de parejas y parentalidades gays y lesbianas lo que comenzó a ser foco de interés en distintos campos disciplinarios. Según Chauncey (2004), ello se recorta a tres hechos concretos.

En primer lugar, a finales de los setentas e inicio de los ochentas el alto crecimiento de la visibilidad y aceptación de gays y lesbianas en ciertos sectores de la sociedad estadounidense e inglesa (CHAUNCEY, 2004). Siguiendo la consigna que sintetiza gran parte del ideario feminista de la segunda ola y que reza “lo personal es político”, la visibilidad en el mundo de la diversidad sexual comenzó a quebrar los límites entre lo público y lo privado. Así, el crecimiento de una experiencia y sentimiento de igualdad fueron fundamentales para iluminar y hacer presente “el hecho de que las relaciones afectivas [de gays y lesbianas] no gozan del mismo reconocimiento otorgado a las relaciones heterosexuales” (CHAUNCEY, 2004: 95).

En segundo lugar, durante los años setentas el alto grado de visibilización que tomó las experiencias de mujeres lesbianas con hijos conocido como el *baby boom* lesbiano (CHAUNCEY, 2004). Ello llevó a que surgieran los primeros debates en Gran Bretaña y Estados Unidos sobre la custodia de niños de madres lesbianas. Weston ilustra esta situación con claridad:

En las librerías aparecieron recopilaciones de escritos sobre la educación de niños por parte de gays y lesbianas. Los periódicos gays introdujeron columnas que contaban las aventuras de los nuevos padres y ofrecían consejos sobre la educación (WESTON, 2003: 217).

Roudinesco sitúa los primeros nacimientos de niños y niñas de parejas lésbicas en Norteamérica en 1965 (ROUDINESCO, 2005). La primera organización de mujeres lesbianas madres en Estados Unidos es Lesbian Mothers National Defense Fund (LMNDF), creada en 1974, para luchar sobre los temas legales de madres lesbianas divorciadas a las que desde el Estado se busca evaluar sus capacidades de maternaje (VAGGIONE, 2008). También para la década del setenta empiezan a aparecer artículos académicos y periodísticos destinados a visibilizar las experiencias de discriminación vividas por madres lesbianas y padres gays. En 1982 surge en Washington

el grupo *Maybe baby* integrado primeramente por madres lesbianas cuyos miembros exploran y analizan las distintas vías para tener hijos o hijas, desde la adopción a la inseminación artificial (CHAUNCEY, 2004). A mediados de los ochentas, se efectúan diversas conferencias en distintas ciudades de los Estados Unidos, llevadas a cabo por mujeres lesbianas que plantean un relato positivo de la parentalidad. La conferencia de 1988 en Boston llamada *Children in Our Lives* atrajo alrededor de 800 mujeres lesbianas (CHAUNCEY, 2004).

Hanscombe y Forster (1982) desarrollaron un trabajo en Gran Bretaña que fue pionero en la temática sobre parentalidades gays y lesbianas. El estudio no sólo permitió reflejar una incipiente proliferación de investigaciones al respecto sino que lleva a la luz un binomio antes impensable: lesbianas madres. El *baby boom* lesbiano de los años setentas representó el surgimiento de una generación de mujeres que comienzan a vivir abiertamente su vida como lesbianas, como mujeres que aman a otras mujeres, y que no están obligadas a casarse con un varón para tener hijos o hijas (CHAUNCEY, 2004).

En tercer lugar, en los tempranos ochentas, el impacto socio-ideológico y epidemiológico del sida. La epidemia del sida reveló la vulnerabilidad de muchas parejas en gran parte del mundo gay en lo que respecta al marco de los derechos y la ciudadanía. En términos de Weston, “el sida ha dado impulso al establecimiento y expansión de las familias gays” (WESTON, 2003: 238). Amistades, vecinos, parientes comenzaron a conformar familias alrededor de personas viviendo con VIH, asistiendo y conviviendo colectivamente, lo que empezó a trastocar y redefinir las mismas nociones de parentesco dentro de la comunidad gay-lésbica. El sida no sólo develó el marco inequitativo que rodea a las parejas que no gozan de reconocimiento estatal (en términos de herencia por muerte o acompañamiento en situación de enfermedad) sino que permite mostrar el proceso de discriminación y estigmatización hacia las personas viviendo con VIH (SONTAG, 1988; PARKER y AGGLETON, 2002). Asimismo, el sida reforzó el término luego acuñado por Weston: “familias que elegimos”, al ubicar en la elección, y no necesariamente en la consanguinidad, el vínculo familiar. En tal sentido es que gays y lesbianas abracen posteriormente y de manera tan explosiva el llamado *baby boom*. Si en los tempranos setentas, sea por las visiones naturalistas arraigadas en lo religioso o en las posturas transgresoras de los movimientos gays y feministas<sup>10</sup>, llevar a cabo familias por gays y lesbianas se planteaba contradictorio, estos

nuevos marcos de oportunidad comienzan a revelar otras cuestiones, otras intimidades y otros deseos (Weeks, Heaphy y Donovan, 2001).

Tanto el surgimiento del *baby boom* lesbiano como la epidemia del sida en Estados Unidos y Gran Bretaña conjugaron dos momentos influyentes en el mundo de la diversidad sexual: la muerte y la parentalidad (CHAUNCEY, 2004). Ambas experiencias revelaron una historia que pronto se concretizó en las investigaciones académicas. Así, durante los años ochentas y parte de los noventas fueron aún más frecuentes los estudios sobre parentalidades gays y lesbianas (HANSCOMBE and FORSTER, 1982; BOZZET, 1987; LEWIN, 1993). Tal recurrencia despertó luego el surgimiento de trabajos psicológicos, psicoanalíticos y pediátricos abocados al estudio del desarrollo de los niños y niñas en tales familias (GOLOMBOCK, *et. al.*, 1983; GOLMBOCK y TASKER, 1996; TASKER y GOLOMBOCK, 1997; PATTERSON, 1998, GARTRELL *et. al.*, 1996, 1999, 2000, 2005; GOLDBERG, 2007, 2010); y, posteriormente, de trabajos dentro de las disciplinas sociales (WESTON, 2003; STACEY, 1996; SULLIVAN, 1997; WEEKS, HEAPHY, DONOVAN, 2001; STACEY y BIBLARZ, 2003; CHAUNCEY, 2004; MEZEY, 2008).

En la Argentina, la recepción de las investigaciones norteamericanas e inglesas ha sido escasa. En cambio, ha sido la influencia francesa, y en especial los debates sobre familias y diversidad sexual los que se tomaron para abordar la temática de las parentalidades gays y lesbianas en la Argentina. Ello se explica, en parte, pues las temáticas sobre diversidad sexual en su generalidad han sido mayormente abarcadas por las disciplinas psi. Es por eso, también, que las nociones propuestas por la sociología o la antropología, especialmente la angloparlante, han tenido poca receptividad y ha sido de uso más difuso la noción de homoparentalidad.

En Francia en 1996, la Asociación de Padres (*Parents*) y Futuros Padres Gays y Lesbianas (APGL), fundada en 1986, acuñó el término “*homoparentalite*”<sup>11</sup>, para designar aquellas constituciones familiares en las cuales las personas a cargo de las criaturas se identifican como gays o lesbianas. En los Estados Unidos, desde perspectivas sociológicas, se utilizan los conceptos de *lesbian and gay families* o *lesbian and gay parenthood* para marcar una ruptura con las disciplinas psi que ponen atención en el concepto de homoparentalidad a partir de la raíz *homo*, como elemento del término (ROUDINESCO, 2005). La primera investigación francesa sobre homoparentalidad fue realizada en 1999 por Nadaud (2002) con 190 padres y madres de la APGL y publicada

en su libro *Homoparentalité, une nouvelle chance pour la famille?*, al calor de la sanción del Pacto Civil de Solidaridad (votado el 15 de noviembre de 1999). Al igual que en los Estados Unidos, la sanción del PACS en 1999, advino de una urgencia precisa: “ofrecer protección jurídica a las parejas homosexuales en el contexto de la epidemia del VIH/sida” (UZIEL, 2002: 50).

Desde 1997 la APGL llevó a cabo conferencias y simposios con sociólogos, abogados, antropólogos, psicólogos y psicoanalistas. Los textos o los desarrollos académicos de los simposios no incluyeron para aquellos años investigaciones sobre cómo se desenvuelven los hijos o hijas en familias con padres gays o madres lesbianas, como sí ocurrió en Estados Unidos (UZIEL, 2007). Pero sí estuvo presente en los debates la redefinición de las nociones de parentesco (incluida la filiación), de la antropología y psicoanálisis estructuralista. Los debates sobre el parentesco se vieron en la conferencia *Parentés et différence de sexes* en París organizada por la APGL en 1999. En ese contexto resurgieron diversos debates, perspectivas y tradiciones antropológicas y psicoanalíticas que incluyeron una apelación y uso del saber experto (FASSIN, 2000).

El uso de este tipo de estudios científicos fue observado en las posiciones teóricas o, incluso religiosas<sup>12</sup>, más conservadoras. La apelación a esta línea argumentativa se presentó en varios niveles. En primer lugar, para manifestar que un niño o niña criados en un hogar no heterosexual pueden sufrir trastornos psicológicos en cuanto a su orientación sexual o identidad de sexo/género, “por no contar con un modelo ‘normal de sexualidad’”<sup>13</sup> (VAGGIONE, 2008: 68). En segundo lugar, para mostrar que un chico o chica debe tener un padre y una madre, pues sino “los menores se desarrollarán con dificultades para desempeñar los roles tradicionales en futuras relaciones” (VAGGIONE, 2008: 77). En tercer lugar, por la suposición de que las parejas no heterosexuales son inestables o que, incluso, las personas LGTTBI “tienen una mayor prevalencia de enfermedades mentales que los heterosexuales” (VAGGIONE, 2008: 77). Por último, al sostener que un chico con padres o madres no heterosexuales va a ser discriminado pues la sociedad no está preparada para aceptar dichos arreglos familiares.

En la Argentina, los primeros aportes datan de los años noventas dentro del campo de las disciplinas sociales (Kornblit, Pecheny y Vujosevich, 1998), sobre experiencias de gays y lesbianas con hijos producto de uniones heterosexuales previas. Pero es en los años dos mil cuando comenzaron a



aparecer investigaciones sobre parentalidades gays y lesbianas, en especial en el campo psi. Surgieron trabajos orientados a analizar la noción del rol materno y paterno en familias de parentalidades gays y lesbianas, poniendo el foco de atención en los desarrollos madurativos y de sociabilidad de los niños y niñas (Raíces Montero, 2004; Rotenberg y Agrest Wainer, 2007). Como anticipamos previamente, la influencia francesa ha sido más importante que la angloparlante, incluso en el uso de las categorías de análisis, como las de homoparentalidad (Libson, 2009a) y en la apelación a un discurso de tipo científico, en especial desde los aportes académicos de sectores del activismo LGTTBI. La presentación del proyecto de Unión Civil Nacional, elaborado por la CHA en 2004, contó con la publicación del libro *Adopción. La caída del prejuicio. Proyecto de Ley Nacional de Unión Civil* (Raíces Montero, 2004) en el que saberes expertos, en especial del campo psi, volcaron relatos científicos para dar un sustento aún más sólido a tales reclamos. Otros desarrollos también han sido enmarcados desde esa óptica con el fin de incidir en la esfera pública, para los reclamos políticos del movimiento LGTTBI. (Ají de pollo, 2006; VAGGIONE, 2008; LESMADRES, 2008, LIBSON, 2009b; FALGBT, 2010; CHA, 2010 FÍGARI, 2010; ALDAO y CLÉRICO, 2010; BIMBI, 2010). Muchos de esos desarrollos fueron elaborados y utilizados por legisladores políticos en el contexto del debate por la ley de matrimonio igualitario en la Argentina, que mostraron posiciones favorables hacia las familias no heteronormativas. Por su parte, otro trabajo académico, desarrollado por la Universidad Austral<sup>14</sup> (2010), mostró una posición desfavorable. El informe titulado *Matrimonio homosexual y adopción por parejas del mismo sexo. Informe de estudios científicos y jurídicos y experiencia en otros países*, se efectuó con el fin de otorgar un sustento científico a las posiciones en contra del casamiento entre personas del mismo sexo y la adopción por personas homosexuales. Este trabajo también fue utilizado por legisladores políticos en el debate de la ley de matrimonio igualitario; algunos de aquellos que se manifestaron en contra hacia la sanción de la ley por considerarla que ponía en peligro el orden familiar y simbólico establecido<sup>15</sup>.

Por su parte, para los años dos mil, surgieron trabajos y blogs elaborados desde la mirada de los participantes, con un contenido testimonial y contado por sus protagonistas (REINAUDO, 2008; Maternidades L; El blog de Luli, Ella, los trillizos y yo; Dos mamás para un sueño, Piedra libre para dos mamás). La importancia de estos trabajos y blogs fue la de visibilizar las experiencias y

lograr vinculaciones con familias de parentalidades gays y lesbianas, por dos razones. Por un lado, para que los chicos de tales familias encuentren núcleos de sociabilidad con chicos que tuvieran experiencias similares. Por otro lado, para lograr estrategias conjuntas en la lucha por el reconocimiento jurídico.

A excepción del trabajo elaborado por la Universidad Austral (2010), lo que se ha intentado mostrar con las investigaciones científicas y con las elaboraciones de contenido testimonial no es si los chicos presentarán una orientación sexual o identidad de sexo/género similar a la de los padres, sino que no se observan diferencias en torno a los desarrollos madurativos de las criaturas o en sus relaciones sociales con sus pares. En este correlato, el fin se ha centrado en debilitar aquellas indagaciones, tanto morales como científicas, que sostienen que los chicos criados en hogares no heterosexuales sufrirán daños irreparables (VAGGIONE, 2008).

En el campo de la disciplina social las investigaciones han trabajado sobre la variedad experiencial y la comprensión sociológica de las diversas realidades familiares (KORNBLIT, PECHENY y VUJOSEVICH, 1998; LIBSON y HILLER, 2006; VESPUCCI, 2008a, 2008b; SCHWARZ, 2008, LIBSON, 2009b; 2011). Si bien estas elaboraciones presentan diferencias, se pueden plantear tres características que permite homogeneizarlas. Primero, que dichas investigaciones han centrado el análisis en una perspectiva subjetiva que tuviera como principal portavoz al de sus protagonistas, incluyendo dichas experiencias en un marco conceptual que las hiciera comprensibles. Segundo, que los desarrollos no han incluido un análisis sobre los comportamientos de niños en dichas familias, como sí ha ocurrido dentro del campo psi argentino con trabajos clínicos como los de Giberti o Monzón (en Raíces MONTERO, *et al.* 2004) o en investigaciones sociológicas norteamericanas (STACEY y BIBLARZ, 2003). Tercero, que las elaboraciones han centrado, mayoritariamente, el análisis en las situaciones de estigma y discriminación experimentadas por padres gays o madres lesbianas al tiempo que han situado la perspectiva desde un análisis crítico sobre el sistema socio-ideológico heteronormativo y el patriarcado.

#### **4. Recapitulación y consideraciones finales**

En este capítulo describí cómo ha surgido y se ha construido la temática sobre parentalidades gays y lesbianas en la Argentina. Para abordar el análisis, estructuré el capítulo en dos secciones.

En la primera sección “la politización de la temática sobre parentalidades gays y lesbianas en la Argentina”, abordé el surgimiento de la temática sobre parentalidades gays y lesbianas en la Argentina, analizando el por qué de su incipiente desarrollo. Para ello trabajé la politización de la temática desde el activismo LGTTBI, atendiendo al surgimiento de las demandas familiaristas.

La historia de las demandas de los movimientos por la diversidad sexual marcó el paso del discurso de la opresión burguesa familiar al reconocimiento de los contextos familiares y signó, asimismo, el escenario sobre el cual las situaciones familiares empíricas y concretas pudieran adquirir visibilidad pública. Las estrategias llevadas a cabo por diversas organizaciones del activismo LGTTBI, y en especial la red establecida con la Federación Estatal de lesbianas, gays, transexuales y bisexuales de España, llevaron a que la Argentina se haya colocado como el primer país latinoamericano en obtener los mayores alcances jurídicos en materia de familias y diversidad sexual (HILLER, 2009, ALDAO y CLÉRICO, 2010).

En la segunda sección, “el debate académico sobre parentalidades gays y lesbianas en la Argentina”, presenté un desarrollo sobre el surgimiento de la temática como eje de debate intelectual y de producción de investigación académica. La producción de desarrollos académicos en la Argentina comenzó en los años dos mil, mayoritariamente, en el campo psi y con una intrínseca vinculación al activismo LGTTBI argentino. Puede decirse que en esos términos, la Argentina se halla con una distancia de veinte años en relación a regiones como la estadounidense o la inglesa donde las investigaciones empíricas comenzaron a elaborarse en los años ochentas. En Estados Unidos y Gran Bretaña, el auge de la producción académica, no se debió a la politización de la temática por parte de los movimientos de diversidad sexual de ambos lugares, sino a la alta visibilización de experiencias sobre parentalidades gays y lesbianas, que comenzaron a tornarse un foco de interés para muchos campos disciplinares (CHAUNCEY, 2004). Asimismo, la influencia francesa dentro de la academia Argentina ha sido más hegemónica que la del mundo angloparlante. Primero, en el uso de categorías como las de “homoparentalidad”. Ello se ha visto reflejado en trabajos del campo psi. Segundo, en cómo se ha hecho uso del saber científico como estrategia del activismo LGTTBI en la producción de textos elaborados con una finalidad política.

El abordaje de estos dos ejes es importante para comprender cómo situar esta temática en el contexto argentino. Por un lado, dentro del

activismo local pues la trayectoria nos muestra una historia que, si bien es de de conflictos, también es de negociaciones y consensos. Esa historia del movimiento, al que se le debe mucho al feminismo, se inserta en un contexto de oportunidades políticas propicio y de apertura del gobierno de Cristina Fernández, para que se lograra poner en agenda pública una temática como la que aquí trabajamos. No es menor recordar que Argentina es el primer país latinoamericano en poseer una ley de matrimonio igualitario. Por otro lado, es interesante también analizar cómo fue el debate dentro de la academia, en especial si se lo compara con otros países latinoamericanos como Brasil. Es una temática naciente en un contexto donde los estudios de género han tenido una trascendencia cardinal. La Argentina reporta escasas investigaciones en el campo social y la mayoría de ellas han sido en nexo con el activismo y ello no es casual. Sólo resta saber qué pasará: el 9 de mayo de 2012 (muy recientemente a la escritura de este artículo) se sancionaron dos leyes que nos acerca a una mayor ciudadanización: la Ley de identidad de género y la Ley por la muerte digna. Dos razones más que hacen a la sociedad aún más feliz.

---

## Notas

1 La ley de matrimonio igualitario fue sancionada el 15 de julio de 2010, convirtiendo a la Argentina en el primer país latinoamericano que contempla los derechos a matrimoniarse entre personas del mismo sexo. Para un mayor acercamiento de la temática, ver Aldao y Clérico, 2010.

2 El Frente de Liberación Homosexual constituye la primera experiencia de organización política homosexual en la Ciudad de Buenos Aires, Argentina, durante la primera mitad de la década del setenta, y se plantea como el antecedente del movimiento gay surgiendo en la década de los ochentas con la vuelta de la democracia. Ver Perlongher (1997); Sebrelí, (1997); Jones (2002), Bellucci (2010).

3 La Comunidad Homosexual Argentina (CHA) nace el 16 de abril de 1984 con la congregación de aproximadamente 150 personas, y con el objetivo de que se deroguen los edictos policiales y en contra de la represión policial. La CHA es la primera organización LGTTBI en obtener la personería jurídica el 17 de mayo de 1992. Ver <http://www.cha.org.ar/simple.php?menu=10&cat=49>.

4 Se plantean como derechos positivos porque la situación previa de gays y lesbianas, respecto del matrimonio y la adopción, no era de prohibición. Esto es, no se prohíbe que gays y lesbianas puedan casarse, ni tampoco se prohíbe que puedan adoptar. Lo que la ley no permite es que lo hagan como pareja homosexual. Por su parte, se plantean como demandas familiaristas pues se presentan en el espacio público como reclamos de reconocimiento ciudadano en temáticas vinculadas a lo familiar.

5 Sobre el proceso político de la sanción de la Ley de Unión Civil en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires en diciembre de 2002, puede consultarse Hiller (2009).

6 La ley de Unión Civil en Río Negro fue sancionada inmediatamente después que la sancionada en la Ciudad de Buenos Aires, pero la de Río Negro nunca fue reglamentada (HILLER, 2010).

7 Cinco organizaciones del movimiento de lesbianas, gays, bisexuales y trans, decidieron comenzar a trabajar conjuntamente a fin de dar un impulso decisivo a la agenda de la igualdad en Argentina. Es así como la Asociación de Travestis, Transexuales y Transgéneros de Argentina, La Fulana, Nexo Asociación Civil, Fundación Buenos Aires SIDA y VOX Asociación Civil constituyeron un espacio que permitiera articular nacionalmente al movimiento LGBT y fuera a la vez plataforma de apoyo desde la sociedad civil a las reformas legislativas y sociales necesarias para terminar con la discriminación hacia las personas de orientación sexual e identidad de género diferente a la heterosexual en nuestro país.

8 Asociación LGTTBI en el que se realizan grupos de reflexión para gays y lesbianas. La organización tiene sede en la Ciudad de Buenos Aires, Argentina.

9 Para citar algunos ejemplos. El libro de Meccia (2006) *La cuestión gay. Un enfoque sociológico*. Editorial: Gran Aldea, es material obligatorio en una cátedra de la carrera de Sociología, en la Universidad de Buenos Aires (UBA). Ver: <http://www.catedras.fsoc.uba.ar/rubinich/programa/programa.htm>. Asimismo, también se observa el dictado de diversos seminarios específicos sobre género y sexualidades en la Facultad de Ciencias Sociales de la UBA. Para el año 2011 se rastrearon los siguientes: “Taller de tesis II: Salud-Género” (Mario PECHENY); “Género, violencia y naturaleza: ontologías y debates contemporáneos” (Sara BARRÓN LÓPEZ y Daniel JONES). “El enfoque de género en el abordaje de la sexualidad, la salud y los derechos sexuales y reproductivos” (Susana CHECA); “Aproximación al estudio de los cuerpos, los géneros y las identidades disidentes en entornos online y offline” (Begonya Enguiz Grau); “Perspectivas Antropológicas sobre el Cuidado y la Salud” (María Epele y Octavio BONET); “Estrategias reproductivas, trabajo y salud” (Elsa LÓPEZ y Liliana FILDING); Performatividad del género, resistencia y vulnerabilidad: la revisión de la categoría de sujeto en la obra de Judith Butler (Leticia SABSAY). Ver <http://www.sociales.uba.ar/?p=691>.

10 Durante los setentas se conjuga dos concepciones antagónicas, que son en su núcleo anti-familiarista. Por un lado, una visión con raigambre religiosa, fundamentalmente católico, que vincula la no heterosexualidad con lo contra natura. El imaginario se impregna de axiomas idearios vinculados con la culpa y el castigo, y se considera que las elecciones de parejas no heterosexuales, asociadas a un bienestar de placer individual, tienen efectos nocivos para la sociedad en su conjunto. Por otro lado, la posición de los movimientos gays de los años setentas y de los feminismos.

11 La traducción del concepto francés ha tenido más repercusión en América latina. Como se ha documentado en mi tesis de maestría (LIBSON, 2009a), el concepto de homoparentalidad resulta insuficiente para designar otras prácticas que no se adecuan a la etimología del término, sobre todo en aquellos casos en que no interpela a los sujetos en cuestión. Como planea la activista trans Marlene Wayar, “cuando se insiste, desde las subjetividades sujetas a la visión hegemónica, en tratar cotidianamente a una trans en masculino o a un trans en femenino, se arremete intentando situar a la persona en un lugar, al que se sabe, no pertenece”

(WAYAR, 2006: 71). Algo similar sucede al hablar de “homo-parentalidad” en referencia a la parentalidad de las personas trans, para quienes el alejamiento de la heteronormatividad no se refiere (necesariamente) a la orientación sexual sino a la construcción de una identidad de género que no se ajusta al binarismo mujer-varón.

12 Vaggione define a este fenómeno del ámbito religioso como “secularismo estratégico”, por el cual “se articulan discursos científicos como una manera de oponerse a los derechos sexuales y reproductivos” (VAGGIONE, 2008: 66). En palabras del autor, “la defensa de un modelo único y tradicional de familia no se lleva a cabo sólo mediante argumentaciones morales y religiosas, sino también con información y datos científicos” (VAGGIONE, 2008: 66).

13 Esta premisa es una de las más utilizadas por los discursos tanto negativos como positivos al respecto de las familias que no siguen la norma de la heterosexualidad. En ambos casos, incluso, suele utilizarse la información científica. En el primero, para demostrar que un chico criado en un hogar homosexual va a ser homosexual. En el segundo, para demostrar que un chico criado en un seno de padres no heterosexuales no necesariamente seguirá la orientación sexual de sus padres. En las dos posiciones discursivas, la no heterosexualidad sigue concibiéndose como el problema, pues ninguna de las dos posturas admite que la no heterosexualidad sea una posibilidad positiva.

14 La Universidad Austral es una Universidad privada de la Argentina fuertemente vinculada a sectores religiosos del Opus Dei.

15 El desarrollo sobre las posiciones políticas favorables y desfavorables dentro del debate sobre la sanción de la ley del matrimonio igualitario en la Argentina pueden consultarse en Hiller (2010).

## Referencias bibliográficas

AJÍ DE POLLO. *Parentesco. Conversaciones feministas*. Buenos Aires: Ají de pollo, 2006.

ALDAO, Martín y CLÉRICO, Laura (coords.). *Matrimonio igualitario. Perspectivas sociales, políticas y jurídicas*. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

BELLUCCI, Mabel. *Orgullo*. Carlos Jáuregui. Una biografía política. Buenos Aires: Emecé, 2010.

BERKINS, Lohana. “Un itinerario político del travestismo”. En: Maffía, Diana (comp.). *Sexualidades migrantes. Género y transgénero*. Buenos Aires: Feminaria, 2003, p. 127-137

BIMBI, Bruno. *Matrimonio igualitario. Intrigas, tensiones y secretos en el camino hacia la ley*. Buenos Aires: Planeta, 2010.

BOZZET, Frederick. “Gay Fathers: How and Why They Disclose their Homosexuality to their Children”. In: *Family Relation: Journal of Applied Family and Child Studies*, 1980. p. 173-9.

CADORET, Anne. *Padres como los demás. Homosexualidad y parentesco*. Barcelona: Gedisa, 2003.

CHAUNCEY, George. *Why Marriage? The history shaping today's debate over gay equality*. New York: Basic Books, 2004.

COMUNIDAD HOMOSEXUAL ARGENTINA. *Somos familia. Guía de información técnica y jurídica. Ley de matrimonio para parejas el mismo sexo*. Buenos Aires: CHA, 2010.

FASSIN, Éric. "Usages de la science et science des usages. À propos des familles homoparentales", en **Revue L' Homme**, p. 154-155. Abril-Septiembre. París, Francia. (Disponible en: <http://lhomme.revues.org/index284.html>), 2000, p. 391-408.

FEDERACIÓN ARGENTINA DE LESBIANAS, GAYS, BISEXUALES y TRANS. *Matrimonio para todas y todos. Ley de igualdad. Aportes para el debate*. Buenos Aires: FALGBT, 2010.

FIGARI, Carlos. "Per scientiam ad justitiam!" En: Federación Argentina de Lesbianas, Gays, Bisexuales y Trans (2010). *Matrimonio para todas y todos. Ley de igualdad. Aportes para el debate*. Buenos Aires: FALGBT, 2010. p. 15-60.

GARGARELLA, Roberto. "Matrimonio y diversidad sexual: el peso del argumento igualitario". En: Aldao, Martín y Clérico, Laura (coords.). *Matrimonio igualitario. Perspectivas sociales, políticas y jurídicas*. Buenos Aires: Eudeba, 2010. p. 131-144.

GARTRELL, Nanette, *et. al.* "The National Lesbian Family Study 1. Interviews with prospective mothers". En: *American Journal of Orthopsychiatry*, 66 (2), 1996. p. 272-281.

GARTRELL, Nanette, *et. al.* "The National Lesbian Family Study 2. Interviews with mothers of toddlers". En: **American Journal of Orthopsychiatry**, 69 (3), 1999, p. 362-369.

GARTRELL, Nanette, *et. al.* "The National Lesbian Family Study 3. Interviews with mothers of five-year-olds". En: **American Journal of Orthopsychiatry**, 70 (4), 2000. p. 542-548.

GARTRELL, Nanette, *et. al.* "The National Lesbian Family Study 4. Interviews with the 10-year-old children". En: **American Journal of Orthopsychiatry**, 75 (4), 2005. p. 518-524.

GIBERTI, Eva. "La adopción y la alternativa homosexual", en Raíces Montero, Horacio *et al.* *Adopción. La caída del prejuicio. Proyecto de Ley Nacional de Unión Civil*. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2004, p. 17-44.

GOGNA, Mónica; JONES, Daniel y PECHENY, Mario. “Enseñanza sobre género y sexualidad en universidades públicas en la Argentina”. En: Ortíz Ortega, Adriana y Pecheny Mario (comps.). *Enseñanza universitaria sobre género y sexualidades en Argentina, Chile, China y Sudáfrica*. Buenos Aires: Teseo, 2010, p. 153-191.

GOLDBERG, Abbie. “(How) does it make a difference? Perspectives of adults with lesbian, gay, and bisexual parents”. En: **American Journal of Orthopsychiatry**, 77, 2007, p. 550-562.

GOLDBERG, Abbie. *Lesbian and gay parents and their children: research on the family life cycle*. Washington, DC: APA Books, 2009.

GOLOMBOK, Susan, *et. al.* “Children in lesbian and single parent households: Psychosexual and psychiatric appraisal”. En: **Journal of Child Psychology & Psychiatry**, 24, nº 4, 1983, p: 551-572.

GOLOMBOK, Susan y TASKER, Fiona. “Do parents influence the sexual orientation of their children? Findings from a longitudinal study of lesbian families”. En: **Developmental Psychology**, 32, 1996, 1996, p. 3-11.

GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula y MELLO, Luiz (orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Río de Janeiro: Garamond, 2007.

HASCOMBE, Gillian y FORSTER, Jackie. *Rocking the Cradle: Lesbian Mother. A Challenge in Family Living*. London: Sheba Feminist Publishers, 1982.

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Río de Janeiro: Garamond, 2004.

HILLER, Renata. “Matrimonio igualitario y espacio público en Argentina”. En: Aldao, Martín y Clérico, Laura (coords.). *Matrimonio igualitario. Perspectivas sociales, políticas y jurídicas*. Buenos Aires: Eudeba, 2010, p. 85-130.

HILLER, Renata. “Contornos sexuados del concepto de ciudadanía: interrogantes a partir de la Ley de Unión Civil de la Ciudad de Buenos Aires”. Tesis de Maestría en Investigación. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires, 2009.

JONES, Daniel. “Las locas se organizan. La experiencia del Frente de Liberación Homosexual”. Ponencia en las II Jornadas Nacionales Espacio, Memoria e Identidad, Facultad de Humanidades y Arte, Universidad Nacional de Rosario, Rosario, Octubre de 2002.

JUSTO VON LURZER, Carolina. “La prostitución en escena. Narrativas televisivas en primera persona”. Tesis de Maestría en Comunicación y



- cultural. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires, 2010.
- KORNBLIT, Ana Lía; PECHENY, Mario y VUJOSEVICH, Jorge. *Gays y lesbianas. Formación de la identidad y los derechos humanos*. Buenos Aires: La Colmena, 1998.
- LESMADRES. *Maternidades lésbicas. Algunas preguntas básicas*. Serie Lesbianas y Diversidad Familiar. **Cuadernillo** nº 1, 2008.
- LEWIN, Ellen (1993). *Lesbian Mothers: Accounts of Gender in American Culture*. New York: Ithaca, 1993.
- LIBSON, Micaela. “Familias y diversidad sexual. Las parentalidades gays y lesbianas en Buenos Aires”. Tesis de Doctorado en Ciencias Sociales. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales, 2011.
- LIBSON, Micaela. “Parecidos de familia. Aproximaciones teórico-metodológicas a la construcción del objeto ‘familias post heteronormativas’”, Tesis de Maestría en Sociología de la Cultura y Análisis Cultural, Instituto de Altos Estudios Sociales, Universidad Nacional de General San Martín, 2009a.
- LIBSON, Micaela. *La diversidad en las familias: un estudio sobre parentalidad gay y lesbiana*. Buenos Aires: INADI. Disponible en: <http://inadi.gov.ar/uploads/investigaciones/libson.pdf>, 2009b.
- MECCIA, Ernesto. *La cuestión gay*. Un enfoque sociológico. Buenos Aires: Gran Aldea, 2006.
- MELLO, Luiz. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- MELUCCI, Alberto. “Asumir un compromiso: identidad y movilización en los movimientos sociales”. En: revista **Zona Abierta**, N° 69, 1994, p. 153-180.
- MEZEY, Nancy. *New Choices. New families. How Lesbians Decide about Motherhood*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2008.
- MONZÓN, Isabel. “Maternidad lesbiana”, en Raíces Montero, Horacio *et al.* ). *Adopción. La caída del prejuicio. Proyecto de Ley Nacional de Unión Civil*. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2004, p. 71-79.
- NADAUD, Stéphane. *Homoparentalité. Une nouvelle chance pour la famille?* Paris: Fayard, 2002.
- PARKER, Richard y AGGLETON, Peter. “Estigma y discriminación relacionados con el VIH/Sida: un marco conceptual e implicancias para la acción”. En: *Programa de Salud Reproductiva y Sociedad*. Documento de trabajo 9. México DF, 2002.

PATTERSON, Charlotte J. "Children of lesbian and gay parents". En: **Child development**, 63, 1998, p. 1025-1042.

PECHENY, Mario. "De la 'no-discriminación' al 'reconocimiento social'. Un análisis de la evolución de las demandas políticas de las minorías sexuales en América Latina", *paper* presentado en XXIII Congress of Latin American Studies Association, Washington DC, 2001.

PECHENY, Mario y DE LA DEHESA, Rafael. "Sexualidades y políticas en América Latina: el matrimonio igualitario en contexto". En: Aldao, Martín y Clérico, Laura (coords.). *Matrimonio igualitario. Perspectivas sociales, políticas y jurídicas*. Buenos Aires: Eudeba, 2010, p. 11-62.

PERLONGHER, Néstor. "Historia del Frente de Liberación Homosexual de la Argentina". En: Perlongher, Néstor: *Prosa plebeya. Ensayos 1980-1992*. Buenos Aires: Colihue, 1997, p. 77-84.

RAÍCES MONTERO, Horacio *et al.* *Adopción. La caída del prejuicio. Proyecto de Ley Nacional de Unión Civil*. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2004.

REINAUDO, Romina. *Mamis por dos. Madres lesbianas*. Buenos Aires: Dunken, 2008.

ROSALES MENDOZA, et. al. "Derechos e interculturalidad en la inclusión curricular de la sexualidad y el género en universidades del centro y de la periferia en México". En: Ortíz Ortega, Adriana y Pecheny Mario (comps.). *Enseñanza universitaria sobre género y sexualidades en Argentina, Chile, China y Sudáfrica*. Buenos Aires: Teseo, 2010, p. 95-120.

ROTENBERG, Eva y AGREST WAINER, Beatriz. *Homoparentalidades. Nuevas familias*. Buenos Aires: Lugar, 2007.

ROUDINESCO, Elisabeth. *La familia en desorden*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

SEBRELI, Juan José. *Escritos sobre escritos, ciudades bajo ciudades*. Buenos Aires: Sudamericana, 1997.

SCHWARZ, Patricia. "Las lesbianas frente al dilema de la maternidad", en Pecheny, Mario; Figari, Carlos y Jones, Daniel *Todo sexo es político. Estudios sobre sexualidades en Argentina*. Buenos Aires: Del Zorzal, 2008, p. 193-214.

SONTAG, Susana. *La enfermedad y sus metáforas. El SIDA y sus metáforas*. Buenos Aires, Taurus, 1988.

STACEY, Judith. *In the name of the Family: Rethinking Family Values in the Postmodern Age*. Boston, MA: Bacon Press, 1996.

STACEY, Judith y BIBLARZ, Timothy. "¿Importa la orientación sexual de

los progenitores? (y si es así, ¿cómo?)”, en Osborne, Raquel y Guasch, Óscar (comps.). *Sociología a de la sexualidad*. Madrid: Siglo XXI, 2003, p. 51-98.

SULLIVAN, Andrew. *Same-sex marriage: pro and con*. New York: Vintage, 1997.

TASKER, Fiona y GOLOMBOK, Susan. “Young people`s attitudes toward living in a lesbian family: a longitudinal study of children raised by lesbian mothers”. En: **Journal of Divorce and Remarriage**, 28, 1997, p. 183-202.

UNIVERSIDAD AUSTRAL. *Matrimonio homosexual y adopción por parejas del mismo sexo. Informe de estudios científicos y jurídicos y experiencia en otros países*. Buenos Aires: Universidad Austral, 2010.

UZIEL, Anna Paula. “Família e homossexualidade: velhas questões, novos problemas”. Tesis doctoral. Universidad Estadual de Campinas - UNICAMP. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. (Disponible en: <http://www.nigs.ufsc.br>), 2002.

UZIEL, Anna Paula. *Homossexualidade e adoção*. Río de Janeiro: Garamond, 2007.

VAGGIONE, Juan Marco. “Las familias más allá de la heteronormatividad”, en Cristina Motta y Macarena Sáez (comps.). *La mirada de los jueces. Sexualidades diversas en la jurisprudencia Latinoamericana*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2008, p. 13-87.

VALDÉS, Teresa; OLAVARRÍA, José y MOLINA, Rodrigo. “Hacia un orden igualitario y no discriminatorio: la enseñanza de género y sexualidad en las universidades de Chile”. En: Ortíz Ortega, Adriana y Pecheny Mario (comps.). *Enseñanza universitaria sobre género y sexualidades en Argentina, Chile, China y Sudáfrica*. Buenos Aires: Teseo, 2010, p. 121-151.

VESPUCCI, Guido. “Biografías reflexivas y negociaciones estratégicas en casos de familias de madres lesbianas”. Seminario Internacional: Fazendo gênero 8. *Corpo, violência e poder*. Florianópolis, Brasil. 25 al 28 de agosto de 2008a.

VESPUCCI, Guido. “La intersección de las paralelas: homosexualidad y familia en un estudio de madres lesbianas”. Congreso Atlántico de Psiquiatría. Mar del Plata, Argentina. 5 y 6 de diciembre de 2008b.

WAYAR, Marlene. “La familia, lo Trans, sus Atravesamientos”. En: Ají de pollo. *Parentesco. Conversaciones feministas*. Buenos Aires: Ají de pollo, 2006, p. 61-77.

WEEKS, Jeffrey; HEAPHY, Brian y DONOVAN, Catherine. *Same Sex Intimacies. Families of choice and other life experiments*. New York: Routledge, 2001.

WESTON, Kath. *Las familias que elegimos. Lesbianas, gays y parentesco*. Barcelona: Bellaterra, 2003.

ZAMBRANO, Elizabeth. “Parentalidades ‘impensáveis’: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais”, en revista **Horizontes antropológicos**. *Direitos sexuais*. Año 12, nº 26, Julio/Diciembre. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande Do Sul. Porto Alegre, Brasil, 2006, p.123-147.

### **Blogs**

- Dos mamás para un sueño: <http://marieyeli.blogspot.com/>
- El blog de Luli: <http://luliysusmamis.blogspot.com/>
- Ella, los trillizos y yo: <http://luliysusmamis.blogspot.com/>
- Familias Homoparentales Integradas Argentinas: <http://fhoiar.blogspot.com/>
- Maternidades L: <http://www.maternidadeslesbicas.blogspot.com/>
- Piedra libre para dos mamás: <http://piedralibreparadosmamamas.blogspot.com/>

### **Resumen**

Este artículo describe el surgimiento de la temática sobre parentalidades gays y lesbianas en Argentina. Para ello, se abordan dos procesos: la politización del tema por parte del activismo LGTTBI y el debate académico. Se toman como antecedentes los casos de Estados Unidos, Gran Bretaña, Francia y España.

**Palabras-clave:** parentalidades gays y lesbianas; activismo LGTTBI.

### **Abstract**

This article describe the emergence of gays and lesbians paranthood's issue. We analyses two processes: the politization of the theme by the activism LGTTBI and the academic debate. We take these cases: United States, England, France and Spain.

**Keywords:** gays and lesbians paranthood's issue; activism LGTTBI.

Recebido para publicação em janeiro/2013.

Aceito em março/2013.

# POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA A POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL: SOBRE DESEJOS, REALIZAÇÕES E IMPASSES

**Luiz Mello\***

**Bruna Andrade Irineu\*\***

**Cecília Nunes Froemming\*\*\***

**Vinícios Kabral Ribeiro\*\*\*\***

As reflexões aqui reunidas são parte de um conjunto mais amplo de análises sobre políticas públicas para a promoção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no Brasil<sup>1</sup>, nas áreas de seguridade social (saúde, assistência social e previdência social), educação, trabalho e segurança, formuladas pelo Governo Federal e pelos governos do Distrito Federal e de nove estados da federação e/ou de suas respectivas capitais<sup>2</sup>. A eleição dessas áreas de atuação governamental justifica-se por serem as que reúnem o maior número de demandas do movimento LGBT brasileiro, consubstanciadas nas propostas aprovadas nas plenárias finais das I e II Conferências Nacionais LGBT, realizadas em Brasília, respectivamente, em 2008 e 2011. O universo de análise abrange dois estados por região geográfica,

---

\* Professor Associado II, área sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais, e pesquisador do Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, da Universidade Federal de Goiás (UFG). [luizman@gmail.com](mailto:luizman@gmail.com).

\*\* Doutoranda em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Assistente do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Corporalidades e Direitos (UFT). [brunairineu@gmail.com](mailto:brunairineu@gmail.com).

\*\*\* Mestra em Serviço Social. Professora Assistente do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Corporalidades e Direitos (UFT). [ceciliafroemming@gmail.com](mailto:ceciliafroemming@gmail.com).

\*\*\*\* Doutorando em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). [vrkabral@gmail.com](mailto:vrkabral@gmail.com).

a saber: Norte: Amazonas e Pará; Nordeste: Ceará e Piauí; Sudeste: Rio de Janeiro e São Paulo; Sul: Paraná e Rio Grande do Sul e Centro Oeste: Goiás e Distrito Federal (ver Tabela 1). Tal critério de seleção regional articulou-se a outros, como a existência, no âmbito do Poder Executivo do estado e/ou de sua capital, à época do início do trabalho de campo (agosto de 2009), de: a) coordenação/coordenadoria especificamente responsável pela execução de ações de combate ao preconceito, à discriminação e à intolerância contra a população LGBT; ou b) órgão responsável pelo atendimento das demandas de segmentos populacionais variados, entre eles o LGBT. Quando da inexistência de estrutura governamental voltada para o combate à homofobia em pelo menos dois estados de uma mesma região geográfica, foi utilizado como critério adicional a tradição de atuação dos grupos de militância locais.

**Tabela 1**

Ativistas e gestoras entrevistadas, por instância de governo e por unidade da Federação

Unidades da Federação	Ativistas	Gestoras/es			Total
		Federais	Estaduais	Municipais	
Amazonas	5	-	2	-	7
Ceará	4	-	2	2	8
Distrito Federal	6	12	4	-	22
Goiás	3	-	4	-	7
Pará	3	-	3	-	6
Paraná	3	-	2	1	6
Piauí	2	-	5	-	7
Rio de Janeiro	7	-	5	1	13
Rio Grande do Sul	5	-	1	2	8
São Paulo	5	-	4	2	11
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>12</b>	<b>32</b>	<b>8</b>	<b>95</b>

**Fonte:** UFG, Ser-Tão, Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar, 2010.

Das 95 pessoas entrevistadas, entre setembro de 2009 e janeiro de 2010, 52% eram homens, 42% mulheres, 4% travestis e 2% não informaram sua identidade de gênero. Da esfera governamental, 52 gestoras/es públicas/os foram entrevistadas/os e responderam questionários (54% mulheres, 44% homens e 2% não se identificaram), enquanto 43 representantes da sociedade civil concederam entrevistas (60% homens, 28% mulheres, 10% travestis e 2% não se identificaram). Os questionários foram respondidos apenas por gestoras/es, em face do objetivo prioritário da pesquisa de mapear ações e programas governamentais voltados para a população LGBT.

O conjunto de gestoras/es e ativistas entrevistado não pode ser visto como uma amostra estatisticamente representativa. Por outro lado, ressalte-se que a potencial vulnerabilidade da posição de entrevistada/o mais de uma vez implicou que gestoras/es se recusassem a conceder entrevistas ou que condicionassem sua participação à anuência de suas chefias. Por esta razão, evita-se a apresentação de elementos de identificação individual, bem como a utilização de trechos de entrevistas que permitam sua identificação e/ou de outras pessoas eventualmente mencionadas.

Trinta entrevistadas/os (nove gestoras/es e 21 ativistas) abordaram os temas assistência social e previdência social, o que corresponde a aproximadamente 31% do total de entrevistadas/os. O tema trabalho, por sua vez, foi tratado em 37 entrevistas (14 com gestoras/es e 23 com ativistas), o que equivale a aproximadamente 39% das pessoas ouvidas. Observe-se, em ambos os casos, que as/os gestoras/es que se manifestaram sobre esses temas não estão necessariamente vinculadas/os a órgãos governamentais específicos das áreas de assistência social, previdência social e trabalho.

Neste artigo, que se divide em duas partes, o foco da análise encontra-se nas políticas públicas governamentais nas áreas de assistência social, previdência social e trabalho. Na primeira parte, faz-se uma análise crítica das propostas de ação, nas três áreas antes destacadas, voltadas à promoção da cidadania LGTB e ao combate à homofobia<sup>3</sup>, integrantes de documentos e programas governamentais federais; na segunda, amplia-se o âmbito da problematização das políticas públicas a partir de entrevistas realizadas com gestores/as governamentais e lideranças LGBT.

### **Políticas de assistência social, trabalho e previdência social pós-1988**

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 6º, define o trabalho, a previdência social e a assistência social como direitos sociais, sendo as duas últimas, nos termos do art. 194, também componentes da seguridade social, juntamente com a saúde<sup>4</sup>. O conceito de seguridade social consagrado no texto constitucional funda-se nos princípios da universalidade, equidade, uniformidade, equivalência, irredutibilidade dos valores dos benefícios, gestão democrática, descentralizada e participativa. Tais princípios passaram a orientar as ações, projetos, programas e planos nas áreas da saúde, assistência social e previdência social (pormenorizadas através de legislações específicas), entendidos como parte da gestão pública, de responsabilidade do Estado, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Contudo, percebe-se uma desigualdade política e de atenção orçamentária quando se compara internamente o “tripé da seguridade social”, como constata Potyara Pereira (2009): a assistência social está em plano secundário, em relação à saúde e à previdência social. Por outro lado, cabe considerar a assistência social e a previdência social como um referencial de proteção social (FALEIROS, 1998). A previdência social caracteriza-se pela relação de interdependência com a assistência social, seus benefícios estão vinculados à cobertura da trabalhadora em situação de adversidade (doença, velhice, morte, etc.), enquanto na assistência social os benefícios são vinculados ao risco, à vulnerabilidade e a fragilidades intrinsecamente produzidas pelo desemprego (BOSCHETTI e TEIXEIRA, s/d). Neste sentido, destaca-se que quanto mais restritiva a previdência social maior a demanda por benefícios assistenciais.

No Brasil, a política de assistência social só passou a ser política pública a partir da Constituição Federal de 1988, e sua regulação se deu tardiamente, apenas em 1993, com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)<sup>5</sup>. A assistência social, nos termos da Constituição, é política pública prestada “a quem dela necessitar”, portanto, não é contributiva, nem dependente de vínculo com o mercado de trabalho. Em 2004, foi aprovada nova regulação por meio da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)<sup>6</sup>, e o seu mecanismo de gestão, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS)<sup>7</sup>. Assim, a política de assistência social recebe o *status* de sistema, único a todos os entes da Federação e sob comando federal das ações, como no exemplo da área da saúde, que conta com o Sistema Único de Saúde (SUS).

A política de previdência social também sofreu várias mudanças e alterações no campo da regulação, mais especialmente nas formas de contribuição, repartição e organização, ao assumir caráter de direito social em 1988, também a partir da promulgação da nova Constituição Federal. Contudo, há que considerar as particularidades desta política, já que se organiza a partir da obrigatoriedade de contribuição. Deste modo, concordamos com Ivanete Boschetti e Sandra Teixeira (s/d) e Vicente Faleiros (1998) quando problematizam o caráter paradoxal de uma política contributiva numa sociedade não-salarial, implicando o não-reconhecimento destes direitos de maneira universal.

Márcio Pochmman (2003), por outro lado, ao analisar as políticas públicas de emprego e trabalho no Brasil, afirma que as características das ações dos anos 1980 e 1990 foram delineadas a partir da implementação



de políticas *neoliberais*, que causaram um refluxo no desenvolvimento econômico, incentivo a importações em detrimento do estímulo à produção nacional e reforma do Estado, o que trouxe o aumento do “dessalariamento (decréscimo relativo dos empregos assalariados no total da ocupação) e das ocupações precárias” (p. 26), mesmo em tempos de “retomada” de crescimento econômico.

Certamente as políticas públicas relativas a trabalho, assistência social e previdência social destacam-se por serem minoritárias no campo das ações que pretendem assegurar direitos à população LGBT no Brasil. Nos documentos específicos que regem as áreas em análise, destaca-se o pioneirismo da Instrução Normativa nº 50/2001, do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que regula a concessão de benefícios previdenciários para companheira/o homossexual. Todavia, tal instrução normativa teve seus efeitos suspensos por força de manifestação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, em 18 de agosto de 2009, sem analisar o mérito da matéria, entendeu que o Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul, autor da ação civil pública que deu origem ao processo, não teria legitimidade processual para fazê-lo. Criou-se, então, um vazio normativo, onde a possibilidade de requerimento de novas pensões foi suspensa até que o Ministério da Previdência Social publicou a Portaria nº 513, de 09 de dezembro de 2010, que estabelece, em seu art. 1º, que, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), “os dispositivos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que tratam de dependentes para fins previdenciários devem ser interpretados de forma a abranger a união estável entre pessoas do mesmo sexo”<sup>8</sup>.

No âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), destaca-se a presença da expressão “identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual” na caracterização de vulnerabilidades dos usuários (BRASIL, 2004b, p. 33). A PNAS/SUAS também aponta no subtítulo “Família e Indivíduos” que o conceito de “família” passa por transformações, fazendo menção às mulheres que chefiam núcleos familiares, sem incluir, porém, configurações formadas por casais de pessoas do mesmo sexo, com ou sem filhos, biológicos ou adotivos, além de famílias monoparentais, onde a/o mãe/pai é travesti, transexual, gay ou lésbica. Por outro lado, entre os demais grupos mencionados na PNAS/SUAS, em nenhum momento faz-se referência à identidade de gênero ou à orientação sexual. Importante salientar que isto reforça o entendimento da categoria “gênero” como referida

restritamente às mulheres, dificultando a possibilidade de reconhecimento das configurações de conjugalidade e parentalidade de lésbicas, transexuais, gays e travestis, para além do casal homem-mulher. Na área do trabalho regulamentado especialmente pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não há qualquer documento legal que faça alusão a orientação sexual e identidade de gênero.

Apesar desta explícita escassez de referências normativas, no que concerne às áreas de trabalho, assistência social e previdência social, ressalte-se que vários documentos do Governo Federal, voltados ao combate à homofobia e à promoção da cidadania de pessoas LGBT, apresentam ações e propostas específicas relevantes e relativas a esses campos, a exemplo do *Programa Brasil sem Homofobia* (BSH), de 2004; dos *Anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para LGBT*, 2008 e 2011; do *Plano Nacional de Promoção dos Direitos Humanos LGBT*, 2009, e do *Programa Nacional de Direitos Humanos 3* (PNDH 3), 2009. Deve ser destacado, porém, que entre a formulação e a implementação de políticas públicas para a população LGBT, o caminho geralmente é longo, tortuoso e cheio de percalços, antes de tudo em face das fortes resistências morais, prevaletentes no interior de muitos órgãos governamentais, no que diz respeito à garantia da cidadania das pessoas que não correspondem aos estereótipos sexuais e de gênero, como se verá adiante.

Em 2004, o governo federal, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República – hoje, Secretaria de Direitos Humanos (SDH) –, no âmbito do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos, propôs o programa *Brasil Sem Homofobia* (BSH), que tem por objetivo “promover a cidadania GLBT, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, 2004a, p. 11). Ainda que a criação desse programa tenha tido um grande significado, especialmente por seu pioneirismo, a implantação do mesmo foi marcada pela baixa previsão orçamentária, pela ausência de integração das ações em diferentes instâncias de governo (federal, estadual e municipal), pela pequena quantidade de gestoras envolvidas e por ações alocadas muito mais sob a responsabilidade do movimento social do que do Poder Executivo.

A partir das metas estabelecidas no BSH, o governo federal realizou a *I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais,*

*Travestis e Transexuais*, em junho de 2008<sup>9</sup>. Os Anais desta I Conferência apresentam 559 deliberações aprovadas na plenária final, divididas em 10 eixos temáticos, formuladas a partir dos seguintes grupos de trabalho: 1 – Direitos Humanos; 2 – Saúde; 3 – Justiça e Segurança Pública; 4 – Turismo; 5 – Previdência Social; 6 – Comunicação; 7 – Educação; 8 – Trabalho e Emprego; 9 – Cultura; 10 – Cidades.

No que concerne à assistência social, previdência social e trabalho, é perceptível o salto quantitativo e qualitativo das quatro proposições contidas no texto do BSH para as 63 aprovadas na *I Conferência Nacional LGBT*, assim distribuídas: 37 referentes a “Trabalho e Emprego” (6,6% do total de proposições da Conferência); 15 concernentes à Previdência Social (2,6% do total); e 11 relativas à Assistência Social, o que corresponde a 1,9% do total (BRASIL, 2008). A partir desta constatação inicial, cabe ressaltar que: 1) há um espaço de quatro anos entre a formulação do BSH e a realização da *Conferência*; 2) há uma diferença contextual *sui generis* entre um documento oficial, ainda que elaborado em parceria com o movimento social, e um conjunto de propostas aprovadas em plenária, mesmo que reunindo pessoas do poder público e da sociedade civil. Ressalte-se, inclusive, que o glossário da versão impressa do BSH não traz as siglas MPS (Ministério da Previdência Social) e MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), o que também pode ser verificado nas comissões de elaboração do documento, onde há ausência de gestoras/es destes dois ministérios.

Nos Anais da I Conferência Nacional LGBT (BRASIL, 2008), observa-se a desarticulação entre as propostas relativas à assistência social, uma vez que, em face da inexistência de grupo de trabalho (GT) específico sobre o tema, as 11 deliberações aprovadas estão distribuídas em diferentes GTs: “saúde”, “educação”, “previdência social”, “trabalho e emprego” e “cidades”. Tais propostas tratam basicamente da necessidade de capacitação de profissionais da assistência social para o atendimento à população LGBT (em abrigos e demais serviços sócio-assistenciais); da inserção das categorias *identidade de gênero* e *orientação sexual* no SUAS e na PNAS; e da articulação entre a política de assistência social e as demais políticas públicas.

No âmbito dos direitos previdenciários, as propostas formuladas pelo Grupo de Trabalho “Previdência Social” e aprovadas na plenária final da I Conferência Nacional LGBT se dividiram entre a aprovação do reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo e a necessidade

de atendimento igualitário e respeitoso à população LGBT que recorre aos serviços da previdência social. Além disso, as propostas prevêem “educação previdenciária” para a população LGBT e divulgação de seus direitos previdenciários para a sociedade em geral; capacitação de profissionais da previdência social para “atendimento digno para a população LGBT”; e garantia de direitos previdenciários para casais de pessoas do mesmo sexo, de travestis e de transexuais, em âmbitos municipal, estadual e federal.

Já no que diz respeito à área de Trabalho e Emprego, as 37 propostas aprovadas na I Conferência Nacional LGBT concentram-se nos seguintes temas: a) sensibilização de técnicos do Ministério do Trabalho e Emprego e demais segmentos sociais em relação aos direitos laborais da população LGBT; b) atenção à formação educacional e profissional da população LGBT, especialmente travestis e transexuais, promovendo sua inserção e permanência no mercado de trabalho; c) regulamentação da profissão de trabalhador/a do sexo; d) combate a todas as formas de discriminação da população LGBT no ambiente de trabalho.

Comparativamente ao que foi apresentado no BSH, constata-se uma visibilidade maior das propostas nas áreas de assistência social, previdência social e trabalho. Por outro lado, estas propostas se mostram secundárias quando comparadas, por exemplo, à área de saúde<sup>10</sup>, cujo total de propostas é três vezes maior que a soma das três áreas aqui tratadas, somando 167 indicações, correspondentes a 29,8% das deliberações da I Conferência Nacional LGBT.

Em maio de 2009, foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, construído a partir das propostas aprovadas na I Conferência Nacional LGBT. O documento apresenta 51 diretrizes, que conformam dois eixos estratégicos, distribuídas em 180 ações<sup>11</sup>. Para cada ação é/são definido/s o/s órgãos/responsáveis por sua execução, bem como se explicita a previsão temporal de efetivação, com 68 ações previstas para curto prazo e 112 para médio prazo<sup>12</sup>. No “Eixo Estratégico 1 – Promoção e socialização do conhecimento; Formação de atores; Defesa e proteção dos direitos; Sensibilização e mobilização” – há a atribuição de quatro ações de curto e cinco de médio prazo para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Para o Ministério da Previdência Social (MPS), identificam-se três ações de curto prazo e para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) preveem-se cinco ações de médio prazo. No

“Eixo Estratégico 2 – Promoção da Cooperação Federativa; Articulação e fortalecimento de redes sociais; Articulação com outros poderes; Cooperação internacional; Gestão da implantação sistêmica da política para LGBT” –, estão previstas oito ações de médio prazo envolvendo o MDS e uma ação sob responsabilidade do MTE, não havendo previsão de ações para o MPS.

Pensado em uma perspectiva geral, o *Plano Nacional LGBT* não apresenta de forma precisa a previsão orçamentária para o cumprimento das ações propostas e caracteriza-se pela escassez de parcerias intersetoriais e interministeriais, o que contraria seu próprio objetivo geral de “orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas” (BRASIL, 2009a, p. 10)<sup>13</sup>.

Especificamente no que diz respeito às ações relacionadas ao universo do trabalho, propõe-se no *Plano Nacional LGBT* o “Combate à discriminação por orientação sexual, identidade de gênero e raça no serviço público” e “Cumprimento das orientações do Repertório de Recomendações Práticas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre HIV/AIDS e não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no mundo do trabalho”. Mas de que maneira seria possível viabilizar, se não a erradicação da homofobia, ao menos sua minimização em todas as esferas da vida e, particularmente, no ambiente laboral? As ações do *Plano Nacional LGBT*, de forma genérica, referem-se mais a incentivos à capacitação profissional, com um enfoque na juventude e nas transexuais e travestis, do que no combate efetivo à discriminação nas relações trabalhistas.

No âmbito da assistência social, o *Plano Nacional LGBT* propõe a “ampliação dos conceitos de família, de modo a contemplar os arranjos familiares LGBT” e também uma perspectiva de intersecção que possa “assegurar a inclusão do recorte de orientação sexual e identidade de gênero, observando a questão étnico-racial, nos programas sociais do Governo Federal”. Outras ações concentram-se no combate à homofobia em órgãos municipais, estaduais e federais de assistência social, e ainda, em questões relacionadas à população carcerária LGBT. Vale ressaltar a proposta “Garantir, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e do Conselho Nacional de Assistência Social, a inserção do recorte de orientação sexual e identidade de gênero na Política Nacional de Assistência Social a partir das ações de

monitoramento e avaliação”. Tal ação compreende um esforço de sistematizar, quantificar e avaliar a efetividade do alcance dessas políticas focalizadas, frente a uma política universalista, ainda hoje hegemônica.

Relativamente à previdência social, as ações integrantes do *Plano Nacional LGBT* concentram-se na equiparação de direitos e na ampliação da cobertura previdenciária, tanto pública quanto privada, para casais de pessoas do mesmo sexo. Uma das ações se daria no âmbito educativo, quando se propõe “Promover palestras em órgãos públicos (Escolas, Universidades, e Unidade de Saúde) e privados sobre os direitos previdenciários da população LGBT, em parceria com o INSS” e a divulgação do plano simplificado de previdência social para as LGBT. Em outra diretriz, prevê-se o “Reconhecimento do companheiro ou companheira do mesmo sexo de servidores militares como dependentes, com direitos iguais aos dos militares heterossexuais”. Entretanto, a ação por meio da qual se pretende cumprir a referida diretriz está a cargo do Ministério da Justiça, e não há previsão de parceria entre este e o MPS.

Em julho de 2010, a *Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais* (LGBT), integrante da Subsecretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, da SDH, divulgou o *Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*, por meio do qual pretendia apresentar a situação de execução de cada uma das 166 ações previstas no *Plano Nacional LGBT*, sob responsabilidade de 16 diferentes ministérios<sup>14</sup>. No âmbito do Ministério da Previdência Social, as três ações previstas no *Plano Nacional LGBT* são relativas à capacitação de servidoras do INSS e de outros órgãos públicos e privados, no que diz respeito a direitos previdenciários da população LGBT. No Relatório, tais ações são definidas como em execução, com destaque para a “capacitação dos servidores do INSS para o atendimento ao público LGBT com o objetivo de atingir 22.000 servidores”. Não se diz, porém, onde, como, quando e quem está realizando esta capacitação e tampouco é apresentado o conteúdo da mesma.

Já na esfera do Ministério do Desenvolvimento Social, o Relatório faz alusão apenas a seis das 14 ações previstas no *Plano Nacional LGBT*. A primeira delas é a ação “Reconhecer novos arranjos familiares, tais como as uniões homoparentais e os pares homoafetivos, para fins de aplicação da Política Nacional de Assistência Social”, mas não deixa claro se de fato já

implementou o referido reconhecimento, pela via administrativa, uma vez que reporta a matéria (especificamente a conceituação de família no SUAS) para o âmbito do Congresso Nacional, onde tramita o Projeto de Lei nº 3077/2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social”. Não é demais lembrar que este debate na esfera do Poder Legislativo não se resume ao projeto de lei em questão, o qual, por sua vez, não apresenta uma caracterização de família explícita o suficiente para contemplar os casais formados por pessoas do mesmo sexo, com ou sem filhos. Ainda no âmbito do MDS, o *Relatório* faz referência às ações “Criar um programa de bolsas de estudo que incentive a qualificação ou educação profissional de Travestis e Transexuais em diversas áreas”<sup>15</sup> e “Garantir apoio psicossocial à população LGBT idosa”. Fica claro, no Relatório, que tais ações não foram realizadas, sequer planejadas.

Por fim, no que diz respeito às dez ações definidas no *Plano Nacional LGBT* como de competência do Ministério do Trabalho e Emprego, o Relatório faz referência a apenas três. Em relação às duas primeiras, o registro do estágio de implementação restringe-se a “O MTE apóia projeto de travestis no interior da Bahia”. Já em relação à terceira ação, o documento enfatiza a atuação da “Comissão de Igualdade de Oportunidade de Gênero, de Raça e Etnia, de Pessoas com Deficiência e de Combate à Discriminação”, com capilaridade nas superintendências estaduais do MTE desde 2008, mas não apresenta qualquer informação mais precisa sobre o enfrentamento da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no âmbito das relações de trabalho.

Em setembro de 2011, o Governo Federal divulgou o Texto-Base da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, no qual apresenta uma avaliação detalhada da implementação das ações previstas no *Plano Nacional LGBT*. Especificamente no que diz respeito às ações sob responsabilidade do MDS, prevalece no Texto-Base, em grande medida, o entendimento de que as ações foram realizadas de maneira satisfatória, sem que sejam apresentadas, porém, evidências claras de que houve o acolhimento específico às demandas da população LGBT para além da suposta universalização contida na normativa da PNAS. Ao mesmo tempo, pode-se considerar um salto qualitativo o fato de o MDS ser um dos poucos ministérios a trazer no Texto-Base dados consolidados acerca da

discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Na Ação 2.2.6, que se refere ao estabelecimento, para jovens e crianças, de programas de apoio ao enfrentamento “à vulnerabilidade oriunda da falta de moradia, da exclusão social, da violência doméstica e outras formas de violência em razão da orientação sexual e identidade de gênero” (BRASIL, 2011, p.79), o MDS informa que, das 1.590 unidades do CREAS do país, 673 atenderam crianças e adolescentes em situação de discriminação por orientação sexual.

Quanto às ações a cargo do MTE no *Plano Nacional LGBT*, o Texto-Base padece da mesma limitação: as ações vistas como realizadas se conformam em justificativas acerca dos serviços universais, presumindo que “formulação, implementação e execução” se dariam de forma equânime. No Texto-Base informa-se, por exemplo, que estariam em fase de formatação as estratégias para capacitação de servidores:

- elaboração de cartilha informativa sobre a necessidade de erradicar a discriminação por orientação sexual;
- instituição de campanha educativa para fortalecer a igualdade entre todos os gêneros. Essa campanha deveria contar com cartazes, comunicados na intranet, palestras;
- orientações formalizadas, via Memorando-Circular, expedido pelo Ministro ou Secretário-Executivo, orientando os demais dirigentes quanto a necessidade de estabelecimento de um ambiente de trabalho acolhedor e democrático, combatendo a discriminação sexual (BRASIL, 2011, p. 84).

Por fim, o MPS afirma no Texto-Base ter realizado a Ação 1.1.12, que prevê a capacitação dos servidores do INSS para atendimento da população LGBT, justificando que “a capacitação é um dos principais eixos para humanizar o atendimento do INSS, principalmente quando se busca um aperfeiçoamento da forma de tratamento e inclusão social da população LGBT” (BRASIL, 2011, p. 97). O Ministério informa que desde o ano de 2009 incluiu no Programa de Educação Continuada no INSS os temas direitos humanos e atendimento à população LGBT:

O ano de 2010, por sua vez, foi incluído um módulo com conteúdo referente à **Diversidade Sócio-cultural**. O objeto é o atendimento a população LGBT, mas também contemplam



os direitos humanos, o preconceito racial, o preconceito contra o idoso, a questão das pessoas com necessidades especiais, a construção das identidades no Brasil, o respeito à diversidade, tudo tendo em vista o universo do nosso público. Esse conteúdo teve o apoio técnico prestado e encaminhado pela Coordenação-Geral/LGBT/Secretaria de Direitos Humanos/Presidência da República, e será usado nas futuras capacitações dos servidores do INSS. Em suma, em 2010 foram 35.809 capacitadas pessoas, em um quadro de 40.000 servidores ativos. Já o ano de 2011 apresentou 7.617 pessoas capacitadas de servidores até o mês de junho (BRASIL, 2011, p. 97, negrito do original).

Mais uma vez, pode-se inferir que no trato das ações para a população LGBT reitera-se a valorização de políticas de caráter universalista, o que também pode ser observado nas falas das/os gestoras/es entrevistadas/os. Afirmar que a existência de uma política que generaliza sujeitos é garantia de um atendimento em conformidade com a perspectiva de proteção dos direitos das pessoas LGBT é não reconhecer os limites impostos pela homofobia institucional (ou de Estado) que permeia as políticas públicas no Brasil, ou seja, a homofobia que se materializa dentro dos próprios órgãos governamentais ou de suas ações, projetos, programas e políticas, seja por meio da vedação direta do acesso de pessoas LGBT a direitos de cidadania supostamente universais, seja pela omissão deliberada destes segmentos quando são formuladas políticas que beneficiam apenas as pessoas que estruturam suas vidas a partir de vínculos afetivos e sexuais heterossexuais.

Como último documento relevante em análise, destacamos que o *Programa Nacional de Direitos Humanos 3* (PNDH 3), aprovado nos termos do Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, “incorpora [...] resoluções da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos e propostas aprovadas nas mais de cinquenta (50) conferências nacionais temáticas, promovidas desde 2003” (BRASIL, 2009), com uma estrutura que contempla “seis eixos orientadores, subdividida em 25 diretrizes, 82 objetivos estratégicos e 521 ações programáticas”. Entre estas, 22 ações são relativas à população LGBT, e contemplam demandas já presentes nos Anais da *Conferência* e no *Plano Nacional LGBT*. Sublinha-se, aqui, uma atribuição do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, em parceria com

a SDH, deve reconhecer nos sistemas de informação da estrutura federal as configurações familiares constituídas por pessoas LGBT. Nesta mesma direção, o PNDH 3 prevê apoio ao projeto de lei que dispõe sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo e promoção de ações voltadas à garantia do direito de adoção por casais homoafetivos. O PNDH 3 também atribui à SDH, em parceria com o IPEA, IBGE e os Ministérios da Justiça, da Saúde e do Trabalho e Emprego, a atribuição de traçar o perfil da população LGBT, nos seguintes termos:

Realizar relatório periódico de acompanhamento das políticas contra discriminação à população LGBT, que contenha, entre outras, informações sobre inclusão no mercado de trabalho, assistência à saúde integral, número de violações registradas e apuradas, recorrências de violações, dados populacionais, de renda e conjugais (BRASIL, 2009a).

A despeito do expressivo número de documentos governamentais antes mencionados, o que se tem é um enorme silêncio em relação às ações do Governo Federal nas áreas de assistência social, previdência social e trabalho, para pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, particularmente depois da II Conferência Nacional LGBT, realizada em dezembro de 2011. Até o momento (março de 2013), não foi lançado o II *Plano Nacional LGBT* e pouco se fala da efetiva implementação das ações previstas no BSH, no I *Plano Nacional LGBT* e no PNDH 3. Refletir sobre a efetividade dessas ações na perspectiva de ativistas e gestoras/es entrevistadas/os é nosso objetivo a seguir.

### **Entre a formulação e a execução: olhares de ativistas e gestoras governamentais**

As/os gestoras/es e ativistas entrevistadas/os em nossa pesquisa são atrizes/atores centrais na formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas para a população LGBT. Em suas ponderações e avaliações sobre as políticas de assistência social, previdência social e trabalho no Brasil, as/os entrevistadas/os destacaram que as poucas ações voltadas à população LGBT nestas três áreas localizam-se mais em âmbito federal que estadual e municipal, a despeito da fragilidade generalizada das ações. A possibilidade do Poder Executivo federal formular e implementar políticas

públicas, ainda que não reconhecidas como políticas de Estado, dadas suas fragilidades orçamentárias e os riscos de descontinuidade, foi destacada nas entrevistas muito mais pelo significado político que possuem do que por sua efetividade em si, já que, quando as diretrizes gerais vêm do Governo Federal, isto contribui para que outras ações sejam formuladas nas esferas estadual e municipal, ainda que nem sempre implementadas de maneira satisfatória. A dependência de uma legislação federal, bem como a eventual existência de legislações estaduais e municipais no âmbito destas políticas, principalmente no que se refere à previdência social e ao reconhecimento de direito à pensão, são temas recorrentemente mencionados por um grande número de entrevistadas/os<sup>16</sup>.

Algumas ações no âmbito das políticas de assistência social e trabalho vêm ocorrendo nos estados pesquisados. Entretanto, é necessário frisar que não se configuram como programas destinados especificamente à população LGBT. O que se tem feito é “provocar” a transversalidade de orientação sexual e de identidade de gênero nos programas já existentes. Em São Paulo, por exemplo, o Programa Operação de Trabalho (POT)<sup>17</sup> – criado em 2001 em âmbito municipal – concede, desde 2009, “bolsas” para pessoas LGBT. Verifica-se, nos municípios cuja inserção da população LGBT ocorreu em programas de capacitação profissional pré-existentes, que esta é muito recente e que, em grande medida, só foi possível a partir da mediação de um órgão administrativo LGBT (coordenadoria/ secretaria/coordenação), estadual e/ou municipal, como, no caso do município de São Paulo, a Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual (CADS).

Observa-se que quando as diretrizes e as ações são originárias do governo federal há uma aparente “melhor receptividade” dos estados e municípios. Como exemplo, citamos o relato de uma ativista entrevistada, que trata da criação do Grupo de Trabalho sobre Gênero, Raça/Etnia e Outras Discriminações nas Delegacias Regionais de Trabalho e Emprego (DRTE<sup>18</sup>): “[...] têm um grupo de trabalho aqui [...] pra discutir a questão da diversidade, incluindo a diversidade sexual nas relações de trabalho [...] mas a gente precisa avançar muito pra trabalhar políticas de inclusão, principalmente de travestis no mercado de trabalho”. Uma abertura relativa para a formulação de ações e programas não significa necessariamente, portanto, sua efetiva implementação.

Ainda tendo como foco a política de trabalho e emprego, as/os entrevistadas/os fizeram referências esparsas ao Programa Astral TOP (Trabalho, Oportunidades e Previdência) e ao Plano Setorial de Qualificação voltado para a população LGBT (PLANSEQ -LGBT), ambos em âmbito federal. O primeiro foi criado a partir do protagonismo da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e da Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (Antra), em parceria com o MTE. Em junho de 2009, foi realizado, em Brasília, o I Seminário de Políticas Públicas de Trabalho, Oportunidades e Previdência para Travestis e Transexuais, primeira ação do Astral TOP. Desde então, não se tem mais notícias sobre a implementação do programa e o próprio MTE não fez referência a ele quando do registro de suas ações no Relatório de Monitoramento do *Plano Nacional LGBT*.

Já o PLANSEQ-LGBT relaciona-se diretamente a uma das ações do *Plano Nacional LGBT*: “Incentivar, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a inserção na relação do público-alvo do Programa Nacional de Qualificação Profissional (PNQ/MTE) da população LGBT”. Apesar de estar mais no “campo da intenção” do que no “campo da ação”, existem muitas expectativas quanto a programas como este. Todavia, perduram dificuldades de implementação das ações, como narrado por um gestor entrevistado:

[...] então, nós temos um total de quatro mil vagas para capacitação, isso Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito[?]. São um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete... são onze estados, onze no total de quatro mil vagas, que são esses convênios de empreendedor [...] Então, é essa, hoje, nossa principal política pública, é desenvolver esse plano de capacitação. [...] O que falta pra ser implementado? Isso aí depende muito das parcerias de Governo Estadual e Municipal.

Entre as/os gestoras/es e representantes da sociedade civil entrevistadas/os, quando tratam dos problemas enfrentados pela população LGBT no âmbito trabalho, prevalece a percepção da urgência de incluir as travestis, que em sua maioria atuam como profissionais do sexo, em ações e programas voltados para a inserção no mercado de trabalho, levando-se em consideração que a maior parte delas também possui baixo nível de escolaridade formal, como aponta um ativista:

[...] a gente, por exemplo, queria garantir o sistema de cota, 100 bolsas pra um público de travestis. A gente queria garantir, e a gente tá brigando, mas é muito difícil, é muito difícil porque a maioria dessas pessoas não tem endereço fixo. [...] Porque, a população LGBT que não que tá dentro dessa classificação de travestis, né, ela consegue ter um acesso ao mercado de trabalho melhor, porque ela estuda mais, né?

Os raros programas da política de trabalho indicados pelas/os gestoras/es entrevistadas/os para a população LGBT, especialmente travestis e transexuais, são para capacitação, de maneira a promover posterior inserção no mercado de trabalho e geração de renda. Dois questionamentos quanto aos programas neste formato aparecem nas entrevistas com ativistas. O primeiro refere-se ao entendimento de que a inserção no mercado de trabalho só possa ser feita a partir de capacitação em algum ofício, enquanto o outro diz respeito às críticas quanto à forma das “capacitações”. Nas palavras de uma ativista entrevistada: “Eu conheço centros que fazem assim: ‘vamos dar curso pras travestis arrumar emprego’. É um grande equívoco isso, entendeu? Ai dá curso pra travesti sair da rua, entendeu? Já é uma política, assim, higienista e preconceituosa. Limitada ideológica, limitada, né?”. A falácia que pode mascarar políticas de geração de emprego e renda também é mencionada por outra ativista: “[...] no sentido de não só apresentar alternativas de difícil inserção no mercado, do ponto de vista da sustentabilidade, como, por exemplo, curso de tricô, travestis, né?”.

Para as pessoas que mais explicitamente confrontam as normas de gênero, a inserção no mercado de trabalho formal apresenta-se como mais difícil, como destacado por outra ativista entrevistada “[...] a gente tem problemas com a inclusão no mercado de trabalho e a capacitação, principalmente para travestis, transexuais, gays afeminados ou lésbicas masculinizadas. Ainda existe bastante preconceito”. A não inserção no mercado de trabalho é justificada pelas/os entrevistadas/os – principalmente ativistas – como decorrente de um alijamento da formação profissional iniciado na escola, conseqüência da homofobia ainda prevalente nos espaços educacionais<sup>19</sup>.

Em instâncias estadual e municipal, segundo ativistas e gestoras/es entrevistadas/os, a maior parte das ações nas áreas de assistência social e trabalho/emprego diz respeito a “capacitações”, envolvendo agentes do movimento social e servidoras/es das secretarias estaduais e/ou municipais. Um ativista avalia a importância destas ações junto a conselhos tutelares,

mencionando a necessidade de subsidiar com informações e conhecimentos “quem está trabalhando na ponta”. No âmbito federal, as ações realizadas também são, em sua maioria, “seminários”, “capacitações” e, no caso da área trabalho/emprego, há uma discussão sobre a criação de grupo de trabalho (GT) dentro do MTE para o encaminhamento das demandas da população LGBT.

Por outro lado, a homofobia institucional dificulta a proteção dos direitos sociais de lésbicas, travestis, gays, transexuais e bissexuais, nas ocasiões em que necessitam, por exemplo, de amparo na velhice, quando vivem nas ruas ou quando cumprem pena ou medida sócio-educativa. Esta realidade é explicitamente reconhecida por um gestor entrevistado:

Então, os abrigos, também, eles precisam ser capacitados, formados, para que eles atendam melhor com qualidade esse público, né? A gente sabe que existe discriminação dentro dos abrigos, né, principalmente, por exemplo, questão de população idosa, né? Muitas vezes, o idoso que seja de um segmento LGBT, ele tem dificuldade de se inserir dentro de um abrigo, né, quanto à sua orientação. Existem incidências também de crianças e adolescentes que estão em situação de rua e que precisam, num momento, naquele momento da vida, de um abrigamento por essa incidência também da questão da orientação sexual.

É possível identificar ações pontuais de inserção da população LGBT na assistência social também a partir da existência de Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) LGBT. Esta demanda foi aprovada como proposta na I Conferência Nacional LGBT, e dentre os estados contemplados na pesquisa, destaca-se a experiência pioneira do CREAS / LGBT de Campinas-SP. De uma maneira geral, as/os ativistas entrevistadas/os sinalizam que têm sido crescentes as possibilidades de diálogo entre o movimento LGBT e as secretarias de assistência social, com vistas ao atendimento “qualificado” de suas demandas nos CREAS, incluindo a criação de CREAS específicos para a população LGBT. Mas ainda são experiências incipientes e isoladas, conforme um gestor entrevistado:

São Paulo tem algumas, têm registros de CREAS que já atendem a população LGBT, né? Eles já estão bem à frente nesse processo, independente dessa construção, de formação que a gente vem trabalhando. Então tem algumas realidades que já avançaram e isso

é política pública, né, isso é um exemplo de política pública. Mas ela precisa ter um caráter mais universal, que a gente trabalhe isso na realidade nacional, não seja uma experiência isolada de política pública.

A política de assistência social foi considerada “limitada” por muitas/os gestoras/es e ativistas, não só para o atendimento de pessoas cuja orientação sexual e/ou identidade de gênero não se enquadram nas normas e valores associados à heterossexualidade, tendendo a ser definido como caótico o atendimento à população em geral. Nesse contexto, na interpretação de uma ativista entrevistada, não só as políticas de assistência social precisariam superar problemas estruturais, comuns a outras áreas de atuação dos governos, mas também precisariam ser pensadas numa perspectiva “transversalizada” e intersetorial, como destaca uma ativista entrevistada:

Eu acho que a assistência ainda fica muito no assistencialismo de apenas dar, né? Então, eu te dou alguma coisa e aí tudo bem, como se fosse um cala a boca mesmo, né? Pensar na assistência, tem que pensar também conjuntamente com a educação; ele anda conjuntamente também com a segurança, ele anda com trabalho e emprego. Se não fizer esse trabalho, esse diálogo, esse trabalho de rede, acaba não funcionando.

O caráter universalista das ações e programas do MDS também foi mencionado como fator que dificulta o reconhecimento das demandas da população LGBT em âmbito federal. Nas palavras de um ativista entrevistado: “[...] dentro do Ministério da Assistência Social, sempre que a gente vai com as especificidades nossas, de pedir, eles falam: ‘Não’, que todos os programas de assistência social são para todos”. O caráter universalizante da assistência social, localizado na resposta “são para todos” do MDS às demandas LGBT, também é recorrente justificativa para o não-acolhimento especializado desta população nos serviços sócio-assistenciais e para o constante “discurso da incapacidade da equipe” em atuar com o segmento.

Todavia, ampliando as normativas de atendimento descritas na PNAS/SUAS, a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que “aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”, aponta na descrição de dois serviços (média complexidade e alta complexidade) o atendimento de famílias e indivíduos

que vivenciam violações de direitos em decorrência de discriminação por orientação sexual. Porém, parece evidente a necessidade de maior acolhimento desta compreensão ampliada do conceito de família que deveria orientar a atuação dos serviços da política de Assistência Social, como sinaliza um gestor entrevistado: “[...] o conceito de família que está posto hoje dentro da Assistência, independente do mérito – eu não vou entrar nessa questão – é, que... ele não adéqua... assim, a população LGBT não se identifica com esse conceito”.

Por outro lado, também foi destacado por ativistas e gestoras/es entrevistadas/os que a situação de indigência e de abandono de muitos jovens, pessoas adultas e idosas está associada não só ao preconceito e à discriminação social, mas também à homofobia familiar; ou seja, muitas vezes, é a família (ou são os próprios pais) que as expulsa de casa ou torna sua permanência no núcleo doméstico de origem insustentável, como é de conhecimento público e explicitado na fala de um ativista entrevistado:

[...] muitos gays [e lésbicas, travestis e transexuais, acrescentamos] em situação de miserabilidade muito grande, vivendo nas ruas porque foram expulsos pelas famílias, algumas, ou porque saíram do interior e vieram pra capital por causa da questão, de que é difícil viver a sua sexualidade num, numa cidade tão pequena, né?

As dificuldades para a inserção das demandas LGBT nas políticas públicas podem ser verificadas também no âmbito da intersectorialidade, mencionada em várias entrevistas, tanto por gestoras/es quanto por ativistas, as/os quais apontam a necessidade de diálogo entre formuladoras/es e executoras/es de políticas públicas em áreas diversas, priorizando-se o trabalho em rede, o qual deve articular o conjunto das organizações governamentais, não-governamentais e informais, comunidades, profissionais, serviços, programas sociais, setor privado, privilegiando o atendimento integral às necessidades dos segmentos vulnerabilizados socialmente (CARVALHO, 1995). Essa necessidade de atuação em rede inscreve-se no processo de democratização e descentralização das políticas públicas no Brasil, que vem obrigando municípios a abandonar a prática recorrente de atender apenas as urgências sociais próximas da calamidade pública.

Neste contexto, as ações e programas voltados para a população LGBT ainda são muito mais descontínuos, isolados e fragmentados do



que intersetoriais e integrantes de políticas de Estado. Entre as/os ativistas entrevistadas/os, recorrentemente aponta-se a falta de um aparato jurídico, de instância federal, como um dos principais entraves ao efetivo atendimento de demandas da população LGBT, como se observa no trecho a seguir, extraído da fala de um ativista:

[...] fica clara a falta de uma postura firme do Governo Federal. Por exemplo, em sugerir, o que seria facilmente factível, tomar iniciativa de uma mudança legislativa de uma vez por todas, resolver essa situação [relativa a direitos previdenciários]. E eu acho que aí se nota essa falta, eu diria assim, de comprometimento, né?

Outro problema apontado diz respeito à dificuldade de interiorização das ações e programas para além do âmbito das capitais de estados, e grandes cidades, onde há uma militância que pressiona o governo local. Tal realidade é mencionada por uma ativista entrevistada, especificamente quando se reporta ao âmbito da política de trabalho:

[...] a gente tá tendo uma melhora na questão da inclusão do trabalho; a gente não conseguiu fechar nenhum tipo de programa ou projeto específico pra LGBT em questão de capacitação e inclusão, mas é uma meta que a gente já tá articulando. Porém, é, a gente consegue por ser capital; as capitais têm essa tendência de... de uma aceitação no mercado de trabalho mais amplo, mas em nível de estado é bem precário a questão de inclusão de trabalho.

Diante desse cenário geral das políticas públicas para a população LGBT nas áreas de assistência social, previdência social e trabalho, parece-nos relevante lembrar, com base em Ilse Scherer-Warren (1996), que, a partir da década de 1980, com o fim da ditadura militar, os movimentos sociais emergiram com o objetivo de construir um “novo equilíbrio” na correlação de forças entre Estado e sociedade civil. Assim, a Constituição de 1988 estabeleceu uma nova responsabilidade para a sociedade civil: o controle social, por meio da participação da população na elaboração, implementação e fiscalização das políticas sociais. Em grande parte, tal controle tem se dado por meio da participação de representantes da sociedade civil em conselhos gestores, que se constituem nos municípios, nos estados e em âmbito nacional, e são instâncias com representação paritária do governo e da sociedade civil. O controle social é reforçado em seu papel também por

meio da participação de representantes da sociedade civil nas conferências temáticas e setoriais, que, especialmente no Governo Lula, constituíram-se como instâncias deliberativas e espaços democráticos de debate e avaliação das políticas sociais, por oportunizar a participação das/os usuárias/os destas políticas na sua elaboração e avaliação.

Contudo, verifica-se também que a existência destes dois espaços não garante por si só uma ampla e efetiva participação democrática. As leis que possibilitariam efetivo controle social das atribuições do Estado se chocam com a cultura política dominante, reprodutora da lógica neoliberal, do sexismo e da homofobia. Especificamente no âmbito das demandas da população LTGB, nas três áreas que envolvem nossas reflexões neste artigo, houve poucos avanços no sentido da participação de representantes da sociedade civil em seus conselhos gestores. Como se observa neste trecho de entrevista com um ativista, a interlocução com o governo tem ocorrido mais pela insistência do que pela criação de espaços efetivos de diálogo:

[...] a previdência continua sendo um problema ainda. A gente não conseguiu ter alguma coisa, efetivo, mas a gente sempre bate na mesma tecla de ficar fomentando discussão e literalmente, assim, enchendo o saco dos gestores, secretários e tomadores de decisão, pra mostrar a eles a demanda.

Ivanete Boschetti e Sandra Teixeira (s/d), ao avaliarem a atuação dos conselhos de assistência social, afirmam que estes tiveram “atuação tímida no trabalho de mobilização da população” (p. 3), o que dificulta maior participação das/os usuárias/os nos Conselhos e nas Conferências. Se é “tímida” a atuação dos conselhos no âmbito da política dita universal, mais ainda o é quando o que está em questão são os direitos e a cidadania de uma população tida como abjeta, para usar uma expressão de Judith Butler<sup>20</sup>. Especificamente no caso das demandas da população LGBT e da participação de suas/seus representantes nos Conselhos e Conferências de Assistência Social e também de Previdência Social, está-se ainda muito distante de uma situação de reconhecimento da igualdade na esfera pública entre todas as pessoas, independentemente de suas identidades de gênero e orientações sexuais.

O que se constata, ainda, é que a dificuldade de acolhimento das demandas LGBT nas áreas de trabalho, previdência social e assistência social decorre, em grande medida, de uma concepção de política pública

universalista, incapaz de abarcar grupos vulneráveis não-definidos a partir da categoria “classe social” ou excluídos socialmente a partir de fatores diferentes do nível de renda. É certo, nesse contexto, que não apenas há dificuldade e resistência para reconhecer a legitimidade de demandas fundadas na exclusão por orientação sexual, mas também por raça/etnia e geração, entre outras marcas sociais. E quando as políticas públicas contemplam iniciativas que colocam em foco a categoria gênero (BANDEIRA, 2005), acabam por centrá-las na “mulher biológica”, geralmente excluindo, na prática, grupos fortemente estigmatizados e oprimidos, como travestis e transexuais.

Como assinalado em várias entrevistas, talvez seja o momento de se refletir sobre as estratégias de ação do movimento LGBT; ou seja, se faz sentido continuar a canalizar as energias de ativistas para a execução de ações que são de competência do governo – o qual não possui servidoras/es de carreira capacitadas/os e em número suficiente para tal –, ou se a prioridade deveria ser o aprofundamento do controle social e das ações de *advocacy* com vistas a pressionar o Estado a reconhecer incondicionalmente que lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais e gays não são cidadãos de segunda categoria e que devem usufruir dos mesmos direitos assegurados às pessoas que vivem nos limites da norma heterossexual.

Por outro lado, a formulação e a implementação de ações e programas que alcancem a especificidade da população LGBT no contexto de universalidade que caracteriza as políticas públicas pressupõe um compromisso também com o combate ao machismo, ao racismo e à homofobia. O interdito ao usufruto de direitos que ainda atinge a população LGBT e outras, como negras/os, deficientes e mulheres, por exemplo, é justificativa mais que suficiente, urgente, para um debate de largo alcance sobre a aparente contradição que sustenta a tensão entre universalidade e especificidade. Não tematizar a homofobia reinante nos serviços públicos – federal, estadual e municipal – é contribuir para a continuidade de uma série de violências contra os sujeitos não-heterossexuais e para o não-enfrentamento dos ataques sistemáticos ao caráter laico do Estado brasileiro, feitos por grupos religiosos que elegeram a negação dos direitos sexuais e reprodutivos de LGBT e mulheres como motor fundamental de sua ideologia e atuação política, como destacado por várias/os ativistas entrevistadas/os.

Resta-nos o desejo de que a sociedade brasileira consiga ampliar, por meio da ação política cotidiana, as margens de liberdade, dignidade e

autonomia para todas as pessoas, independentemente de orientação sexual e identidade de gênero, num trabalho realizado por ativismos de várias frentes, materializado em atuações individuais e coletivas, no movimento LGBT, no movimento feminista, nas universidades, nos meios de comunicação de massa, nos partidos políticos, nos sindicatos, na gestão pública, nos poderes Legislativo e Judiciário, entre outras. As políticas públicas, neste cenário, sejam elas das esferas do trabalho, da assistência social, da previdência social ou quaisquer outras, seriam apenas mecanismos disponibilizados pelo Estado para favorecer, quando necessário, que as pessoas se sintam livres, seguras e conscientes no exercício de seus direitos e, também, deveres.

---

## Notas

1 Este artigo deriva do relatório dos projetos de pesquisa “Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar” e “Políticas públicas para a população LGBTT: mapeamento de iniciativas exemplares para o estado de Goiás”, realizados, sob a coordenação de Luiz Mello, no âmbito do Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás. Tais projetos foram apoiados financeiramente pela Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República (SDH/PR), e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), respectivamente. Para uma leitura detalhada dos objetivos, justificativa, pressupostos teórico-metodológicos e contexto do trabalho de campo da pesquisa, deve-se consultar o relatório da pesquisa, disponível em [www.sertao.ufg.br/politicaslgbt](http://www.sertao.ufg.br/politicaslgbt).

2 Sobre as análises produzidas a partir desses projetos de pesquisa, ver Mello, Avelar e Maroja (2012) e Mello, Brito e Maroja (2012).

3 Optamos pela utilização do termo *homofobia* por se tratar de categoria êmica, amplamente adotado pelas/os entrevistadas/os em nossa pesquisa, e por ser o mais utilizado pelo movimento LGBT no Brasil e no mundo para caracterizar o ódio e a aversão dirigidos a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (JUNQUEIRA, 2007; e BORILLO, 2001). Contudo, é importante mencionar que o preconceito, a discriminação, a intolerância e o ódio que atingem os diferentes segmentos da população LGBT, representados pelas diferentes letras que compõem a sigla, possuem especificidades próprias. Destaque-se, também, que a adoção do sufixo “fobia” para caracterizar qualquer modalidade de preconceito e discriminação sexual e de gênero parece-nos limitada, já que reforça um discurso biológico e patologizante, quando se sabe que os fundamentos das disputas de poder entre grupos diversos, inclusive sexuais, são claramente de ordem social, política, cultural e econômica.

4 Para uma discussão sobre políticas de saúde para a população LGBT no Brasil, ver Mello, Perilo, Braz e Pedrosa (2011).

5 Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que “dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências”.

6 Aprovada por meio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

7 Enquanto definidor de diretrizes da política de assistência social brasileira, o SUAS vem se materializando por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), que são órgãos públicos estatais, considerados os principais instrumentos da Proteção Social Básica e Especial. Objetivam oferecer serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica, relativos à segurança de rendimento ou autonomia; acolhida; convívio ou vivência familiar e comunitária.

8 Foge aos objetivos deste artigo analisar os impactos do julgamento, em 5 de maio de 2011, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, quando seus ministros reconheceram, por unanimidade, a possibilidade de constituição de união estável por casais de pessoas do mesmo sexo, de maneira análoga ao entendimento jurídico prevalecente para os casais de pessoas de sexos diferentes. Para uma discussão sobre o tema, ver Rios, Golin e Veigas (2011).

9 De 15 a 18 de dezembro de 2011, foi realizada a “II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT – por um país livre da pobreza e da discriminação – promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”.

10 Esse número de propostas na área da saúde evidencia a relação histórica entre o precursor movimento homossexual e o contemporâneo LGBT e os órgãos governamentais vinculados ao enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS. Nos Anais da *I Conferência Nacional LGBT*, pode-se destacar a presença de 41 propostas que referenciam demandas diretas no campo do combate ao HIV/AIDS.

11 Ressalte-se que no *Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional LGBT*, divulgado em julho de 2010 pela SDH, faz-se referência a um total de 166 – e não 180 – ações, sob responsabilidade de 16 diferentes ministérios.

12 Nos termos do próprio Plano Nacional LGBT: “Curto Prazo – para as propostas cuja execução esteja prevista no Orçamento de 2009; Médio Prazo – para as propostas cuja execução esteja contemplada no Orçamento de 2010 e 2011” (BRASIL, 2009).

13 Desde a realização da II Conferência Nacional LGBT, em dezembro de 2011, aguarda-se a aprovação do II Plano Nacional LGBT; até o momento (março de 2013) não divulgado pelo Governo Federal.

14 Registre-se que o Relatório traz apenas o número da ação prevista para determinado ministério, mas não o seu texto literal, seguido de comentário sobre seu estágio de implementação. Tal opção pode às vezes gerar problemas na análise do documento, haja vista que algumas ações referidas no Relatório como de competência de determinado Ministério, no Plano Nacional LGBT (versão divulgada em maio de 2009) são definidas como de competência de outro.

15 Note-se que esta ação é apresentada no Plano Nacional LGBT como de responsabilidade do Ministério da Educação, e não do Ministério do Desenvolvimento Social.

16 No âmbito dos estados contemplados na pesquisa, o Distrito Federal e os estados do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo possuem leis que asseguram a suas/seus servidoras/es públicas/os efetiva paridade de tratamento entre casais formados por pessoas do mesmo sexo e de sexos diferentes (quando não legalmente casadas), enquanto o estado do Piauí possui decreto que assegura o mesmo direito à pensão. Fortaleza, Rio de Janeiro e Teresina são capitais de estados objeto da pesquisa que possuem leis dispendo sobre a matéria, ou seja, direitos previdenciários para as/os servidoras/es públicas/os municipais, enquanto Porto Alegre possui lei e decreto. A partir da decisão do STF mencionada anteriormente, todos os casais de pessoas do mesmo sexo no Brasil passaram a ter direitos conjugais equivalentes aos casais formados por pessoas de sexos diferentes, incluindo o casamento.

17 Programa instituído pela Lei nº. 13.178, de 17 de setembro de 2001, com nova redação dada pela Lei nº 13.689, de 19 de dezembro de 2003, gerenciado pela Supervisão Geral de Qualificação da Secretaria Municipal de *Desenvolvimento Econômico e do Trabalho* (SEMDET), cujo objetivo é atender pessoas acima de 18 anos, em estado de desemprego, estimulando sua reinserção no mercado de trabalho. O POT tem como critérios de inserção: estar desempregado há mais de quatro meses e não receber Seguro Desemprego; ter renda familiar de até ½ salário mínimo per capita (por pessoa); e residir no município de São Paulo há mais de um ano. O benefício varia de R\$357,00 mensais a R\$535,50, dependendo da carga horária de atividade (20/30 horas) – valores de agosto de 2010.

18 O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 7 de maio de 2008, aprovou a Portaria nº 219, que “cria a Comissão de Igualdade de Oportunidades de Gênero, de Raça e Etnia, de Pessoas com Deficiências e de Combate à Discriminação e dá outras providências”.

19 Para uma problematização sobre políticas públicas de educação para população LGBT no Brasil, ver Mello, Freitas, Pedrosa e Brito (2012) e Nardi, Rios e Machado (2012).

20 Em entrevista a Baukje Prins e Irene Costera Meijer (2002), Butler afirma: “o objeto para mim não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (p. 161).

## Referências bibliográficas

BANDEIRA, Lourdes. *Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas*. Secretaria de Políticas para Mulheres: Brasília, 2005.

BOSCHETTI, Ivanete e TEIXEIRA, Sandra Oliveira. *Mobilização e participação social: desafios para a intervenção do assistente social*. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-080.pdf>. Acessado em: 30 de julho de 2010.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Texto Base da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT*. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/2cni/gbt/pages/textobase.html>. Acessado em: 28 de setembro de 2012.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais* (PNPCDH-LGBT). Brasília: SEDH, 2010.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SDH). *Programa Nacional de Direitos Humanos* (PNDH-3). Brasília, 2009a.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT*. Brasília: SEDH, 2009b.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. *Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais* (GLBT). Brasília: SEDH, 2008.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. *Projovem Urbano*. Disponível em: <http://www.projovemurbano.gov.br/site/interna.php?p=materiale&tipo=Conteudos&cod=13>. Acesso em: 21 de agosto de 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação SEDH. *Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual*. Brasília: SEDH, 2004a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social* (PNAS). Brasília: MDS, 2004b.

BORILLO, Daniel. *Homofobia*. Barcelona: Bellaterra, 2001.

CARVALHO, Maria do C. B. de. *Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente*. São Paulo: IEE/PUCSP/CBIA, 1995.

FALEIROS, Vicente. Previdência social: conflitos e consensos. **Ser social**, revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, Brasília, v. 1, n. 1, p. 29-74, jan./jul. 1998.

JUNQUEIRA, Rogério. “Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas”. **Bagoas**: revista de estudos gays – gêneros e sexualidades. Vol.1, n. 1, p. 145-65, Jul.-Dez. 2007.

MELLO, Luiz; PERILO, Marcelo; BRAZ, Camilo; PEDROSA, Cláudio. “Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade”. **Sexualidad, salud y sociedad**, revista latinoamericana, v. 9, p. 7-28, 2011.

MELLO, Luiz; FREITAS, Fátima; PEDROSA, Cláudio; BRITO, Walderes. “Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil”. **Bagoas**: revista de Estudos Gays, v. 7, p. 99-122, 2012.

MELLO, Luiz; AVELAR, REZENDE BRUNO de; MAROJA, Daniela . “Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil”. **Sociedade e Estado**, v. 27, p. 289-312, 2012.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. “Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades”. **Cadernos Pagu**, v. 39, p. 403-29, 2012.

NARDI, Henrique Caetano; RIOS, Roger Raupp; MACHADO, Paula Sandrine. “Diversidade sexual: políticas públicas e igualdade de direitos”. *Athenea Digital*, 12(3), 255-266, 2012. Disponível em: <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view / Nard>. Acesso em: 14.12.2012.

PEREIRA, Potyara. A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2007.

POCHMANN, Márcio. *Outra cidade é possível: alternativas de incluso social em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 2003.

PRINS, Baukje and MEIJER, Irene Costera. “Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler”. **Rev. Estud. Fem.**, Jan 2002, vol. 10, nº. 1, p.155-67.

RIOS, Roger Raupp; GOLIN, Celio; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo (orgs.). *Homossexualidade e direitos sexuais: reflexões a partir da decisão do STF*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1996.

## Resumo

Apresentam-se neste texto reflexões acerca das políticas públicas de assistência social, previdência social e trabalho, em seus três níveis de atuação - federal, estadual e municipal -, a partir dos dados coletados nas pesquisas *Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar e Políticas públicas para a população LGBT: mapeamento de iniciativas exemplares para o estado de Goiás*. Analisam-se as ações voltadas à promoção da cidadania LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e ao combate à homofobia, a partir de documentos, resoluções e programas federais e de 95 entrevistas realizadas com ativistas e gestores/as de políticas públicas. Constatou-se que os entraves no acolhimento às demandas LGBT nas áreas de trabalho, previdência social e assistência social têm se dado, em grande medida, pela presença de uma concepção de política pública universalista, focalizada e familista, que limita o abarcamento de grupos vulneráveis não



restritos às condicionalidades do nível de renda e ao mesmo tempo reitera as hierarquias sexuais e de gênero.

**Palavras-chave:** políticas públicas, previdência social, assistência social, trabalho, LGBT.

### **Abstract**

This text presents reflections concerning the public policies on welfare, social security and labor at three governmental levels - federal, state and local -, drawn from the data collected in the research *Public Policies for LGBT people in Brazil: critical preliminary mapping* and *Public policies for LGBT people: mapping exemplary initiatives for the state of Goiás*. It analyzes the actions of promotion to LGBT (lesbian, gay, bisexual and transgender) citizenship and against homophobia. The two researches covered several empirical resources such as documents, resolutions and federal programs, and 95 interviews with activists and managers of the public policies. It was found that the barriers to host LGBT demands in the areas of labor, social security and welfare, has been given to a large extent by the presence of a universalistic conception of public policy as focalized and *familist*, which limits the embracement of vulnerable groups not restricted to the conditionalities of income level and at the same time reiterates the sexual and gender hierarchies.

**Keywords:** public policies, social security, welfare, labor, LGBT.

Recebido para publicação em fevereiro/2013.

Aceito em maio/2013.

# POLÍTICAS SEXUAIS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO BRASIL: SITUANDO ESTUDOS SOBRE SEXUALIDADE E SUAS CONEXÕES<sup>1</sup>

**Regina Facchini\***  
**Marcelo Daniliauskas\*\***  
**Ana Cláudia Pilon\*\*\***

As últimas décadas assistiram a um crescimento da preocupação com questões relacionadas a gênero e a sexualidade, abrangendo não apenas o campo das políticas públicas e dos movimentos sociais como também o âmbito acadêmico (AQUINO *et al*, 2002; VANCE, 1995; PISCITELLI *et al*, 2004). Este artigo busca recuperar um pouco dessa trajetória, especialmente no que diz respeito aos estudos envolvendo gênero e sexualidade, sem deixar, porém, de traçar as conexões com o contexto político mais amplo em que tais estudos se inserem<sup>2</sup>.

No âmbito internacional, temos como marco a declaração do ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Os anos 1990 caracterizaram-se pela legitimação das temáticas de gênero e de sexualidade nos fóruns internacionais promovidos pela ONU. O processo de construção e legitimação da noção de “direitos sexuais”<sup>3</sup>, iniciado na primeira metade dessa década, cumpre um importante papel na inserção da sexualidade na agenda política internacional.

No cenário nacional, os canais de interlocução entre Estado e movimentos de mulheres e feministas, bem como as primeiras políticas focalizadas para mulheres surgem a partir do início dos anos 1980, aprofundando-

---

\* Doutora em Ciências Sociais. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Antropologia Social, todos da UNICAMP. Contato: re.facchini@gmail.com.

\*\* Doutorando em Sociologia da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Contato: [marcelod@usp.br](mailto:marcelod@usp.br).

\*\*\* Estudante de graduação em Ciências Sociais e bolsista do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, apoiada pelo SAE/UNICAMP. Contato: [anaclaudia\\_pilon@yahoo.com.br](mailto:anaclaudia_pilon@yahoo.com.br).

se um processo de participação do movimento social na formulação, na implementação e no controle de políticas públicas<sup>4</sup> (FARAH, 2004). Processos igualmente complexos, envolvendo uma gama diversa de atores políticos em âmbitos nacional e internacional, desenvolveram-se em relação a outros sujeitos políticos ou *segmentos populacionais* a partir dos anos 1990. Assim, vemos surgir na agenda política brasileira as primeiras referências ao que, no início deste século, seriam as *ações afirmativas* com foco na redução das desigualdades de gênero, no combate ao racismo e à homofobia e nas políticas de juventude.

Além da agenda política internacional e da pressão dos movimentos sociais, outras mudanças sociais, demográficas e epidemiológicas estão relacionadas ao maior interesse por questões associadas a gênero e sexualidade no contexto brasileiro das últimas décadas (AQUINO *et al*, 2002). Nessa direção, assuntos como a queda da taxa de fecundidade, o crescimento da população idosa e a epidemia do HIV/AIDS têm tido um impacto fundamental. Num primeiro momento, o interesse por essas temáticas se volta basicamente para itens relacionados à saúde, no caso de LGBT, e ao combate à violência, no caso das mulheres. No entanto, aos poucos vão sendo incorporadas outras dimensões dos direitos humanos, o que é fundamental para o tema tratado aqui.

O objetivo deste artigo é situar contextos e atores sociais que permeiam a trajetória dos estudos relacionados à sexualidade no Brasil, traçando conexões com processos políticos e sociais mais abrangentes, especialmente no que concerne às dinâmicas do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e às políticas a ele direcionadas, destacando suas conexões com os estudos sobre mulheres, gênero e feminismos. O texto está dividido em duas partes. Na primeira, procuramos delinear o contexto político relacionado ao movimento LGBT e suas conexões, em especial as que dizem respeito ao Estado e a atores ligados à produção de conhecimento científico. Na segunda, buscamos: 1) situar os estudos de sexualidade a partir de um olhar para seu desenvolvimento em âmbito internacional, com foco, sobretudo, na relação entre tais estudos e aqueles direcionados a mulheres, gênero e feminismos; 2) lançar um olhar, ainda preliminar, para os estudos que tematizam sexualidade no Brasil, procurando situar atores e estratégias formativas relevantes, indicando a importância de uma análise mais fina e nuançada da diversidade regional e disciplinar e das conexões que atuam na produção de tais estudos em âmbito nacional.

## Movimento LGBT e produção de conhecimento em âmbito acadêmico

O que, nos dias de hoje, convencionou-se chamar de movimento LGBT – o movimento político em torno dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – tem seu início no Brasil, tal qual assinalado pela literatura, no final da década de 1970, com a criação do grupo *Somos de São Paulo* (MACRAE, 1990; SIMÕES; FACCHINI, 2009). Desde então, o movimento LGBT vem percorrendo uma trajetória bastante peculiar. Enquanto boa parte dos movimentos sociais que foram mais visíveis nos anos 1980 experimenta um processo de “crise”, o movimento LGBT não apenas tem crescido em quantidade de organizações ativistas e diversificado os formatos institucionais, como tem ampliado sua visibilidade, sua rede de alianças e espaços de participação social.

### a) Delineando um contexto político: o movimento LGBT e suas conexões

A ampliação da visibilidade social das homossexualidades no Brasil se dá, num primeiro momento, em meados dos anos 1980, por ocasião da epidemia do HIV/AIDS. A partir da emergência de uma “resposta coletiva” à epidemia – que envolve, em grande medida, ativistas dos primeiros grupos homossexuais –, se constituem as primeiras políticas públicas brasileiras a se voltarem para *homens que fazem sexo com homens* (HSH), no início dos anos 1990. Nesse mesmo período, observa-se um crescimento e o espraiamento pelo país do movimento hoje conhecido como LGBT. Desde meados dos anos 1990, tal visibilidade tem se dado basicamente pelo debate público em torno de candidaturas e projetos de lei; pela adoção da estratégia da *visibilidade massiva* através da organização das Paradas do Orgulho LGBT; e, pela incorporação do tema de um modo mais “positivo” pela grande mídia, seja pela inserção de personagens em novelas ou de matérias em jornais ou revistas que, aos poucos, passam a incorporar LGBT como sujeitos políticos que demandam direitos (FACCHINI, 2005; SIMÕES; FACCHINI, 2009; FRANÇA, 2006 e 2007).

A *incidência política* e a *visibilidade massiva* têm sido as principais estratégias utilizadas por esse movimento nos últimos anos. Tais estratégias têm produzido muitos avanços, inclusive na arena estatal. No âmbito do Executivo federal, por exemplo, há conquistas representadas pela elaboração e pela implementação do programa *Brasil Sem Homofobia* (BSH), em 2004, por seus desdobramentos decorrentes da realização de Conferências Nacionais

LGBT, em 2008 e 2011, bem como pela elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Plano Nacional LGBT) em 2009. No entanto, conforme recentes estudos sobre políticas públicas voltadas para LGBT, a ausência de suporte legislativo a tais avanços tende a fragilizá-los (MELLO *et al.*, 2012a, 2012b), o que efetivamente se nota a partir da campanha eleitoral para a Presidência da República, em 2010 e na gestão seguinte.

No âmbito do Judiciário, as conquistas têm se dado, principalmente, no campo do reconhecimento dos direitos relativos a uniões estáveis – a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorrida em maio de 2011, consolidou definitivamente a interpretação jurídica que há alguns anos já vinha sendo adotada pelo Superior Tribunal de Justiça e por outros Tribunais – e vêm possibilitando, cada vez mais, a multiplicação de decisões judiciais locais reconhecedoras dos direitos ao casamento e à adoção.

O Poder Legislativo, no entanto, não apresenta avanços proporcionais. Se as demandas do movimento LGBT encontram certa porosidade nos círculos centrais do Executivo e do Judiciário<sup>5</sup>, a composição do Legislativo federal se mostra refratária aos projetos de lei apresentados por parlamentares que apoiam tais demandas. Apenas a título de ilustração: o primeiro projeto referente ao reconhecimento de uniões entre pessoas do mesmo sexo foi proposto em 1995 – 16 anos antes da decisão do STF –, pela então Deputada Federal Marta Suplicy, e nunca chegou à votação<sup>6</sup>; o Projeto de Lei 122 (PL 122), da Câmara, que pretendia, em seu texto original, equiparar a homofobia ao racismo, circula desde o ano de 2006 entre as casas do Congresso e também não encontra apoio suficiente para ser votado e aprovado.

Se o aumento da visibilidade aos poucos atraiu a atenção de setores conservadores da sociedade brasileira<sup>7</sup>, ele conviveu, no interior do movimento, com um processo de afirmação de *especificidades* e complexificação do sujeito político e de especificação das áreas de atuação das organizações. Atualmente, há grupos que atuam particularmente com adolescentes LGBT ou com seus familiares ou, ainda, com famílias LGBT, por exemplo. Essa especificação de áreas de atividades não parece implicar conflitos entre as organizações. O mesmo não se pode dizer a respeito do processo de afirmação de *especificidades* e de complexificação do sujeito político, que toca mais diretamente em questões centrais como *representatividade* e busca por reconhecimento (FACCHINI, 2009).

O aumento e a diversificação dos grupos, a complexificação de seu sujeito político e a ampliação da rede de relações do movimento são mudanças fundamentais para situar qualquer reflexão que se faça sobre o movimento contemporâneo, bem como a crítica ao *vitimismo* como estratégia política e a emergência e difusão de propostas de *visibilidade positiva* de LGBT. As relações com atores como o mercado e o Estado têm recebido, nos últimos anos, maior atenção e sua análise cuidadosa tem se mostrado indispensável a uma compreensão mais abrangente dos processos relacionados ao movimento<sup>8</sup>. Outras relações, como a estabelecida com partidos políticos, outros movimentos sociais e as universidades, ainda têm sido tratadas pontualmente e demandam maiores esforços de investigação.

Embora o processo de institucionalização das organizações e entidades do movimento LGBT e a ênfase em estratégias de *incidência política* ou *advocacy* apresentem desafios para a relação com sua “base” (FACCHINI, 2009), no que tange à produção de conhecimento científico, a relação vem se alterando, positivamente, desde o surgimento do movimento.

## **b) O movimento LGBT e “a academia”: tensões e mudanças**

No período do surgimento do movimento hoje chamado de LGBT no Brasil, havia grande desconfiança com relação aos discursos produzidos fora do círculo ativista (MACRAE, 1990). Apesar de a universidade ser um espaço que poderia permitir o encontro de ativistas – tendo presenciado a primeira aparição mais visível do grupo *Somos*, no famoso debate promovido pela revista *Versus*, em 1980, na Universidade de São Paulo (USP), e tendo sido lugar, a partir da Faculdade de Filosofia, na mesma universidade, da organização de um grupo ativista, o *Eros* –, as relações entre ativismo e espaços e/ou atores do meio acadêmico eram tensas no período (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Sobre o grupo *Eros*, por exemplo, recaíam acusações de que fosse demasiado *acadêmico e elitista*. A ênfase “comunitarista” e antiautoritária do período, bem como o fato de a homossexualidade ser ainda classificada como patologia pelas associações científicas relacionadas à área da saúde nesse momento, certamente têm muito a dizer sobre o caráter tenso dessa relação.

Na primeira metade dos anos 1980, vários pesquisadores e professores foram chamados a se pronunciar e a colaborar durante a campanha, liderada pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), que procurava retirar a homossexualidade

do código de doenças do então chamado INAMPS (MACRAE, 1990). Essa campanha teve como uma de suas estratégias a aprovação de moções contra a patologização e/ou discriminação de homossexuais. O GGB, na pessoa de Luiz Mott, propôs e obteve a aprovação de moções apresentadas na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e na Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) (MOTT, 2011).

Com a eclosão da epidemia do HIV/AIDS, nota-se a adoção de um padrão ambíguo de relação, que se mantém, guardadas as devidas proporções, nos dias atuais: a produção de conhecimento científico é evocada em razão de seu potencial de legitimação das demandas do movimento e de sua capacidade de subsidiar a elaboração, a implementação e a avaliação de políticas públicas; mas permanece certa desconfiança, visto que, produzido a partir de outras referências, esse conhecimento acadêmico pode também conflitar com as estratégias ativistas, seja de modo pontual ou mais significativo.

Apesar da proposta de organização de grupos voltados para a questão das (homo)sexualidades em universidades não ser uma novidade no Brasil, os anos 2000 assistem ao surgimento e à capilarização de um movimento pró-diversidade sexual organizado por estudantes em suas universidades. Após ato contra a homofobia nos fóruns do Movimento Estudantil realizado no Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (CONUNE), em abril de 2003, surge a ideia de um encontro nacional para lidar com o tema. Em setembro do mesmo ano, ocorria em São Paulo o 1º Pré-Encontro GLBTT Universitário e, em novembro, acontecia em Belo Horizonte o 1º Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual, o ENUDS (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 169).

Nascido na intersecção entre movimento estudantil, movimento por direitos sexuais e outros movimentos contra as *opressões*, o ENUDS já conta com nove edições, realizadas entre 2003 e 2012, marcando presença em diversas regiões e cidades, como Recife, Niterói, Vitória, Goiânia, Belém, Campinas e Salvador. Além da articulação com o movimento estudantil e do desenvolvimento de atividades de combate à homofobia, para o espaço universitário e a extensão universitária, o ENUDS tem se caracterizado principalmente pelo incentivo à própria capilarização do movimento, com o fomento à organização de grupos de diversidade sexual nas universidades.

Um exemplo dos efeitos locais dessa organização na produção acadêmica sobre o tema foi recentemente registrado na dissertação de mestrado de Milton Ribeiro da Silva Filho (2012), quando, a fim de situar sua pesquisa na produção local, mapeou trabalhos acadêmicos sobre (homo)sexualidade na região metropolitana de Belém: entre as onze monografias de graduação sobre o tema defendidas na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA), entre 1989 e 2010, nove o foram a partir de 2000, sendo que quatro delas eram de autoria de integrantes do Grupo Orquídeas<sup>9</sup> e datavam de 2010. Numa das notas do trabalho, Silva Filho (2012, p. 37, nota 24) revela uma das tensões presentes na relação entre os grupos universitários de diversidade sexual e o movimento LGBT mais tradicional: apesar de atuar em parcerias mais ou menos pontuais com as organizações do movimento LGBT local, o Orquídeas não se considera filiado a ele, por *não ser uma ONG*. Essa tensão se refere especialmente às estratégias de atuação no combate à discriminação e à violência (designada como *homofóbica, homo/lesboltransfóbica, heterossexista* ou *heteronormativa* por diferentes atores em diferentes contextos), e às diferentes formas de constituir o sujeito político do movimento.

Em tese sobre a agenda anti-homofobia nas políticas brasileiras de educação no período de 2003-10, Felipe Fernandes (2011) focaliza diferentes tensões que encontrou no intervalo de tempo estudado. Uma delas é a que toma as polaridades *identitárias* por oposição a *queers*, na qual a maior parte dos ativistas LGBT estaria alocada na primeira polaridade e *acadêmicos* ou ativistas do movimento universitário por diversidade sexual, na segunda. Nesse caso, vale a pena ressaltar, contribuindo com a análise do autor, que as relações entre universidade e movimento LGBT historicamente têm se constituído a partir de uma equação que não raramente toma a universidade como um bloco homogêneo – *a academia* – e, mais recentemente, tende a associar a *academia* ao uso de *teoria queer* (vertente dos estudos em gênero e sexualidade muito em voga no período, cuja utilização tem se dado a partir de interpretações bastante variadas).

Tal tensão, no entanto, parece-nos envolver a disputa pelo reconhecimento do saber e da competência para tratar de questões alusivas ao conhecimento sobre a *comunidade LGBT*. Na compreensão desse embate associam-se três fatos: 1) o surgimento, no mesmo período, das primeiras políticas públicas para LGBT, para além das políticas de prevenção ao HIV/AIDS; 2) a



ampliação do espaço de participação para a sociedade civil em processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas que marca o período pós-redemocratização, incluindo tanto o movimento social quanto a universidade; e 3) o crescimento da quantidade de pesquisadores, bem como a sua maior participação em fóruns que debatem políticas públicas, como conferências e conselhos. Desse modo, acreditamos ser mais rentável pensar que a disputa nesse caso não é apenas **por** eventuais recursos (bastante reduzidos, aliás) advindos de tais políticas, mas **entre** projetos construídos, a partir de diferentes lugares e perspectivas, por sujeitos que se identificam com a *causa* e desejam ter possibilidade de intervir nas políticas. Note-se que não se trata de uma polarização simples entre um “projeto acadêmico” e um “projeto ativista”, mas de vários projetos coexistentes e que podem implicar alianças contingentes e mais ou menos pontuais entre integrantes do movimento social e pesquisadores. Por outro lado, todo esse processo implica também tensões no interior tanto do campo acadêmico quanto do campo ativista, se é que é possível separá-los tão nitidamente, envolvendo os múltiplos e muitas vezes transitórios lugares de ativista, professor, pesquisador e estudante.

### **c) A produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade na agenda política nacional**

Apesar das tensões pontuadas, até aqui, entre movimento, universidade e no interior de cada um desses campos, os desenvolvimentos recentes da agenda política nacional, no que diz respeito às demandas de movimentos sociais no âmbito dos direitos para mulheres e para LGBT, parecem, de fato, estimular mudanças significativas nessa relação. Tais desenvolvimentos se fazem acompanhar da colocação em pauta da necessidade de produção de conhecimento, em especial quanto aos direitos de LGBT (área temática em que o volume de produção e a difusão de conhecimento são menores e que se constitui a partir de uma rede mais difusa e menos institucionalizada em comparação aos estudos de gênero) (FACCHINI, 2005 e 2009; DANILIAUSKAS, 2011). Demandas por produção e difusão de conhecimento têm marcado presença em documentos de referência para políticas públicas em âmbito nacional, elaborados a partir de processos participativos como as Conferências Nacionais dos Direitos das Mulheres, as Conferências Nacionais de Políticas para LGBT e as Conferências Nacionais de Direitos Humanos (DANILIAUSKAS, 2011).

É importante destacar que esses documentos de referência não são meros textos, mas frutos de um complexo processo participativo, por meio de conferências realizadas em instâncias municipais, estaduais e nacionais, nas quais foi aprovada uma diversidade de propostas elaboradas por representantes de movimentos sociais, universidades, sindicatos, profissionais de diferentes áreas e gestores públicos, entre outros. Os programas e planos não somente apresentam o que se espera das universidades com relação às temáticas de gênero e sexualidade: integrantes da comunidade acadêmica (em geral professores, pesquisadores ou estudantes) tiveram oportunidade de participar do processo de formulação de propostas de políticas e de contribuir na definição de seu grau de implicação na implementação das mesmas. Essa possibilidade de participação cresce de acordo com a amplitude do próprio processo participativo implicado na elaboração das propostas contidas nos programas e planos. A redação final dos mesmos passou, ainda, por um crivo do Estado, na pactuação com seus ministérios e secretarias, ao elencar quais são as ações prioritárias, seus prazos de implementação e os órgãos e atores envolvidos em sua execução, acompanhamento e avaliação.

Vale salientar que tanto os programas de direitos humanos quanto os planos nacionais de políticas para as mulheres foram aprovados por meio de decretos. O mesmo não ocorreu com o programa *Brasil Sem Homofobia* nem com Plano Nacional LGBT, que foram apenas publicados e divulgados pelo Governo Federal. A ausência do decreto denota cautela política em endossar tais documentos, tornando-os relativamente mais frágeis, tanto política quanto institucionalmente.

A partir deste último dado, pode-se refletir sobre variações no nível de respaldo político, mas também social e acadêmico, entre as temáticas de direitos humanos, gênero e sexualidade: há um grau maior de simpatia pública por temas como direitos humanos, de forma genérica, e promoção da igualdade das mulheres em relação aos homens, ao passo em que a sexualidade, apesar de significativos avanços nas últimas décadas, figura como um tema tabu em muitos aspectos. Ainda assim, dentro dessas grandes áreas temáticas, podemos pensar em pautas ou subtemas que são mais ou menos incentivados a serem debatidos ou pesquisados. Se o tema for “direitos humanos”, há amplo respaldo, quando se trata de direitos relativos a crianças e idosos, por exemplo. O mesmo não acontece se nos voltarmos para os direitos das pessoas privadas de liberdade. No caso das mulheres, se, por um lado, foi

recentemente aprovada lei que garante rendimentos iguais entre homens e mulheres exercendo o mesmo cargo e com o mesmo grau de escolaridade, por outro lado, o aborto ainda é um tema bastante polêmico e pouco presente na agenda política. Apesar de a sexualidade ser assunto publicamente delicado, há forte demanda em relação à realização de estudos e políticas para a prevenção de DST e HIV/AIDS, bem como da gravidez na adolescência, enquanto que assuntos relacionados à pluralidade de expressões e vivências da sexualidade ainda são controversos, em âmbitos político, social e até acadêmico.

Uma análise, ainda preliminar, de demandas por produção e difusão de conhecimento científico em planos nacionais de políticas para as mulheres (BRASIL, 2004a e 2008), LGBT (BRASIL, 2004b e 2009) e direitos humanos (BRASIL, 1996, 2002 e 2010) indica: 1) maior especificação e ampliação de demandas em relação ao ensino superior; 2) ampliação da participação da universidade nas diferentes etapas da política pública; 3) refinamento do recorte das pesquisas demandadas; 4) mudança no modo de conceber o incentivo à realização de pesquisas; 5) diferenças no tipo de demanda de pesquisa em relação aos planos de políticas para as mulheres e LGBT.

No que se refere às demandas dirigidas ao ensino superior, ao observarmos os planos de direitos humanos (BRASIL, 1996, 2002 e 2010), nota-se que inicialmente há maior ênfase na formação de profissionais da educação e criação de disciplinas para questões de direitos humanos, gênero e sexualidade no campo do ensino básico. Apesar de referências à graduação já estarem presentes nos primeiros planos, é perceptível uma ampliação e um refinamento, ao longo do período de pouco mais de uma década, de demandas pela inclusão desses temas em diretrizes curriculares, disciplinas e programas do ensino superior, incluindo a criação de cursos específicos na pós-graduação e cursos de extensão.

Em relação à participação da universidade nas diferentes etapas da política pública, nota-se que, em um primeiro momento, as ações previstas indicam a necessidade de estudos e pesquisas *sobre a realidade*, o *mapeamento* ou *diagnósticos* de determinados grupos para subsidiar o desenho de políticas públicas. Ao longo do tempo, as universidades passam a desempenhar um papel não só de fornecer conhecimentos, mas são chamadas a participar do próprio “traçado” de planos e projetos. Papel esse que vai se estendendo à implementação, ao acompanhamento e à criação de indicadores e avaliações de políticas.

As pesquisas demandadas concentram-se inicialmente na produção de conhecimento sobre determinados *segmentos* e depois se voltam para *recortes* mais específicos. Desse modo, passa-se de ações que demandam pesquisa sobre a violência ou discriminação contra mulheres ou LGBT, de forma ampla, para *temas* mais particulares: pesquisas sobre a situação da saúde reprodutiva de mulheres vivendo com HIV; gravidez na adolescência, entre jovens de 10 a 15 anos; dados sobre LGBT jovens ou idosos em situação de rua; elaboração de indicadores para políticas para mulheres em áreas rurais; ou, indicadores para o monitoramento de políticas contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

Ocorrem também mudanças na consideração do fomento à pesquisa. Inicialmente há ênfase na pesquisa como produto final das ações previstas. Nos planos mais recentes, entretanto, passam-se a considerar também os meios, ou seja, o fomento e o fortalecimento dos núcleos de pesquisa temáticos, bem como o incentivo à criação de novos núcleos.

Ao se comparar o tipo de demanda de pesquisa entre os planos de políticas para as mulheres e para LGBT, nota-se que em relação às políticas para mulheres há um maior deslocamento da produção de conhecimento da *realidade de mulheres* ou de uma situação de *vulnerabilidade* mais geral para a atuação no monitoramento das políticas implementadas ou em fase de implementação. No primeiro PNPM (BRASIL, 2004a), as demandas de estudos e pesquisas estão em um eixo considerado prioritário e, em sua segunda edição (BRASIL, 2008), as pesquisas encontram-se no eixo de gestão e monitoramento do plano, com ações como *realizar pesquisa sobre a caracterização das mulheres no Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária* (PRONERA) (BRASIL, 2008).

Em relação a LGBT (BRASIL, 2004b e 2009), contudo, ainda há forte demanda pela atuação num diagnóstico bastante preliminar, cujo foco é o conhecimento da *realidade* dessa *população*. Mesmo quando há referência a *recortes* específicos, eles parecem menos precisos, denotando a necessidade de intervenção em uma realidade que se sabe problemática, mas sobre a qual há pouca informação mais sistematizada, e também poucas políticas específicas; enfim, parece não haver conhecimento sobre o grau de alcance obtido a partir de políticas de caráter mais universal existentes. Vejamos um exemplo de ação que explicita este último ponto:

(...) promover a articulação e a parceria entre o poder público, sociedade civil organizada, institutos de pesquisa e universidades visando a estabelecer estratégias específicas e instrumentos técnicos que possam mapear a condição socioeconômica da população LGBT, com o objetivo de monitorar o combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, com indicadores de resultados a serem estabelecidos (BRASIL, 2009).

Os documentos analisados, como cristalizações de relações entre múltiplos atores presentes no campo político dos movimentos LGBT, feminista e por direitos humanos, indicam a importância que questões relacionadas à produção de conhecimento possuem no que diz respeito à promoção e garantia da igualdade de gênero e dos direitos de LGBT. As mudanças observadas indicam também um crescimento do reconhecimento dessa importância e sinalizam um aumento da participação e/ou envolvimento de atores relacionados à produção do conhecimento nesse campo político, seja pelo refinamento das demandas, seja pela especificação do vocabulário para se referir ao objeto das ações envolvendo produção e difusão de conhecimento.

No que diz respeito às diferenças encontradas nos documentos relativos a direitos de mulheres e de LGBT, elas não apenas refletem os diferentes graus de reconhecimento dessas duas *populações* e o caráter bastante recente da entrada de LGBT na agenda política brasileira, como também possivelmente remetem a diferentes níveis de desenvolvimento e de estabelecimento e difusão dos estudos relativos a mulheres, gênero e feminismos e dos estudos acerca das (homo)sexualidades no Brasil.

### **Os estudos de sexualidade e suas conexões**

Ressalte-se que os processos políticos e sociais brevemente descritos nos itens anteriores são importantes para compreendermos o contexto em que se inserem e constituem os estudos sobre sexualidade no Brasil. A exemplo do que ocorre com os estudos sobre mulheres, gênero e feminismos, a atuação do movimento LGBT e todo o cenário que o acompanha têm influência decisiva no modo como se configuram os estudos (CORRÊA, 2001; GROSSI, 2010, SCAVONE, 2011). Ao mesmo tempo, vale enfatizar não apenas tais similaridades entre estudos de gênero e de sexualidade, mas também a aproximação entre ambos. Como veremos, a seguir, há certa ambiguidade neste texto quando nos referimos a um ou mais campos de estudos envolvendo

gênero e/ou sexualidade no Brasil; no entanto, observe-se que não se trata de simples confusão na escrita deste artigo. Estamos lidando aqui com um imbricamento característico desses estudos no Brasil. Preferimos explicitar isso e manter a ambiguidade a construir separações artificiais e precipitadas.

### **a) Estudos de gênero e sexualidade no âmbito internacional**

No âmbito internacional, os efeitos da crítica ao essencialismo e ao viés androcêntrico das ciências iniciada na “segunda onda” do feminismo, nos anos 1970, foram potencializados pela passagem dos estudos sobre “a mulher” para os estudos que tomam gênero<sup>10</sup> como categoria de análise, nos anos 1980 (MOORE, 1996). Tais estudos questionaram o caráter universal, homogêneo e a semelhança transcultural atribuídos à categoria “a mulher” (MOORE, 1996), tomando gênero como forma de conhecimento cultural das diferenças sexuais, ou seja, conhecimento que se volta não para homens e mulheres, mas para os significados e valores histórica e culturalmente associados a masculino e a feminino (SCOTT, 1995).

A década de 1990 assistiu à consolidação desse campo de estudos em âmbito internacional e ao surgimento de perspectivas pós-estruturalistas, marcadas pelo questionamento de essencializações e de dualismos, denunciando falsas oposições como as que se estabelecem entre corpo/mente, natureza/cultura e real/construído, e as armadilhas presentes em ideias como a de que gênero tomaria por base o dimorfismo sexual (BUTLER, 2003; HARAWAY, 2004; FAUSTO-STERLING, 2002). Tais perspectivas passam a conviver com a diversidade de abordagens teóricas que marca esse campo de estudos – que, assim como os diversos feminismos, é melhor compreendido quando reconhecemos sua pluralidade interna (BUTLER, 1998). Data também dos anos 1990 a maior ênfase na necessidade de compreender articulações ou intersecções entre gênero e outros marcadores sociais de diferença (HARAWAY, 2004; BRAH, 2006).

Desde meados dos anos 1950, desenvolveram-se também estudos sobre sexualidade nas ciências sociais e na história (LEZNOFF; WESTLEY, 1998; GAGNON, 2006; NEWTON, 1979; WEEKS, 1977, 1981 e 1985; McINTOSH, 1998). Assim como os estudos sobre mulheres, tais estudos pioneiros procuravam romper com o essencialismo e com a perspectiva patologizante por parte da sexologia e da biomedicina, abordando a sexualidade como uma atividade humana que, como qualquer outra, possui aspectos sociais, passíveis de serem estudados (GAGNON, 2006).

Da atuação desses pesquisadores, surge o campo que, desde os anos 1970, tornou-se conhecido como *gay and lesbian studies*. Ainda durante a mesma década, no momento em que o movimento por direitos de homossexuais nos EUA lutava pela “despatologização” da homossexualidade, travava-se um intenso debate entre abordagens essencialistas e construcionistas sociais (que partiam da crítica ao universalismo e à abordagem da sexualidade como uma entidade estável e coesa) (VANCE, 1989; EPSTEIN, 1998). Os anos 1980, por sua vez, são fortemente marcados, nesse campo, pela atuação de pesquisadoras que já traziam um acúmulo de debates feministas e de outras que procuravam introduzir a homossexualidade feminina como tema de estudos. A década de 1990 assiste ao fortalecimento de abordagens desconstrucionistas e pós-estruturalistas, tanto no campo dos estudos feministas e de gênero, quanto nos *gay and lesbian studies*. É também o momento da emergência dos chamados *queer studies*, cuja perspectiva teórica entrelaça marcadores de gênero e de sexualidade.

Desde os anos 1970, notam-se, nos estudos feministas, importantes articulações entre as questões das mulheres e a temática da sexualidade. Tal articulação já marcava as preocupações com a naturalização da heterossexualidade e da relação entre reprodução e gênero, há muito presentes no pensamento feminista (FIRESTONE, 1976; RUBIN, 1975; RICH, 1980; WITTIG, 1993), e os debates que ficaram conhecidos como “guerras sexuais”, envolvendo a disputa entre feministas anti-pornografia e as *pró-sex* (MACKINNON, 1982; RUBIN, 1984; VANCE, 1984; BUTLER, 1997; RUBIN; BUTLER, 2003), mas ganha novos contornos com os *queer studies*.

No que pese não termos conhecimentos mais aprofundados sobre as referidas conexões no caso brasileiro, o impacto dessa trajetória internacional e das diversas vertentes teóricas, assim como reflexões bastante inovadoras para o período em que foram feitas podem ser notados na produção de conhecimento no Brasil (CARRARA; SIMÕES, 2007), embora aqui uma separação entre campos de estudos de gênero e de sexualidade seja bem menos explícita. Mais do que pensar num ambiente científico hostil a ponto de impedir a institucionalização de estudos sobre sexualidade, talvez caiba pensar em convenções e modos de conformação mais específicos aos caminhos que marcaram o desenvolvimento dos estudos de sexualidade no Brasil.

## **b) Articulações entre estudos de gênero e de sexualidade no Brasil**

Publicações recentes (AQUINO *et al.*, 2002; AQUINO, 2006; CORRÊA, 2001; LOPES; PISCITELLI, 2004; GROSSI, 2010; SCAVONE, 2011) indicam os estudos de gênero como um campo científico em consolidação ou recém consolidado no Brasil. Algumas autoras (AQUINO, 2006; PISCITELLI, 2009; GROSSI, 2010) chamam a atenção para suas articulações com a temática da sexualidade, o que pode ser notado numa breve análise das publicações ou dos grupos de trabalho criados nos principais eventos de associações científicas nacionais e em eventos específicos alusivos a gênero.

Num artigo sobre perfil e tendências na produção científica sobre gênero e saúde, Aquino (2006: 122) relata que “esse campo em constituição alimentou-se também dos estudos sobre sexualidade cuja legitimação foi favorecida pela necessidade de enfrentar a pandemia da Aids”. Na área de educação, no entanto, o impacto da epidemia parece ter sido outro: foi em educação sexual com foco na prevenção da infecção pelo HIV e da “gravidez precoce” que se concentraram até muito recentemente os maiores investimentos no tema sexualidade. Tais desenvolvimentos levaram a uma abordagem em que sexualidade era majoritariamente tratada a partir de uma perspectiva centrada na heterossexualidade, e de modo teoricamente subordinado aos “estudos de gênero”. Essa é uma característica que só recentemente começa a ser questionada, a partir da incorporação da perspectiva dos diretos sexuais.

Embora o campo de estudos sobre *sexualidade, gênero e sexualidade, diversidade sexual* e/ou *queer studies* venha crescendo nas últimas décadas, são poucos os trabalhos que se propõem a acompanhar seu desenvolvimento através do tempo e que se dispõem a realizar uma revisão crítica da literatura produzida. Todavia, a considerável produção acadêmica das últimas décadas tem justificado a publicação de revisões bibliográficas<sup>11</sup>, voltadas especialmente para o período que se inicia na década de 1990, quando é possível registrar, de fato, crescimento e diversificação desses estudos no Brasil.

Desde a década de 1970, nota-se uma autonomização dos estudos sobre sexualidade em relação às preocupações relativas a identidade nacional e projeto de nação que marcaram a inserção inicial do tema no Brasil. É exatamente nesse período que os movimentos feminista e homossexual começam a participar do cenário público brasileiro de modo mais incisivo, ainda no período da ditadura militar (CORRÊA, 2001; SCAVONE, 2011). Tais



estudos parecem nascer, portanto, da imbricação entre movimento feminista, homossexual e a produção na universidade, bem como da articulação entre pesquisadores que se dedicavam a estudos sobre mulheres, feministas e sobre sexualidade. Desde a década de 1960, parte dos trabalhos que se debruçavam sobre as questões relativas às mulheres – e que dariam lugar às discussões sobre gênero nas décadas posteriores – já abordava a sexualidade, em temas como *família, feminismo, saúde, educação sexual, reprodução humana e aborto* (CITELI, 2005).

Entre as décadas de 1970 e 80, uma primeira tendência nos estudos que envolviam a sexualidade era a análise de relações familiares e conjugais e dos valores que permeavam a vida das mulheres, no que concerne à sexualidade, na intersecção entre os temas *mulheres e sexualidade*. Uma segunda tendência se voltava à compreensão do que envolvia as relações entre pessoas do mesmo sexo. De acordo com Citeli (2005), além dos temas aqui citados, cabe mencionar também outros que aparecem de modo recorrente no período, como *saúde da mulher e sexualidade; educação sexual; prostituição e regulação ou controle da sexualidade; e moralidade sexual*.

A partir da década de 1990, os estudos sobre sexualidade se multiplicaram, se sedimentaram e se diversificaram no país e podem ser situados como ganhos em relação à legitimação e ao reconhecimento dos mesmos. É possível perceber uma rápida incorporação de temáticas relacionadas à homossexualidade nas pautas dos centros de pesquisas e universidades brasileiras. A revisão crítica elaborada por Citeli (2005) dá conta de 56 obras publicadas no período de 1970-1989 e de outras 298 publicadas no período de 1990-2002. Esses números são bastante ilustrativos do crescimento desse campo no período. Sílvia Ramos (2005) relata que uma busca na Plataforma Lattes usando as palavras *homoerotismo, homossexualidade, gay, lésbica e queer* resultou em 3.520 trabalhos, associados a 1.420 pesquisadores. Levantamento semelhante, realizado em junho de 2001, havia encontrado 490 trabalhos associados a 212 pesquisadores (RAMOS, 2005).

### **c) O crescimento dos estudos sobre sexualidade: atores e estratégias formativas em ação**

Se há um crescimento dos estudos sobre sexualidade no Brasil, ele não se dá apenas em decorrência das demandas relacionadas à epidemia do HIV

ou à maior visibilidade de LGBT como sujeitos políticos de direitos. Como vimos, a sexualidade esteve, durante os anos 1970, bastante imbricada nos estudos feministas, em abordagens temáticas como família ou violência. Nesse momento, fundações internacionais, a exemplo da Fundação Ford e da Fundação MacArthur, tiveram importante papel no fomento inicial à realização de pesquisas envolvendo a sexualidade e no incentivo a programas de formação de pesquisadores nessa área. Os recursos dessas fundações são fundamentais para as principais estratégias formativas do campo de estudos de gênero e sexualidade.

Desde 1974, há na Fundação Carlos Chagas a atuação de um Coletivo de pesquisas sobre mulheres, que, a partir do Departamento de Pesquisas Educacionais, com o apoio da Fundação Ford, se constituiu como um importante núcleo aglutinador de pesquisadoras e feministas. O primeiro concurso, que oferecia bolsas para pesquisar a situação da mulher no país, foi realizado em âmbito nacional em 1978 e apoiou 108 projetos, sendo posteriormente substituído pelo Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe (PRODIR), com foco na saúde reprodutiva (que, ao longo do tempo, passa a figurar como direitos sexuais e reprodutivos) e apoiado pela Fundação MacArthur (CORRÊA, 2001; AZERÊDO; STOLCKE, 1991).

O Programa de Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, que nasceu em 1996 e contou com doze edições regionalizadas, treinou cerca de 200 pesquisadores de todo o país e concedeu mais de 100 bolsas de pesquisa, sob a organização do Instituto de Medicina Social (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ), do Instituto de Saúde Coletiva (Universidade Federal da Bahia – UFBA), do Núcleo de Estudos de População (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP), da Escola Nacional de Saúde Pública (Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ) e do Instituto de Saúde (Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo – SES-SP), com apoio da Fundação Ford (AQUINO *et al*, 2002).

A partir dos anos 2000, a Fundação MacArthur apoia a realização de concursos no Programa de Apoio a Projetos em Sexualidade e Saúde Reprodutiva (Prosare) sob a liderança da Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) (GROSSI, 2010).

O Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) – projeto de extensão vinculado ao Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que também contou com o apoio da Fundação Ford – foi lançado em 2002, com o objetivo de produzir, organizar e difundir conhecimentos sobre a sexualidade na perspectiva dos direitos humanos, por meio da promoção do diálogo entre a universidade, movimentos sociais e formuladores de políticas públicas na América Latina. Desde então, por meio da promoção de seminários, publicação de livros e de uma revista eletrônica, realização de pesquisas e cursos de formação e manutenção de um portal na *internet*, tem se constituído num dos principais dinamizadores dos estudos sobre sexualidade no Brasil.

No âmbito das agências estatais brasileiras, o Programa Nacional de DST/AIDS, hoje Coordenação Nacional de DST/AIDS, configurou-se como um ator importante no fomento à pesquisa sobre sexualidade. Mais recentemente, agências nacionais e estaduais de fomento à pesquisa também têm, aos poucos, reconhecido essa temática, ao menos na sua intersecção com os estudos de gênero, mais formalmente estabelecidos. Segundo Grossi (2010), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) realizou apenas duas ações de financiamento, ao longo dos cerca de 30 anos de desenvolvimento desse campo de pesquisa no Brasil. Já o CNPq, atendendo a demandas do I PNPM, instituiu desde 2006, em parceria com a Secretaria de Política para Mulheres (SPM) editais de financiamento de pesquisas sobre gênero, mulheres e feminismos e o prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero”, voltado a jovens pesquisadores. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no âmbito das políticas para LGBT, apoiou na segunda metade dos anos 2000 a constituição de núcleos de pesquisa em diversidade sexual e direitos humanos nas universidades públicas. Por outro lado, como vimos, a própria atuação dos movimentos sociais tem criado espaços de interlocução com a universidade, num movimento de mão dupla, e pressionado o Estado no sentido de reconhecer a importância das temáticas relacionadas à diversidade e aos direitos sexuais; do combate ao preconceito e da produção de conhecimento a esse respeito.

Além desses fatores, pode-se dizer também que o aumento de trabalhos na área e a diversificação das abordagens estejam relacionados ao próprio processo de expansão da universidade pública; à criação de programas de pós-graduação e à difusão desses programas pelo Brasil (GROSSI, 2010), bem

como à estruturação de núcleos/grupos e linhas de pesquisa no interior das universidades, num processo em que o crescimento dos estudos sobre gênero e/ou sexualidade incentiva o fortalecimento dos núcleos e vice-versa.

Lucila Scavone (2011) relata que apenas seis dos vinte grupos de pesquisa voltados para mulheres e/ou gênero formados no início dos anos 1980 continuavam em atividade no período em que realizou sua pesquisa. Entre esses, destacamos o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA), criado em 1983; o Núcleo de Estudos de Mulheres e Gênero (NEMGE/USP), criado em 1985; e o Núcleo de Estudos de Gênero (NEG/UFSC), criado em 1984. O NEG deu origem ao Instituto de Estudos de Gênero/IEG, que agrega sete núcleos de pesquisa desta área. O NEIM/UFBA se constitui em um polo acadêmico de estudos de gênero na região Norte/Nordeste, no Brasil e na América Latina, tendo criado, em 2005, o Programa de Pós-Graduação de Estudos Feministas e de Gênero (NEIM/UFBA/CAPES) e, em 2008, o primeiro curso de Graduação de Gênero e Diversidades. Produz, ainda, a coleção de livros *Bahianas*; organiza, desde 1995, anualmente, o *Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero* e passou a publicar, em 2013, a revista *Feminismos*. O Instituto de Estudos de Gênero (IEG), que aglutina uma série de Núcleos sobre Mulher e Gênero da UFSC, teve seu primeiro Núcleo de Estudos de Gênero (NEG) criado em 1984 na área de Literatura. O NEG organiza, desde 1985, o Encontro sobre Mulher e Literatura, que deu origem, no mesmo ano, ao Grupo de Trabalho (GT) Mulher e Literatura na ANPOLL (Associação Nacional Pós-Graduação em Letras e Linguística), que segue em atividade e, em 1994, ao primeiro *Fazendo Gênero* que contou com cerca de 100 participantes. Nas nove edições, o *Fazendo Gênero* cresceu a ponto de em 2010 haver mais de 4.300 trabalhos inscritos; e, a partir de 2000, passou a ser um seminário internacional (SCAVONE, 2011).

Além das iniciativas que surgem com a proposta de pesquisar gênero e/ou sexualidade, há aquelas cuja atuação é mais ampla e nas quais grupos de pesquisa e ações importantes no fomento a estudos de sexualidade ocorreram e seguem se desenvolvendo. Esse é o caso do Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp), cuja atuação tem sido relevante na área desde 1982, com a realização de pesquisas e programas de formação. É também o caso do Instituto de Medicina Social da UERJ, que contou com ações muito significativas no âmbito do combate à epidemia do HIV/AIDS<sup>12</sup> e abriga,

desde 1992, o grupo de pesquisa Gênero, Sexualidade e Saúde, que inclui boa parte dos pesquisadores que criaram o CLAM. É também o caso do Programa de Estudos em Gênero e Saúde – MUSA, criado em 1990 no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA e do Núcleo de Estudos para Prevenção da AIDS (NEPAIDS), com sede no Instituto de Psicologia da USP. Este, desde 1991, articula pesquisadores de universidades de diversos estados, promovendo pesquisas, eventos e programas de treinamento de pesquisadores.

O início dos anos 1990 assiste, ainda, à criação de periódicos específicos do campo de estudos, segundo Miriam Grossi:

Data desse período a criação, na área, de duas publicações acadêmicas que mantêm edição regular e são bem classificadas em diferentes indicadores de qualidade: A *Revista Estudos Feministas*, que recebe substancial apoio da Fundação Ford para sua criação em 1992 e é editada em uma rede nacional cuja liderança está na UFRJ, passando pela UERJ e, posteriormente, sediada na UFSC, a partir de 1999; e *Cadernos Pagu*, que são editados pela segunda geração de pesquisadoras de gênero da Unicamp, reunidas institucionalmente no Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero Pagu [atual Núcleo de Estudos de Gênero Pagu] a partir do início dos anos 1990 (GROSSI, 2010, p. 296).

É importante notar que, como no caso do PAGU/Unicamp, que já nasce a partir de uma segunda geração de pesquisadoras de gênero naquela universidade, a trajetória intelectual e política à qual nos referimos neste artigo é também marcada pela ação de pesquisadores que foram aos poucos construindo possibilidades mais institucionalizadas de atuação. Embora não haja espaço para abordar tal aspecto neste artigo, seus nomes e as referências a seus trabalhos podem ser encontrados nas revisões de literatura e balanços do campo, em parte disponíveis na bibliografia mencionada aqui.

No período que se inicia no ano 2000, assinalam-se: a multiplicação dos grupos de estudos sobre gênero e/ou sexualidade – fenômeno sem precedentes no país –, sua expansão pelas diversas regiões e áreas do conhecimento, o crescimento dos trabalhos apresentados em congressos, como é o caso do *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, e o surgimento da *Associação Brasileira de Estudos da Homocultura* (ABEH), com ênfase nos estudos sobre homossexualidade, que também passa a organizar eventos

nacionais. É também o momento em que se amplia a quantidade de grupos de trabalho em congressos de associações científicas nacionais e em que surgem novos periódicos científicos do campo, como a revista *Gênero*, editada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), desde 2000; a revista *Bagoas: estudos gays, gênero e sexualidades*, editada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), desde 2007; e a revista *Sexualidad, salud y sociedad*, publicação eletrônica trilingue, editada pelo CLAM/IMS/UERJ, desde 2009. O conteúdo de todas essas publicações está atualmente disponível na *internet*, o que facilita e amplia o acesso à produção crescente do campo.

Conforme sublinhou Sérgio Carrara em entrevista para a pesquisa que deu origem a este artigo, “A história dos campos é a história de seus objetos. Até a década de 1960, sexualidade era uma emanção de uma natureza masculina ou feminina, então falar de sexualidade era falar sobre gênero. [...] Posteriormente, houve uma cisão entre prática sexual e gênero” (Carrara, novembro de 2012). Atualmente, vivemos um período em que, ao menos no âmbito acadêmico<sup>13</sup>, houve um “processo de autonomização” da temática “sexualidade” frente aos estudos sobre gênero e saúde. Isso, no entanto, não implica – como também reforça o entrevistado – ausência de um diálogo constante entre tais estudos e entre seus referenciais; aspecto que, aliás, tem marcado os estudos sobre gênero e sobre sexualidade no Brasil, ao menos na produção das Ciências Sociais.

#### **d) Os grupos de pesquisa cadastrados no DGP/CNPq: um olhar sobre a diversidade dos estudos sobre mulheres, gênero e sexualidade no Brasil**

Até aqui, assinalamos a expansão dos estudos sobre mulheres, gênero e sexualidade no Brasil e procuramos indicar, ainda de modo preliminar, a complexa rede de sujeitos e campos sociais e políticos na qual ela tem se dado. No entanto, embora o crescimento numérico impressione, chamamos a atenção para a necessidade de um olhar para a diversidade de tais estudos no país.

Apresentamos, a seguir, alguns resultados de nossa pesquisa no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) do CNPq. Se tais dados nos permitem ter uma visão da diversidade regional e disciplinar da pesquisa sobre mulheres, gênero e sexualidade no Brasil, alguns cuidados devem ser tomados na interpretação desses resultados.

Um primeiro cuidado é considerar que: 1) os grupos acessados não necessariamente se entendem como integrando um campo de estudos relacionado a gênero e/ou sexualidade; 2) muitos deles, inclusive, têm um envolvimento parcial ou mesmo pontual com as temáticas que nos ocupam; e 3) não necessariamente seus pesquisadores circulam pelos principais eventos, grupos de trabalho relacionados ao campo ao qual nos referíamos, ou partilham conjuntos similares de referências teóricas ou políticas. Outro cuidado diz respeito ao fato de que o DGP é uma base de dados, em geral, atualizada com menor frequência em comparação a outras fontes, como a plataforma de currículos Lattes, o que faz com que a qualidade da informação que obtivemos ali seja dependente da exatidão ou da atualização das informações em cada um dos grupos de pesquisa acessados.

Ao final de 2011, era possível localizar 905 grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, do CNPq, nos quais termos como *gênero*, *mulher*, *feminismo*, *masculinidade*, *sexualidade*, *homossexualidade*, *homossexualismo*, *travestismo*, *transexualismo*, *travesti*, *queer*, *sexo*, *orientação sexual* e *educação sexual* estavam presentes seja no nome do grupo, nas linhas de pesquisa ou nas palavras-chave utilizadas, descartados os grupos nos quais gênero dizia respeito a taxonomia biológica ou a gênero literário<sup>14</sup>. Esses grupos correspondem a 1.473 linhas de pesquisa nos quais esses termos estiveram presentes; aí estavam envolvidos 4.203 pesquisadores e 4.784 estudantes. A partir desses resultados é possível apontar alguns aspectos alusivos à maneira como os estudos sobre mulheres, gênero e/ou sexualidade têm se estabelecido no Brasil e indicar alguns caminhos para aprofundar o conhecimento:

1. há, de fato, um processo de ampliação dos estudos envolvendo mulheres, gênero e/ou sexualidade no Brasil: entre os 905 grupos encontrados, 3,5% registram data de formação entre 1978-91; 24% entre 1992-2001 e 72,4% entre 2002-11;
2. há diferentes graus de envolvimento com as temáticas de gênero e/ou sexualidade: 34,2% dos grupos localizados se voltam exclusivamente para tais temáticas; 50,7% têm um envolvimento parcial e 15,1% apenas pontual, restrito a uma única linha de pesquisa entre várias ou a um único projeto;
3. há uma concentração considerável de grupos de pesquisa em universidades públicas (85%) e sua distribuição regional acompanha de perto o modo como estão distribuídos os programas de pós-graduação no Brasil, com

uma maioria de grupos concentrada na região Sudeste (38,7%), seguida pelas regiões Nordeste (27,3%), Sul (18,3%), Centro-Oeste (9,4%) e Norte (6,3%);

4. a distribuição geral dos grupos cadastrados por áreas do conhecimento mostra predomínio das Ciências Humanas (54,7%), da Saúde (23,3%) e Sociais Aplicadas (13,7%), seguidos pelos que estão na área de Letras, Linguística e Artes (7,5%);
5. a maior parte desses grupos (71,6%) trabalha com mulher e/ou gênero sem mencionar especificamente, na descrição do grupo ou na alusão às linhas de pesquisa, interesse mais específico por um trabalho sobre sexualidade;
6. os grupos que trabalham com questões ligadas a sexualidade correspondem a cerca de  $\frac{1}{4}$  do total de 905 grupos cadastrados no DGP/CNPq, sendo que 5,5% trabalha com sexualidade de modo separado de gênero e 22,9% trabalha com gênero e com sexualidade<sup>15</sup>.

Os grupos que fazem referência apenas a termos relacionados a sexualidade concentram-se na grande área das Ciências da Saúde e nas Ciências Humanas, especialmente na Educação e na Psicologia<sup>16</sup>. Em 2/3 desses grupos nota-se uma abordagem da sexualidade mais centrada no indivíduo e no comportamento tomado de modo desconectado dos aspectos simbólicos e socioculturais envolvidos em sua produção. Tal perspectiva foi encontrada especialmente entre grupos que se dedicam a temáticas tais como: epidemiologia relacionada à sexualidade; conhecimentos e práticas relacionados a doenças sexualmente transmissíveis; *sexualidade humana* e psicologia do desenvolvimento; *tendências homossexuais* vistas a partir da neurociência e teorias cognitivas; *influências hormonais que sedimentam a identidade sexual*; *disfunções sexuais*; gravidez na adolescência e sexualidade infantil.

Os grupos que incluem termos que remetem ao trabalho com gênero e com sexualidade estão majoritariamente concentrados na grande área das Ciências Humanas<sup>17</sup>, sendo que predominam (em cerca de 2/3 desses grupos) abordagens mais próximas de perspectivas construcionistas<sup>18</sup>. Tais perspectivas poderiam ser caracterizadas principalmente por uma recusa a “definições de sexualidade extensivas a toda a história e a todas as culturas, sugerindo, ao contrário, que a sexualidade é mediada por fatores históricos e culturais” (VANICE, 1995, p. 16). Mesmo considerando a diversidade de perspectivas



que identificamos nesse conjunto de grupos, parecem ainda fazer sentido os consensos que Vance (1995) atribui ao construcionismo social de modo mais geral: que atos tidos como sexuais não necessariamente têm tal significado, sendo que mesmo atos fisicamente idênticos podem ter diferentes sentidos em contextos históricos ou culturais diversos.

Apesar do crescimento observado entre os estudos sobre mulheres, gênero e/ou sexualidade nas últimas décadas no Brasil, pouco mais de 1/3 (36%) dos grupos analisados possuíam resumos ou ementas que explicitassem a adoção de perspectivas que tomam gênero como categoria de análise (e não como um sinônimo para mulheres) e/ou com sexualidade a partir de uma abordagem que considera os sentidos social e historicamente construídos e as relações sociais e políticas em que se inserem. No que diz respeito à sexualidade, cerca de 40% dos grupos tinha resumos ou ementas que remeteram o olhar desta equipe a perspectivas centradas no indivíduo e no comportamento, sem referências a aspectos simbólicos ou socioculturais. Tais resultados demandam maior investimento no conhecimento desses grupos e pesquisadores, bem como de suas perspectivas. Apesar de seu caráter ainda pouco preciso, se fazem presentes neste artigo apenas para indicar que é parcial<sup>19</sup> o quadro que tecemos nos tópicos anteriores acerca da produção científica que nos ocupa e de suas conexões no Brasil.

### **Considerações finais**

Iniciamos este artigo destacando a necessidade de se produzir um olhar para a trajetória dos estudos de sexualidade no Brasil que estivesse atento aos processos políticos e às conexões relevantes entre pesquisadores e outros atores sociais. Esse caminho nos chamou a atenção para as rápidas transformações na homossexualidade tomada como lugar social, em direção a uma maior visibilidade social e a uma complexificação das relações encetadas e dos atores sociais envolvidos com os direitos sexuais, senão com a criação das condições de possibilidade para a difusão de tal noção no Brasil.

No que diz respeito às conexões, ressaltam-se as relações com os estudos sobre mulheres, gênero e feminismos, assim como o imbricamento com os movimentos feminista e LGBT. Além disso, o impacto da epidemia de HIV/AIDS nesse processo dificilmente poderia ser exagerado, assim como o da expansão da pós-graduação no Brasil, o da ação de fundações filantrópicas internacionais, especialmente a Fundação Ford, e o da ampliação da

participação da *sociedade civil*, aí incluídos os pesquisadores, nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no período pós-redemocratização, em especial na última década.

Os estudos que se voltam para temáticas relacionadas a sexualidade no Brasil, no entanto, estão longe de se restringir a iniciativas caracterizadas pela articulação –marcada por porosidade ou mesmo hibridismo e por tensões – entre ativismo e pesquisa acadêmica e pela presença de pesquisadores em espaços científicos interdisciplinares ou em fóruns que debatem caminhos para a promoção dos direitos humanos de LGBT. O mapa aqui delineado, portanto, está ainda longe de poder orientar nosso olhar para a relação entre políticas sexuais (WEEKS, 1981; CARRARA, 2010) e produção de conhecimento no Brasil.

Nessa direção, enfatizamos mais uma vez a necessidade de realização de estudos sistemáticos, que possibilitem uma análise mais fina da relação entre políticas sexuais e produção do conhecimento científico no Brasil. Parece-nos fundamental, contudo, que tais esforços considerem a multiplicidade de atores envolvidos no âmbito acadêmico, e também fora dele, de modo a “mapear as conexões relevantes sem determinações simplistas” (ROHDEN, 2012: 52).

Finalizamos este artigo, reconhecendo que: 1) pesquisadores comprometidos com os direitos sexuais e a construção da igualdade de gênero, assim como os demais atores aqui mencionados, são apenas parte daqueles que articulam políticas sexuais e produção do conhecimento no Brasil e 2) as “articulações heterogêneas” (ROHDEN, 2012: 55) presentes em tais redes constituem o variado conjunto de valores e convenções que têm disputado o lugar da sexualidade, em especial daquelas que Foucault (1977) assinalou como “periféricas” em relação ao “dispositivo de aliança”, na sociedade brasileira contemporânea.

---

#### Notas

1 Este artigo é fruto do projeto “Gênero e sexualidade na pesquisa e na produção científica brasileira: intersecções, convenções e conexões”, apoiado pelo CNPq via Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA No. 020/2010. A produção do material aqui analisado contou com a colaboração de bolsistas apoiados pelo PIBIC/CNPq/UNICAMP e pelo SAE/UNICAMP: Rubens Mascarenhas Neto, Ana Paula Pereira de Araujo e Sarah Rossetti Machado. Agradecemos, também, a leitura atenciosa e as sugestões generosas de Isadora Lins França, Adriana Piscitelli, Roberto Efreim Filho, Marcelo Perilo e Julian Rodrigues.

2 Adota-se como convenção, neste artigo, que todas as categorias êmicas sejam oriundas do vocabulário do movimento, das políticas públicas ou de entrevistados, serão grafadas em itálico. As aspas são reservadas para citações, conceitos e categorias aproximativas utilizadas pelos autores.

3 Tal noção é construída e politicamente legitimada no processo de realização da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, e da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, em 1995.

4 Numa retrospectiva acerca de gênero e políticas públicas, Farah (2004) aponta para uma mudança substancial na relação entre Estado e movimentos sociais, bem como na forma de operar políticas públicas no Brasil a partir de meados dos anos 1980. A autora delinea um processo no qual a redemocratização do Estado brasileiro, que envolveu a democratização de processos decisórios e a inclusão de novos segmentos populacionais como beneficiários de políticas públicas, coincide com o fortalecimento dos movimentos de mulheres e feministas.

5 As conquistas existentes no Executivo e no Judiciário não impedem a persistência de graves entraves às demandas do movimento LGBT também nesses campos. A não-implementação pelo Governo Federal daquilo que ficou midiaticamente conhecido como o *kit gay* – e que representava, de fato, um programa pedagógico de combate à homofobia nas escolas – é um emblema significativo desses entraves.

6 Os termos do projeto assinado por Marta Suplicy foram posteriormente postos em questão pelo próprio movimento LGBT que, reconsiderando suas estratégias, decidiu, dentre outras coisas, priorizar a luta pelo reconhecimento da união estável. Hoje, há no Congresso Nacional outros projetos de lei que se referem tanto à união estável quanto ao casamento entre *peessoas do mesmo sexo*.

7 O aumento da visibilidade da temática LGBT e os poucos avanços políticos alcançados têm levado ao acirramento das disputas sociais acerca da legitimidade de LGBT como sujeitos de direitos, acompanhado de uma forte reação de setores conservadores. Tal reação acompanha o crescimento da disputa do Executivo e do Legislativo brasileiros por políticos identificados com denominações religiosas, e tem se expressado a partir de uma linguagem híbrida, combinando elementos de discurso fundamentalista religioso e fragmentos deslocados de discursos acadêmicos ou ativistas, com o intuito de gerar um efeito de pânico moral em torno de imagens como as da *pedofilia* e da *perversão*.

8 Para uma análise mais detalhada de processos envolvendo relações entre movimento LGBT e Estado ou mercado, ver Facchini; França, 2009; Facchini, 2009; Facchini, 2012; França, 2012 e os pesquisadores do tema citados nas referências desses trabalhos.

9 Esse grupo se constituiu na UFPA em 2007, um ano antes de organizar o 6º Enuds em Belém, e seus integrantes produziram nove monografias entre 2008 e 2010, sendo duas no curso de graduação em direito, duas no de enfermagem, uma no de psicologia e quatro no curso de ciências sociais. Três dos integrantes do Orquídeas que produziram monografias nesse período defenderam dissertações de mestrado entre 2011 e 2012. Essas três dissertações somam-se a outras onze, que já haviam sido defendidas entre 1998 e 2011 em vários programas de pós-graduação na UFPA.

10 Note-se que há outras tradições importantes nesses estudos, como é o caso da francesa, que não utilizam a noção de gênero. Todavia, dado o caráter panorâmico e breve destas

observações sobre os estudos internacionais, optamos por nos concentrarmos nas vertentes que se tornaram mais difundidas no Brasil.

11 Destacamos a revisão crítica realizada por Maria Teresa Citeli (2005) e o mapeamento realizado por Laura Moutinho, Sérgio Carrara e Sílvia Aguião (2005), que serviram de base para parte das informações quem compõem este artigo.

12 É importante destacar o papel da Fundação Ford no fomento a essas ações, aos estudos de sexualidade no Brasil nesse período e ao fortalecimento de um trabalho sobre este tema no IMS/UERJ. A entrevista de Peter Fry à pesquisa *Sexualidade, direitos e política na América Latina*, coordenada por Mario Pecheny, é um documento importante para entender esse processo. Essa entrevista está disponível no site do CLAM, no seguinte endereço <http://www.clam.org.br/trajetorias-intelectuais/>. Outra referência importante é o texto de Cecília de Mello e Souza (2002) no livro sobre os 40 anos da Ford no Brasil.

13 Na vida cotidiana ainda se nota, como tem demonstrado exaustivamente a produção antropológica sobre homossexualidade, embora com variações significativas pelo país, a coexistência dos dois tipos ideais de classificação identificados por Peter Fry (1982) em suas pesquisas de meados dos anos 1970.

14 Os dados a seguir são parte de pesquisa de iniciação científica de Ana Cláudia Pilon (2012), orientada por Regina Facchini, no âmbito da pesquisa apoiada pelo CNPq que deu origem a este artigo. Os dados foram coletados entre novembro de 2010 e dezembro de 2011, incluindo as atualizações até então, e dizem respeito, portanto, aos grupos cadastrados no DGP/CNPq no período pesquisado, o que inclui grupos antigos no campo, mas apenas os que continuavam a existir no período da coleta de dados.

15 As análises acerca da ênfase na atuação de cada grupo com gênero e/ou com sexualidade e sobre as abordagens mais gerais a partir das quais se orientam são os dados mais frágeis desta pesquisa, pois se baseiam apenas na análise de ementas e resumos disponibilizados pelos grupos no DGP. Apesar de termos procurado cotejar os casos em que havia dúvidas a partir dos currículos dos pesquisadores na Plataforma Lattes, é impossível universalizar tal procedimento. Sendo assim, essas informações devem ser tomadas com bastante cautela.

16 Entre os grupos que trabalham com sexualidade de modo dissociado de gênero, 23% estão na Educação, 17% na Medicina, 15% na Psicologia, 17% na Saúde Coletiva e 6% na Antropologia.

17 Entre os grupos que trabalham conjuntamente com gênero e sexualidade, nota-se a seguinte distribuição disciplinar: 23% estão na Educação, 13% na Antropologia, 12% na Psicologia, 12% na Saúde Coletiva, 6,5% na Enfermagem e 7% na História.

18 Note-se que essa aproximação teórica nem sempre foi explicitada como tal no material analisado, e que a tomamos como referência aproximativa para um gradiente de possibilidades, que inclui variados graus de adesão a pressupostos construcionistas, com a presença mais acentuada do que Vance (1995) classifica como construcionismo moderado, passando por construcionistas radicais e pós-estruturalistas, que parecem ter uma adesão ainda incipiente e concentrada em áreas específicas das Ciências Humanas.

19 Tal parcialidade fica evidente ao olharmos os resultados das pesquisas realizadas por Jane Russo e seus colaboradores (2011) e por Fabíola Rohden (2012). A leitura de ambos indica conexões em relação à indústria farmacêutica, por exemplo.

## Referências bibliográficas

AQUINO, Estela Maria Leão de. Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, n. 40 (edição Especial), p. 121-32, 2006.

AQUINO, Estela Maria Leão de *et al.* Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva: uma proposta de formação interdisciplinar em pesquisa. In: BARBOSA, R. M. *et al.* *Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2002, p. 9-21.

AZEREDO, Sandra, STOLCKE, Verena (coord.). *Direitos reprodutivos*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1991.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 26, p. 329-376, 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Programa Nacional de Direitos Humanos II*. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

BRASIL. Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Ministério da Justiça, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: SPM, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: SPM, 2008.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)*. Brasília: SEDH/PR, 2009.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: SEDH/PR, 2010.

BUTLER, Judith. Against proper objects. In: WEED E.; SCHOR, N. (org). *Feminism meets queer theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1997.

BUTLER, Judith. Fundamentos continentais: o feminismo e a questão do pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Revista Bagoas**, Natal, n. 5, p. 131-147, 2010.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 28, p. 65-100, 2007.

CITELI, Maria Teresa. *A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): revisão crítica*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 16, p. 13-29, 2001.

DANILIAUSKAS, Marcelo. Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do programa *Brasil Sem Homofobia*. Dissertação de Mestrado em Sociologia da Educação – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

EPSTEIN, Steven. Gay politics, ethnic identity: the limits of social constructionism. In: NARDI, P. M.; SCHNEIDER, B. E. (ed.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. New York: Routledge, 1998. p. 134-159.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. Revista **Bagoas**, Natal, n. 4, p. 131-158, 2009.

FACCHINI, Regina. Conexões, processos políticos e movimentos sociais: uma reflexão teórico-metodológica a partir do movimento LGBT. Revista **Advir**, Rio de Janeiro, n. 28, 2012.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 54-81, 2009.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. Revista de **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 12 (1), p. 47-71, 2004.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 17/18, p. 09-79, 2002.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010). 2011. Tese de Doutorado em Ciências Humanas – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FRANÇA, Isadora Lins. *Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FRANÇA, Isadora Lins. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre. n. 28, p. 289-311, 2007.

FRANÇA, Isadora Lins. Sexualidade e política: uma abordagem a partir do mercado e do consumo. Revista **Bagoas**. Natal, n. 7, 2012.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. in: FRY, Peter. *Para Inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 87-115, 1982.

GAGNON, John. *Uma interpretação do desejo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero, sexualidade e reprodução: A constituição dos estudos sobre gênero, sexualidade e reprodução no Brasil. In: MARTINS, C. B.; DUARTE, L. F. D. *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 22, p. 201-246, 2004.

LEZNOFF, Maurice; WESTLEY, William A. The homosexual community. In: NARDI, P. M.; SCHNEIDER, B. E. (ed.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. New York: Routledge, 1998. p. 5-11.

LOPES, Maria Margaret; PISCITELLI, Adriana. Revistas científicas e a constituição do campo de estudos de gênero: um olhar desde as “margens”. Revista **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 115-122, 2004.

MACKINNON, Catherine. Marxism, feminism and the State: toward feminist jurisprudence. **Signs**, vol. 7, nº 5, 1982, p.515-544.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campina-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

McINTOSH, Mary. The homosexual role. In: NARDI, P. M.; SCHNEIDER, B. E. (Ed.). *Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader*. New York: Routledge, 1998. p. 68-76.

MELLO, Luiz; BRAZ, Camilo; FREITAS, Fatima Regina A.; AVELAR, Rezende B. Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas. **Sociedade e Cultura**, v. 15, p. 151-161, 2012a.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, v. 39, p. 403-429, 2012b.

MOORE, Henrietta. *Antropología y feminismo*. Madri: Cátedra, 1996.

MOTT, Luiz (ed). **Boletim do Grupo Gay da Bahia** (1981-2005). Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2011.

MOUTINHO, Laura; CARRARA, Sérgio; AGUIÃO, Silvia (orgs.) *Sexualidade e comportamento sexual no Brasil: dados e pesquisas*. Rio de Janeiro: CEPESC-UERJ, 2005.

NEWTON, Esther. *Mother Camp: Female impersonators in America*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

PISCITELLI, Adriana. Prefácio. In: DIÁZ-BENITEZ, M. E.; FIGARI, C. *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

PISCITELLI, Adriana *et al.* Apresentação. In: A. PISCITELLI; M.F. GREGORI & S. CARRARA (org.), *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 9-35, 2004.

RAMOS, Sílvia. Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, Mirian P. *et al.* *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 31-44.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. **Signs**, Chicago, v. 5, n. 4, p. 631-660, 1980.

ROHDEN, Fabíola. Notas para uma antropologia a partir da produção do conhecimento, os usos das ciências, intervenções e articulações heterogêneas. In: FONSECA, C.; ROHDEN, F.; MACHADO, P. S. *Ciências na vida: antropologia de ciência em perspectiva*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, p. 49-57.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, Carole (ed.). *Pleasure and Danger: exploring female sexuality*. New York: Routledge, 1984. p. 267-319...

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex. In: R. RAITER, *Toward anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. Tráfico sexual – entrevista. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 21, p. 157-209, 2003.



RUSSO, Jane. *et al. Sexualidade, ciência e profissão no Brasil*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2011.

SCAVONE, Lucila. Ciência e militância: os estudos de gênero no Brasil. In: XXV Encontro Anual da ANPOCS, 2011. Caxambu, **35º Encontro Anual da ANPOCS/Textos completos**, 2011.

SILVA FILHO, Milton Ribeiro da. Na rua, na praça, na boate: uma etnografia da sociabilidade LGBT no circuito GLS de Belém-PA. 2012. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, Cecília de Mello e. Dos estudos populacionais à saúde reprodutiva. In: N. BROOKE; M. WITOSHYNSKY (org). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp. p. 131-164.

VANCE, Carole (ed.). *Pleasure and Danger: exploring female sexuality*. New York: Routledge, 1984.

VANCE, Carole. A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis**: revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-31, 1995.

VANCE, Carole. Social construction theory: problems in the history of sexuality. In: ALTMAN, D. *et al. Homosexuality, which homosexuality?* London: GMP Publishers, 1989. p. 13-34.

WEEKS, Jeffrey. *Coming out: homosexual politics in Britain, from the nineteenth century to the present*. London: Quartet Books, 1977.

WEEKS, Jeffrey. *Sex, politics and society: the regulation of sexuality since 1800*. London: Longman, 1981.

WEEKS, Jeffrey. *Sexuality and its discontents: meanings, myths and modern sexualities*. London: Routledge and Kegan Paul, 1985. p. 211-245.

WITTIG, Monique. One is not born a woman. In: ABELOVE, H.; BARALE, M. A.; HALPERIN, D. M. (Ed.). *The Lesbian and Gay Studies Reader*. New York: Routledge, 1993. p. 103-109.

**Resumo**

Este artigo procura situar atores e eventos que permeiam a trajetória recente dos estudos relacionados à sexualidade no Brasil, de modo atento às suas conexões com os estudos sobre mulheres, gênero e feminismos. Para isso, situa relações com processos políticos e sociais mais abrangentes envolvendo a sexualidade, especialmente no que concerne às dinâmicas relacionadas ao movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e às políticas a ele direcionadas, assim como com a agenda política estabelecida em fóruns internacionais, como as Conferências das Nações Unidas. Por fim, apresenta um mapeamento nacional de grupos de pesquisa cujos estudos tematizam mulheres, gênero e sexualidade.

**Palavras-chave:** movimento LGBT; estudos de sexualidade; estudos sobre mulheres, gênero e feminismos; políticas públicas – LGBT; história da ciência.

**Abstract**

This article seeks to situate actors and events that permeate the recent trajectory of the studies related to sexuality in Brazil, paying attention to their connection with women, gender and feminisms studies. Considering this, situates relations with broader political and social processes involving sexuality. Special concerning is dedicated to dynamics related to the LGBT movement (Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender) and to policies directed at them, as well as political agenda established in international forums, like the United Nations Conferences. Finally, it presents a national mapping of research groups which focus on women, gender and sexuality.

**Keywords:** LGBT movement; sexuality studies; women, gender and feminisms studies; LGBT public policies; history of science.

Recebido para publicação em janeiro/2013.

Aceito em abril/2013.

# RACIONALISMO E EMPIRISMO NA SOCIOLOGIA\*

**André Haguette\*\***

“As versões racionalista e empirista do Iluminismo...”  
Horkheimer e Adorno<sup>1</sup>

“Lascience est de constitution complexe.  
Elle ne vit que dans et par une dialectique de  
complementarité et d’antagonisme entre empirisme  
et rationalisme, imagination et vérification.”  
Edgar Morin<sup>2</sup>

*Le Rationalisme Appliqué.*  
Gaston Bachelard<sup>3</sup>

Durante uns vinte cinco anos (1975-2000), sob a influência do marxismo, a sociologia se tornou no Brasil “Metodologia” e “Epistemologia”. Ela se afastou das questões substantivas para ser um discurso sobre o discurso ou uma teoria dos fundamentos da teoria. Nessa transfiguração os sociólogos viraram aprendizes de feiticeiros na filosofia sem a devida qualificação. O ardor ideológico compensou a falta de preparo e as bobagens metodológicas andaram à solta. Uma delas é o tratamento dado à moderna discussão sobre o racionalismo e o empirismo. O comodismo intelectual virou sabedoria e uma dicotomia intransponível foi erigida entre os dois, no afã de derrubar o grande inimigo, o positivismo, em nome da sacrossanta dialética. Essa guerra total ao positivismo teve dois efeitos marcantes: jogou-se no lixo do preconceito a pesquisa empírica com seus apetrechos de métodos, técnicas e regras de lógica formal e a dialética sumiu, comprovando que o comodismo possui suas armadilhas! Ainda hoje, é difícil discutir racionalismo e empirismo nas ciências sociais, tendo em vista a herança desse passado recente e do despreparo filosófico que ficou estabelecido.

Mas é preciso notar que esse comodismo pseudoteórico cria alguns desconfortos ao cuidadoso historiador das ideias. Como explicar, por exemplo, que Aristóteles, este genuíno e seminal pensador racionalista, pai

---

\*\* Doutor em Sociologia. Professor Titular da Universidade Federal do Ceará.

espiritual de Tomás de Aquino, Hegel e Marx, tenha valorizado os sentidos a ponto de escrever a frase, retomada séculos depois por Tomás de Aquino: “nada há no intelecto que não tenha passado pelos sentidos”. Descartes, inventor do racionalismo moderno, não terá fornecido água ao moinho de empirismo ao privilegiar a física e, ainda mais, ao elevar a **res extensa** ao nível de substância, ao lado de Deus, da alma humana e da liberdade? E veio Kant, o arauto da modernidade, que em 5 de novembro de 1783, deu o grito de Independência: **Sapere aude!** Não fora este mesmo Kant que pretendia fundamentar criticamente a possibilidade da ciência e que colocou fora do alcance da razão teórica a resolução das inquietações metafísicas e morais do homem, inquietações essas sempre renovadas e contemporâneas? A Ilustração, com sua Enciclopédia e seu duplo ódio às verdades eternas e ao povo, não terá sido racionalista e empirista? Mesmo os grandes vilões do empirismo, Francis Bacon, Galileu, Hume e Locke – para não falar dos sociólogos positivistas Turgot, Saint-Simon, Comte e Durkheim – não são filhos legítimos do grande movimento racionalista da modernidade?

Mas cheguemos ao que interessa: a Marx e ao marxismo, pois, no fundo, é para “salvá-los” que se inventa este combate letal entre empirismo e racionalismo – salvação, aliás, que Marx, na sua característica impiedade, rejeitaria por temer perder para sempre a filosofia idealista. Lenin soube reconhecer “as três fontes” do pensamento de Marx: a filosofia clássica alemã, a economia política e o socialismo francês. A identificação ficou célebre e nunca foi desmentida. Lênin afirma que Marx mergulhou fundo nestas três correntes para delas retirar uma síntese (uma suprasunção) própria, a concepção materialista da história. Na filosofia alemã, Marx encontrou, ressalta Lenin, o idealismo de Hegel e o materialismo de Feuerbach: do primeiro ele guardou a dialética, negando seu idealismo, enquanto aprofundou o materialismo do segundo, refutando seu mecanicismo e seu a-historicismo. Fica, portanto, claro que, para Lenin, inspirando-se nas obras de Engels, os inimigos do materialismo histórico são: o idealismo e o mecanicismo a-histórico (o empirocriticismo); não o racionalismo, nem o empirismo. Marx não rejeitaria nem a razão, nem os sentidos, isto é, nem o sujeito, nem o objeto. Para Marx, “não existe uma autoconsciência autônoma capaz de se autorrefletir independente das estruturas subjacentes do trabalho social”<sup>4</sup>.

A consciência humana está indissociavelmente vinculada ao objeto. No seu trabalho, o homem se descobre um ser consciente: “um ser de espécie consciente”, o que significa “um ser que trata a espécie como seu próprio ser

essencial, ou que se considera como um ser específico”<sup>5</sup>. A percepção pelo homem de sua humanidade genérica se efetiva no processo de trabalho e não, por exemplo, na dúvida metódica, como resultado de uma introspecção solipsista. Se Marx rejeita o idealismo, ele não rejeita o racionalismo, nem tampouco o empirismo, mas pretende realizar sua supressão: “O operário não pode criar nada sem a natureza, sem o **mundo externo sensorial**”<sup>6</sup>.

A mesma ideia será retomada na primeira, na quinta e na undécima tese sobre Feuerbach quando Marx define a atividade humana com uma **atividade sensorial**; ele reprocha ao materialismo contemplativo de não compreender a “sensorialidade como atividade prática”. A racionalidade marxiana é, portanto, uma racionalidade encarnada, necessariamente mediada pela natureza e que não prescinde dos sentidos.

Meu objetivo aqui não é discorrer sobre a epistemologia e a ontologia dialéticas de Marx. Ao lembrar Marx, meu objetivo é outro: é mostrar que se presta um desserviço a Marx e ao marxismo ao estabelecer uma oposição radical entre racionalismo e empirismo e que esse equívoco leva a uma má interpretação dos trabalhos de Marx. O empírico, em Marx, é fundamental; a atividade humana (a consciência e a razão), sendo “uma atividade humana sensorial, prática”, leva à valorização tanto da razão quanto dos sentidos. Na realidade, a teoria do materialismo histórico se situa no ponto de encontro das tradições racionalistas e empiristas. Isto se verifica tanto na teoria do conhecimento, no método dialético, na antropologia como na ontologia marxianas. Mais precisamente, escreve Henrique Vaz:

O tema da práxis para Marx é o ponto de encontro das tradições racionalistas e empiristas. O conhecimento, na perspectiva marxiana, está ligado ao fazer, ou à relação fundamental do homem com a natureza que se exprime no ato de produzir. E é justamente enquanto ser produtor que o homem é também ser cognoscente. Conceber o homem enquanto ser produtor implicava, para Marx, um recurso à tradição racionalista, pois somente a razão é capaz de introduzir na espessa solidez do real empírico as diferenças analíticas que são pressupostas à produção dos objetos pelo fazer humano. Por que, segundo Marx, um animal não pode ser produtor? Porque o animal não conhece reflexivamente. Assim, ele compara a abelha, excelente artesã de sua colmeia, com o operário humano mais rude e proclama a superioridade deste em virtude

da reflexão sobre o próprio fazer que o caracteriza. O homem é, portanto, ser produtor em virtude desse instrumento de dissolução do real empírico que é a Razão. E, enquanto tal, é ser cognoscente. Assim, o conceito marxiano de práxis tenta preservar, a um tempo, a exigência racionalista e o postulado empirista fundamental, e vai buscar nessas duas fontes o seu conteúdo epistemológico <sup>7</sup>.

Tradicionalmente, todavia, a história da filosofia vem apresentando o racionalismo e o empirismo como correntes de pensamento não somente deferentes, mas antagônicas. Olhada, no entanto, numa perspectiva contemporânea, a controvérsia parece superada e certamente envelhecida. Os avanços da epistemologia nos últimos cem anos permitem desenvolver outro paradigma para compreender a relação entre o conhecimento sensível e o conhecimento intelectual. Sob a influência de pensamentos, entre outros, de Marx, da Escola de Frankfurt, da filosofia de Bachelard e da obra de Popper, com todas as polêmicas que esta suscitou, a inclusão do racionalismo e do empirismo como teorias-irmãs numa mesma tipologia – a da Dialética do Iluminismo – parece desejável para uma melhor interpretação da hodierna teoria sociológica.

Este artigo pretende justamente desenvolver essa compreensão que permite destacar um jogo de implicação e supressão entre os dois conjuntos de pensamento em vez de forçar uma escolha entre um ou outro, tornando insolúvel o conflito razão/sentidos.

Na realidade, meu argumento é que racionalismo e empirismo não se constituem como oposições insuperáveis. O oposto do racionalismo é o irracionalismo enquanto o do empirismo é o idealismo. Como muito bem percebeu Lukács, “o assalto à razão” é perpetuado pelas várias formas de irracionalismo, não pelo empirismo. Em outras palavras, quer argumentar que o movimento racionalista da época moderna se desdobrou numa dupla direção: o idealismo e o empirismo. O empirismo não dispensa a razão embora possa reduzi-la a uma razão instrumental como arguiu a Escola de Frankfurt. O empirismo não é um irracionalismo, embora possa ser um enfraquecimento da razão. Ele é uma forma de conhecimento e exige racionalidade; não pode, portanto, ser rejeitado simplesmente. Ele pode – e deve – ser corrigido, tornando-o consciente do fato de não ser mera reflexão sensível na passividade da mente. A crítica ao empirismo na filosofia e ao positivismo na sociologia consiste, na realidade, no restabelecimento do real

processo cognitivo que não dispensa a razão teórica, como observaram Popper e Habermas, entre outros pensadores racionalistas. “A base empírica supõe sempre, escreve Popper, o quadro teórico a ser testado por ela. É uma decisão que se faz à luz deste quadro teórico e é por isso sempre, em primeiro lugar, uma questão de teoria a ser testada: não da observação como tal”<sup>8</sup>. Habermas, por sua vez, observa: “Não se pode aplicar regras gerais se não se acertou antes sobre os fatos que podem ser submetidos por elas; de outro lado, estes fatos não podem ser constatados como casos relevantes antes da aplicação daquelas regras... Algo como fatos experimentalmente constatados em contato com os quais teorias científico-empíricas poderiam falir, constitui-se somente no contexto prévio da interpretação da experiência possível”<sup>9</sup>.

Vê-se, portanto, que, quando consciente de si, o empirismo se apresenta como um racionalismo, sendo diferente do racionalismo idealista que prescinde da sensorialidade da razão humana e até mesmo do objeto natural e social.

De uma forma analítica, nas próximas páginas, procuro situar o racionalismo e o empirismo no movimento das ideias da época moderna e caracterizá-los mais detalhadamente dentro da tradição filosófica e epistemológica. Em seguida, tento mostrar como a teoria sociológica clássica pode ser vista como uma tentativa de superá-los.

### **O Iluminismo nas suas versões racionalistas e empiristas**

A posição tradicional na história da filosofia consiste em separar racionalismo e empirismo como sendo dois movimentos intelectuais diferentes e opostos. Uma simples consulta a manuais de filosofia confirma essa afirmação.

Nessa tradição, o conceito “racionalismo” é equívoco e, por esse motivo, seu significado se presta a muitas confusões e interpretações. Vale a seguinte advertência: “na sua significação genética, pode ser usado para indicar qualquer orientação filosófica que apele para a razão. Mas nesta conotação tão vasta, o termo pode indicar as filosofias mais disparatadas e carece de qualquer capacidade de individualização”<sup>10</sup>.

Originalmente o conceito significou a atitude de quem confia nos procedimentos da razão para a determinação de crenças ou técnicas em determinado campo. E nesse sentido primeiro e geral, racionalismo se opõe

a atitudes fideístas ou naturalistas e tende a se confundir com a atitude marcante da Idade Moderna na sua rebelião contra o feudalismo e a teologia. Naquela época, com efeito, a razão humana se afirma como único guia do homem e inicia um combate à religião e a formas de mitos ou superstições. Tomás de Aquino, por exemplo, confiava na razão e queria até encontrar caminhos racionais para chegar a Deus (as cinco provas da existência de Deus). Mas, a razão havia de se dobrar diante da fé que complementava o movimento limitado da razão e lhe permitia um alcance maior. Esta confiança na razão não era ainda um racionalismo, pois aceitava uma forma superior de conhecimento e de revelação. Assim, Baumgarten escreveu: “O Racionalismo é erro de quem elimina na religião todas as coisas que estão acima da própria razão”<sup>11</sup>.

Kant, todavia, não considerava a atitude racionalista um erro, mas uma coerência fundamental, marca da maioria do homem, de sua autonomia.

O racionalista, em função de seu próprio título, deve manter-se nos limites da capacidade humana. Portanto, não usará nunca o tom contundente do naturalista, e não contestará nem a possibilidade de uma revelação... porquanto sobre tais assuntos nenhum homem pode, por meio de sua razão, decidir o que quer que seja<sup>12</sup>.

Consciente dos limites de sua razão, o homem autônomo havia de prestar-lhe fidelidade.

Mas a controvérsia entre racionalismo e empirismo é anterior a Kant cujo criticismo transcendental pode ser visto como um esforço para sua resolução. Ainda segundo o mesmo dicionário, Hegel foi o primeiro a caracterizar como racionalista a corrente que vai de Descartes a Espinoza e Leibniz, opondo-a ao empirismo da orientação que nasce com Locke. Por racionalismo ele entendeu a “metafísica do intelecto”, isto é, “a tendência à substância, pela qual se afirma contra o dualismo, uma única unidade, um único pensamento, da mesma maneira como os antigos afirmavam o ser”. A oposição entre racionalismo e empirismo fixou-se depois nos esquemas tradicionais da filosofia, por mais que o próprio Hegel notasse seu caráter aproximativo.

Nesta perspectiva, Descartes foi realmente o pai do racionalismo na filosofia. Ele se opôs:

A convicção de Bacon de que o conhecimento humano só é



possível através da mediação dos sentidos, sendo a consciência, ou a mente, uma *tabula rasa* na qual são impressos os dados do real... a razão precede a convivência dos sentidos com o dado empírico uma vez que o homem foi agraciado por Deus com um aparato que lhe confere o poder de ter ideias *a priori*, ou seja, prescindindo de contatos diretos com o real através dos sentidos. Isto significa que certas ideias são inatas. A crença neste pressuposto levou Descartes a desenvolver com maestria as técnicas da reflexão e, em consequência, a descuidar daquela aproximação do pesquisador com o real, pré-requisito do conhecimento definido por Bacon e Locke. Assim sendo, a maneira apropriada de fazer generalizações sobre a realidade seria pelo método dedutivo: através da razão descobre-se princípios gerais sobre a realidade que serão confirmados mediante, também, o conhecimento de fatos particulares<sup>13</sup>.

Vê-se com nitidez neste comentário como ambos, racionalismo e empirismo, se aproximam, como disse Hegel, numa mesma fé no poder do homem de conhecer, sem precisar apoiar-se em fábulas, superstições, preconceitos ou crenças religiosas. Descartes e seus seguidores, no entanto, elegem o caminho da introspecção interior e do método apriorístico-dedutivo de alma e corpo, que já vinha abalada pelo nominalismo, se desintegra e uma separação entre conhecimento sensorial e conhecimento intelectual é estabelecida, o que leva Descartes à teoria das ideias inatas. Pelo método da dúvida universal, Descartes acredita descobrir uma intuição intelectual capaz de revelar ao homem ideias essenciais, as substâncias. Tais ideias são ditas verdadeiras não mais pela adequação do intelecto à coisa externa, mas por serem resultados de uma percepção clara e distinta, que se impõe por sua evidência. A percepção, via intuição da essência, de uma **res cogitans** e de uma **res extensa** irá fortalecer o dualismo cartesiano que ocupará toda a filosofia moderna até os nossos dias.

Assim, é possível dizer que, a partir de Descartes, o racionalismo como corrente filosófica significará que “todo conhecimento certo é consequência de princípios necessários e apriorísticos do entendimento. A única fonte do conhecimento é a razão. As sensações não são mais do que ideias confusas baralhadas”<sup>14</sup>.

Descartes realizava uma verdadeira revolução, invertendo a crença realista dos filósofos antigos e medievais, que “consideravam o objeto e o real,

principalmente o mundo externo, como dado primeiro. De agora em diante, será o contrário: o objeto será deslocado pelo sujeito. Com isto Descartes torna possível o psicologismo dos ingleses, a imanência dos alemães e antropologia filosófica moderna. Eis o significado transcendental de Descartes para a Idade Moderna”<sup>15</sup>.

Em outras palavras, Descartes abre o caminho ao subjetivismo, afirmando o primado: 1) do sujeito frente ao objeto; 2) do interior (íntimo) sobre o exterior; 3) da consciência sobre o ser e 4) da imanência em relação à transcendência. O racionalismo significa, portanto, a introdução do sujeito e da consciência, com sua primazia do conhecimento intelectual sobre o conhecimento sensível e do método racional-dedutivo nas ciências em detrimento do empírico. Desfeito o ingênuo e inocente acordo da razão com o Ser da tradição clássica e medieval, o sujeito podia aspirar à autonomia completa, produzindo condições ideais para o domínio da natureza pelo “trabalhador livre”. Ademais, a razão e a consciência que desbancavam Deus e a natureza eram de caráter individualista bem ao gosto das forças produtivas capitalistas.

Será preciso a contra reforma empirista para que, pouco a pouco, a partir do fim do sono dogmático de Kant, o movimento racionalista se autocorrija, buscando uma dialética do sujeito e do objeto, do interior e do exterior, da consciência e do ser e da imanência e da transcendência.

## O Empirismo

De fato, a reação empirista não se fez tardar. Logo vieram Locke e Hume a afirmar o primado do objeto, do conhecimento sensível e do método empírico-indutivo sobre as ilusões metafísicas de Descartes, Espinosa e Leibniz, sem, no entanto, duvidar um momento da possibilidade do conhecimento verdadeiro e do domínio do homem sobre a natureza e a própria sociedade. O empirismo não se afirma como um irracionalismo e não é, em hipótese nenhuma, um anti-racionalismo. À intuição intelectual das essências, o empirismo opõe o laborioso e interminável trabalho de cotejamento da realidade pelo entendimento via sentidos, como iria mostra Popper a respeito do cisne negro<sup>16</sup>. O soberbo racionalismo não desaparece: ele se desloca da razão para o entendimento. *Du coup*, ele se restringe e se historiciza sem perder sua orgulhosa segurança, o que o obriga a se dobrar diante dos deuses, mitos, fábulas e preconceitos. A restrição se refere

ao abandono da metafísica, à rejeição da transcendência e, sobretudo, à impossibilidade de alcançar verdades imutáveis e eternas. Esta limitação da abrangência do conhecimento humano é largamente compensada, na visão empirista, pela extensão proporcionada pelo conhecimento empírico.

Deve ficar bem claro que a reação empirista não se constitui num retorno à filosofia clássica e medieval. Se o racionalismo metafísico de Descartes derrubou a unidade ingênua entre o pensamento e o ser pelo lado do sujeito, o empirismo faz o mesmo, mas, desta feita, pelo lado do ser ou do objeto. A antiga unidade admitia o conhecimento essencial e metafísico. O empirismo nega a possibilidade de estabelecer verdades universais por acreditar na primazia da experiência sensível.

Ela e somente ela decide o que é verdade, o que é valor, ideal, direito e religião. E como não se pode assinalar um término à dita experiência, ela nunca é uma coisa conclusiva. Não há aqui lugar para verdades, valores e ideias eternos, necessários, de validade universal que transcenda os casos particulares. Tudo é relativizado, função do espaço, do tempo, do humano, às vezes do demasiado humano. O sentido (o sentir) adquire hegemonia sobre o inteligível, o útil sobre o ideal, o individual sobre o universal, o tempo sobre a eternidade, o querer sobre o dever, a parte sobre o todo, o poder sobre o direito<sup>17</sup>.

Vale repetir: o empirismo não nega o racionalismo nem a inteligibilidade do real. Ele reduz as pretensões de inteligibilidade às possibilidades dos sentidos. Assim fazendo, o conhecimento passa a ser visto como reprodução da realidade sensível, e a atividade do sujeito é eliminada. Na relação entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido, o último ocupa todo o lugar forçando sua reprodução mental via sentidos na passividade do primeiro. A verdade se encontra no dado; o fato é verdade. O conhecimento não é uma construção do sujeito, mas uma simples técnica de acesso à verdade do dado. A percepção e não mais o trabalho intelectual sobre as imagens sensíveis é vista como a fonte ordinária do conhecimento. Existe, claro, possibilidade de erro: seja quando a observação é falha por desatenção ou incompletude, seja na articulação linguística, isto é, na transmissão das percepções. Daí a insistência na metodologia como via de acesso ao fato verdadeiro e instrumento de eliminação da subjetividade do pesquisador. As hipóteses – traduções da percepção – são verificadas pela via experimental e a indução,

já que o real é singular, individual e sensível. A ciência, portanto, se eleva do singular ao universal, construído através da comparação entre os dados e fatos particulares. Assim sendo, o universal é o nome comum que reúne, de maneira utilitária, traços percebidos em vários indivíduos. O conceito universal não designa, então, como na escolástica e na tradição racionalista, uma mesma essência, mas ele é um recurso do pesquisador para estabelecer certo ordenamento na dispersão do real. Em suma, o credo empirista reduz “a multiplicidade das formas a posição e arranjo; a história a fato; coisas a matéria”<sup>18</sup>.

Esse discurso empirista é, hoje, obsoleto. Salta aos olhos que ele é montado sobre pressupostos que ultrapassam os cânones empiristas e filosóficos da ciência; Popper e Kuhn, entre outros, já tiveram êxito em enfatizar os elementos subjetivos, constitutivos e críticos da ciência empírica. Quatro pressupostos de caráter meta-empírico se destacam: a) a afirmação da existência do real; b) a tomada de posição quanto à natureza sensível do real; c) a visão do sujeito (da ciência) como capaz de reproduzir teoricamente o real; e, finalmente, d) a ciência como reprodução certa, legítima e comprovada do real. A epistemologia contemporânea demonstrou suficientemente que, como diz Edgar Morin: “Os fatos são impuros”<sup>19</sup>; a ciência antes de ser uma mera reprodução do real, ela é sua construção e se baseia em pressupostos, postulados metafísicos. Alexandre<sup>20</sup>, por sua vez, argumenta que a ciência deve ser concebida como um **continuum** multidimensional que se estende entre proposições gerais de caráter metafísico até observações ligadas ao ambiente (*environment*) empírico.

Mas não é meu objetivo desenvolver uma crítica do discurso empirista. Caso isto fosse feito seria necessário retomar as penetrantes observações de Horkheimer e Adorno sobre o entrosamento desse discurso como a sociedade burguesa governada por equivalência<sup>21</sup>. Meu objetivo é demonstrar o parentesco entre o racionalismo e o empirismo e argumentar que a moderna teoria social é uma (tentativa de) síntese dos dois. Irreconciliáveis são os extremos – o chamado racionalismo metafísico e o empirismo mecânico (reflexo). Henri Lefebvre nos ensina a via dialética entre o empirismo e racionalismo:

O empirismo tem razão quando reprocha ao racionalismo o emprego das entidades, das abstrações realizadas, cuja gênese o racionalismo não pode justificar: o espírito, o pensamento,

a razão em si. O empirismo tem razão quando afirma que todo conhecimento provém da sensação (sensualismo). Mas ele próprio concebe de modo limitado o conhecimento sensível. Concebe a sensação e a impressão sensível como sendo apenas **individuais e passivas**. Locke, Hume, Condillac etc., criticam notadamente as “ideias inatas” e tentam explicar o conhecimento e a consciência pela associação mecânica de sensações como o azul, o branco, o odor da rosa, etc., mas para nós, efetivamente, a impressão sensível tem determinações bem diferentes: é contraditória (a vara quebrada que aparece na água) e, por conseguinte, já impele o entendimento à análise, ao progresso dialético para o desconhecido; é ativa, prática, social, pois são objetos e produtos humanos que nos são dados no sensível (até mesmo as árvores deste jardim, ou estes campos de trigo, são “produtos”). Para que o empirismo seja integrado numa doutrina mais compreensiva, deve-se inicialmente despojá-lo de sua unilateralidade, abrir e completar sua estreiteza. O mesmo vale para o racionalismo. E, nessa doutrina mais ampla, o empirismo conservará seu lugar como **momento** unilateral, abstrato, incompleto, mas **superado**. Não será misturado com o racionalismo, numa inextricável confusão. Como momentos, e momentos contraditórios, serão situados na história, cada qual com sua **parcela de verdade, mas também de erro**; e, desse modo, serão compreendidos, **elucidados na história da verdade**. O conteúdo vivo dos mesmos será recapturado, elevado a um nível superior. Em sua forma unilateral, essas doutrinas serão definitivamente julgadas e eliminadas<sup>22</sup>.

### **Implicação e superação do Racionalismo e do Empirismo na Sociologia**

A sociologia como ciência é filha do movimento iluminista e como tal trouxe para seu interior a polêmica entre o racionalismo e o empirismo. Aqui os nomes foram trocados e se costuma aludir à polêmica entre idealismo e positivismo ou ainda entre subjetividade e objetividade. Quaisquer que sejam os nomes escolhidos, a teoria dos grandes sociólogos pode ser vista como uma rejeição da antinomia idealismo/positivismo (ou racionalismo/empirismo) e uma busca de sua superação. Como entender os trabalhos de Marx, Durkheim e Weber diferentemente?

## Karl Marx

Creio ter apresentado anteriormente argumentos nesse sentido no caso do pensamento de Karl Marx. Miriam Limoeiro Cardoso tem exposto ultimamente o elemento racionalista de Marx na sua atividade construtiva do real empírico. Diz ela que “Marx nos ensina que a reconstrução do real é um produto teórico que se eleva do abstrato ao concreto pela via do pensamento; que opera, pois, desde o começo com conceitos”<sup>23</sup>. Mas é preciso admitir que a tradição ou escola marxista nem sempre exibiu o caráter construtivista da teoria sociológica, caindo com muita frequência no empirismo vulgar via, por exemplo, teoria do reflexo, dialética da natureza ou evolucionismo bachofeniano ou darwinista. Lukács e Korsh foram os primeiros a combater o empirismo da Segunda Internacional recebendo em troca a pecha de idealistas e subjetivistas. M. Löwy escreveu que: “O positivismo não era somente o apanágio de correntes revisionistas ou ecléticas da Segunda Internacional; ele modelou, em grande medida, a doutrina do próprio ‘marxismo ortodoxo’ e especialmente daquele que era o seu principal representante, Karl Kautsky”<sup>24</sup>. Na realidade, é preciso admitir que existe no marxismo uma dupla epistemologia, manifestando a dificuldade de manter-se constantemente fiel à síntese dialética entre racionalismo e empirismo. E, de fato, a expressão hoje tão empregada de “construção do real” provém muito mais da sociologia alemã (Weber, Mannheim), de autores como Bachelard e da fenomenologia do que do marxismo. Marx tentou superar o idealismo (de Hegel e dos socialistas franceses) e o naturalismo e empirismo (de Feuerbach e dos economistas ingleses), mas sua obra contém ambiguidades fundamentais. Como escreve Alexander:

Marx iniciou com uma abordagem normativa e voluntarista para com a revolução e a mudança, uma abordagem na qual a crítica era essencial e colocava a alienação subjetiva da razão e o desejo de sua reconciliação como os mecanismos centrais de uma transformação da vida social. Mas o encontro do radicalismo de seu tempo, especialmente, com a ciência da economia política provocaram mudanças de profundo alcance nos trabalhos de Marx. Agora a ação instrumental parecia a forma mais apropriada para uma análise do período capitalista. A alienação passou de uma fonte de subjetividade crítica a uma racionalização para sua eliminação teórica. Daqui para a frente Marx pôde conceber a ordem coletiva

somente em termos externos e coercitivos. A partir desta transição, nasce o materialismo sociológico e com ele uma persistente sensibilidade à dimensão externa do constrangimento social. Mas também nascia uma teoria antivoluntarista com todos suas fatais (*fateful*) implicações<sup>25</sup>.

A história do marxismo nos seus aspectos teóricos e políticos (práticos) manifesta uma constante luta entre as concepções deterministas e voluntaristas da ação humana individual e coletiva. A superação desejada e buscada era entre, por um lado, os homens que fazem a sua história, e, por outro, as circunstâncias que determinam esta ação. De qualquer ângulo que se tomem os trabalhos de Marx, quer nos seus escritos teóricos, quer em suas obras históricas ou políticas, encontra-se a mesma tentativa de ultrapassar a aparente contradição da atividade do sujeito e da determinação do objeto.

### **Emile Durkheim**

O mesmo parece difícil argumentar a respeito de Durkheim, sobretudo na interpretação parcial e unilateral que tem recebido no Brasil, onde é visto como o grande arauto do positivismo. É claro que esta interpretação vulgar se inicia e se completa numa leitura apressada e cômoda de *As regras do método sociológico*. Creio poder dizer que a grande maioria dos sociólogos brasileiros, professores e alunos, nunca teve um contato maior com as pesquisas de Durkheim, tais como *A divisão do trabalho social*, *O suicídio*, *As formas elementares da vida religiosa* e outros escritos, em particular aqueles sobre o socialismo. Tivessem eles lido essas obras teriam chegado a uma compreensão mais complexa das raízes epistemológicas do sociólogo francês. Mas não precisa tanto para levantar a suspeita de que Durkheim também tenta superar racionalismo e empirismo. Basta uma leitura atenta dos prefácios à primeira e à segunda edições de *As Regras*.

O sociólogo inicia o primeiro Prefácio argumentando a favor da superioridade da ciência sobre o senso comum e, logo em seguida, afirma que seu “método nada tem, pois, de revolucionário”. Num certo sentido é até essencialmente conservador, pois considera os fatos sociais como coisas cuja natureza não é passível de modificação fácil, por mais dúctil e maleável que seja. Muito mais perigosa é a doutrina que não encara esses fatos senão como “produto de combinações mentais, que um simples artifício dialético pode, instantaneamente, transformar por completo”<sup>26</sup>.

Vê-se claramente que Durkheim se posiciona contra o idealismo, defendendo a consistência própria e genuína das realidades sociais que não podem jamais ser consideradas e reduzidas a meras “combinações mentais, que um simples artifício dialético pode, instantaneamente, transformar por completo”. Durkheim teme ser visto como um materialista:

Dado o hábito existente de representar a vida social como o desenvolvimento Ideológico de conceitos ideais, não é impossível, outrossim, que sejamos acoimados de materialistas, nem que se acuse de grosseiro um método que torna a evolução coletiva dependente de combinações objetivas, definidas no espaço<sup>27</sup>.

Durkheim parece, então, defender-se contra os idealistas ou espiritualistas (os filósofos espiritualistas de seu tempo), afirmando o realismo, a objetividade e a materialidade dos fenômenos sociais que não se confundem com estados de consciência. Por outro lado, ele não professa nenhuma forma de materialismo vulgar, pois separa “o reino psicológico do reino social” da mesma forma como se recusa “a explicar o mais complexo pelo mais simples”<sup>28</sup>. Na realidade, a única apelação que ele aceita é a de **racionalista**. “Aquilo que foi chamado de nosso positivismo, não é senão consequência deste racionalismo”.

Durkheim entende racionalismo no sentido do iluminismo como **uma fé no futuro da razão contra o renascente misticismo**<sup>29</sup>. Ele compartilha a fé no poder do homem de conhecer sem apoiar-se em fábulas, superstições, preconceitos ou crenças religiosas; nisto constitui seu racionalismo científico e também sua convicção de que a realidade social não se reduzia a combinações mentais, nem se deixava capturar por um processo de introspecções. A expressão durkheimiana de que “os fatos sociais devem ser tratados como coisas” sempre causou espécie entre nós, esquecendo-nos de que ele não afirma “que os fatos sociais sejam coisas materiais, e sim que constituem coisas como as materiais, embora de **maneira diferente**”<sup>30</sup>. A intenção dialética do autor parece clara: por um lado, ele recusa o idealismo do solipsismo da consciência; por outro, ele reconhece a dimensão própria da vida social que, muitas vezes, ele define como moral, o que impede de cair no empirismo.

Toda a obra de Durkheim talvez possa ser vista como um esforço constante de qualificar a diferença existente entre a realidade da natureza ou dos fatos materiais e a realidade social ou moral. Ele se recusava fortemente



a explicar o social pelo natural, consciente que era de que a vida dos homens em sociedades representava uma realidade *sui generis* que devia e podia ser apanhada pelo pesquisador. Existem, é óbvio, tensões, contradições e anomalias na obra do sociólogo francês. Em *De la division du travail social* e *Les règles de la méthode sociologique* a razão instrumental parece dominar e a objetividade dos constrangimentos sociais quase que abafa por completo a subjetividade e a individualidade dos atores sociais. A veia positivista e materialista predomina. Embora o fenômeno social tenha uma complexidade própria e o todo seja diferente das partes, Durkheim tende a enfatizar a exterioridade em relação às consciências individuais e a coerção dos fatos sobre essas consciências. Em consequência, a ação social tende a ser concebida como inteiramente determinada pela exterioridade. A ênfase dada à causalidade eficiente, à observação e ao utilitarismo da ciência (saber para poder) reforça a imagem de um determinismo social. A razão cognoscente parece limitar-se a uma razão instrumental.

Mas Durkheim nunca deixará de refletir sobre a particularidade e especificidade da ação humana, social e moral. Jamais, mesmo na *Divisão* e em *As Regras*, ele se transformará num comportamentalista. Jamais ele deixará de pregar um método capaz de ir além das aparências, dos fatos, dos fenômenos. Cada vez mais ao longo de sua vida de pesquisador ele valorizará o “invisível” como sendo o principal da vida social que não se esgota no “diretamente observável”. Muito pelo contrário, desde *As Regras* fomos ensinados sobre a importância do fato da associação, que dá origem a um novo ser e a uma nova ordem de realidade e sobre a densidade dinâmica que não se confunde com o volume da sociedade. Mais do que isto, tanto na *Divisão* como em *As Regras*, aprendemos que a observação direta pode levar a indicar ou a deduzir qualidades não diretamente observáveis, mas inferidas a partir de suas manifestações. Em outras palavras, nem tudo o que é real é diretamente observável. Durkheim, aliás, vai caminhar no sentido da afirmação de que a vida social é explicável somente por realidades que não saltam aos olhos do observador e que compõem a verdadeira tessitura da vida em associação. Um belo exemplo disto é a explicação dada às mudanças da taxa de suicídio que somente podem ser compreendidas ou explicadas socialmente. E “socialmente” significa uma forma de sociabilidade. Quando os indivíduos experimentam uma forma solidária de sociabilidade, a taxa de suicídio tende a permanecer estável, a não ser, como no suicídio altruísta,

em que o grupo, solidariamente, procure a morte. O fato é que nenhuma pesquisa baseada na observação direta encontrara a presença ou a falta de solidariedade como Durkheim a descreve. Para tanto, é preciso ir além das estatísticas e dos relatórios policiais, olhar de baixo dos fatos e interpretá-los. É preciso penetrar na “caixa preta” e na experiência vivida da sociabilidade. Ao fazer isso, Durkheim extrapola o empirismo, o positivismo e o materialismo vulgar.

Durkheim nunca se cansou de refletir sobre a natureza do social; o tema transcorre em toda a sua obra. No quinto capítulo de *As Regras* – capítulo discrepante em relação à postura instrumentalista dos outros –, ele sentencia: “é, pois, na natureza da própria sociedade, que urge buscar a explicação da vida social” e “a sociedade não é simples soma de indivíduos, e sim sistema formado pela sua associação, que representa uma realidade específica com seus caracteres próprios”<sup>31</sup>. Nas mesmas páginas, o sociólogo explica que o sistema de relações, não somente comerciais, mas também morais, não é um fenômeno infecundo em si mesmo, que consiste simplesmente em colocar em relações exteriores fatos estabelecidos e propriedades constituídas, mas possui uma qualidade própria de maneira que o todo não é idêntico à soma de suas partes.

Dezessete anos depois, em 1912, em *Les formes élémentaires*, Durkheim reafirma que “A sociedade é uma realidade **sui generis**”<sup>32</sup>, que não se encontra da mesma maneira no resto do universo, nem no ser individual. Daí “a irreduzibilidade da razão à experiência individual”<sup>33</sup> (i.e, ao empirismo) e a impossibilidade de deduzir a sociedade a partir do indivíduo, o todo a partir da parte e o complexo a partir do simples.

Nesta sua última obra, Durkheim insiste nas representações coletivas, reforçando sua tese de que: “as ideias são realidades, forças... as representações coletivas são forças mais atuantes ainda, e mais eficazes que as representações individuais”<sup>34</sup>. A participação dos indivíduos num sistema de representações coletivas torna-os solidários a seu meio ambiente e é a última *ratio* (i.e., a razão última) da sociabilidade. A especificidade do social se encontra na coletividade que se impõe ao indivíduo como um dever e um desejo por meio (quem diria?) das representações (conjunto de ideias ou ideologias) coletivas.

A obsessão de Durkheim com o social o teria levado ao idealismo? J. Alexander o afirma:

Durkheim não é um idealista no sentido filosófico do termo; ele reconhece objetos que são ontologicamente exteriores ao ator: daí sua forte ênfase na associação. A questão crucial, no entanto, é como os objetos sociais entram em atividade. Segundo Durkheim, o arranjo dos objetos sociais no mundo representa a distribuição social do afeto e da moralidade. O interesse de Durkheim não pode ser descrito como sentimento socialmente estruturado; é, pelo contrário, a sociedade sentimentalmente estruturada. Ele criou um idealismo sociológico, e esta criação representa sua maior realização<sup>35</sup>.

Este comentário pode surpreender o leitor acostumado a considerar Durkheim como um grosseiro positivista. Mas como reagiria o próprio Durkheim? A resposta não é difícil já que na sua última obra ele declara que sua teoria do conhecimento busca uma superação do empirismo e do apriorismo. Durkheim pretende ter “renovado” a epistemologia, pois sua teoria “reúne as vantagens contrárias das duas teorias rivais, sem conservar seus inconvenientes. Ela conserva todos os princípios essenciais do apriorismo; mas, ao mesmo tempo, ela se inspira nesse espírito de positividade que o empirismo se estruturava em satisfazer”<sup>36</sup>. De fato, Durkheim rejeita que as categorias do pensamento sejam frutos da experiência, pois elas “não dependem de nós, mas se impõem a nós”; por outro lado, elas “não são nunca fixadas numa forma definida; elas se fazem, se desfazem e se refazem sem cessar; elas mudam segundo os lugares e os tempos”<sup>37</sup>. O que concluir? Por um racionalismo, entendido como intermediário entre o empirismo e o apriorismo.

O racionalismo que é imanente a uma teoria sociológica do conhecimento é, portanto, intermediário entre o empirismo e o apriorismo clássico. Para o primeiro, as categorias são construções puramente artificiais; para o segundo, são, pelo contrário, dados naturais; para nós, elas são, num certo sentido, obras de arte, mas de uma arte que imita a natureza com uma perfeição susceptível de crescer sem limite<sup>38</sup>.

## Max Weber

Não é difícil mostrar que Weber desenvolveu uma sociologia multidimensional que possui precisamente o mérito de buscar uma integração

entre racionalismo e empirismo, idealismo e materialismo e ação normativa e instrumental.

Por um lado – segundo a observação de Alexander – Weber aceitou a realidade do ‘interesse’ instrumental, não somente o poder coercitivo do estado como também o conflito de classe e as exigências industriais que o produzem. Por outro, ele permaneceu extraordinariamente sensível às questões espirituais, ao **Geist**, ao jogo das emoções irracionais vis-à-vis os eventos externos<sup>39</sup>.

Sua orientação ideológica e sua herança intelectual levaram-no a abraçar esses extremos aparentemente incompatíveis e a desenvolver um pensamento extremamente sutil e dialético<sup>40</sup>. A tentativa de síntese se encontra por toda a sua obra, quer nos seus escritos metodológicos, quer nas suas pesquisas substantivas ou mesmo ainda nas suas posições políticas. Isto não surpreende quando recordamos que Weber viveu em uma época em que a ciência e as correntes materialistas atingiram seu apogeu, embora recebendo uma crítica intelectual por parte do neokantismo, arguto opositor do positivismo, do naturalismo e do materialismo. Weber buscará seu caminho e o da ciência e da sociologia entre o realismo do materialismo econômico, da Realpolitik e da explicação causal e o idealismo da sensibilidade hermenêutica à intenção subjetiva, do voluntarismo na história e do “irracionalismo” da ação e dos significados.

A intenção teórica de Weber ficou explícita nos seus trabalhos empíricos. Em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, a obra de Weber mais lida no Brasil e, talvez, a mais incompreendida, lê-se:

(...) não se pode pensar em substituir uma interpretação materialista unilateral por uma igualmente bitolada interpretação causal da cultura e da história. Ambas são igualmente viáveis, mas qualquer uma delas, se não servir de introdução, mas sim de conclusão, de muito pouco servirá ao interesse da verdade histórica<sup>41</sup>.

Weber advoga uma investigação “da totalidade das condições sociais, especialmente econômicas” e por este motivo se opõe a uma interpretação causal unidimensionalmente espiritualista da cultura e da história. Também se insurge contra a explicação reducionista dos fenômenos sociais totais (que formam uma totalidade) por sua base material. “Devemos, evidentemente,

libertar-nos da ideia de que é possível interpretar a Reforma como ‘consequência histórica necessária’ de ‘certas mudanças econômicas’. A origem e a história de tais ideias (o espírito do capitalismo) são muito mais complexas do que supõem os teóricos da ‘superestrutura’<sup>42</sup>. O que, portanto, almeja Weber? Sem dúvida nenhuma ele persegue uma investigação capaz de segurar os dois lados da cadeia casual, o material e o espiritual, porque ele sabe que os interesses dos homens em luta são materiais e ideais.

A **Ética** representa uma investigação do lado espiritual da cadeia casual e, por esta razão, somente se constitui em uma introdução ao estudo da origem do capitalismo e jamais uma conclusão, de acordo com o princípio por ele próprio estabelecido. Mesmo assim Weber não advoga uma causalidade eficiente da ética do protestantismo sobre a consolidação do capitalismo moderno. O conceito-chave explicativo do estudo é o de **afinidade eletiva**. M. Löwy interpreta-o da seguinte maneira:

A eleição, a atração recíproca, a mútua escolha ativadas duas configurações socioculturais, conduzindo a certas formas de interação, estimulação recíproca e convergência. Nesse grau, as analogias e correspondências começam a tornarem-se dinâmicas, mas as duas estruturas permanecem separadas<sup>43</sup>.

Essa é a solução weberiana à relação matéria/ideia nas configurações socioculturais.

No seu artigo sobre “A ‘objetividade’ do conhecimento nas Ciências Sociais”, Weber afirma: “em nenhum domínio dos fenômenos culturais pode a redução unicamente a causas econômicas ser exaustiva, mesmo no caso específico dos fenômenos ‘econômicos’<sup>44</sup>. Ninguém pode acusar Weber de não ter percebido a importância do econômico sobre os fenômenos culturais e de ter negligenciado o lado materialista da cadeia causal. A exterioridade e a ação instrumental sobre a atividade dos indivíduos e das coletividades foram admitidas por ele. Em dois trabalhos pouco estudados no Brasil – *A sociologia agrária das antigas civilizações* e *As causas sociais do declínio da civilização antiga* –, Weber desenvolve interpretações de cunho materialista: das relações sociais de produção<sup>45</sup>. O que provocou “o declínio e a queda” de Roma, para Weber, foi, de fato uma transformação nos relações de produção, a saber, uma passagem da escravidão para a servidão. Para que houvesse uma mudança rumo a uma economia capitalista, como iria ocorrer vários séculos

mais tarde na Europa feudal, era preciso uma expansão qualitativa e uma transformação qualitativa em função do mercado. Tal mudança qualitativa não poderia ocorrer em Roma. Se o modo de produção escravo possibilitava, por um lado, o aumento da força de trabalho com o êxito das conquistas imperiais, ele não favorecia, por outro, o aparecimento do trabalhador livre. O esgotamento do Império e as formas de ocupação e de colonização adotadas conduziram a uma formação feudal. A Antiguidade, sua história, seu desenvolvimento e sua queda são incompreensíveis se não se focalizar a luta de classe.

Fica claro, portanto, que e a desintegração do Império Romano era a consequência política inevitável do desenvolvimento da base econômica: o gradual desaparecimento do comércio e a expansão de uma economia de escambo. Essencialmente esta desintegração, simplesmente significou que o sistema administrativo monetarizado e a superestrutura do Império desapareceram porque não eram mais adaptados à infraestrutura de uma economia natural<sup>46</sup>.

Weber, um estudioso dos fenômenos econômicos, sempre afirmou sua influência sobre os indivíduos e sobre os fenômenos socioculturais, embora procurando evitar o monismo causal e o economicismo. Assim ele distingue eventos ou instituições “econômicos”, no sentido estrito, como acontecimentos da vida bancária e da bolsa; fenômenos “economicamente relevantes”, como acontecimentos da vida religiosa; e fenômenos “economicamente condicionados” como a orientação do gosto artístico de uma dada época. Esses diversos fenômenos são vistos por ele como irreduzíveis uns aos outros, mas inter-relacionados, devendo a atividade de investigação desenvolver uma compreensão dialética para explicá-los. Weber não hesita em considerar que “tanto os acontecimentos da vida cotidiana” quanto os fenômenos “históricos” de alta política, tanto os fenômenos coletivos ou de massa como as ações “individuais” dos estadistas ou as realizações literárias e artísticas, sofrem a sua influência: são “economicamente condicionados”. Em outras palavras, ele não se omite ao reconhecimento da pressão de interesses “materiais” “sobre todos os domínios da cultura, sem exceção, dos mais delicados matizes do sentimento estético e religioso” sem, no entanto, considerá-los epifenômenos ou superestruturas inteiramente dependentes das mudanças econômicas. Esses mesmos fenômenos são vistos, por sua vez, como “economicamente relevantes”, isto é, como exercendo pressões sobre os acontecimentos econômicos<sup>47</sup>.

A extensa e desenvolvida sociologia da religião de Weber está totalmente erigida sobre esta compreensão do jogo de causalidade na realidade social. A vida religiosa e a religião não se confundem com os fenômenos econômicos, nem em última instância. Elas possuem vida própria, independente, ou melhor, elas gozam de uma independência relativa já que por serem economicamente condicionadas, estão submetidas à pressão de interesses “materiais”. Mas, ao mesmo tempo, elas são economicamente relevantes, o que significa que potencialmente podem produzir um impacto sobre os eventos ou instituições econômicas.

O pensamento de Weber, como se vê, também se movimenta, sutil e dialeticamente, entre as armadilhas do racionalismo idealista e do positivismo ou materialismo vulgar. Toda situação social se encontra numa constelação de eventos e instituições, sofrendo múltiplas pressões; pressões materiais e normativos, instrumentais e voluntaristas.

Mas, é preciso acrescentar, a complexidade do pensamento de Weber – e a consequente dificuldade de classificá-lo segundo rótulos estabelecidos – surge do fato de ele não se filiar ao iluminismo clássico. Certamente Weber acredita na ciência e no poder da razão e dos sentidos. Mas a ciência não é tudo como, aliás, a ação social não se esgota na racionalidade instrumental, mas se completa na racionalidade por valores, na racionalidade substantiva. A ciência pode e deve – isto é sua função – mostrar os caminhos, mas não pode **escolhê-los**. “Uma escolha entre compromissos definitivos não pode ser feita com os instrumentos da ciência<sup>48</sup>. Além da razão, existem os valores. A razão em Weber desabrocha para um “irracionalismo” que não é, no entanto, não racional. O pensamento weberiano se encontra na encruzilhada do racionalismo, do empirismo e do irracionalismo, daí a sua complexidade, sutileza e contemporaneidade.

## Conclusão

As observações anteriores sobre a teoria social de Marx, Durkheim e Weber não pretendem nem apresentar um retrato conclusivo sobre a teoria dos autores nem pronunciar juízo sobre os resultados obtidos por eles quanto à solução das relações entre racionalismo e empirismo. Meu objetivo, por ser mais modesto, não é menos importante e se inscreve no quadro das preocupações levantadas na primeira parte do trabalho, a saber, que a atividade de pesquisa na ciência de uma maneira geral e na ciência social, de modo

mais específico, requer a superação da dicotomia racionalismo/empirismo (idealismo/positivismo ou materialismo; subjetivismo/objetivismo). Seria, portanto, possível escrever com J. Alexander que a atividade científica tem sido “multidimensional” e representá-la como um **continuum** que se estende entre o campo metafísico e o campo empírico. “Cada proposição científica é produto de uma interação entre pressões dos dois campos, o empírico e o metafísico”<sup>49</sup>. Isto não significa que os teóricos tenham realizado, nas suas obras, a síntese ou a superação coerente do idealismo e do materialismo. Vale dizer, isto sim, que a ciência não se entende a si mesma, no plano epistemológico, nem como atividade empírica, nem como atividade racional. Ela é, segundo o título de um dos livros de Gaston Bachelard anteriormente citado, **um racionalismo aplicado**. Os fatos não falam por si sós. Pelo contrário, é o ponto de vista que cria o objeto. Mas, mesmo tendo a iniciativa, o cientista se descobre um sujeito-para-os-objetos. Sem o objeto não há ciência, nem sequer consciência. Este diálogo infundável é o fundamento da construção de uma epistemologia do ato científico; além, portanto, do racionalismo empírico e do racionalismo apriorístico ou idealista.

Restaria, ainda, analisar outra questão que extrapola o espaço e o objetivo deste artigo. A ciência, como cultura da razão com suas regras imperativas, não postularia a adesão prévia do espírito a valores que justificariam essas mesmas regras a nossos olhos? Se a ciência é a forma de conhecimento mais valorizada por uma cultura racional, ela não é a única forma de apreensão do real e, talvez, não seja sequer a mais elevada. Terá sido a limitação do iluminismo moderno centrar-se na razão, minimizando o outro vetor do espírito, a crítica. Não há crítica sem um fundamento normativo; sem um horizonte aberto sobre valores. A racionalidade se completa na ética, e o saber, na sabedoria, mostrando a face “irracional” da razão humana.

---

## Notas

\* Este artigo, redigido nos anos 1990, recebeu uma difusão interna ao Departamento de Ciências Sociais da UFC. Muito bem acolhido por colegas, utilizado em sala de aula e ainda atual, recebi solicitações para que ganhe uma divulgação maior.

1. Max Horkheimer, e, Theodor W. Adorno. *Dialectic of Enlightenment*. New York: A Continuum Book. 1972. p. 7.

2. *Science avec conscience*. Paris: Fayard. 1990. p. 8.



3. Título de um livro de Gaston Bachelard.

4. Manfredo Araújo de Oliveira. “A teoria marxiana situada na tradição do pensamento transcendental”. **Nova Escrita**, ano V – nº 11/12, p. 214.

5. Karl Marx. *The economic and philosophic manuscripts of 1844*, New York: International Publishers. 1964, p. 113. A tradução portuguesa é deste articulista.

6. *Idem*, p.109.

7. Henrique Lima Vaz. “Sobre as fontes filosóficas de Karl Marx”. **Nova Escrita**. Ano V, nº 11/12. p. 152-153.

8. In Pedro Demo. *Metodologia científica em ciências sociais*. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas. 1989. p. 153-154.

9. *Idem*. p. 154.

10. N. Abbagnano. *Dicionário de Filosofia*. 2ª edição. São Paulo: Mestre Jou. 1982. p. 790.

11. *Idem*. p. 789.

12. *Idem, ibidem*. p. 790.

13. Teresa Maria Frota Haguette. *Metodologia qualitativa na sociedade*. 13ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes. 2011. p. 13.

14. Walter Brugger. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Herder. 1962. p. 441.

15. J. Hirschberger. *Historia de la Filosofia*. Barcelona: Herder. 1956. p. 12.

16. A respeito, ver o trabalho de Rui Verlaine Oliveira Moreira e José Anchieta Esmeraldo Barreto. “O Cisne negro existe. Um estudo sobre a indução”. In **Cadernos de Educação**, nº 1. Fortaleza.

17. J. Hirschberger. *Obra citada*. p. 74.

18. Max Horkheimer e Theodor W. Adorno. *Obra citada*. p. 7.

19. Edgar Morin. *Science avec conscience*. Paris: Fayard.1990. p. 41-42.

20. Jeffrey C. Alexander. *Theoretical logic in sociology*. Berkeley: University of California Press. 1982.

21. Max Horkheimer e Theodor W. Adorno. *Obra citada*. p. 7 e seguinte.

22. Henri Lefebvre. *Lógica formal / lógica dialética*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979. p.230.

23. Miriam Limoeiro Cardoso. “Sobre a revolução burguesa no Brasil”. In *Saber mitigante*. Maria Ângela d’Incao. São Paulo: Editora da UNESP. 1987. p. 243.

24. Michael Löwy. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Editora Busca Vida. 1987. p. 113.

25. J. Alexander. *Obra citada*. Vol. 3. p. XVIII. Tradução nossa.

26. Émile Durkheim. *As regras do método sociológico*. 6ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1971. p. XV.

27. *Idem*. p. XV.
28. *Idem, ibidem*. p. XV.
29. *Idem, ibidem*. p. XVI.
30. Prefácio da segunda edição, in *Obra citada*. p. XIX. O grifo é nosso.
31. *Idem*. p. 89 e 90.
32. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. 5ª ed. Paris: Presses Universitaires de France. 1968. p. 22.
33. *Idem, ibidem*. p. 23.
34. Citado por Michel Maffesoli. *O conhecimento comum*. São Paulo: Brasiliense. 1988. p. 97. A citação foi tirada de “Représentation individuelle et collective”, in **Revue de Métaphysique et de Morale**. Paris. Maio de 1898.
35. J. C. Alexander. *Obra citada*. vol. 2. p. 230..
36. Émile Durkheim. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. 5ª edição. Paris: Presses Universitaires de France. 1968. p. 27.
37. *Idem*. p. 19 e 21.
38. *Idem, ibidem*. p. 26. Nota de rodapé.
39. J. C. Alexander. *Obra citada*. Vol. 3, p. 7.
40. Ver, sobre a dialética weberiana, o trabalho de Merleau-Ponty. *Les aventures de la dialectique*. Paris: Gallimard. 1955. p. 15-42. O livro de Merleau-Ponty da coleção Os Pensadores traz uma tradução portuguesa do referido texto.
41. Max Weber. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1967. p. 132.
42. *Idem*. p. 61 e 35.
43. Michael Löwy. *Redenção e utopia*. São Paulo: Companhia das Letras. 1989. p. 86.
44. In Weber. 4ª edição. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais. 1989. p. 86.
45. Os dois textos estão publicados em inglês sob o título: *The agrarian sociology of ancient civilizations*. London: NLB1976. Na edição francesa: *Economie et société dans l'Antiquité*. Paris: La Découverte/Poche. 2001.
46. *Idem*, 408. A tradução é nossa.
47. As citações deste parágrafo foram tiradas de: A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais”, in Weber. 4ª edição. São Paulo: Ática. 1989. p. 80 e 81.
48. Max Weber. “Parlamentarismo e Governo numa Alemanha reconstruída”. In Max Weber. Coleção Os Pensadores. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural. 1980. p. 3.
49. J. C. Alexander. *Obra citada*. Vol. 2, p. XVIII e XIX.

## Resumo

Constatando que, no Brasil dos anos 80 e 90 do século passado, a sociologia, sob a influência do marxismo, tornou-se “metodologia” e “epistemologia”, isto é, discurso sobre o discurso, o artigo analisa o tratamento dado à moderna discussão sobre o racionalismo e o empirismo. O artigo argumenta que racionalismo e empirismo não se constituem como oposições insuperáveis e desenvolve uma compreensão que permite destacar um jogo de implicação e suprasunção entre os dois conjuntos de pensamento em vez de obrigar a uma escolha entre um e outro, tornando insolúvel o conflito razão/sentidos. São discutidos o iluminismo nas suas versões racionalista e empirista, e a implicação e superação dessas na sociologia, isto é, no pensamento de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber.

**Palavras-chave:** teoria sociológica, racionalismo, empirismo, Marx, Durkheim, Weber.

## Abstract

Starting with the observation that during the 1980s e 1990s in Brazil, sociology under the influence of Marxism became “methodology” and “epistemology”, that is, a discourse on discourse, the article analyzed the treatment given to the modern discussion on rationalism and empiricism. It argued that the opposition between rationalism and empiricism was not insurmountable, developing an understanding that allowed to highlight a game of presumption and subsumption between two thoughts instead of choosing between one of them, thus unresolving the opposition between reason and emotions. Illuminism is discussed through its two versions, rationalism and empiricism, and how those superseded the thought of Karl Marx, Émile Durkheim and Max Weber.

**Keywords:** sociological theory, rationalism, empiricism, Marx, Durkheim, Weber.

Recebido para publicação em junho/2012.

Aceito em julho/2012

# ABUSO SEXUAL INCESTUOSO: DESVIO, CRIME E RESILIÊNCIA

**Irlena Maria Malheiros da Costa\***

**João Tadeu de Andrade\*\***

**Regianne Leila Rolim Medeiros\*\*\***

## 1. Considerações iniciais

Este artigo examina as relações sexuais violentas envolvendo pais-adultos e filhos(as)-crianças/adolescentes: o abuso sexual incestuoso. Trata-se de um acontecimento que rompe com regras morais e legais e, por isso, muitas vezes, mantém-se dentre os segredos de família. Nosso objetivo é compreender as características do fenômeno, observando os limites entre o comportamento desviante do incesto e sua criminalização e refletindo sobre a possibilidade de superação dos traumas.

Na interpretação da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), caracterizam violência sexual: todo ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou comentário/insinuações sexuais não desejados; atitudes para comercializar ou utilizar a sexualidade de uma pessoa mediante coação por outra, independentemente da relação do agressor com a vítima. A coação pode ser expressa como força física, intimidação psíquica e extorsão. Caracteriza-se violência sexual também quando a vítima não tem condições de dar seu consentimento por estar embriagada, sob o efeito de entorpecentes ou quando está em condição peculiar de desenvolvimento (crianças e adolescentes) (OPAS, 2003).

---

\* Mestranda e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Facilitadora do Grupo de Estudos sobre Violência Sexual e Resiliência do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC/UFC). E-mail: nenamalheiros@yahoo.com.br

\*\* Doutor em Antropologia. Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: joao.andrade@uece.br

\*\*\* Doutora em Human Geography. Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade. Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: regiannemedeiros@yahoo.com.br

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), a violência sexual contra crianças e adolescentes abrange: exploração sexual para fins comerciais e abuso sexual, sendo que a diferença entre ambos está no primeiro transformar crianças/adolescentes em mercadoria sexual mediante lucro. O abuso sexual pode ser intrafamiliar (também denominado abuso sexual doméstico e abuso sexual incestuoso) ou extrafamiliar, a depender da relação entre o agressor e sua vítima (OPAS, 2003).

A OPAS registra a prática de violência sexual contra crianças e adolescentes em todos os países do mundo. Entretanto, afirma que ainda existe um “pacto de silêncio” disseminado socialmente, capaz de coibir todas as tentativas de se conhecer a magnitude do problema. Os dados divulgados sobre esse tipo de violência vêm principalmente da polícia, dos centros de saúde e das organizações não-governamentais. Todavia, a própria OPAS compara a relação entre estas fontes de informação e a magnitude mundial do problema com um grande *iceberg*. Conhecemos a ponta visível, que são os casos denunciados, mas, abaixo da superfície, existe uma parte substancial do problema que não é quantificada.

No Brasil, existe uma crescente preocupação com a violência sexual contra crianças e adolescentes, o que tem influenciado a organização de ações de enfrentamento. Em Fortaleza/CE, o Programa Rede Aquarela<sup>1</sup> constitui-se a política municipal de enfrentamento. Segundo relatórios<sup>2</sup> deste programa, foram 238 notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes entre janeiro e novembro de 2011. As ocorrências de abuso sexual chegam a mais de 90% do total. No mesmo período, foram contabilizados 1495 atendimentos. As meninas constituem a maioria dos casos notificados de abuso sexual e a faixa etária prevaiente é de 7 a 11 anos. O perfil do agressor não aparece nos relatórios consultados.

Diante do panorama exposto, analisamos abuso sexual incestuoso. As relações sexuais envolvendo pais e filhos não são consideradas crimes no Brasil, diferentemente da prática sexual entre adulto e criança/adolescente. Ambas são moralmente condenadas e despertam sentimentos de repulsa na sociedade.

Para compreendermos as especificidades do tema, é preciso que conheçamos questões gerais sobre os conceitos de família, incesto e violência. Este é o assunto que tratamos na primeira seção deste artigo. Em seguida, analisamos o fenômeno do abuso sexual incestuoso como um comportamento

sexual criminoso e/ou desviante, carregado de especificidades. A teoria de Howard Becker (2008) auxiliará na compreensão/explicação do processo de rompimentos das normas morais e legais, bem como da teia de significados que mantém o assunto em segredo. Finalmente, discorreremos sobre as consequências da violência e da denúncia na vida das vítimas: seria possível falar em resiliência em casos de abuso sexual incestuoso?

Buscando compreender o significado do abuso sexual incestuoso do ponto de vista das vítimas, utilizamos o método da História Oral a fim de apreender “interpretações individuais de experiências sociais” (KOFES, 1994, p. 118), levando em consideração que esse tipo de violência costuma perpassar vários anos na vida das vítimas a ponto de influenciar marcos simbólicos de suas infâncias e adolescências. A História Oral nos permitiu dar luz a uma temática envolta por tabus e ainda pouco trabalhada nas Ciências Sociais.

Nossa escolha metodológica foi inspirada no conceito de “estórias de vida” formulado por Suely Kofes (1994), em análise de relações entre mulheres, patroas e empregadas domésticas. Como alertou Pierre Bourdieu (1996), a vida não se constitui um todo coerente e linear, mas uma (des)conexão de (in)coerências. O “real é descontínuo, formado por elementos justapostos sem razão, cada um é único, e tanto mais difíceis de entender porque surgem sempre de modo imprevisto” (BOURDIEU, 1996, p. 76). Assim, o pesquisador que trabalhar com o método biográfico precisa construir a noção de “trajetória” de vida, “como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (BOURDIEU, 1996, p. 81). Foi seguindo esta perspectiva que Kofes (1994) diferenciou “histórias de vida” e “estórias de vida”: as primeiras constituindo biografias de cunho literário que se preocupam com a recuperação coerente da vida de alguém, e as segundas um método biográfico científico cujas (des)continuidades fazem parte da análise do pesquisador. Assim, nos inspiramos nas “estórias de vida” de Kofes (1994), utilizando mais especificamente a História Oral.

História Oral é um método de abordagem biográfica no qual o pesquisador apreende experiências sociais, a partir de relato oral gravado, sobre acontecimentos passados individuais. Este tipo de encontro entre pesquisador e interlocutor nos pareceu o mais apropriado dado o caráter delicado do abuso sexual incestuoso. É um assunto que mobiliza sentimentos de medo, vergonha, raiva e ansiedade. Além disso, ao serem entrevistadas,

as vítimas têm oportunidade de contar suas vivências e interpretações das próprias histórias de luta nas suas singularidades (muitas vezes mantidas na invisibilidade familiar e social). O ato de falar pode funcionar tanto como desabafo diante das sensações pessoais de injustiça cometida “pelos outros”, quanto de resposta a acusações ouvidas após a revelação da violência sofrida. Entrevistar esses jovens pode também desencadear (ou agravar) problemas emocionais, na medida em que emergem, aí, lembranças dolorosas. Assim, a condução das entrevistas nos exigiu preparação, controle emocional e estudo.

Nesta perspectiva, ouvimos a narrativa de dois jovens abusados sexualmente por seus pais biológicos que, após a denúncia, foram inseridos no projeto *Vira Vida*<sup>3</sup> (PVV), sendo um do sexo feminino e outro, masculino: Maria e João.

Maria é uma jovem de 22 anos, ex-aluna do PVV. Foi abusada pelo pai biológico dos 11 aos 14 anos. Revelou à sua mãe, que imediatamente denunciou o marido à polícia. Ambas precisaram sair de casa e foram morar com a família materna. A mãe perdeu o marido, o convívio com o outro filho, a casa e, atualmente, está desempregada. Maria mora com o companheiro, estuda, trabalha e tenta ajudar financeiramente sua mãe. Demonstra culpa pela situação da mãe e tem raiva do pai, a quem chama de “meu gestor”. Na entrevista, fez críticas às políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente, e ao poder judiciário. Há oito anos seu processo está aberto e seu pai nunca foi julgado por falta de provas. Autodenomina-se “muito inteligente” e só não entende porque alguns pais fazem isso com suas filhas. Somente a mãe acreditou em sua palavra e a apoia até hoje. O irmão nunca acreditou na história e não mantém qualquer proximidade com ela. A violência sexual foi acompanhada de castigos físicos e ameaças. Maria também relata que alguns traumas decorrentes do abuso ainda persistem. Dados pessoais serão mantidos em sigilo.

João é um jovem de 19 anos, ex-aluno do PVV e, atualmente, colaborador da Cooperativa Caxangá de Confeção, ligada ao PVV. Sofreu abuso sexual do pai biológico entre 8 e 14 anos; teve reincidência aos 17 anos, desta vez testemunhada por seu irmão mais velho. A denúncia partiu da iniciativa da tia materna. Sua mãe tem problemas psicológicos sobre os quais o jovem sabe pouco. O Processo Judicial corre há dois anos e o agressor nunca foi responsabilizado. A violência sexual era acompanhada de violência física e ameaças: o rapaz era amarrado e amordaçado para que não reagisse. A maior

consequência dos abusos foi a contração do vírus HIV, sobre o qual João falou mais abertamente em nosso segundo encontro. Atualmente, João sente-se feliz e recuperado da violência sofrida e sonha com o dia em que o pai lhe pedirá perdão. Sua identidade será mantida em sigilo.

No que se refere à nossa coleta de informações, em janeiro de 2012, tivemos dois encontros com João e um com Maria, totalizando cinco horas de entrevista. Os dados fazem parte de uma pesquisa<sup>4</sup> mais ampla. Os jovens foram indicados pela equipe técnica do Projeto, levando em consideração o perfil estabelecido previamente pelos pesquisadores: ter sido vítima de abuso sexual incestuoso praticado por pai ou padrasto<sup>5</sup>, ser adolescente ou jovem, e aceitar falar sobre o assunto. O convite foi feito pela assistente social do Projeto, uma vez que as informações sobre os jovens são confidenciais e só poderiam chegar ao conhecimento dos pesquisadores após o aceite. O estudo foi autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará, processo nº 115117225-4, e pela coordenação do projeto *Vira Vida*.

É importante destacar que não levamos em consideração visões dissidentes acerca das relações sexuais envolvendo pais-adultos e filhos(as)-crianças/adolescentes. Isso significa que não tratamos aqui de rituais de magia, de iniciação sexual ou de comunidades específicas que compreendem esse tipo de relação como aceitável. Entendemos que tais situações merecem um espaço maior de discussão, ficando para outro momento. Por enquanto, analisamos o fenômeno dentro do contexto hegemônico de proibição/responsabilização.

Este artigo objetiva compreender as peculiaridades do abuso sexual incestuoso a partir da narrativa de jovens vítimas de seus pais na infância/adolescência. Maria e João, ao contarem suas vidas, elaboraram explicações sobre família, violência, sexualidade, abuso sexual incestuoso, trauma/superação, políticas públicas e sistemas de justiça que auxiliam na compreensão sociológica do fenômeno em uma perspectiva mais aprofundada.

## **2. Família, incesto e violência**

João, aos 19 anos, conta uma vida marcada pela violência intrafamiliar. Sentia-se, desde criança, rejeitado, maltratado e negligenciado. Viu o relacionamento de seus pais passar por inúmeras idas e vindas. Tem um irmão



mais velho com quem nunca estabeleceu um bom relacionamento. A mãe estava sempre ausente e o pai, relojoeiro, era alcoolista. Cresceu reconhecendo sua avó materna como o “único apoio”. Segundo ele, constantemente era humilhado e espancado:

Eu tive uma infância um pouco conturbada. [...] Minha mãe contava pra mim que meu pai nunca gostou de mim, desde quando era pequenininho. Ele queria que eu fosse uma menina [...]. Quando eu nasci, meu pai foi me visitar, né, e trouxe a primeira roupa do bebê [...] e ele foi, olhou pro berçário e disse que quem nasceu não foi homem, quem nasceu foi um baitola. [...] Na época que minha mãe morava com a minha avó, o meu pai ia namorar com ela, aí [ele] [...] ficava dizendo que não gostava de mim, que minha mãe me encontrou no lixo, dentro de um saco de lixo, e também dizia que ia pro Maranhão (porque ele era lá de Maranhão) [...] e que ia me deixar e só ia levar meu irmão. Aí eu ia chorando pra minha avó, e a minha avó foi que me dava força. [...] Depois de tudo isso, meu pai voltou novamente a morar com a minha mãe. Foi num dia que teve um espancamento forte, né? Meu irmão tava brincando em cima da rede, meu pai tava deitado na cama embaixo. Aí o meu irmão caiu por cima do meu pai. E eu tava no chão. Aí meu pai levantou, olhou pra mim e pro meu irmão, e pegou um pau, uma estaca e tacou nas minhas costas. Ele tacou várias vezes, que ficou a marca, que sangrou.

Maus-tratos como estes narrados por João revelam que a convivência familiar não é tão segura quanto se imagina. Família não é naturalmente afetiva e sua configuração – formada pelo tripé pai, mãe e filhos – é uma criação recente (DAY *et al.*, 2003). Os estudos antropológicos em *sociedades tribais* foram imprescindíveis para a *desnaturalização* do conceito de família, ao demonstrarem uma diversa variedade de configurações domésticas em diferentes povos sendo o modelo “nuclear burguês” apenas mais uma possibilidade.

Apesar da tendência à desnaturalização da unidade familiar, ainda é o modelo nuclear burguês – formado pela configuração pai, mãe e filhos – que prepondera culturalmente na sociedade brasileira. Contudo, Durham (1983) descreve uma grande variedade de arranjos familiares dentro da própria sociedade brasileira, cujos tipos socialmente vistos como exceções

se equiparam numericamente aos que obedecem às regras. São eles: família ampliada (nuclear somada a outros parentes), família restrita (casais sem filhos, irmãos solteiros sem os pais) e família incompleta (matrifocais, formadas por mães e filhos, cuja presença do cônjuge-pai é temporária e instável). Somadas a tais exemplos, encontramos outras composições ainda mais complexas, resultantes de novas alianças e/ou separações “onde a relação do casal com seus próprios filhos, filhos dos outros casamentos de um ou de ambos os cônjuges e a relação entre esses diferentes filhos entre si podem dar origem a arranjos muito diversos” (DURHAM, 1983, p. 30).

Neste sentido, entendemos que família constitui-se da associação de relações de consanguinidade, afinidade e descendência, reproduzindo e/ou contestando padrões capazes de preservar a ordem social. É por isso que Durham desmistifica a ideia de que as famílias estejam em processo de falência e atribui ao caráter mutável e maleável dos arranjos familiares a formação e coexistência de diversos modelos de família em uma mesma sociedade. Posicionamentos e interpretações individuais também influenciam na construção dos conceitos de família. João, nosso interlocutor, por exemplo, considera a avó materna o único membro da sua família, mas logo em seguida agrega outros componentes, a depender da história contada. Ao mesmo tempo ele naturaliza os papéis de mãe e pai, quando repetidas vezes diz: “mãe é mãe” e “pai é pai”. Já Maria, a outra interlocutora, afirma: “família mesmo só a minha mãe”, sendo seu pai referido como parte da família apenas quando não “fazia os incestos”. Família também é narrada como uma ausência, no sentido estritamente relacionado à falta do apoio esperado: “eu não tinha família, não tinha apoio nenhum”, disse Maria. Assim, esse jogo de sentidos e significados demonstra a complexidade de se estudar família como categoria sociológica, sendo suas variações constatadas empiricamente.

O contexto social analisado por Durham na década de 1980 foi o mesmo em que se intensificaram os movimentos pelo reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, inauguraram oficialmente novas concepções de infância e adolescência no Brasil. Designa-se criança seres humanos até doze anos de idade incompletos. Já os adolescentes ocupam a faixa etária de doze a dezoito anos. Legalmente, crianças e adolescentes deixaram de ser objetos passíveis da intervenção do Estado e da família para se tornarem sujeitos de direito,

prioridade absoluta e destinatários de proteção integral contra toda forma de violência, crueldade ou opressão, sendo família, sociedade e poder público co-responsáveis pela garantia desses direitos (SANCHES; MINAYO, 2004).

Entretanto, apesar de existir uma legislação específica para garantir que menores de 18 anos sejam protegidos de toda ação prejudicial ao seu pleno desenvolvimento<sup>6</sup>, uma parcela significativa de crianças e adolescentes ainda sofre em seu cotidiano algum tipo de violência, principalmente na família, nas escolas e em outros ambientes relacionados à sua vida afetiva.

A mais comum forma de maus-tratos é o castigo físico. Sob o pretexto de educar, é comum pais aplicarem castigos físicos nos filhos, muitas vezes com a anuência da sociedade. Movida pelo medo, Maria passou a infância satisfazendo à risca as ordens de seu pai e, ao sinal de qualquer desobediência, “ele me batia, eu apanhava de corda, eu apanhava de chinelo, o que você imaginar na vida eu já apanhei. E, às vezes, ele me batia assim sem motivo nenhum”. Segundo Maria, seu pai dizia que “‘tem que botar moral, porque não tou criando cobra pra me morder depois’. O pessoal achava bonito. Porque achava que era autoridade, que era respeito, quando eu falava alguma coisa errada e ele falava: ‘sim, senhor’ e eu ‘sim, senhor’”. João, como referido no início desta seção, “apanhou” até sangrar.

A família se consolidou oficialmente como lugar de afeição e proteção infantil. Criança e adolescente deixaram de ser adultos em miniatura e seres humanos incompletos para assumirem posições de sujeitos de sua própria história: eles são desejados, amados, protegidos, consultados (BELLONI, 2009). Em contrapartida a tais transformações, eles continuam calados, simplificados, assexuados. São ignorados na sua humanidade, complexidade, multiplicidade e sabedoria. E, apesar da hegemonia do consenso médico-político-legal sobre sua condição peculiar de desenvolvimento, têm historicamente ocupado uma posição de invisibilidade social, sendo usados como objetos sexuais e castigados habitualmente sob a justificativa da educação.

Nem sempre a violência física é motivada pela tentativa de educar um filho. No caso de João e Maria, o castigo físico muitas vezes estava associado ao abuso sexual, que é outra forma de maus-tratos. Maria relata:

(...) teve uma vez que minha mãe tava trabalhando e ele me chamou para assistir um filme pornô e eu não queria assistir esse filme.

Aí, o que foi que aconteceu [...] quando a mãe chegou, eu tava apanhando de corda: tava de joelho e tava apanhando de corda. Minha mãe perguntou por que que eu tava apanhando; antes d'eu responder, ele pegou e disse que eu tava me danando.

João diz que o pai “dava tapa na minha cara, prendia meus pulsos, ele prendia minha garganta pra eu não poder falar”.

Ressalte-se que, muitas vezes, as mães dos jovens testemunharam os castigos físicos aplicados por seus pais. Perguntamos à Maria porque não havia intervenção e ela explica: “todo mundo achava que era uma questão realmente de muito cuidado, de... Claro, achava exagerado porque era cada coisa que... era tão simples que transformava... Mas o pessoal achava, pensava que era respeito, que era cuidado”. Neste sentido, os castigos físicos tornavam-se aceitáveis, caso fossem utilizados com o objetivo de cuidar e educar a criança. Sabendo disso, o pai da jovem sempre justificava suas atitudes na necessidade de corrigir a menina:

(...) a criatividade dele era absurda [...]. Uma vez eu tava estendendo roupa... e eu aqui de mão levantada, estendendo a roupa... e ele começava a tocar nos meus seios. Aí uma vez minha mãe olhou e [disse:] ‘que é isso?’ Aí ele dizia que eu tava fazendo alguma coisa e aí pronto... eu apanhava de chinelo”.

Os estudos sobre violência intrafamiliar voltaram-se definitivamente para o campo da cultura após a constatação de que, apesar de serem legalmente responsáveis pela proteção, os pais são os principais agentes de maus-tratos perpetrados contra crianças e adolescentes (DAY *et al.*, 2003). Práticas educativas e castigos físicos estão intimamente relacionados, sendo estes justificados por aquelas. Em se tratando do abuso sexual incestuoso, temos outra configuração: é socialmente condenável por associar o rompimento dos tabus da sexualidade infantil e do incesto. É sobre a aproximação de tais comportamentos, por vezes desviantes e criminosos, que discorreremos a seguir.

### **3. Abuso sexual incestuoso: entre desvio e crime**

A violência intrafamiliar tem contornos muito específicos quando envolve incesto. Maria é uma jovem de 22 anos. Viveu até seus 14 anos com mãe, pai e irmão em um bairro nobre de Fortaleza. Proveniente de uma família de

militares, ela teve uma educação rígida: a mãe tinha a personalidade forte e o pai era muito autoritário. Segundo ela, na época, mantinha uma boa relação com sua família ampliada, como avós, tios e primos. Era muito amiga de seu irmão. Estudou em boas escolas e relembra com saudade o tempo em que tinha amigos. Tudo lhe parece bom naquela época. Ao narrar, deixou escapar um sorriso e quando terminou seu raciocínio, falou: “Minha infância foi boa. Da infância para a puberdade é que não foi muito legal. Já começou alguns problemas a surgirem”, quando seu pai começou a “perturbar”. E acrescenta:

Aí quando realmente eu comecei a ter problemas. [...] Nunca tive coragem de falar para ninguém [...], o meu gestor, ele ficava me perturbando... Ficava... Como é que se diz? Em cima de mim... Eu comecei a criar corpo e ele me achava muito bonita. Porque eu desenvolvi muito cedo. [...] Então, assim, o meu gestor em vez de me ver com aqueles olhos de proteção, não... Ele me viu com outro olhar. Ele realmente me achava bonita. Ele realmente me achava atraente. E foi aí que tudo começou. Ele começou a me perturbar. Começou com alguns toques e tudo. Até... E ele nunca ficava satisfeito, né? Começou com os toques, aí foi, digamos, evoluindo [fez gestual de aspas quando falou a palavra evoluindo]. E eu não falava nada para minha mãe por ameaça. E também eu achava que ninguém ia acreditar em mim.

Foram três anos mantendo em segredo os abusos, até que decidiu contar tudo para a mãe.

Minha mãe imediatamente fez o B.O. E eu saí de casa junto com minha mãe. Ninguém da minha família acreditou. Tudo, tudo o que ele falou, ele conseguiu cumprir [...]. Só quem acreditou foi minha mãe. Ninguém da família dele [...] da minha família paterna, teve contato comigo; nem sequer veio atrás de mim pra saber por que eu tinha saído de casa. [...] minha mãe nunca colocou isso pra ninguém, me preservou o tempo todo. [...] Porque... aquilo mexeu muito comigo, mas com a minha mãe foi mesmo que... poxa... a pessoa que é pra cuidar de mim, que é pra me proteger faz uma coisa dessas, então o que é que ela não pode fazer de pior ainda?

As discussões realizadas na primeira seção do artigo dão conta de que as relações familiares são multifacetadas, ao passo que há um movimento de

desconstrução dos papéis de pai, mãe, irmão, avós, etc. O amor familiar não é natural e a violência no ambiente doméstico é uma realidade relativamente comum. O abuso físico tende a ser mais aceito socialmente, sob a justificativa de educação, e o sexual, incompatível com a família. Então, por que a reação da família de Maria diante da informação de abuso sexual incestuoso foi de aparente descrença e indiferença? Que especificidades levam uma família, antes aparentemente unida, a se separar? Seria somente o fato de se denunciar um crime ou a reação ao saber da relação incestuosa?

Envolto em mitos, símbolos e mistérios, o incesto é um interdito social. Apesar de se constituírem numa proibição moral e, portanto, condenada (ou condenável) em nossa sociedade, as relações incestuosas não são citadas na legislação brasileira. O Código Civil Brasileiro limita o casamento entre parentes até o terceiro grau. Já o Código Penal não inclui o incesto como prática criminosa, apesar de reconhecer, em certos casos, seu caráter transgressor da moral como um agravante nos crimes sexuais previstos em lei (DIAS, 2006; DOSSIÊ, 2005).

Alguns autores consideram a não-criminalização do incesto uma forma de silenciar um problema. Dias afirma: “trata-se de fato cujo nome ninguém sequer gosta de pronunciar. Aliás, é delito que nem nome tem e até parece que não existe, pois nem se encontra tipificado no Código Penal” (DIAS, 2006, p. 12). Cláudio Cohen, igualmente, criminaliza o incesto:

Podemos definir incesto como um abuso sexual intrafamiliar, com ou sem violência explícita, caracterizado pela estimulação sexual intencional por parte de algum dos membros do grupo que possui um vínculo parental pelo qual lhe é proibido o matrimônio. Portanto, as características do incesto são: o abuso sexual e o vínculo familiar (2005, p. 212).

Para Dias (2006) e Cohen (2005), o incesto deveria ser tratado como crime autônomo pelo nosso Código Penal, não apenas como um agravante de crimes sexuais. Eles consideram também a necessidade de que suas penalizações estivessem alinhadas com a avaliação multiprofissional de infratores e vítimas, aproximando-se da ideia de incesto como doença.

Mas seria mesmo o incesto sempre crime? Segundo Saffioti (s.d.), existem dois tipos de relações incestuosas, cuja principal diferença está na convergência ou divergência de vontades. Em termos gerais, toda violação

das regras sociais de parentesco através de relações sexuais consiste em incesto. Contudo, se há livre escolha de um casal adulto capaz de prever e compreender possíveis consequências de uma transgressão da proibição do incesto (repúdio dos outros, por exemplo), tem-se configurada uma relação de vontade convergente. Já a divergência de vontades existe quando a relação incestuosa envolve uma relação coercitiva, independente das idades dos envolvidos.

Com base nas ideias desenvolvidas na seção anterior, segundo as quais a definição do incesto é uma construção social de cunho moral e as relações familiares são plurais e multifacetadas, afirmamos que há uma extensa variedade de arranjos familiares nos quais estão inseridos diversos significados do incesto. Sobre isso inferimos que: 1) nem todos os relacionamentos sexuais entre pais e filhos são socialmente proibidos; 2) se proibidos, eles não são necessariamente considerados crimes.

Tais relações são moralmente inadmissíveis, mas não criminalmente puníveis. Além disso, considera-se sempre crime sexual qualquer relação sexual praticada mediante coerção, sendo o incesto apenas um agravante da infração. As vontades divergentes são caracterizadas por uma relação coercitiva, praticada através de coação, extorsão, intimidação psíquica ou quando a vítima não tem condições de dar seu consentimento por estar embriagada, sob o efeito de entorpecentes ou quando está em situação peculiar de desenvolvimento:

No verdadeiro incesto, já que duas vontades se somam para a realização de atos amorosos, não se violam direitos. No abuso sexual incestuoso, ao contrário, existe sempre o desrespeito, a desconsideração, a violação de direitos, enfim, a violência em suas várias formas de manifestação concreta. A atitude do agressor sexual visa ao seu próprio benefício, ao seu conforto, à satisfação de seus desejos sexuais e ou de poder (SAFFIOTI, s.d., p. 6).

Saffioti (1987) considera que todos os relacionamentos incestuosos envolvendo adulto e criança/adolescente estão baseados na divergência de vontades. Isso porque, para ela, pessoas menores de dezoito anos ainda não teriam maturidade biopsicossocial para consentir esse tipo de relação. Sendo assim, existiria uma desigualdade de condições onde o pai/adulto induz o filho/criança a ceder à sedução. Mas este ceder não significa consentir e a

cessão é fonte inegotável de culpa (CALS, 2007; SAFFIOTI, 1987). Por esta fragilidade, Saffioti considera o incesto, envolvendo crianças e adolescentes, um tipo de violência sexual:

A grande diferença entre os dois tipos de incesto aqui descritos reside na convergência ou divergência de vontades. Esta questão das vontades, nem sempre coerentes com as pulsões sexuais, é tão nuclear que permite continuar denominando de incesto o primeiro caso, mas exige uma denominação distintiva no segundo caso, que poderia ser abuso incestuoso ou, para reforçar através da redundância, **abuso sexual incestuoso** ou ainda abuso sexual em família. Este último, quer se realize através do processo de sedução, quer pela ameaça ou uso da violência física, implica uma hierarquia entre as pessoas envolvidas: há uma que comanda e se beneficia da relação; há outra que obedece e sofre com a relação, embora possa ter benefícios secundários<sup>7</sup>. Desta sorte, se trata de uma relação de dominação-exploração (1987, p. 4).

Essa dificuldade que a criança teria em compreender as atitudes de seu pai aparece nas narrativas de Maria e João quando afirmam que o início da violência está permeado pela culpa de não gostar do tipo de carinho feito pelo pai. A jovem relata que “quando você é criança, você pensa que muitas vezes é um carinho excessivo, mas que não deixa de ser carinho”. Ela achava tudo muito dolorido e incômodo (“pai, dói!”), mas, em compensação, seu pai a amava. Além disso, a falta de conhecimento e experiência despertava ainda mais conflitos psicológicos: a criança pode, por exemplo, se perguntar por que esse carinho é ruim ou por que o carinho não pode ser contado para ninguém. As respostas para tantas dúvidas chegaram aos dois jovens ainda na infância através dos programas de televisão, pois foi pelos noticiários que ambos descobriram o nome dado pela sociedade para aquela relação, até então esquisita, que tinham com seus pais. A partir do conhecimento adquirido, as sensações de culpa e violação sentidas por eles se intensificaram.

O diálogo entre Dias (2006), Cohen (2005) e Saffioti (s.d.) traz algumas considerações de ordem muito mais conceitual do que ideológica. Ao se referirem ao crime do incesto, os dois primeiros referem-se necessariamente às relações sexuais incestuosas envolvendo adulto-crianças/adolescentes, ou seja, eles não consideram em suas reflexões a possibilidade de dois adultos



escolherem viver esse tipo de afetividade. Neste sentido, podemos diferenciar seus conceitos das considerações feitas por Saffioti (s.d.), ressaltando que relações incestuosas nem sempre são violentas.

As restrições às relações pais-filhos se devem ao fato de que nem toda relação incestuosa pode ser considerada abusiva. As práticas sexuais entre irmãos ou entre parentes adultos nem sempre são permeadas por violência física ou psicológica, podendo estar presentes, nestes casos, afeição ou atração sexual mútuas que descaracterizam o abuso, na ausência da desigualdade de poder inerente à relação pai-filho, quando o filho ainda é uma criança ou adolescente (RANGEL, 2009, p. 25).

Essa descriminalização do incesto não significa que crianças e adolescentes estejam desamparados legalmente ou que sejam responsabilizados por relações sexuais incestuosas nas quais estejam envolvidos; isso porque já é previsto em lei que qualquer relação sexual envolvendo adultos e crianças/adolescentes constitui-se crime no Brasil. Nesse caso, o crime em nossa legislação refere-se à violência sexual praticada contra menores de 18 anos da seguinte forma: considera-se estupro de vulnerável sempre que houver qualquer circunstância de cunho sexual envolvendo menores de 14 anos e, em se tratando de adolescentes entre 14 e 18 anos, o crime configura-se como atentado violento ao pudor. O incesto, então, é apenas um agravante dos crimes sexuais contra menores, garantindo a liberdade sexual a pessoas maiores de idade que mantêm relações incestuosas convergentes.

A análise dos comportamentos sexuais entre parentes torna-se mais complexa quando são ultrapassados os limites de violação das regras de conduta, consideradas normais. Diante de sua transgressão, despertam sentimentos coletivos condenatórios, por se aliar a um crime sexual contra menores, também tido socialmente como desvio. A infração das regras da exogamia (casamento fora do grupo familiar) ganha, aqui, contornos ainda mais intrincados por estarem envoltos dois comportamentos sexuais desviantes que culminam em um crime com agravantes.

Destacamos que nem sempre as relações sexuais incestuosas envolvendo adultos e crianças/adolescentes configuram-se um desvio. Segundo Becker, o desvio é uma criação social: os “grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como *outsiders*” (BECKER, 2008, p. 21-22). Dessa maneira, as tais

relações incestuosas só podem ser consideradas desviantes quando a reação dos outros assim as rotular.

Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um infrator. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso: o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal (*idem*, p. 22).

O desviante é considerado por Becker (2008) um *outsider*, ou seja, aquele que desobedece as regras do grupo e sofre sanções informais por isto. “Ocasionalmente, essas ações fora do comum incitam de fato os outros a concluir que você pode ser um ‘doente mental’, e não apenas ‘grosseiro’ ou ‘esquisito’” (*idem*, p. 13), como se a desorganização social fosse resolvida através da institucionalização psiquiátrica do diferente. O termo “desvio”, então, é utilizado para abranger todas as possibilidades do comportamento “anormal”, sendo que apenas uma delas é realmente criminosa. “À medida que a categoria carece de homogeneidade e deixa de incluir todos os casos que lhe pertencem, não é sensato esperar encontrar fatores comuns de personalidade ou situação de vida que expliquem o suposto desvio” (*idem*, p. 22). Essa necessária heterogeneidade do conceito de desvio coloca todos os envolvidos no abuso sexual incestuoso como pessoas potencialmente *outsiders*, a depender da reação dos outros diante da revelação<sup>8</sup>.

Relacionando essas abordagens de Becker e de Saffioti, consideramos as relações incestuosas envolvendo crianças/adolescentes como comportamento desviante criminoso (violência), por violar tanto normas informais (tradição) quanto formais (lei), de convivência social. Isso porque, a complexidade envolvendo o desvio-crime demonstra que, ao mesmo tempo em que a conduta é potencialmente condenável, muitas vezes fica no âmbito tolerável, protegido pelos segredos de família. As atitudes familiares protegem o homem (legalmente intitulado de agressor e socialmente chamando de pai) sob a justificativa da legitimidade de seu poder tradicional de homem-pai. “Tá vendo que ele [o pai] nunca faria isso! Ele [o filho] está inventando. Isso é mentira!”, disse um tio paterno de João, quando soube da denúncia. Assim, se o comportamento desviante precisa da sanção dos outros, no caso das relações incestuosas envolvendo adultos-crianças/adolescentes, nem sempre os outros na sociedade considerarão o agressor (aquele que infringiu a lei) um *outsider* (aquele que infringiu a moral).

Sandra Butler (1979, p. 15) chamou esse desvio-crime de assalto incestuoso:

Qualquer contato sexual manual, oral ou genital, ou qualquer outro comportamento sexual explícito que um membro adulto da família impõe a uma criança, incapaz de modificar ou compreender tal comportamento, devido à sua impotência dentro da família e sua fase ainda inicial de desenvolvimento psicológico. Este tipo de incesto não é consentido porque a criança ainda não desenvolveu a compreensão ou a sexualidade que lhe permitam uma reação livre e perfeitamente consciente ao comportamento do adulto (...). Qualquer atividade sexual, ou experiência sexual, imposta a uma criança, e que resulte num trauma emocional, físico ou sexual. As formas de assalto incestuoso são diversas, os atos cometidos nem sempre são genitais e a experiência nem sempre é física.

Outras categorias são utilizadas para definir o mesmo fenômeno como, por exemplo, abuso incestuoso (SAFFIOTI, s.d.) e abuso sexual intrafamiliar (RANGEL, 2009). Adotamos neste artigo a noção de *abuso sexual incestuoso* por entendermos que ela preenche claramente as exigências de análise relacionadas com a explicação/descrição do fenômeno: qualquer comportamento sexual explícito ou implícito que um parente adulto impõe a uma criança/adolescente, aproveitando-se de sua condição de adulto e familiar para satisfazer seu próprio prazer sexual.

Se o incesto em si retrata relações de ordem sexual proibidas na família, o abuso sexual incestuoso é a transgressão, a invasão e a violação do corpo, da intimidade e da consciência emocional e corporal realizadas por parentes próximos, detentores de poder emocional, físico e social sobre a criança/adolescente. É uma atitude que ultrapassa a vontade da criança e os limites aceitos pela legislação (abuso sexual) e pela moral (incesto) e, portanto, causa sentimentos de repulsa na sociedade.

Inaceitável e repulsivo, o abuso sexual incestuoso desperta atitudes contraditórias nas pessoas, pois mantém muitas vezes o inadmissível em segredo. Eis a principal característica desse tipo de violência: constitui-se num dos segredos mais bem guardados nas histórias de família. Muitos casos estão escondidos em cadernos de segredos individuais, familiares, sociais (o silêncio no âmbito escolar e comunitário também é comum), cujas fechaduras são trancadas por sentimentos de vergonha, medo e culpa, formando um

verdadeiro “pacto de silêncio”. Alguns outros se tornam públicos ao serem denunciados aos órgãos especializados na defesa de crianças e adolescentes. Há tentativas de explicar as razões de tal silêncio:

Acreditamos que este silêncio frente à sociedade ocorra por vários motivos: temor pela reação da própria; para manter a aparência da “sagrada família”; por conivência entre as pessoas que sabem do fato e não o denunciam; por uma idéia de que nada pode ser feito para resolvê-lo; por ser um assunto tabu; por não se saber o que fazer (COHEN, 2005, p. 213).

São os mecanismos simbólicos adúltocêntricos e machistas (aliados às questões relativas ao próprio tabu do incesto) entranhados na sociedade brasileira que alimentam a dimensão do segredo nos casos de abuso sexual incestuoso, criando uma característica marcante deste tipo de violência: a recorrência (SAFFIOTI, 1987; RANGEL, 2009). É muito comum o ciclo de violência durar anos sem que ninguém denuncie. João, por exemplo, começou a ser abusado aos oito anos e a denúncia só aconteceu aos dezessete, mesmo que ele tenha contado ainda criança à mãe e ao irmão mais velho. O abuso sexual incestuoso passa a ser, assim, um assunto que as famílias não contam e sobre o qual a sociedade não pergunta. A verdadeira dimensão do problema, em um movimento cíclico, também ganha ares secretos, dificultando a criação de mecanismos de prevenção e combate. E acaba sendo tanto segredo de família quanto “segredo social”.

O abuso sexual incestuoso traz graves consequências às vítimas. As mais comuns são: gravidez; doenças sexualmente transmissíveis; lesões genitais e/ou anais; comportamento agressivo; depressão; dificuldades de adaptação afetiva; dificuldades de adaptação interpessoal; dificuldades de adaptação sexual; problemas de conduta; manifestações obsessivas, fóbicas; problemas psicossomáticos; transtornos psicóticos (AZEVEDO; GUERRA; VAICIUNAS, 2005).

Existem também traumas mesmo que o agressor não empregue a força física e que a violência sofrida pode desencadear, por exemplo, feridas graves como uma espécie de “morte psicológica” para a vítima. “As vítimas do incesto podem senti-lo como um equivalente mental de morte biológica, ou seja, como uma aniquilação interna de suas estruturas psicológicas, ficando

deste modo impedidos de crescer e de modificar sua vida mental” (COHEN, 2005, 216). As consequências do abuso sexual incestuoso são apontadas como graves, mesmo que a própria vítima não tenha consciência disso, já que os sentimentos desencadeados tendem a ser negados ou reprimidos (COHEN, 2005; RANGEL, 2009).

Os traumas podem acompanhar as vítimas durante anos. Maria revelou que não consegue vestir biquíni para ir a passeios com banhos de piscina ou mar porque não se desvencilhou ainda da ideia de que alguém poderá olhá-la com desejo de possuí-la, como seu pai o fazia. “Sabe aquela sensação de que estão te comendo com os olhos?”. Suas relações afetivas tiveram graves problemas de adaptação, embora revele que, hoje, se sinta mais à vontade com o companheiro. Seu corpo lhe parece ainda um problema, apesar de atualmente se considerar uma “mulher linda”. João manifestou comportamento depressivo durante todo o período em que sofreu abuso, sem que despertasse no restante da família qualquer desconfiança. Além disso, ele acredita que sua orientação sexual está diretamente relacionada à influência do pai em sua vida: “eu sou homossexual por influência dele, eu não me via assim”. A revelação do abuso aprofundou os transtornos na vida de ambos ao deixar de ser um problema individual para se tornar questão familiar e social.

Na interpretação de Maria, “o que fortalece a pessoa é o acompanhamento dela... e o que dificulta é a própria sociedade”. Assim, podemos afirmar que a prática do abuso sexual incestuoso vai além da noção de crime que traz prejuízos biopsicossociais às vítimas: os processos condenatórios nas redes de relações dos jovens transformaram a libertação da violência no desenvolvimento de severas punições a quem, *a priori*, seria vítima. Porquanto, abrir o caderno de segredos desencadeou uma série de sanções, não havendo aqui a dualidade vítima-agressor; ambos são *outsiders*, ambos são responsáveis pelo escândalo.

Então, assim, eu tinha que ter muita paciência, porque deixou de ser uma coisa minha para ser coisa da família. Quem sabia da minha família, cobrava. Disseram várias vezes que se ele não foi preso é porque ele não é culpado [...] Ela [avó materna] me humilhava mesmo. Dizia que meu irmão era um santo e tal, tal. Ela sempre fazia essa comparação. E dizia que o meu irmão fez o certo, ficou com ele [o pai] e eu fiz o errado. E que eu destruí o casamento dos dois [pai e mãe].

O rompimento do “pacto de silêncio” tornou-se um divisor de águas na vida dos jovens. Com ele, vieram: o fim do ciclo de abuso sexual, a dissolução da família nuclear e o desenvolvimento de novos caminhos. É sobre isso que discutimos na próxima seção.

#### 4. Seguindo em frente: denúncia e resiliência

Maria terminou seu curso profissionalizante no projeto *Vira Vida* e, em seguida, começou a trabalhar em uma área paralela à sua formação. Atualmente, sonha em fazer um curso superior no campo da educação.

Eu pretendo fazer pós-graduação, mestrado, doutorado, quem sabe num vou ser PhD? Eu pretendo estudar muito assim. Mas na questão de querer qualidade de vida, de poder ter acesso aos direitos de todo mundo que tem dinheiro. Porque se você falar de direito de todo mundo, todo mundo tem e ninguém tem acesso. Mas mais pela questão de ter qualidade de vida, de ser uma pessoa instruída, porque eu gosto muito de estudar.

Esses sonhos quase caíram por terra quando a jovem resolveu romper o silêncio sobre a relação que mantinha secretamente com seu pai. Calada, passaram-se anos. Vivia incomodada com as atitudes do pai, mas acreditava que aquilo era a forma dele fazer carinho. Convivia sozinha com as dúvidas alimentadas pela dor e esperança do amor. Até que um dia, assistindo a um programa policial na televisão, a menina descobriu que a relação com seu pai poderia ser um tipo de agressão. Ficou confusa, mas manteve-se em silêncio. Tinha medo de contar e ninguém acreditar, de ser castigada pelo pai ou mesmo pela mãe.

Pouco tempo depois, quando descobriu que não era mais virgem – decidiu ter relações sexuais com o primeiro namorado para saber se o pai tinha tirado sua virgindade – como suas colegas de escola, decidiu quebrar o silêncio:

(...) realmente caiu a ficha: que eu tava sendo abusada, que eu tava sendo explorada, e que toda a questão do meu corpo não foi eu que descobri... alguém descobriu... alguém descobriu antes de mim. Então, assim, veio um sentimento de ódio, de tá sendo usada, de tá sendo um objeto na mão de alguém. [...] Então, assim, eu chamei minha mãe para conversar e disse pra minha mãe que acontecia isso, isso, isso e isso, e que eu não aguentava mais.

Imediatamente, a mãe de Maria foi denunciar o marido na Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), saiu de casa com a filha e buscou abrigo com familiares. Enquanto o irmão ficou em casa com o pai, a jovem passou a morar com a avó materna, até ser expulsa de lá também. Foi difícil continuar os estudos e quase abandonou a escola:

Eu consegui terminar meu ensino médio com muita dificuldade... Eu não tinha dinheiro, era filha de pais separados, não tinha estrutura... Então assim, no ensino médio eu toda a vida eu estudei em colégio público. [...] Eu, quando eu comecei a estudar, não tinha colégio do ensino médio próximo de casa. Aí eu estudei no primeiro ano num colégio, o segundo ano noutro, e o terceiro, noutro. [...] Então assim, como eu to dizendo, na minha adolescência... foi tudo muito conturbado... e depois que tudo aconteceu eu tinha que dar conta de várias coisas. O pior é que não basta você contar; você tem que provar que tava falando a verdade.

O abuso sexual incestuoso e sua revelação transformaram profundamente a vida de Maria, fazendo-nos começar a pensar como foi possível para ela e João “seguir em frente”. Aqui remetemos a um conceito cada vez mais estudado pelos pesquisadores de maus-tratos infantis: a resiliência.

A palavra resiliência origina-se do latim, resílio, *re* + *salio*, que significa “ser elástico”. Em 1807, surgiu no cenário científico moderno compondo o vocabulário da Física e da Engenharia, sendo um de seus precursores o cientista inglês Thomas Young. A resiliência de um material é a energia de deformação máxima que ele é capaz de armazenar sem sofrer deformações permanentes. Isto é, a resiliência refere-se à capacidade de um material absorver energia sem sofrer deformação plástica ou permanente (NORONHA *et. al.*, 2009, p. 498).

Esse conceito começou a ser levado em consideração nas ciências humanas quando pesquisadores perceberam que algumas pessoas vítimas de situações estressantes conseguiam reconstruir suas vidas:

(...) vários conceitos teóricos sobre resiliência surgem fundamentados numa variedade de disciplinas como a psicologia, biologia, sociologia, psiquiatria, educação, dentre outras. A resiliência como foco da temática do desenvolvimento humano

em situações de risco vem sendo estudada por vários autores em diversas partes do mundo desde a década de 1970, dos quais destacamos as pesquisas que buscam identificar os fatores de risco e de proteção que contribuem para a adaptação dos indivíduos, subsidiando programas de intervenção e políticas públicas no âmbito da saúde mental, em que a principal preocupação desses pesquisadores reside em identificar fatores que auxiliam as pessoas a manter um desenvolvimento saudável na presença das adversidades (NORONHA *et. al.*, 2009, p. 498).

Essa capacidade humana de “adequação” passou a ser estudada, principalmente na década de 1990. As pesquisas foram se aprofundando de forma que a utilização do termo proveniente da física ficasse cada vez menos mecânica. Começou-se a pensar no desenvolvimento humano de forma mais complexa, abrangendo também questões socioculturais (NORONHA *et. al.*, 2009). Resiliência não significa um retorno a um estado anterior, mas sim a superação (ou adaptação, como querem alguns autores) diante de uma dificuldade considerada como risco, e a possibilidade de construção de novos caminhos de vida e de um processo de subjetivação a partir do enfrentamento de situações traumáticas (JUNQUEIRA; DESLANDES, 2003).

A resiliência tem sido apontada como um conceito inovador na área da violência contra crianças e adolescentes e, em especial, no que concerne ao abuso sexual incestuoso. O conceito pode ser um dos caminhos para as vítimas superarem os traumas e conseguirem reconstruir suas vidas, mas ainda existem muitas divergências sobre o assunto. Seria a resiliência uma possibilidade restrita a indivíduos específicos? Por que algumas pessoas superam e outras não? Junqueira e Deslandes afirmam: “O debate que se trava em torno da resiliência, a capacidade de desenvolvê-la, suas potenciais contribuições (...) e a complexidade que o conceito vem agregando, liga-se a uma discussão sobre o tema central na saúde coletiva: a conexão entre o individual, o singular e o coletivo” (2003, p. 228).

Entretanto, controvérsias conceituais sobre a natureza da resiliência acabam quando se fala dos benefícios de se compreender melhor essa possível capacidade humana de superar as adversidades e situações traumáticas. Isso porque, “a resiliência rompe com uma noção onde o sujeito se vê aprisionado a um ciclo sem saída” (JUNQUEIRA; DESLANDES, 2003, p. 233) e ultrapassa a ideia de que nada pode ser feito para vítimas de abuso sexual incestuoso.



“É possível superar sim”, disse João. O jovem narra sua trajetória de vida, destacando a própria superação dos traumas vividos. Com segurança na voz, ele afirmou que “seguir a vida normalmente” é uma possibilidade real para qualquer trauma vivido e que, após dois anos da denúncia, se sente capaz de perdoar seu pai com tranquilidade e sem qualquer mágoa:

(...) Se ele me pedir perdão ou desculpa, eu perdoava [...]. Eu tenho coragem porque ele é pai [...]. Por que a partir do momento em que eu perdoar, eu tenho consciência de que a minha vida não será a mesma. Mas eu acho que isso é o que está faltando em mim. É ele chegar e me pedir perdão [...]. Hoje, graças a Deus, eu tenho apoio da minha família tanto no pessoal quanto na minha orientação sexual. E estou muito feliz hoje [...]. [Antes de vir ao Projeto Vira vida], eu já estava com essa ânsia de querer mudar, de deixar meu passado, porque... Eu sempre colocava isso na minha cabeça: estar revivendo, lembrando o passado, pra que? Passado é passado! E se você ficar pensando nas coisas ruins passadas que você viveu [...], não vai viver nunca. Foi aí que eu tomei a atitude de querer mudar [...]. Hoje eu sou uma pessoa completamente diferente de antigamente. Eu vivo minha vida intensamente. E o que eu puder fazer para melhorar meu dia, eu faço [...]. Pegar aquilo que você viveu e enterrar. Porque eu já te falei e vou te falar de novo: eu enterro e, na hora que eu quiser ver, eu escavo... olho... vejo... e enterro de novo. Só assim você vive.

Maria acredita que esquecer é impossível. Sua sensação de violação persiste, mesmo após oito anos de afastamento do pai; diz que se sente como se seu corpo não lhe pertencesse totalmente. Segundo a jovem, “sempre fica alguma coisa, por mais que passe o tempo”. Assim, a superação seria parcial: “eu acho que todo mundo que passou por isso tem a capacidade de superação e ela [a pessoa] vai procurar algum mecanismo para que aquilo não fique tão forte quanto na época, mas eu acho que ela nunca vai esquecer”.

As explicações de Maria e João trazem algumas pistas acerca da resiliência. “Superar” e “esquecer”. Palavras que remetem ao próprio conceito da física: a tensão acaba, mas mantém-se um “corpo deformado”. Marcados pelo passado, eles vivem o presente e sonham com o futuro. João assumiu sua homossexualidade e disse que já se “juntou” duas vezes. Maria é casada e sonha com seu doutorado na área da educação. Cada um seguiu seu rumo e esse “seguir em frente” talvez seja um reflexo da resiliência.

A noção de resiliência traz à tona a condição legal de crianças e adolescentes como sujeitos de sua história, capazes inclusive de ultrapassar as adversidades. Mas, para isso, existe necessidade do apoio cuidadoso dos órgãos protetores, fornecendo subsídios para que essas crianças e adolescentes consigam vencer os desafios e reconstruir os caminhos.

Há um consenso na definição do conceito de resiliência sobre a relevância de se criar espaços de ação protetora no campo das interações, de modo a se promover um suporte na rede de sociabilidade. As ações institucionais só são entendidas como propiciadoras de resiliência desde que efetivadas através de um vínculo com a criança e o adolescente. É este talvez seja um dos grandes ganhos que a resiliência traz para o campo da saúde, ou seja, propõe uma nova práxis pautada em ações personalizadas, nas quais a interação entre os sujeitos realmente se estabeleça como vínculo de confiança, como espaço de acolhida e escuta (JUNQUEIRA; DESLANDES, 2003, p. 232-233).

Entretanto, o “pacto de silêncio” muitas vezes atinge também as ações de Estado. Percebemos isso quando conhecemos o “Relatório de Monitoramento da Política para a Infância e Adolescência no Município de Fortaleza” (2010), no qual o Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente/Ceará (CEDECA/CE) denuncia as poucas ações realizadas no município para que os programas de prevenção e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes tenham realmente efetividade:

As ações de sensibilização e mobilização atingem uma pequena parcela da população, com incidência em apenas três territórios (Serrinha, Jangurussu e Barra do Ceará). Os núcleos não possuem estrutura própria e a equipe envolvida nas ações junto às comunidades é reduzida. Embora reconheçamos a importância de se trabalhar a partir da realidade cotidiana identificada nos diferentes territórios da cidade, a partir do olhar dos próprios atores das comunidades, e de se implementar e fortalecer uma rede local para o enfrentamento da violência sexual, consideramos que tais ações devem ser contínuas e sistemáticas, aliadas a outras estratégias que proporcionem alternativas efetivas à superação da situação de violência. Considerando que a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma manifestação perversa das

desigualdades de gênero, raça / etnia, classe social e de geração que marcam a sociedade brasileira, não basta diagnosticar o problema e sensibilizar a população através de ações pontuais (...). Necessário se faz garantir mecanismos para isso, através do fortalecimento da rede de proteção como um todo, a partir da realização de políticas integrais, sociais básicas e de proteção social especial, intersetoriais e dialogadas, para as crianças e adolescentes envolvidos nesse processo (CEDECA/CE, 2010, p. 14).

Esta é a crítica feita pelo CEDECA ao programa Rede Aquarela do município de Fortaleza que deveria estar trabalhando para erradicar o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes na capital cearense. O relatório cobra a participação efetiva do Estado e da sociedade na defesa dos direitos infantis, rompendo, inclusive, com o disseminado “pacto de silêncio” sobre o assunto.

Quando encontramos Maria, o processo judicial estava parado. Há oito anos ela espera o julgamento do pai. A jovem demonstra não acreditar nem na justiça nem nas políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente. Após a revelação do abuso sofrido, ela e sua mãe precisaram sair de casa para evitar que a violência continuasse. Os atendimentos psicológicos eram, para ela, uma espécie de tortura:

Mas como eu fui encaminhada para um projeto social que atendia a pessoas que eram vítimas de violência sexual, eles conversavam comigo... A princípio eu era um gelo... Não conversava de jeito nenhum... A psicóloga ficava perguntando. [...] Eu não dava nem atenção. É pior: eu odiava ir para a psicóloga porque eu sabia que só ia pra psicóloga por conta disso. Eu sabia que só tinha um projeto social por conta disso. Então, assim, eu passei a odiar o projeto [social], odiar esse tipo de coisa porque todas as meninas estavam estudando e tudo... fazendo isso e aquilo outro... quando não, estavam brincando e eu não tava... tava num projeto social.

O fim do silêncio trouxe como consequência: rompimento de vários laços sociais (família, amigos, vizinhança, escola), a sensação de exposição pública do que chamou de “minha vergonha” e a transformação completa de sua vida. Diante de tudo isso, Maria afirma que às vezes pensa que estaria melhor se não tivesse denunciado:

Eu não tinha provas e, pra completar, eu tinha ficado com esse menino [seu primeiro namorado]. Então, para todos os efeitos tudo que tinha acontecido era esse menino que tinha feito. Eu não consegui provar [...]. Até a família da minha mãe começou a não acreditar mais em mim. Ela [a família] disse que se fosse verdade ele [seu pai] estava preso. E cada vez foi me torturando mais ainda. [...] Pra mim é como se eu nadasse contra a corrente: eu dizendo uma coisa e todo mundo dizendo outra. [...] Eu fiquei muito traumatizada [com as dificuldades desencadeadas após a denúncia]. Eu fiquei pensando: como estaria minha vida se eu não tivesse denunciado? Eu acho que estaria bem. Já teria saído de casa. Porque meu irmão [...] a vida dele está normal. Ele terminou os estudos [...]. Está trabalhando [...]. Agora tem uma mulher. Nunca ficou desempregado [...] e os amigos dele de hoje são os mesmos amigos dele de infância. E eu não sou assim...

Existe um caminho proposto, pelo qual se pode trabalhar a resiliência em: 1) Ações Promotoras, no sentido de promoção primária “reforçando o diálogo e a tolerância no seio da família, reafirmando a importância da autoestima (...), da divulgação dos seus direitos e do respeito ao seu corpo” (JUNQUEIRA; DESLANDES, 2003, p. 233); e 2) Ações Protetoras, diante das denúncias de crimes sexuais já cometidos, no sentido de proteger a criança e o adolescente de uma “revitimização”, de tratá-los com dignidade e de perceber que os aparelhos estatais de proteção à infância/adolescência existem para garantir direitos.

Assim como Maria, João contou que descobriu o nome das atitudes de seu pai para com ele, após ver na televisão uma reportagem sobre abuso sexual. Naquele momento, toda a família estava reunida na sala e ele teve vontade de contar o ocorrido, mas lhe faltou coragem. As ações promotoras, assim, são importantes para informar crianças e adolescentes sobre seus direitos, dando-lhes subsídios para compreender sua realidade. Somado a isso, o jovem teve na Rede Aquarela tratamento psicológico e fez curso profissionalizante no projeto *Vira Vida* que, segundo ele, foram essenciais para seu bem-estar. “As oportunidades mudaram a minha vida; as oportunidades d’eu crescer, d’eu ser alguém na vida [...]. Me dá força pra ir mais à frente. Mas não é só o projeto [projeto *Viva Vida*], o projeto tá me ajudando. Eu que tou, com minhas pernas, indo atrás dos meus objetivos”, disse João. Assim, a aliança entre a promoção e a proteção pode desempenhar um papel fundamental na garantia de direitos de crianças/adolescentes e suas famílias.

Em contrapartida, Maria guarda mágoa das ações do poder público. Ela afirma que o programa *Sentinela*<sup>10</sup> não tinha apoio real do município. O número reduzido de advogados, a constante troca de psicólogos, a falta de gasolina para visitas domiciliares, dentre outros problemas observados pela jovem, dificultaram ainda mais sua adaptação a uma nova realidade e despertaram nela descrença no Estado.

As narrativas de João e Maria se aproximam quando fazem críticas ao poder judiciário. Os jovens relataram que as audiências com os juízes eram assustadoras. Tudo lhes incomodava: desde o fato de ficarem cara a cara com o agressor (pai) até o barulho das teclas na digitação dos depoimentos. Sintomas de pânico foram relatados e despertaram neles a vontade de nunca mais serem convocados para o fórum, mesmo que isso significasse a liberdade do agressor.

Essas informações descritas pelos jovens demonstram que, além da violência em si, as ações “protetoras” precisam levar em consideração as consequências relacionadas à revelação do abuso sexual incestuoso, uma vez que se a infração das regras só desperta a ansia por sanções quando se torna pública, como afirmou Becker (2008), a revelação do comportamento “anormal” e criminoso – o abuso sexual incestuoso – dentro da família pode despertar sentimentos de vergonha diante da sociedade. Todos enfrentam as consequências do segredo violado: o agressor, a família nuclear (irmãos e mãe da vítima), a vítima, a família expandida (avós, tios, primos). Olhares, fofocas e acusações de vizinhos, amigos da família ou mesmo dos próprios familiares são algumas das atitudes citadas pelos jovens negativas.

O processo judicial, os exames de corpo de delito e as idas aos projetos sociais intensificavam as reações dos outros. Neste momento, é comum uma parte significativa da família e dos amigos rejeitar as informações passadas pela criança/adolescente, entendendo que esta é mentirosa ou entrou em uma situação embaraçosa por escolha própria. Maria e João, por exemplo, foram rotulados como “a menina que saiu de casa porque não prestava” e “o veado incubado”, respectivamente. Responsabilizados, ambos acabaram se sentindo abandonados e marginalizados por vigilantes das regras sociais, sofrendo sanções sociais como desviantes.

Todas essas dificuldades desencadeadas pelas denúncias são, muitas vezes, ignoradas pela própria gravidade da denúncia inicial. Sendo a prioridade das ações governamentais e não-governamentais a retirada de crianças e

adolescentes do ciclo de violência no qual estes estão inseridos, as consequências psicossociais da denúncia ainda são pouco analisadas. Entretanto, há um tímido movimento para evitar, cada vez mais, os processos de “revitimização”. Um exemplo disso é a tentativa de implantação do depoimento especial<sup>11</sup>. Nele, a vítima fica em uma sala separada sem contato com seu agressor, sendo a comunicação com o juiz feita por um ponto eletrônico colocado no ouvido de um profissional qualificado (psicólogo ou assistente social, por exemplo) para conversar com crianças e adolescentes sobre o assunto. A ideia é evitar a exposição excessiva da vítima e, conseqüentemente, sua “revitimização”.

## 5. Considerações finais

Este artigo trouxe reflexões sobre o abuso sexual incestuoso, o que envolve violação de tabus, segredos, relações familiares e condutas criminosas. Com características peculiares, esse tipo de violência consiste em comportamento sexual implícito ou explícito imposto por um adulto a uma criança/adolescente.

Em busca da superação, os sujeitos deste estudo percorreram caminhos semelhantes: após a denúncia, foram acolhidos por alguém da família e inseridos na rede de proteção a crianças e adolescentes. Viram suas vidas se transformarem completamente, levando-os para o mesmo Projeto de inserção profissional (projeto *Vira Vida*). Um afirma que os traumas apenas amenizaram, com o passar dos anos; outro é veemente ao declarar sua libertação do passado. Ambos destacam que denunciar foi um divisor de águas em suas vidas, que não trouxe somente liberdade e alívio, mas também uma série de conflitos individuais e familiares marcantes em suas vidas.

A família apareceu nos relatos de Maria e João com inúmeras conotações, as quais serviram para explicitar tanto o ambiente doméstico violento quanto a reação dos componentes da família diante da denúncia. Ela foi apontada pelos jovens como um grande obstáculo para a superação. Descrença, fofocas e acusações fizeram os jovens se sentirem expostos e repudiados. Consideramos, assim, que é preciso observar as consequências de ações “protetoras” desenvolvidas após denúncias de abuso sexual incestuoso. Falta de acompanhamento psicossocial da família, retirada dos jovens do convívio familiar, ou mesmo a introdução compulsória em ambientes e entidades até então estranhos (consultórios de psicologia, delegacias, fórum e projetos sociais) podem significar mais um processo violento. Caberia, então, uma reflexão maior sobre os procedimentos propostos como proteção.

A lentidão dos processos judiciais amplia o tempo desse impacto. Como resultado disso, temos a dificuldade encontrada por esses jovens de “seguir em frente”, quando sabem que a qualquer momento podem ser convocados novamente pela justiça. Essa demora na resolução dos casos obriga-os a permanecer, muitas vezes, em estado de liminaridade, esperando o passado ficar para trás. A sensação relatada é de aprisionamento e abandono, antes impostos pelo agressor, agora sendo perpetrados pelas ações públicas.

O artigo também demonstrou que, apesar dos problemas desencadeados pelo abuso sexual incestuoso e pela denúncia, existem caminhos possíveis para o bem-estar das vítimas, na perspectiva da resiliência. Maria e João afirmaram que conseguiram seguir suas vidas. Por mais que tenham críticas, o acolhimento de alguém da família e da rede de proteção a crianças e adolescentes foi fundamental para que ambos se sentissem inseridos na sociedade e no mercado de trabalho, deixando para trás uma condição marginal.

---

## Notas

1 Vinculado à Coordenadoria da Criança e do Adolescente (FUNCI), da Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SDH), foi criado para articular ações protetivas (atendimento e acolhimento) e preventivas (mobilização e informação) na área de enfrentamento do problema. Constituiu-se o principal destino de encaminhamentos para atendimento de vítimas de violência sexual infantil. O Programa é descentralizado, contando com uma equipe na Delegacia Especializada de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes (DCECA) e outra no Espaço Aquarela (atendimento psicossocial e acolhimento institucional). (SDH, 2011).

2 Relatórios mensais de gestão do Espaço Aquarela, contendo número e tipo de atendimentos (tratamento psicológico, assistência social, encaminhamentos a outras instituições), bem como o perfil dos usuários. Obtivemos 11 relatórios em janeiro de 2012, relativos ao intervalo janeiro/novembro de 2011. Os dados de dezembro de 2011 ainda não estavam completos, por isso não contamos com a totalidade dos registros do período. Nenhum outro documento da instituição foi consultado.

3 O projeto *Vira Vida* (PVV) é desenvolvido pelo Conselho Nacional da Indústria/SESI que oferece atendimento psicossocial e capacitação profissional para jovens em situação de violência sexual. Foi iniciado no ano de 2008, na cidade de Fortaleza/CE. Tem sido, desde então, implantado em todos os estados brasileiros. Na capital cearense, atendeu 300 jovens até dezembro de 2011. São oferecidos acompanhamentos psicológico (atendimentos individuais e em grupo) e pedagógico (curso profissionalizante e reforço escolar) aos jovens. O PVV tem sido parceiro das políticas públicas de atendimento a vítimas de violência sexual e se insere na rede de atenção como uma alternativa de profissionalização e empregabilidade

de jovens em situação de vulnerabilidade social. Há uma parceria também entre o projeto e várias empresas, no sentido de abrir vagas no mercado de trabalho aos concludentes. Um dos principais desdobramentos do PVV em Fortaleza foi a criação da Cooperativa Caxangá de Confeção, uma iniciativa de ex-alunos do curso de costura com apoio do SESI.

4 Nessa pesquisa mais ampla foram entrevistados jovens de ambos os sexos, entre os maiores de 16 anos de idade, inseridos no projeto *Vira Vida*, que tivessem sido vítimas de abuso sexual incestuoso, cometido por pai ou padrasto. A equipe técnica da instituição indicou 6 nomes e todos aceitaram participar.

5 A literatura especializada aponta um número significativo de casos de abuso sexual envolvendo pais e filhos. O tipo mais comum é aquele perpetrado por um pai contra sua filha (AZEVEDO; GUERRA; VAICIUNAS, 2005; RANGEL, 2009). Entretanto, apesar de mais denunciado, não é possível afirmar que este tipo seja o mais recorrente, dado o silêncio que caracteriza casos de abuso pai-filho (envoltos pelos tabus da homossexualidade masculina) e mãe-filho/a (escondidos, muitas vezes, pelo mito do amor materno). O fato é que reconhecemos a relevância da categoria gênero, mas esta apenas associada às questões relativas ao adultocentrismo (poder do adulto sobre a criança) e ao poder dos pais (mãe e pai) sobre os filhos, como sugeriu Rangel (2009). A escolha do perfil dos interlocutores se deu pela recorrência das denúncias de casos de abuso sexual cometidos por homens que exercem/exerceram o poder de pai e, principalmente, porque todos os casos de abuso sexual incestuoso, localizados no PVV, estão nesse perfil (pai-filho/a), sendo as vítimas, na sua maioria, meninos e meninas.

6 Referimo-nos aqui à ideia de pleno desenvolvimento preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): “crescimento físico, psíquico e moral”, “preparo para o exercício da cidadania” e “qualificação para o trabalho” (ECA, 2009, p. 40).

7 Todas as formas que o agressor utiliza para agradar sua vítima com o objetivo de perpetuar o abuso como, por exemplo, bombons, chocolates, brinquedos, a atenção dispensada a ela e o possível prazer físico que a vítima possa sentir durante o contato sexual.

8 O que difere das categorizações quando utilizamos o conceito de crime onde há vítimas e agressores.

9 É unânime entre os especialistas no assunto que os abusos sexuais trazem profundas consequências para a sexualidade das crianças vítimas como despertar precoce para a sexualidade, erotização, excitação como hábito e confusão psicológica quanto à orientação sexual. Entretanto, a orientação sexual resultante de abusos sexuais na infância é objeto de polêmica entre os especialistas (PIRES FILHO, 2009; KRISTENSEN, 1996; FURNISS, 1993). Neste artigo não exploramos este aspecto, por não se constituir, aqui, propósito central.

10 Programa, criado em 2001 pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, com o objetivo de oferecer atendimento psicossocial especializado de crianças e adolescentes que sofrem algum tipo de violência sexual. Mais informações, conferir Portaria nº 878, de 03 de dezembro de 2001 (BRASIL, 2001).

11 “O depoimento especial é uma metodologia usada para facilitar o relato da criança ou do adolescente que foi vítima de violência sexual. Esse procedimento pode ser aplicado no dia da audiência no Fórum ou na Delegacia. O Depoimento especial também pode ser chamado de inquirição especial ou depoimento com redução de danos” (SDH, 2011).



## Referências bibliográficas

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A.; VAICIUNAS, N. Incesto ordinário: a vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas conseqüências psicológicas. In AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (orgs.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 195-209.

BECKER, H. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BELLONI, M. L. *O que é sociologia da infância*. Campinas-SP: Autores Associados, 2009.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Estado de Assistência Social. PORTARIA Nº 878, de 03 de dezembro de 2001. Estabelece diretrizes e normas do programa *Sentinela* e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 dez. 2001.

BUTLER, S. *A conspiração do silêncio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CALS, R. C. *et al.* *Direitos de crianças e adolescentes – guia de atendimento*. Fortaleza: CEDECA, 2007.

CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CEDECA). *Relatório de monitoramento da política para infância e adolescência no município de Fortaleza*. Fortaleza: CEDECA, 2010. Disponível em: <<http://www.cedecaceara.org.br/noticias/456>>. Acesso em: 07 de set. 2010.

COHEN, C. O incesto. In \_\_\_\_\_. AZEVEDO, L. A.; GUERRA, V. N. A (orgs.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 211-225.

DAY, V. P. *et al.* Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Rev. psiquiatr.* Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-81082003000400003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082003000400003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 abr. 2012.

DIAS, M. B. A justiça e a invisibilidade do incesto. *JUS navigandi*, Jul. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8692>>. Acesso em: 07 set. 2010.

DOSSIÊ. *Violência de gênero contra meninas*. Porto Alegre, 2005. 86p.

DURHAM, E. R. Família e Reprodução. *Perspectivas antropológicas da mulher*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Nº 8.069, 1990. Fortaleza: FUNCÍ, 2009.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Coleção Bases. 2ª edição. São Paulo: Global editora, 1985.

FURNISS, T. *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo terapia e intervenção legal integrados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

HEGEL, G. W. F. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JUNQUEIRA, M. F. P. S., DESLANDES, S. F. Resiliência e maus tratos à criança. **Cadernos de Saúde Pública**, n. 19, p. 227-235, jan-fev. 2003.

KOFES, S. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 117-141, 1994. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/pagu03.06.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2012.

KRISTENSEN, C. H. Abuso sexual em meninos. Dissertação de mestrado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares de parentesco*. 4ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

OPS. Organización Panamericana de la Salud. *Informe mundial sobre la violencia y la salud*. Washington, D.C.: OPS, 2003.

NORONHA, M.G.R.C.S.; *et al.* Resiliência: nova perspectiva na Promoção da Saúde da Família? **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(2):497-506, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n2/a18v14n2.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2013.

PIRES FILHO, Moacyr Ferreira. *Abuso sexual em meninos: a violência intrafamiliar através do olhar de psicólogo que atende em instituições*. Curitiba: Juruá, 2009.

RANGEL, P. C. *Abuso sexual intrafamiliar recorrente*. Curitiba: Juruá, 2009.

SAFIOTTI, H. I. B. Incesto e abuso incestuoso. In Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude. *Acervo Direitos da Criança e do Adolescente*. s.d.. Disponível em: <<http://www.abmp.org.br/textos/48.htm>>. Acesso em: 10 set. 2010.

SAFIOTTI, H. I. B. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu Editora, 1989. p. 49-95.

SAFIOTTI, H. I. B. *O Poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SANCHES, R. N.; MINAYO, M. C. S. Violência contra crianças e adolescentes: questão histórica, social e de saúde. In BRASIL. Ministério da Saúde. *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004 (p. 29-38) (Série B. Textos básicos de saúde).

SDH. Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza. *Depoimento especial de crianças e adolescentes: uma abordagem diferenciada às vítimas de violência sexual*. Fortaleza: Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza (Rede Aquarela), 2011.

## Resumo

O artigo analisa narrativas de vítimas de abuso sexual incestuoso na infância, captadas através de relatos autobiográficos de jovens egressos do projeto *Vira Vida*, do SESI. O objetivo é compreender o fenômeno do abuso sexual incestuoso, bem como relações familiares, impacto da revelação e caminhos traçados para a superação. A metodologia inclui história oral com dois casos exemplares e revisão da literatura especializada. Discutimos a violência sexual nas relações familiares, o impacto da denúncia na vida das vítimas e a possibilidade da resiliência nesses casos de abuso sexual. Consideramos que relações sexuais envolvendo pai-adulto e filho-criança-adolescente estão sujeitas a sanções formais e informais. Examinamos como os jovens pesquisados ressignificam família, violência e estigmas relacionados ao abuso, bem como reflexos desse passado em suas vidas. Concluímos que o abuso sexual incestuoso desencadeia profundas transformações para todos os envolvidos, mas que um caminho para o bem-estar das vítimas é possível.

**Palavras-chave:** abuso sexual incestuoso, resiliência, família, infância e adolescência.

## Abstract

The article analyzes narratives from victims of incestuous sexual abuse in childhood, captured through autobiographical accounts of young graduates of the *Vira Vida* Program sponsored by SESI. It aims to understand the phenomenon of incestuous sexual abuse as well as family relationships, the impact of revelation and how the victims overcome the abuse they suffer. The Methodology used is Oral history based on two cases and literature review.

Sexual violence in family relationships, the impact of reporting the cases on victim's lives and the possibility of resilience are discussed. We assume that sexual relations involving parents (adults) and children/adolescents are subject to formal and informal sanctions. Therefore, we examine how the teenagers interviewed add a new meaning to family, violence and abuse-related stigmas, and how this past reflects on their present lives. We found that incestuous sexual abuse has deep consequences for all involved; however a new life that takes into account the well-being of the victims is possible.

**Keywords:** incestuous sexual abuse, resilience, family, childhood and adolescence.

Recebido para publicação em julho/2012.

Aceito em outubro/2012.

# GLOBALIZAÇÃO, RESPONSABILIDADE E A DOR DO OUTRO DISTANTE: NOTAS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA

Gabriel Peters\*

## Introdução

*Suponhamos que o grande império da China, com suas miríades de habitantes, fosse subitamente engolido por um terremoto, e imaginemos como um humanitário na Europa, sem qualquer ligação com aquela parte do mundo, seria afetado ao receber a notícia dessa terrível calamidade. Imagino que... expressaria intensamente sua tristeza pela desgraça de todos esses infelizes, faria muitas reflexões melancólicas sobre a precariedade da vida humana e a vacuidade de todos os labores humanos, que num instante puderam ser aniquilados. (...) E... quando todos esses sentimentos humanos tivessem encontrado sua expressão definitiva, continuaria seus negócios ou seu prazer... com o mesmo relaxamento e tranqüilidade que teria se tal acidente não tivesse ocorrido. O mais frívolo desastre que se abatesse sobre ele causaria uma perturbação mais real. Se perdesse o dedo mínimo de manhã, não dormiria de noite; mas, desde que nunca os visse, roncaria na mais profunda serenidade ante a ruína de centenas de milhares de seus irmãos.*

Adam Smith, *Teoria dos sentimentos morais* (1999: 165-166).

Os processos contemporâneos de globalização levaram a transformações profundas nos modos pelos quais as práticas humanas são coletivamente organizadas e subjetivamente vivenciadas no tempo e no espaço. Fortemente baseadas em tecnologias de transporte de bens e pessoas, bem como de produção e difusão de imagens e informações, as relações sociais atuais não estão mais, como é óbvio, circunscritas a situações de proximidade física, mas envolvem

---

\* Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP/UERJ).

redes hipercomplexas de indivíduos e coletividades espacialmente distantes e culturalmente heterogêneos. De que maneiras esta “compressão” espaço-temporal (HARVEY, 2001: 257) da existência em sociedade transformou as noções de responsabilidade moral com base nas quais os atores hodiernos (especialmente as mulheres e homens “comuns”, se me permitem a frouxidão sociológica do adjetivo) intervêm em seus ambientes societários?

Mesmo quando situada no plano especializado da teoria e da pesquisa sociológicas, a questão assume tamanha relevância ética que o exame de como os desdobramentos econômicos, políticos e culturais da globalização vêm impactando as concepções de responsabilidade moral em operação nas constelações sociais do mundo atual tende, no mais das vezes, a constituir um prelúdio a uma reflexão de cunho abertamente normativo. Tal reflexão se debruça sobre as oportunidades e obstáculos envolvidos na construção e na implementação prática de uma noção “alargada” de responsabilidade minimamente adequada aos imperativos colocados pela sociedade-mundo contemporânea.

Uma investigação dos dilemas da responsabilidade moral na era da globalização passa necessariamente por uma análise sociopsicológica das “implicações morais da distância” (GINZBURG, 2001: 199). Como a proximidade e a distância geográficas afetam o senso de responsabilidade moral exercido pelos agentes? Os efeitos dessas variáveis sobre os “sentimentos morais” dos atores podem ser magnificados ou, ao contrário, contrabalançados pela influência de outras variáveis, tais como um sentido subjetivo de proximidade ou distância *social* (cultural, étnica, geracional etc.)? Em nenhum cenário tais questões parecem ser tão dramatizadas quanto naqueles em que os indivíduos são colocados, de algum modo, “diante da dor dos outros” (SONTAG, 2003).

O estudo de nossas reações psicológicas e práticas ao sofrimento de outras pessoas atravessa a história da filosofia moral – como ilustram os escritos de Aristóteles sobre a compaixão ou a teoria da simpatia de Adam Smith. Ainda que essa venerável história inclua, desde o seu início, algumas discussões reveladoras acerca da significação moral da proximidade e da distância, o tema só veio à tona com força recentemente, como resposta ao extraordinário desenvolvimento de meios tecnológicos e organizacionais que engendram ou intensificam “relações sociais em escala mundial”, capazes de ligar “localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos

ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 2001: 69). Dentre os primeiros a discutir as implicações morais dessa conjuntura sócio-histórica estão o filósofo Hans Jonas, em *O princípio responsabilidade* (2006) e o sociólogo Zygmunt Bauman, em *Modernidade e holocausto* (1998), ambos avançando a tese da existência de um hiato, na modernidade, entre a imensa ampliação do alcance espaço-temporal das ações humanas, de um lado, e a persistência de uma sensibilidade moral ainda largamente focada nos contextos mais imediatos da proximidade e da presença física, de outro. As conclusões destes autores também apontam para o fato de que a maior parte das orientações éticas legadas por nosso passado estava fundada sobre um modelo de conduta com efeitos restritos em termos de tempo, espaço e ambiente sociocultural. Tais orientações seriam, assim, insuficientes ante a enorme expansão das intervenções humanas sobre o mundo natural e o social na era da ação à distância organizacional e tecnologicamente mediada.

Jonas e Bauman deixaram de lado, em suas cogitações acerca da suposta miopia moral inerente à sociedade moderna, o modo como os efeitos éticos da proximidade e da distância geográficas tornaram-se mais complexos em face da extraordinária difusão de registros visuais e textuais do sofrimento em cenários sociais longínquos, graças à atuação dos meios de comunicação de massa. Bauman, em particular, avançou a tese de que a distância espacial implica um enfraquecimento ou neutralização dos sentimentos morais e das assunções de responsabilidade pelo(s) outro(s) a partir de sua análise sociológica do nível extremado de burocratização e tecnologização da violência manifesto no Holocausto. Os artifícios tecnológicos e burocráticos da máquina nazista de matar atuavam como “pílulas de entorpecimento moral” (BAUMAN, 1998: 46), sobretudo na medida em que afastavam a maioria esmagadora dos agentes engajados no empreendimento genocida dos efeitos últimos e coletivos de suas ações, tornando-os invisíveis. No entanto, ao tomar as conclusões de seu estudo sobre o Holocausto por “lições” (*idem*: 15-16) sociopsicológicas gerais sobre as conseqüências morais da distância, o sociólogo polonês passa ao largo da questão crucial da legitimidade cognitiva de uma aplicação daquelas “lições” para o contexto contemporâneo: em que medida a “visibilização” do sofrimento de estranhos distantes proporcionada pelo registro e difusão midiáticos pode despertar os indivíduos de um estado de indiferença ou entorpecimento moral em relação a co-habitantes longínquos do globo? Esta é a problemática central de um nascente programa

de pesquisa acerca dos impactos cognitivos, morais, emocionais e práticos que a apresentação midiática de informações e imagens dos infortúnios de outros longínquos gera nos seus receptores.

### **Globalização, modernidade e compressão do espaço-tempo**

O estudo do impacto do “distanciamento espaço-temporal” (GIDDENS, 1991) das relações societárias sobre noções de responsabilidade alimenta-se da premissa de que estas últimas são sociologicamente relevantes, sobretudo na medida em que possuem efeitos práticos no mundo social, isto é, em que são mobilizadas como orientações subjetivas (tácitas ou explícitas) determinantes da conduta que os agentes estabelecem em relação a outras pessoas – *com, para e/ou contra* outras pessoas. O mais frequente dentre os exemplos paradigmáticos do dramático alcance de ideias encarnadas de responsabilidade ainda é, provavelmente, o caso de oficiais nazistas como Adolf Eichmann e *tutti quanti*, indivíduos que, a despeito de não possuírem qualquer propensão psicológica particularmente sádica ou ódio incontido aos grupos sociais e étnicos a que pertenciam suas vítimas (ARENDDT, 1999 e 2004; BAUMAN, 1998), foram capazes de assumir um papel ativo na matança de milhões de pessoas com a (in)consciência tranqüila de estarem “cumprindo ordens” – uma das frases mais ouvidas até mesmo dos poderosos membros da cúpula do Terceiro Reich nos julgamentos de Nuremberg, para não falarmos nos “peixes pequenos” de Auschwitz julgados duas décadas depois. Poder-se-ia, é claro, aduzir várias outras ilustrações do fato de que crenças subjetivas sobre o que significa ser moralmente responsável pelos efeitos de nossas ações sobre outros indivíduos próximos ou distantes não são alheias a nossas práticas, mas estão causalmente envolvidas no que fazemos ou nos abtemos de fazer e, portanto, no curso mesmo dos processos sócio-históricos. Nesse sentido, concepções de responsabilidade moral não são apenas categorias mentais, intersubjetivamente compartilhadas em maior ou menor extensão e ao longo de múltiplas redes de relacionamento, pelas quais o mundo social é cognitivamente registrado, normativamente avaliado e emocionalmente vivenciado pelos seus membros. Por conta de seu envolvimento recursivo na produção das práticas societárias, poderíamos afirmar também, nos termos da pragmática linguagem, que tais concepções possuem um caráter *performativo*, isto é, consistem em elementos que contribuem causalmente para constituir, reproduzir ou transformar este mundo.



É, sobretudo no plano da teoria sociológica em sentido restrito, isto é, do exame dos marcos estruturais e processos de reprodução e transformação da *modernidade*<sup>1</sup>, que encontramos delineamentos mais detalhados de um conceito propriamente sociológico de “responsabilidade”, tomada simultaneamente como uma categoria constitutiva do universo simbólico-hermenêutico da(s) sociedade(s) contemporânea(s) e como um componente causalmente corporificado, de algum modo, nas práticas de seus agentes e na operação de suas instituições (DOMINGUES, 2002: 245-317; ver também TESTER, 1993; 1999; STRYDOM, 1999).

Ora, já é lugar comum, na cena contemporânea da teoria sociológica, a afirmação de que a constelação de arranjos institucionais e modos típicos de conduta característicos da modernidade tornou-se global em seu alcance, ainda que esta “globalização da modernidade” (GIDDENS, 1991: 69) não possa ser causalmente atribuída a um único tipo de processo (e.g., a materialização da hegemonia do Ocidente sobre o resto do mundo, a despeito da sua enorme significação histórica). As transformações multidimensionais associadas à globalização do moderno estão inseparavelmente entrelaçadas a uma reorganização espaço-temporal das relações societárias – mais especificamente, à sua crescente extensão para além dos domínios locais de interação face-a-face, em função do desenvolvimento e da institucionalização de formas organizacional e tecnologicamente mediadas de (inter)ação à distância. Tal extensão não implica, naturalmente, o desaparecimento daqueles contextos locais de relação social fundada na presença física, mas uma mutação radical nas características de tais contextos e nos modos como se produzem as condutas e experiências dos indivíduos neles situados, transformação que se processa no sentido do que Giddens denominou de “fantasmagorização”, referindo-se ao fato de que, nas condições da modernidade tardia globalizada, “os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles”<sup>2</sup> (GIDDENS, 1991: 27).

A própria configuração social e institucional da “modernidade nacional” ou “modernidade-nação” foi possibilitada por processos que implicaram um rearranjo espaço-temporal das práticas sociais, com o afrouxamento da pertença dos indivíduos a suas comunidades locais tradicionais e a influência crescente, na orientação subjetiva e condicionamento causal de suas condutas, de sua inserção em arenas societárias ou “cadeias sociais de interdependência” (ELIAS, 1993: 194) de escopo bem mais amplo, como o mercado capitalista

e o Estado-Nação<sup>3</sup>. Esse mesmo processo de distanciamento espaço-temporal dos sistemas sociais modernos, umbilicalmente ligado à formação do Estado-Nação, pode ser lido atualmente como já tendo ultrapassado, em todo o mundo, também as fronteiras deste último (MOUZELIS, 1999: 154; HABERMAS, 2004: 129). Isto explica porque Giddens (1991: 61) e Beck (1999a: 31) entendem a transnacionalização contemporânea como manifestação inerente à segunda modernidade, alta modernidade ou modernidade tardia, ou seja, à radicalização de tendências históricas de desenvolvimento que estiveram presentes já na origem das sociedades modernas. No plano das preocupações associadas à teoria social crítica, bem como na percepção e nos discursos publicamente veiculados de uma multiplicidade de agentes sociais contemporâneos, o processo de “distanciamento” ou “compressão” espaço-temporal das relações sociais trouxe consigo a necessidade de uma radical ampliação do conceito de responsabilidade moral, com vistas a torná-lo capaz de responder à expansão dos efeitos do agir humano para além de seus cenários espaço-temporais e socioculturais mais imediatos.

### **Sociologia da globalização e teoria crítica do cosmopolitismo**

Qualquer referência a uma teoria sociológica crítica da responsabilidade em tempos de globalização deve tomar a expressão “teoria crítica” no seu sentido mais amplo ou “ecumênico” (DOMINGUES, 2004: 143), sem identificá-la exclusivamente com os marcos epistêmicos e ético-filosóficos estabelecidos pelos pensadores da chamada Escola de Frankfurt. O caráter crítico de tais empreendimentos está manifesto no fato de que eles combinam análises substantivas de instituições, práticas e representações sociais com apreciações *valorativas* das implicações (positivas ou negativas, repressivas ou emancipatórias) de tais fenômenos para uma noção eticamente inspirada e regulada da *conditio humana*. Se, por um lado, tal influxo normativo põe a reflexão sociológica em contato com a filosofia moral, as preocupações e propostas éticas avançadas nessa última podem ser produtivamente transpostas para o domínio sociocientífico. Tal confrontação entre ideais éticos e realidades sócio-históricas obedeceria ao desiderato de identificar, no nosso por vezes não tão admirável mundo globalizado, tanto *oportunidades* quanto *barreiras* para a implementação de uma ética da responsabilidade global; ou do que poderíamos chamar, na esteira dos estóicos e de Kant, de uma ética cosmopolita (DALLMAYR, 2003).

No que toca às contribuições propriamente normativas que uma análise sociocientífica da atual globalização, realizada contra o pano de fundo das discussões sobre o cosmopolitismo, pode oferecer, é possível listar ao menos três dimensões articuladas: a) uma dimensão ético-filosófica, relacionada à tentativa de julgar contrafactualmente a correção normativa das práticas, representações e instituições características das configurações sócio-históricas hodiernas com base em um modelo idealizado de como um mundo social cosmopolita *deveria ser*, modelo que, *per definitionem*, jamais poderá ser encontrado em sua pureza na realidade empírica, funcionando por isso mesmo como um ideal regulativo do qual nossa práxis moral buscaria se aproximar ao máximo possível (e.g., APEL, 2000; 2007; ATTFIELD, 2006; JONES, 1999); b) uma faceta jurídico-política, relacionada ao projeto de geração e fortalecimento de marcos institucionais e regulações legais com alcance transnacional que poderiam corporificar formalmente aquele ideal cosmopolita (e.g., HELD, 1995; HELD e ARCHIBUGI, 1995; HABERMAS, 2004); c) uma faceta cultural ou simbólico-hermenêutica, relacionada à preocupação com o estabelecimento de uma forma de solidariedade planetária capaz de acomodar, no seu seio, a convivência respeitosa de diferentes tradições culturais (e.g., CALHOUN, 2004; CHEAH e ROBBINS, 1998; BENHABIB, 2002) ou encorajar a abertura a transformações mútuas dialogicamente induzidas (e.g., GEERTZ, 2001). Na interface entre os processos jurídico-políticos e as transformações socioculturais associadas à globalização, encontramos, ainda, a constituição e a multiplicação de espaços discursivos e de redes de organizações não-governamentais de escopo transnacional. Em que medida seria apropriado asseverar o surgimento de uma “esfera pública” global tecnologicamente mediada resultante dos primeiros ou de uma “sociedade civil” transnacional no caso das segundas permanecem questões controversas (AVRITZER, 2002; COSTA, 2003; KEANE, 2003; KÖGLER, 2005).

Todos esses eixos de argumentação têm sido extensamente debatidos. O propósito da agenda de pesquisa delineada aqui não é o de perscrutar em detalhe a condução desses debates, mas sim o de confrontar os mesmos com problemáticas que, conquanto cruciais ao seu enfrentamento, permanecem até agora em larga medida negligenciadas. Minha tese central é que os debates sobre o cosmopolitismo precisam se debruçar mais detalhadamente sobre as circunstâncias e os efeitos (socio)psicológicos do encontro com o *outro* fora da situação de presença física, isto é, através de mensagens

mediáticas transmitidas por meio de jornais, revistas, televisão ou *Internet*. Nesse sentido, as discussões já caudalosas acerca das fundações filosóficas de uma ética cosmopolita, dos mecanismos institucionais intergovernamentais e/ou transnacionais capazes de implementá-la substantivamente ou ainda dos desafios do multiculturalismo e da diferença étnica e cultural para o estabelecimento de uma solidariedade planetária podem ser tomados como o *background* necessário ao delineamento de um plano de pesquisa a respeito de como a constituição de sensibilidades morais cosmopolitas vem sendo estimulada ou barrada pelo intercâmbio de informações e imagens a respeito de co-habitantes distantes do globo. De modo algum pretendo insinuar que aqueles debates são *reduzíveis* a essa espécie de análise psicológico-motivacional das possibilidades de cosmopolitização da responsabilidade abertas ou fechadas pelos meios de comunicação (e, em particular, pelo “espetáculo” midiático do sofrimento); quero apenas lembrar que esta última constitui um elemento necessário, conquanto insuficiente, em qualquer projeto realista de construção de uma ética da responsabilidade global e de uma investigação sociológica de suas condições e possibilidades.

Portanto, a busca por princípios de justiça e sensibilidades comunitárias de cunho cosmopolita, bem como de arranjos socioculturais e jurídico-políticos capazes de sustentá-los, não pode negligenciar a questão de suas fundações sociopsicológicas, isto é, a inteligência do que é ou poderia ser uma *mentalidade* ou *subjetividade* moralmente cosmopolita, harmonizada com aquelas sensibilidades socioculturais e imperativos jurídico-políticos; mentalidade ou subjetividade cuja solidariedade para com estranhos distantes só pode ser estabelecida e mantida, de algum modo, através da contribuição dos meios de comunicação. É nesse ponto que a psicologia social do cosmopolitismo ético passa pela análise das respostas cognitivas, morais, emotivas e práticas ao “sofrimento distante”.

### **A significação moral da proximidade e da distância: de Aristóteles aos perpetradores ordinários do mal extraordinário**

Ainda que a questão tenha sido sobremaneira notabilizada devido à intensificação dos processos de globalização, as reflexões sobre a significação ética da proximidade e da distância e, em particular, sobre o alegado decréscimo em nossa capacidade de preocupação moral implicado pelo distanciamento perceptual (“longe dos olhos, longe do coração”) já são

razoavelmente antigas, remontando, no mínimo, a Aristóteles. O Estagirita teria inaugurado a discussão sobre as condições limítrofes da piedade ao enfatizar, na sua *Retórica das paixões*, que ela só pode ser despertada por desventuras que nos sejam suficientemente próximas no tempo: “os males que parecem próximos excitam a compaixão; os males decorridos há milhares de anos ou que se produzirão dentro de milhares de anos, via de regra, não provocam a compaixão ou provocam-na menos” (ARISTÓTELES, s/d: 119).

Embora sublinhe, portanto, que a tendência à indiferença aumentaria na proporção direta da distância, Aristóteles faz uma ressalva relevante para nossos propósitos, qual seja, a de que o uso de meios representacionais e simbólicos poderia minorar a anestesia moral acarretada pelo distanciamento: “por meio de gestos, da voz, da indumentária e, em geral, da imitação teatral”, nos tornamos “mais acessíveis à compaixão”, pois “tais meios aproximam-nos da desgraça, passada ou futura, patenteando-a a nossos olhos” (*idem*).

A tese do enfraquecimento do sentimento moral pela distância foi reafirmada no final do século XVIII por Diderot, espantado com o nível em que o exercício de escrúpulos morais depende das limitadas capacidades de nossa percepção sensorial. Antecipando um argumento baumaniano acerca do distanciamento físico e, portanto, perceptual como poderosa pílula de anestesia moral-psicológica, o enciclopedista julgou que ele seria suficiente para subverter até mesmo o viés antropocêntrico de nossa moralidade:

Nós mesmos não cessamos de condoer-nos quando a distância, ou a pequenez dos objetos, produz o mesmo efeito em nós que a privação da vista nos cegos? Tanto nossas virtudes dependem de nossa maneira de sentir e do grau com o qual as coisas externas nos afetam! Por isso não duvido que, sem o temor do castigo, muita gente teria menos dificuldade em matar um homem a uma distância em que o vissem grande como uma andorinha, do que em abater um boi com as próprias mãos (DIDEROT, 1979, p. 8).

Graças a outro exemplo imaginário de Diderot, a China foi alçada a paradigma de contexto geograficamente remoto que desafiava, por isso, os sentimentos morais da boa gente francesa. A parábola mais famosa sobre uma vítima chinesa foi cunhada por Chateaubriand: “Se pudesses com um simples desejo matar um homem na China, e herdar-lhe os bens na Europa, com a convicção sobrenatural de que nunca se saberia, consentirias nesse

desejo?”<sup>4</sup> (1948: 56). O *experimentum mentis* chateaubriandesco exerceu forte influência. Eça de Queirós, por exemplo, inspirou-se nele para compor a novela *O mandarim*<sup>5</sup>, enquanto Balzac, embora tenha atribuído erroneamente a autoria da parábola a Rousseau, elaborou-a em interrogações que apontam para dois eixos analíticos centrais ao exame de como nossos sentimentos morais e senso psicológico de responsabilidade são afetados pela multiplicação e intensificação de relacionamentos à distância: a) a inserção de nossas ações em cadeias confusas de atos desempenhados por vários outros indivíduos, a qual torna mais e mais complexa a atribuição precisa de responsabilidades por efeitos que emergem dessas cadeias de (inter)ação; b) a difusão crescente de informações a respeito de acontecimentos atrozos ao redor do globo, obrigando os indivíduos a atravessar suas atividades e vivências cotidianas com alguma consciência da ocorrência simultânea de tais atrocidades: “Na Índia, os ingleses matam milhares de pessoas como nós; neste mesmo momento, manda-se para a fogueira uma mulher deliciosa; e nem por isso você deixou de tomar o seu café” (BALZAC, *apud* GINZBURG, 2001: 210).

Mais recentemente, a hipótese da existência de uma disjunção, nas condições da modernidade, entre a gigantesca ampliação do alcance espaço-temporal dos efeitos das ações humanas, de um lado, e a permanência de uma sensibilidade moral em grande medida ainda voltada aos contextos mais imediatos da proximidade física, de outro, foi formulada com contundência no trabalho filosófico de Jonas (2006), bem como no estudo, de feição mais sociológico, desenvolvido por Bauman em *Modernidade e holocausto* (1998). A despeito do que o título da obra do sociólogo polonês possa sugerir, o livro não constitui uma tentativa de interpretação do Holocausto como fenômeno histórico singular a partir de uma caracterização sociológica da sociedade moderna, mas desenvolve o procedimento inverso, perfazendo uma ousada tentativa de repensar criticamente as visões sociológicas mais tradicionais e influentes sobre a modernidade, bem como os pressupostos normativos atados a estas visões, à luz do que a rica pesquisa histórica especializada sobre o Holocausto revelou sobre as condições entrelaçadamente tecnológicas, organizacionais e sociopsicológicas que o tornaram possível.

Crucial ao raciocínio de Bauman é o reconhecimento de que a maior parcela dos participantes no genocídio de judeus, ciganos e demais párias do regime de Hitler não atirou em crianças ou despejou Ziklon B em câmaras

de gás, mas cumpriu tarefas burocráticas em cadeia, tais como o cálculo de orçamentos, a redação de memorandos, o envio de ordens por telefone ou telegrama etc. À “normalidade” de tais tarefas – que, em si mesmas, não diferem daquelas desempenhadas em qualquer órgão burocrático-administrativo moderno –, Bauman afirma que se somava a “normalidade” dos perpetradores, tema trazido à baila a partir do clássico ensaio de Hannah Arendt sobre Eichmann (1999), exemplar histórico do fato de que extremos de desumanidade podem ser levados a cabo não apenas por monstros sádicos, mas por perpetradores humanos, tediosamente humanos<sup>6</sup>.

Avançando uma espécie de generalização sociológica do argumento arendtiano, Bauman busca explicar como foi possível que tantos indivíduos “comuns”, sem inclinações patologicamente sádicas, tenham podido se engajar em tamanha matança. Segundo sua interpretação, o caráter burocrático-administrativo da condução do genocídio constituiu o fator fundamental de neutralização, para todos os efeitos práticos, dos impulsos éticos “normais” dentre aqueles que o levaram a cabo, isto é, a “repugnância inata pelo crime” (ARENDR, 1999: 109) e a “piedade animal que afeta todo homem normal em presença do sofrimento físico” (*idem*: 122). Afora a situação de transferência de responsabilidade inerente ao funcionamento da máquina burocrática (WEBER, 2000: 140; BAUMAN, 1998: 190), o entrelaçamento de ações em grandes cadeias de interdependência funcional implicava, para a maior parte dos funcionários, um afastamento físico e, portanto, experiencial em relação aos resultados últimos e agregados de suas condutas. A situação de responsabilidade mediada na empreitada assassina efetivada pelo regime de Hitler consistiria, assim, em um terrível exemplo do hiato entre sensibilidades morais “presentistas” e localistas, de um lado, e o desenvolvimento de complexas formas organizacionais e tecnológicas de ação à distância, de outro<sup>7</sup>.

### **O sofrimento à distância: preliminares metodológicas**

Um dos problemas que avultam a partir do momento em que se pensa sobre a pertinência sociológica e ético-política das reflexões de Bauman para o mundo contemporâneo está relacionado ao extraordinário incremento hodierno na produção e difusão de registros visuais e textuais do sofrimento, em particular através da televisão e da *Internet*. O que muda com a avalanche de notícias internacionais circulando na “midiápolis” global (SILVERSTONE,

2007), as quais parecem oferecer, como nunca antes, a possibilidade de que seus consumidores se percebam como parte de um “único mundo”? A difusão ainda mais recente de tecnologias de gravação e transmissão de conteúdo simbólico (imagens em particular) para além dos órgãos convencionais de comunicação também torna possível uma multiplicação correlata de documentos icônicos e narrativos de acontecimentos de importância política ou humanitária os quais, de outro modo, permaneceriam invisíveis, seja em virtude do desinteresse da mídia, seja em virtude da existência de mecanismos tradicionais de censura (vejam-se, por exemplo, as imagens documentais, feitas *in loco* e transmitidas por meios de comunicação mundo afora, dos protestos de monges budistas em Mianmar [2007] ou de opositores no Irã, após a reeleição de Ahmadinejad [2009]). Outrora, a distância espacial significava necessariamente invisibilidade, ausência do campo de percepção. Mas o que ocorre numa situação em que, como diz Jean-Luc Godard (*apud* KURASAWA, 2009b: 1), torna-se possível assistir ao que não se vê?

A pergunta sugere que podemos adquirir um conhecimento mais robusto das condições sócio-históricas de possibilidade de constituição, difusão intersocietal e cristalização institucional de uma ética da responsabilidade global ao nos voltarmos mais sistematicamente para os modos pelos quais a sensibilidade moral dos atores contemporâneos, bem como sua disposição prática para alguma espécie de engajamento solidário ou transformativo de escopo translocal, são afetadas pelo contato com informações e imagens midiáticas concernentes ao sofrimento de indivíduos espacialmente distantes.

É desnecessário mencionar que uma das características mais proeminentes da existência social hodierna é a profusão de notícias de tragédias humanas transmitidas por meios de comunicação de massa como o jornal, o rádio, a televisão e a *Internet*. Tais tragédias são marcadas pelo signo da multiplicidade, tanto no que tange às suas vítimas, situadas nas mais diversas regiões do globo – embora os males do mundo e suas respectivas coberturas midiáticas sejam muito desigualmente distribuídos –, quanto no que respeita às suas feições, que vão desde catástrofes naturais como furacões, tsunamis e terremotos até condições socioeconômicas persistentes de extrema penúria, passando por guerras, atentados terroristas e genocídios étnicos. A presença maciça de mensagens midiáticas relativas a contextos geograficamente distantes na experiência diária de tantos agentes já é inclusive suficiente para gerar, com freqüência, uma situação ética inversa àquela temida por Jonas e Bauman.



Enquanto estes denunciam um descompasso entre a globalização em avanço e a velha ética fundada na proximidade física (“miopia moral”), temos agora também múltiplos casos de “hipermetropia moral”, isto é, condições em que uma preocupação com o destino de habitantes de locais remotos (e.g. crianças mortas em um atentado terrorista em Beslan) oblitera a percepção de demandas morais presentes em circunstâncias locais (e.g. crianças dormindo na calçada, em meu caminho para o trabalho).

*Ab initio*, o conceito de “sofrimento à distância”, para tomar de empréstimo a expressão de Boltanski (1999), deve ser compreendido no seu sentido lato, de modo a incluir qualquer situação complexa envolvendo um episódio ou circunstância durável de sofrimento em massa, a produção e circulação de documentos visuais e textuais do mesmo e o variado espectro de respostas por parte de agentes individuais e coletivos, tais como organismos transnacionais, Estado-Nação, movimentos sociais, organizações humanitárias e cidadãos “comuns”. Sem perder de vista a multidimensionalidade do fenômeno, é fundamental não fugir às questões sociopsicológicas mais básicas: o que vai pela mente de uma pessoa confrontada com notícias sobre as aflições de estranhos em contextos remotos? Através de quais crenças éticas, esquemas cognitivos e horizontes culturais os “sofredores” e demais atores relevantes (perpetradores, benfeitores etc.) são percebidos? A avalanche de reportagens internacionais sobre desastres humanitários modifica substancialmente as atitudes e práticas dos espectadores? Os consumidores das mensagens dos meios de comunicação veem a si mesmos como parte de um único mundo? Ou a overdose de tragédias midiáticas leva, ao contrário, à “fadiga da compaixão”?

O número e a penetração dos estudos sobre tais temas nas ciências humanas parecem pouco significativos em face da ubiquidade de imagens e dados acerca do sofrimento humano diariamente veiculados em meios midiáticos de todo o mundo, bem como da cotidianidade com que tantos membros das sociedades contemporâneas travam contato com os mesmos e integram-nos, de algum modo, às suas experiências subjetivas e visões do mundo (TESTER, 1999). Um caminho possível para uma explicação do descompasso entre o caráter impositivo do fenômeno do sofrimento à distância e a relativa escassez de esforços mais detalhados de compreensão do mesmo implicaria a referência às dificuldades teóricas e empíricas envolvidas no estudo da recepção de mensagens midiáticas. Tais dificuldades parecem

ser ainda mais destacadas no que toca à pesquisa dos modos pelos quais os indivíduos reagem à exposição midiaticizada da dor alheia. Com efeito, alguns dos argumentos sociológicos mais influentes sobre os meios de comunicação na contemporaneidade (e.g. THOMPSON, 2001) são erigidos com base em uma crítica severa a defeitos analíticos tradicionalmente presentes nos exames da recepção. Dentre estes, valeria destacar a tendência à produção especulativa de arriscadas inferências acerca das reações cognitivas, morais e emotivas dos receptores com base apenas na análise imanente da forma e do conteúdo das mensagens a que aqueles são expostos<sup>8</sup>.

Como afirma um princípio da filosofia escolástica cunhado muito antes do aparecimento do rádio, da televisão e da *Internet*, “o que quer que seja recebido, é recebido à maneira do receptor” (*quicquid recipitur per modum recipientis recipitur*), de modo que o exame da recepção, se pretende escapar ao que Thompson denuncia como “falácia do internalismo” (THOMPSON, 1995: 139) e caminhar em uma direção genuinamente hermenêutica, não pode permanecer circunscrito à especulação inferencial baseada apenas na mensagem, furtando-se ao conhecimento dos atores, contextos e esquemas simbólico-cognitivos socioculturalmente heterogêneos através dos quais aquelas mensagens são criativa e diferencialmente decodificadas.

Até aqui, tudo bem com o argumento thompsoniano, mas algumas ressalvas precisam ser feitas. Em primeiro lugar, não há um vínculo necessário, mas apenas contingente, entre análises imanentistas ou internalistas do impacto das mensagens midiáticas e visões dos receptores como *interpretive dopes*, se quisermos parafrasear uma expressão clássica de Garfinkel (1967: 68). Em segundo lugar, a referência crítica ao *déficit* empírico de certas reflexões acerca dos processos de recepção não implica a tese de que qualquer coisa digna de crédito que possa ser dita acerca de tal tema deva derivar apenas da pesquisa empírica direta das situações substantivas de ocorrência desse fenômeno. Diante dos obstáculos que se colocam para a realização de tal tipo de estudo e da urgência de se avançar na compreensão dessa questão, em certos contextos é certamente preferível “pensar sem corrimão” (ARENDDT, 2004: 30) acerca das imagens/informações midiáticas e de seus potenciais impactos sobre os receptores, ainda que com consciência da inerente falibilidade de tal empreendimento, a condenar-se ao silêncio em função da impossibilidade de levar a cabo exames empiricamente orientados da experiência da recepção.

Além disso, como Lilie Chouliaraki argumenta extensivamente (2006; 2008a; 2008b; 2008c), em sua ânsia por recuperar a autonomia interpretativa e as faculdades críticas e reflexivas dos receptores, autores como Thompson e outros parecem haver torcido em demasia o bastão para o lado da recepção e negligenciado uma teorização e um plano de pesquisa empírica mais diligentes acerca da construção discursiva das informações veiculadas na mídia. Não apenas Chouliaraki como também Fuyuki Kurasawa (2007; 2009a; 2009b), possivelmente os dois estudiosos mais perspicazes da questão do sofrimento distante, vêm colocando o problema da multiplicidade de contextos receptores sob uma *epoché* com vistas a um retorno mais detalhado à composição semiótica das mensagens – em particular, ao problema de saber como a combinação de recursos lingüísticos e imagéticos na apresentação midiática de crises humanitárias mundo afora tende a *sugerir* ao espectador certas respostas cognitivas, morais e emocionais. Embora claramente insuficiente, a discussão acerca do papel da mídia na constituição (ou na obstaculização) de “comunidades cosmopolitas de sentimento e ação” (CHOULIARAKI, 2008c: 329), capazes, portanto, de transcender fronteiras geográficas e culturais de cunho nacional ou regional, passa necessariamente pelo estudo aprofundado das modalidades de apresentação visual e narração textual do sofrimento longínquo nos meios de comunicação. Contra as visões unilaterais do fenômeno, sejam as céticas que só observam voyeurismo e espetacularização mercadológica, sejam as otimistas que se apressam em celebrar a ampliação da imaginação moral desencadeada pela globalização de notícias, é fundamental reconhecer as *múltiplas* maneiras pelas quais a situação de outros distantes é retratada (literal e figurativamente) na mídia.

Assim, se as conseqüências prático-morais da apresentação midiática do sofrimento não são homogêneas, isto não ocorre apenas em função da multiplicidade de contextos e agentes receptores acentuada por Thompson, mas também da própria heterogeneidade de modos pelos quais a mídia representa e narra o sofrimento remoto, *condicionando* os tipos de respostas cognitivas, morais e emocionais dos espectadores. Embora os efeitos sociopsicológicos da *spectatorship* não sejam mecânicos, inevitáveis ou uniformes, eles são reais e tremendamente influentes. Dado que é apenas através dos meios de comunicação que os indivíduos podem travar contato com a dor de estranhos distantes, é plausível supor que suas disposições morais em relação a estes últimos sejam, em boa medida, subjetivamente *cultivadas* ao longo do contato reiterado com informações e imagens midiáticas<sup>9</sup>.

A combinação seletiva de artifícios lingüísticos e imagéticos sugere ou propõe ao receptor certas posturas emocionais, éticas e/ou práticas em relação aos fenômenos retratados. Quais seriam essas posturas? As respostas a esta pergunta têm apresentado uma notável tendência à polarização entre “otimistas” e “céticos” – antinomia que pode ser lida como uma versão específica do debate entre “integrados” e “apocalípticos” nos estudos sobre comunicação de massa, para usar as expressões consagradas por Eco (2006).

### **Entre otimistas e céticos**

Segundo os juízos mais otimistas, a multiplicação de informações quanto ao sofrimento alheio tornaria a alegação de ignorância como justificção da inatividade cada vez menos crível (TESTER, 1999), contribuindo para instilar um imaginário moral da “cidadania cosmopolita” (CHOULIARAKI, 2008a). Esta se definiria pela disposição de agir em favor de outros distantes (através de múltiplas formas: pressão política sobre governos nacionais, doação de dinheiro ou suprimentos, assinatura de petições), sem a obrigação de reciprocidade ou certeza quanto ao resultado da ação. O aumento da acessibilidade e a pluralização de fontes de informação abririam o *self* moderno-tardio a discursos e vivências não-locais, a uma consciência crescente dos efeitos distantes de eventos próximos (bem como dos efeitos próximos de eventos distantes) e, por fim, a uma preocupação genuína com o destino de estranhos vivendo em contextos remotos (THOMPSON, 2001: cap. 8).

Conforme a argumentação dos otimistas, a estranheza ou mesmo repulsa sentida por um moderno diante do gosto romano pelas lutas mortais entre gladiadores (VEYNE, 2008: 146; 156) ou pelo espetáculo das torturas e execuções públicas na Europa de apenas alguns séculos atrás (FOUCAULT, 2003: primeira parte) seriam índices de que, longe de ser inata, a aversão moral exibida por atores contemporâneos diante da dor atroz de outros próximos ou distantes seria o produto de transformações sócio-históricas relativamente recentes. A ojeriza em face da violência representaria o correlato da intensificação no (auto)controle dos impulsos agressivos exigido das pessoas em um contexto em que o recurso à violência passa a ser monopólio legítimo do Estado (ELIAS, 1993). De modo similar, o compadecimento, digamos, diante da foto de uma criança africana afligida pela fome não consistiria em uma reação natural e universal, mas na resposta de uma subjetividade moldada por um imaginário moral universalista que remonta ao iluminismo europeu

(SZNAIDER, 2001). Ao menos desde a Declaração Universal adotada pela ONU em 1948, no rastro do derramamento de sangue ocasionado pelas duas grandes guerras na primeira metade do século XX, a difusão dos discursos e movimentos em prol dos direitos humanos não estaria sendo subvertida, mas, ao contrário, alimentada pela ampla divulgação midiática de suas violações em diferentes contextos do globo. Nesse sentido, para usar os termos de Joas (2009: 3), “a sensibilidade acentuada em relação ao sofrimento distante” e a formação de uma “esfera pública transnacional” que visibiliza “violações de valor humano” seriam parte do processo que conecta, para falar em termos hegeliano-marxistas, a globalização “em si” à globalização “para si”: a “interconexão global das relações humanas”, de um lado, e “o senso mutável de responsabilidade que a acompanha”, de outro.

O que dizem os céticos? Longe de estimular disposições humanitárias, a lógica de produção e veiculação das notícias reforçaria, nos seus receptores, um senso de pertencimento exclusivo a determinadas comunidades territoriais, étnicas e socioculturais<sup>10</sup>. A referência ao reforço de predisposições éticas comunitárias vem muitas vezes atada à já velha crítica ao caráter mercadorizado da geração e recepção de bens midiáticos. A orientação mercadológica forçaria a apresentação das notícias a se encaixar na demanda por entretenimento informacional (o gênero do “infotainment” [*infotainment*]), antes que na lógica da relevância humanitária ou ético-política, o que daria ensejo, em particular, à hegemonia do sensacionalismo – focado apenas em detalhes dramáticos e espetaculares de dados acontecimentos – e da descontextualização histórica e política – patente na ausência de referências às causas não-imediatas dos eventos retratados ou a alternativas de intervenção sobre os mesmos.

O próprio Bauman, não surpreendentemente, pode ser reencontrado nesse pólo cético/pessimista do debate. Traíndo novamente a influência da visão levinasiana sobre as fontes primárias da moralidade como oriundas do contato presencial com a “face” do outro, ele afirma, nas breves reflexões que devota ao tema no seu *Ética pós-moderna*, que os indivíduos “telemediados” (1997, p. 203) perdem sua substância humana e integridade moral, sendo reduzidos ao *status* de “puras superfícies”. Retomando o discurso sobre os efeitos da mercadorização, o sociólogo polonês ressalta que a “telecidade” constitui o *locus* por excelência da substituição dos imperativos morais pelo prazer estético: o outro estranho é apenas objeto de entretenimento, *no strings attached*. Além disso, a forma espetacularizada de apresentação dos

eventos, narrados sem alusões a raízes que os tornem inteligíveis ou a ações construtivas que possam ser avançadas em resposta a eles, provocariam nos espectadores, antes de tudo, o desejo de se desengajar desse mundo “lá fora”, assustador e fora de controle, e a recolher-se defensivamente aos seus próprios “lares” comunitários<sup>11</sup>.

Há também o conhecido argumento do efeito de saturação ou *compassion fatigue* (MOELLER, 1999). O estudo da apresentação cotidiana de notícias do sofrimento humano veiculadas nos meios de comunicação de massa atesta a presença persistente, dia após dia, de registros de novos eventos e circunstâncias trágicas que afetam, grosso modo, as *mesmas* categorias de indivíduos ou desenrolam-se nos *mesmos* contextos sociogeográficos. Como ensinaram diferentes perspectivas sociológicas, da fenomenologia de Schutz à praxiologia de Bourdieu, a exposição continuada a experiências sociais similares tende a inculcar, nos agentes humanos, a crença tácita no caráter natural e evidente dos fenômenos inclusos em tais experiências, tomados então como o pano de fundo existencial e simbólico-cognitivo familiar dentro do qual se desenrolam os pensamentos, sentimentos e ações cotidianas. Transpondo estas idéias acerca de processos de socialização para o contexto do contato midiático reiterado com imagens do sofrimento de estranhos distantes, não é difícil reconhecer que, também neste caso, o impacto psicológico de tal exposição cumulativa sobre os receptores provoca freqüentemente nestes a propensão a tomar por banais e até mesmo inevitáveis, porque interminavelmente reproduzidas, as tragédias que afetam certas categorias “preferenciais” de vítimas. Mesmo que reconheçamos a singularidade última dos indivíduos empíricos atingidos, seu enquadramento em esquemas de tipificação, não apenas na recepção, mas na própria produção da notícia, faz com que algumas notícias trágicas (mais uma crise de fome na África, mais um atentado sangrento em Bagdá...) provoquem uma sensação emocionalmente anestesiante de *dejà vu*<sup>12</sup>.

Aristóteles afirmou que o conhecimento começa pelo espanto. Se pudéssemos dizer o mesmo acerca da compaixão, seria possível afirmar que certas notícias e imagens de dor e sofrimento perdem seu poder de sensibilizar emocionalmente os espectadores precisamente em função da perda de sua capacidade de provocar, nos mesmos, espanto e perplexidade, substituídos pela percepção de que, dito grosseiramente, as pessoas de certos lugares do mundo estão sempre morrendo e/ou sendo expostas às mais variadas formas de sofrimento físico e psíquico em função de suas condições desafortunadas

de existência. Com efeito, quaisquer que tenham sido os vários outros motivos pelos quais o atentado terrorista às torres gêmeas do WTC em 11 de setembro de 2001 adquiriu tão extraordinária proeminência nos meios de comunicação de massa, como o fato de que ele atingia o Estado mais poderoso da geopolítica mundial ou provocava em tantos uma sensação aguda de insegurança quanto ao destino do mundo, *parte* da perplexidade que este evento provocou mundo afora certamente estava relacionada à circunstância de que não estávamos acostumados a ver “aquelas pessoas” na condição de vítimas<sup>13</sup>.

Por fim, vale dizer que alguns céticos, ao invés de apontarem para uma anestesia dos sentimentos, defendem que o consumo freqüente das representações midiáticas de tragédias os exacerba. O que se encontraria exacerbado, no entanto, não seriam as emoções de compaixão, mas as da *lascívia*, o mesmo tipo de curiosidade mórbida que nos incita, por exemplo, a querer espiar um cadáver à beira da estrada ou a assistir filmes de horror. Ao contrário do que rezaria a autoindulgência ética dos modernos, o receptor não seria, afinal, tão diferente do romano com gosto pelos embates até a morte na arena... Além disso, em uma cumplicidade apropriada entre emissão e recepção, o espetáculo que se coloca diante do consumidor lascivo teria todas as características do gênero *pornográfico*, ao exibir, publicamente e sem restrições, algo tão privado e delicado quanto a sexualidade: o sofrimento (COHEN, 2001: 178).

Aqui estamos. Enquanto otimistas enxergam como efeitos dos meios de comunicação uma internacionalização da consciência ética e a superação relativa de distâncias geográficas por um senso de proximidade moral e emocional, os céticos enfatizam que os critérios éticos de importância política e humanitária são menos decisivos para a produção das notícias do que as exigências do “infotimento”. Tais notícias, de qualquer modo, longe de se dirigirem a cidadãos de um mundo compartilhado, seriam destinadas a um mero consumidor ou *voyeur* de espetáculos de sofrimento – um consumidor, de resto, tornado crescentemente “*blasé*” (diria Simmel) pela hiperexposição a tragédias.

A maneira mais profícua de adentrar essa discussão parece ser a da busca de uma *via media* capaz de avaliar os respectivos méritos analíticos e, ao mesmo tempo, escapar ao caráter simplificador destas duas posições ideal-típicas sobre as conseqüências da recepção midiática de imagens e informações

do sofrimento à distância. Uma dose leve de rabugice sociológica é suficiente para rejeitarmos qualquer visão ingênua segundo a qual a mera disseminação de imagens das tragédias humanas seria suficiente para engendrar compaixão e alguma forma de engajamento humanitário. Por outro lado, as respostas internacionais ao tsunami que devastou a costa de diversos países asiáticos em 2004 (MOELLER, 2006: 173) ou ao terremoto mais recente no Haiti (SINGER, 2010) bastam para indicar que é simplista, unilateral e empiricamente falso sustentar que a exposição midiática do sofrimento é sempre ou inerentemente desmobilizadora do ponto de vista ético, seja em função do caráter mercantil, estetizado e espetacularizado da sua construção e transmissão simbólicas, seja em virtude da síndrome moderna da “fadiga da compaixão”.

Contra as visões unidimensionais e generalizantes do fenômeno, é fundamental reconhecer e estudar empiricamente as diversas maneiras pelas quais a situação de outros distantes é retratada na mídia, bem como os múltiplos efeitos que tais retratos provocam em diferentes receptores. Bauman certamente capta uma modalidade freqüente de experiência do contato com o outro na telecidade, mas faz sentido supor que ela se aplica a todos os casos? O que explica as situações em que as mensagens midiáticas sobre a dor alheia *são* vividas como moralmente desafiadoras, despertando sentimentos de compaixão, encorajando a reflexão ou o discurso ético-político (BOLTANSKI, 1999) ou ainda desencadeando alguma espécie de engajamento prático em relação ao destino dos outros distantes retratados na tela?

Ainda encontra-se em estado incipiente qualquer exploração mais sistemática dos fatores que determinam as diferenças de natureza, alcance e intensidade nas coberturas midiáticas e nas respostas cognitivas, morais, emocionais e práticas ao sofrimento distante. Tomemos os já citados eventos do Tsunami no Oceano Índico em 2004 e do terremoto no Haiti em 2010, os quais espantaram os céticos no tocante à amplitude e à rapidez da reação humanitária internacional que se seguiu aos mesmos, sobretudo sob a forma de doações materiais voltadas ao alívio de feridos e desabrigados, bem como à reconstrução das infraestruturas tecnológicas e de serviços devastadas por aqueles desastres naturais. Embora a terrível magnitude dessas tragédias, que juntas tiraram a vida de mais de 400 mil pessoas, desempenhe algum papel na explicação de tamanha mobilização de ajuda oriunda de todo o



mundo para as sociedades afligidas, ela certamente não é suficiente para dar conta do fenômeno. O fato de a taxa de mortalidade não constituir condição suficiente para levar seja a uma ampla cobertura midiática, seja a uma robusta reação por parte de governos, organizações multilaterais, movimentos sociais e cidadãos engajados, foi lembrado pelos cétricos que se apressaram em apontar para crises humanitárias de imensas proporções que geraram pouca ou nenhuma preocupação nos meios de comunicação: os mais de cinco milhões de indivíduos que foram ceifados por causas oriundas da guerra civil prolongando-se desde 1998 na República Democrática do Congo ou as mais de “10 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade que morrem todo ano [30 mil mortes por dia] devido a causas evitáveis como a subnutrição, a falta de água potável e a carência quase total de assistência médica” (SINGER, 2004: 193).

Dentre os fatores sugeridos para explicar a inexistência de uma correspondência direta entre a extensão de uma catástrofe humanitária e as respostas diferenciais à mesma no que tange ao espaço de cobertura midiática e à abrangência e penetração de uma intervenção prática reativa, podemos mencionar:

- a) a diferença entre circunstâncias prolongadas e episódios facilmente localizáveis no espaço e no tempo, os quais tendem a ser sistematicamente favorecidos em um contexto em que tanto as diretrizes do trabalho jornalístico quanto as sensibilidades educadas no contato com os meios de comunicação são pautadas por uma busca incessante do novo, pela enorme dificuldade de concentração da atenção em um mesmo problema (“a forma cultural do Distúrbio do Déficit de Atenção” [COHEN, 2001: 177]) e pela rarefação crescente da memória em face da substituição contínua e veloz de velhas por novas histórias trágicas;
- b) a questão da (in)culpabilidade das vítimas. Em seu estudo clássico sobre a retórica das paixões (s/d), Aristóteles elencou, dentre as condições para a produção do sentimento de compaixão, a percepção das vítimas de uma situação infeliz como *não responsáveis* pelo seu destino. Moeller (2004: 174) e Singer (2010) sugerem que essa avaliação desempenha um papel na propulsão de respostas de auxílio por parte da comunidade internacional a populações afligidas por catástrofes. Assim, enquanto os mortos, feridos e desabrigados

por tragédias naturais aparecem como vítimas puras, identificáveis sem ambiguidade e obviamente não culpáveis pela sua própria condição, as circunstâncias de uma guerra civil, por exemplo, já colocam aos receptores da notícia um desafio cognitivo e moral muitíssimo mais complicado que tende a dissolver severamente as intenções de envolvimento e intervenção ético-política.

A superfície do problema foi apenas arranhada. Muito resta a ser estudado.

### **Conclusão: caridade, justiça e a criança faminta**

Como convém a um texto que apresenta os contornos de um programa de trabalho acerca de um tema amplo e repleto de múltiplas dimensões empíricas e analíticas, não houve espaço para contemplar aqui muitas outras linhas de reflexão. A discussão sobre o papel dos meios de comunicação *in toto*, por exemplo, deixou na penumbra o problema de saber em que medida os efeitos práticos das mensagens de crises humanitárias podem ser explicados com base nas propriedades inerentes aos diferentes meios em que são veiculadas, tais como a natureza mais analítica da construção de notícias em jornais e revistas, o caráter largamente monológico da reportagem televisiva ou as potencialidades interativas da *Internet*. Particularmente influente aqui é diferença ideal-típica entre a televisão e a *Internet* como modalidades empíricas e/ou modelos normativos de *espaço público*, a qual comumente evoca uma celebração real ou utopicamente imaginada da segunda como terreno de interação dialógica e participação ativa nos rumos da vida coletiva (RIBEIRO, 2000; VANDENBERGHE, 2010), em contraponto à crítica da primeira como arena em que indivíduos se reuniram passivamente para assistir a espetáculos de consumo. O pano de fundo dessa contraposição, aqui apresentada em termos simplificadores, consiste nos argumentos de toda uma tradição de pensamento que denunciou o estímulo à passividade política implicado pela inserção em esferas públicas marcadas não pela interação crítico-dialógica em torno de preocupações relativas ao bem comum, mas pela reunião de simples consumidores de espetáculos de massa. Essa tradição tem seu início nas reservas expressas por Rousseau a respeito do suposto efeito pernicioso provocado pela experiência teatral sobre as disposições cívicas dos espectadores (KOHN, 2008), passa pela análise marxista do espetáculo como mecanismo de alienação na sociedade capitalista, desenvolvida por

Debord (1997), pelo exame habermasiano da erosão do “público debatedor da cultura” que havia florescido em clubes, cafés e salões frequentados pela burguesia europeia no século XVIII em favor de “um público consumidor da cultura” a ele fornecida pelos meios de comunicação de massa (HABERMAS, 1991: 159) e desemboca, por fim, na narrativa de Sennett (1977) sobre o declínio histórico do “homem público”.

Em face dessa tradição, o importante não é opor, ao pessimismo mais ou menos unilateral diante da passividade prático-política supostamente provocada pelos espetáculos televisivos, um otimismo igualmente unidimensional em face dos potenciais transformadores da rede mundial de computadores. O que importa para o presente texto é destacar a relevância de tais debates para a reflexão sobre as reações reais e possíveis à circulação midiática de mensagens quanto ao sofrimento de outros distantes, sobretudo diante do fato de que as proposições de otimistas e céticos quanto aos potenciais da *Internet* são constantemente testadas, por assim dizer, pelo desenrolar de eventos no mundo real – como visto, para dar apenas um exemplo dentre vários, no papel surpreendente, embora ainda não tão bem compreendido, de redes sociais como o *Facebook* para a organização intranacional e internacional dos protestos que marcaram a recente Primavera Árabe.

Conferindo uma inflexão mais abertamente normativa a essas considerações finais, no entanto, pretendo me debruçar sobre outra polarização, a qual não envolve apenas a ética da representação da dor do outro distante, mas sobretudo o plano das respostas morais e políticas coletivas tidas como adequadas em face de crises humanitárias longínquas. Tal contraste pode ser lido como uma espécie de projeção, no cenário cosmopolita, da tensão entre princípios personalistas, filantrópicos e supostamente apolíticos de *caridade*, de um lado, e princípios abstratos e impessoais de *justiça*, de outro – tensão que tanto marcou as reviravoltas no trato com os pobres do capitalismo nos séculos XIX e XX (RICOEUR, 1964: 99-111; CASTEL, 2000).

Por volta da década de 70, a chocante foto da criança africana subnutrida, com olhos assustados e aparência esquelética, já havia adquirido o estatuto de ícone irresistível do sofrimento humano – um ícone no sentido de uma estrutura representacional com base na qual diversas novas imagens de tragédias foram produzidas e interpretadas<sup>14</sup> (KURASAWA, 2009). Tal imagem também tinha sido amplamente colocada a serviço da hipótese de que a ação em favor dessa criança derivava do mais básico senso de humanidade

diante de uma criatura com nenhuma responsabilidade por sua dor, estando, portanto, para além de considerações ou divisões político-ideológicas. Um momento de reforço massivo de tal iconografia foi o frisson, no mundo euro-americano, em torno da fome na Etiópia em 1984, quando imagens vívidas de penúria e sofrimento obtiveram enorme impacto público e levaram à subsequente realização do concerto *Live Aid*, em julho de 1985, voltado a angariar fundos para o auxílio à população etíope atingida pela tragédia.

No entanto, enquanto alguns celebravam tal demonstração pública de compaixão por co-habitantes distantes do globo, os chamados críticos “educativos” ou “educacionalistas” lamentaram o que viram como a vergonhosa transformação de imagens de sofrimento em itens de consumo, bem como a instauração de um ritual hedonista em que a dor do outro serviria de pretexto a uma celebração autocongratatória da própria generosidade. Com efeito, assim como os teóricos da dependência haviam sustentado que a riqueza dos países desenvolvidos e a pobreza dos países subdesenvolvidos representavam duas faces de uma mesma moeda, com a primeira servindo de sustentáculo para a segunda graças à estrutura assimétrica da economia internacional, os “educacionalistas” começaram a fustigar a exploração das imagens da “criança africana faminta” por entidades humanitárias como a Oxfam e outras. Em vez de informar os ricos doadores ocidentais a respeito das assimetrias estruturais de poder econômico e político que subjaziam à produção da miséria, as organizações caridosas alimentariam um espetáculo sentimental no qual o doador se eximia de responsabilidade propriamente política ao refugiar-se em uma benevolência autoindulgente (BAUDRILLARD, 1994: 67). Em vez da reflexão crítica sobre as causas sistêmicas da pobreza, o regime de doações motivado pelo poder emocional das imagens alicerçava um sentimento de superioridade condescendente entre os “heróis” do Primeiro Mundo que prestavam auxílio a impotentes terceiro-mundistas – como na foto em que o diretor da Oxfam segura em suas mãos uma criança faminta em Biafra (COHEN, 2001: 178). Contra o discurso da caridade pragmática e apolítica, que julgavam contribuir para uma naturalização ideológica da miséria no mundo, os críticos “educacionalistas” da representação espetacular do sofrimento levantaram bandeiras da justiça social: a substituição do alívio local e imediato por mudanças econômicas estruturais, uma práxis política voltada ao empoderamento dos “sofredores” – e não uma consideração paternalista dos mesmos como vítimas indefesas e assim por diante.

As críticas “educacionalistas” foram e são obviamente importantes. No entanto, embora os meios mais tradicionais de comunicação ainda tenham muito a aprender com elas, tais críticas penetraram tão intensamente no mundo das organizações humanitárias que alguns de seus limites puderam saltar à luz. O reconhecimento de tais limites não aponta obviamente para o abandono da preocupação com condições e consequências estruturais em favor do foco exclusivo sobre a ideia de auxílio humanitário emergencial e compensatório, mas apenas para a percepção de que, se por um lado “as intervenções em emergências complexas não são ‘soluções’ porque as próprias emergências não são problemas autônomos em si mesmas, mas sintomas de...problemas subjacentes”, também “seria um erro pensar que a resposta humanitária deveria ou poderia ser simplesmente abandonada em favor de um trabalho direto sobre os problemas subjacentes” (CALHOUN, 2008: 88). Como exemplo de efeito perverso, os debates em torno do atual mal-estar do estado de bem-estar social mostraram que a tese de que a caridade humanitária fere o autorrespeito e o poder de iniciativa daqueles que são seus beneficiários, a mesma tese outrora utilizada para defender a substituição das caridades privadas por padrões institucionalizados, universais e impessoais de justiça distributiva, pôde ser instrumentalizada em favor da própria defesa da necessidade de dissolução desses últimos na fase mais recente do capitalismo (SENNETT, 2003). De modo similar, é fundamental reconhecer que a legítima preocupação com a dignidade dos indivíduos afetados por uma crise humanitária pode, por outro lado, terminar por esvaziar o que deveria permanecer sendo a mensagem central: a de que aquelas pessoas *estão* em uma situação de vulnerabilidade tal que as torna *dependentes* de ajuda externa. Com efeito, ao invés de uma pintura da condição do sofredor com cores de vergonha e indignidade, é precisamente o reconhecimento de *vulnerabilidades* (TURNER, 2006), *riscos* (BECK, 1999) e *dependências compartilhados* o que constitui a condição mesma de possibilidade do altruísmo econômico, social e político em uma arena cosmopolita.

O problema colocado pelo delineamento de uma posição informada pela crítica “educacionalista”, mas que não se reduza à mesma, é similar ao que já encontramos em face do impasse ético-político a que nos levam certas críticas céticas ou “iconoclastas” (KURASAWA, 2009) aos modos banalizantes, espetaculares, consumistas e “pornográficos” pelos quais o sofrimento distante é apresentado nos meios de comunicação, críticas que parecem sugerir,

implícita ou explicitamente, que aquelas características seriam corolários inevitáveis da representação midiática de crises humanitárias. Boltanski notou o “beco sem saída” a que chega essa forma de denúncia totalizante:

A crítica [cética, iconoclasta] é fácil, mas a arte é difícil. É, portanto, apropriado perguntar aos críticos o que eles querem e o que propõem. Aqueles aos quais nos referimos não o dizem claramente. (...) Como os espectadores são manipulados e enganados pela evocação de desafortunados e pelas imagens de sofrimento que lhes são mostradas, uma solução [*sic*] imediatamente vem à mente: pare de dar sua atenção ao infortúnio; não se preocupe mais com isso, não diga nada sobre o sofrimento (BOLTANSKI, 1999: 180).

Embora incipiente sob diversos aspectos, o programa normativamente orientado de pesquisa esboçado aqui já está maduro o suficiente para escapar à visão simplista de que estaríamos condenados a uma escolha entre representar o sofrimento distante segundo imagens e narrativas convencionais que apenas levariam à apatia ético-política e à transformação da dor do outro em espetáculo de consumo ou, ao contrário, abdicar de qualquer intenção de representação, o que significaria estranhamente substituir uma apatia ligeiramente incômoda por uma letargia acalmada pela simples ignorância. Para além dessa dicotomia, a verdadeira tarefa consiste, portanto, na busca dos instrumentos imagéticos e textuais eticamente mais apropriados e eficazes para engajar a subjetividade dos receptores de notícias do sofrimento de outros distantes. A preocupação “educacionalista” com a contextualização estrutural das tragédias mostradas ou com a difusão de alternativas de intervenção que possam ir além do alívio imediato faz parte do percurso, mas a imagem agônica do sofredor concreto (*essa, esse...e mais um milhão como esse e essa*) é a principal e talvez a única senda pela qual podemos despertar sentimentos morais no que, caso contrário, seria uma compreensão puramente intelectual de dados estatísticos:

Sabemos que a pobreza no Terceiro Mundo é uma questão complexa. Mas, avarentos cognitivos que somos, paramos de registrar quando as pessoas começam a falar da crise da dívida, do FMI e do preço dos grãos de café. (...) Objetivos políticos e objeções éticas de fato importam se a criança faminta e os cadáveres flutuando no rio passam a representar a “África”. Mas essas imagens certamente não podem ser suprimidas. Miséria, doença e sofrimento desnecessários,

milhões de seres humanos perdendo suas vidas...: esse é o problema, todo o problema e nada além do problema (COHEN, 2001: 184-185).

As discussões aqui elencadas são apenas algumas de um campo empiricamente vasto e forçosamente interdisciplinar de pesquisa sobre o sofrimento distante. Ao invés de oferecer um tratamento exploratório das mesmas, o presente estudo buscou fincar alicerces teóricos, metodológicos e normativos para tal agenda de pesquisa, situando-a no contexto de preocupações sociológicas e ético-políticas mais abrangentes acerca: a) dos efeitos da globalização sobre concepções de responsabilidade moral; b) das condições psicológicas ou motivacionais de difusão de uma ética cosmopolita; c) e, por fim, dos modos pelos quais a proximidade e a distância influenciam os “sentimentos morais” dos atores humanos. Calcado no preceito de que o pesquisador “prudente começa pelo início e não dá um novo passo antes de haver assegurado o anterior” (SERTILLANGES, 2003: 33), o presente artigo pretendeu oferecer um preâmbulo analítico e um mapeamento inicial de um programa de trabalho vasto e de longo prazo. O texto terá cumprido seu propósito caso estimule outros pesquisadores a contribuir para levá-lo a cabo.

---

#### Notas:

1 Na acepção mais restrita, a teoria sociológica é pensada como um empreendimento intelectual distinto da *teoria social*, esta última concebida como um âmbito mais abstrato e inerentemente interdisciplinar de reflexão acerca de problemas necessariamente implicados, sob uma forma explícita ou tácita, em todas as ciências humanas, tais como a caracterização ontológica das entidades e processos constitutivos de todo e qualquer universo social (GIDDENS, 2003: XVII). No plano da teoria sociológica, o conceito de modernidade seria tomado não em um sentido estritamente histórico-cronológico, mas analítico ou “qualitativo” (ADORNO [2005: 218]), referindo-se a um tipo de arranjo social multidimensional que, ainda que assumindo múltiplas manifestações em diversos contextos particulares do mundo atual, tornou-se contemporaneamente global em sua influência através de processos de emulação, incorporação, transformação endógena e/ou imposição colonial ou imperial. Naturalmente, é nessa mesma área de teorização que se desenrolam os recentes e acalorados debates a respeito de uma suposta transição histórica da constelação institucional característica da modernidade “clássica” em direção a um novo tipo de configuração societal, para a qual, com efeito, já está disponível no mercado acadêmico uma profusão impressionante de rótulos, como “modernidade tardia (GIDDENS), capitalismo tardio (MANDEL), sociedade pós-moderna (LYOTARD), pós-industrial (BELL), pós-fordista (CORIAT), programada (TOURAINÉ), informacional (CASTELLS), líquida (BAUMAN) e do risco (BECK)” (VANDENBERGHE, 2006: 23).

2 Vale destacar simultaneamente a ênfase da análise giddensiana da modernidade sobre a existência de uma relação *dialética* entre o global e o local, importante para destacarmos que as práticas desenroladas em tais locais não são apenas *afetadas* por tais processos de fantasmagorização, mas também *parte ativa* na cadeia de ações pelas quais outros locais são fantasmagorizados, ainda que em grau variável em função de diversos fatores sociais e institucionais, dentre os quais os diferenciais de poder e recursos dos atores envolvidos.

3 Como indica o substantivo composto, a inserção no Estado-Nação aponta não apenas para a submissão (voluntária ou forçada) ao domínio e vigilância do Estado como órgão jurídico-político, mas também à incorporação da representação cultural de pertencimento à nação como “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1987).

4 Em uma prévia do debate entre otimistas e céticos no que toca às respostas ao sofrimento alheio, Chateaubriand reagiu ao ceticismo de Diderot e afirmou sentir tamanho protesto interno contra aquela tentação que se convenceu da realidade de uma consciência moral independente de pressões externas, como o medo ao castigo da sociedade: “ouço no fundo de meu coração uma voz que tão fortemente brada contra o só pensamento de uma tal suposição, que não posso duvidar um instante da realidade da consciência” (*idem*, p. 157).

5 “No fundo da China existe um mandarim mais rico que todos os reis de que a fábula ou a história contam. Dele nada conheces (...) Para que tu herdês seus cabedais infundáveis, basta que toques essa campainha, posta a teu lado (...) Ele soltará apenas um suspiro, nesses confins da Mongólia. Será então um cadáver: e tu verás a teus pés mais ouro do que pode sonhar a ambição de um avaro. Tu, que me lês e és um homem mortal, tocarás tua campainha?” (QUEIRÓS, 1970: 1041).

6 Uma interessante e mais recente exploração do tema da “normalidade” psicológica da maior parte dos integrantes do maquinário social nazista, bem como de algumas de suas implicações no que toca às experiências de atribuição retrospectiva de responsabilidade causal e culpabilidade moral pelo Holocausto, encontra-se em Schütze (1992) – uma feliz sugestão bibliográfica feita por um parecerista anônimo da *Revista de Ciências Sociais da UFC*, a quem agradeço.

7 Bauman busca nos famosos experimentos de Milgram com eletrochoques (1974) a comprovação empírica do alto grau em que a invisibilidade das vítimas funciona como uma eficiente mitigadora da preocupação moral; em outras palavras, a confirmação de que nossa psicologia ainda pareceria pouco acostumada a estabelecer uma relação moral “visceralmente” significativa entre feitos como assinar um papel ou apertar um botão e as conseqüências eventualmente sangrentas desses atos em algum ponto distante do globo. Trazendo explicitamente sua argumentação para o contexto contemporâneo, o autor polonês afirma: “Para compreender como foi possível essa cegueira moral estarrecedora, ajuda pensar nos operários da fábrica de armamentos que se alegram com a ‘suspensão do fechamento’ de sua indústria graças a novas ordens grandiosas, ao mesmo tempo em que lamentam os massacres mútuos de etíopes e eritreus; ou pensar como é possível que a ‘queda nos preços de *commodities*’ possa ser universalmente aclamada como uma notícia boa ao mesmo tempo em que a ‘fome das crianças africanas’ é lamentada de forma igualmente universal e sincera” (1998: 44).

8 Esta tendência seria própria de abordagens que trairiam um sério *déficit* de fundamentação na pesquisa empírica para as suas afirmações, além de estarem muito freqüentemente



associadas a uma visão simplista dos receptores como um conjunto homogêneo de sujeitos interpretativamente passivos (e.g. nas discussões da “indústria cultural” feitas por Adorno e Horkheimer [1985]), negligenciando o (ou menosprezando as implicações do) fato de que os significados das formas simbólicas veiculadas na mídia são hermeneuticamente *co*-produzidos.

9 Um útil pano de fundo para a compreensão das divergências entre John Thompson e Lilie Chouliaraki consiste na proposta teórico-metodológica da chamada Análise de Discurso Crítica (ADC) formulada por Norman Fairclough (2001), que a desenvolveu em diálogo próximo com a teoria “hermeneuticamente sensível” da ideologia cunhada pelo primeiro (*op.cit.*: 17, 17; ver THOMPSON, 1995) e publicou, em colaboração com a segunda, um livro que aplica a grade analítica da ADC a diagnósticos histórico-sociológicos da modernidade tardia (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999). A “teoria social do discurso” (FAIRCLOUGH, 2001: 89) delineada por Fairclough constitui uma tentativa de transcender tanto abordagens “acríticas” que reconhecem as competências criativas envolvidas na produção e interpretação de significados discursivos, mas negligenciam as influências ideológicas exercidas por relações de poder sobre os mesmos, quanto perspectivas hipercríticas que, ao contrário, postulam a produção de “efeitos ideológicos sobre um recipiente passivo” (*op.cit.*: 50) em detrimento do reconhecimento do fato de que “a interpretação é um processo ativo em que os sentidos a que se chegou dependem dos recursos usados e da posição social do(a) intérprete” (*idem*). Tal orientação analítica de Fairclough é aceita de bom grado tanto por Thompson como por Chouliaraki, mas o problema da produção de significado na relação entre o emissor e o receptor consiste em uma daquelas questões do tipo “cobertor curto”, em que o abandono de posições unilaterais em favor de um acento sobre a codeterminação não impede que haja, ainda, intensas discordâncias a respeito dos diferentes *graus* de influência ou condicionamento exercido por uma instância sobre a outra. Assim, segundo a leitura de Chouliaraki (2000), a pendenga de Thompson com abordagens que postulam um receptor passivo e completamente manipulável pelo conteúdo ideológico das formas simbólicas com que trava contato nos meios de comunicação foi de tal modo radicalizada em *A mídia e a modernidade* (2001) que acabou por eclipsar suas preocupações críticas anteriores (THOMPSON, 1995) com os modos pelos quais os produtos simbólicos veiculados na mídia contribuía para a reprodução de assimetrias de dominação. Chouliaraki não pretende, no entanto, reabilitar a visão hipercrítica do receptor como mero fantoche ideológico, mas restaurar, *pace* Thompson, uma sensibilidade mais aguda aos efeitos da mensagem midiática sobre as disposições cognitivas, emocionais, morais e práticas de tal receptor.

10 Embora emissoras de TV por satélite, por exemplo, já possuam audiências que ultrapassam os âmbitos nacionais, tais mercados internacionais de recepção ainda parecem fortemente regionalizados em função de fatores geográficos, culturais e lingüísticos. Nesse sentido, mesmo que já globais em termos de alcance tecnológico, estes meios de comunicação permanecem, em boa medida, regionais em alcance cultural, com sua audiência fragmentada em públicos insulares multinacionais (CHOULIARAKI, 2008c: 331).

11 Tal modalidade de reação está associada não apenas a registros de tragédias efetivas, mas aos alertas freqüentes e intensos sobre catástrofes potenciais veiculados nos meios de comunicação. Na era da “sociedade do risco global” (BECK, 1999b), a “imaginação do desastre” (SONTAG, 1966: 209) ou “heurística do medo” (JONAS, 2006: 70) se tornou

um verdadeiro princípio-mestre cognitivo e moral de organização das relações sociais e de intervenção agêntica sobre o processo histórico (STRYDOM, 2002). Como demonstraram as reflexões de Lasch sobre “o mínimo eu” (1986) e vários estudos sobre a recepção de mensagens midiáticas a respeito de formas atrozes de sofrimento humano dispersas em escala mundial (COHEN, 2001), a profusão de alertas acerca das possibilidades iminentes de holocausto nuclear, ataques terroristas, epidemias globais ou desastres ecológicos pode levar os indivíduos não a uma assunção de responsabilidade seguida de mobilização e engajamento prático com os “assuntos mundiais”, mas, ao contrário, precisamente a uma espécie de paralisia aliada a uma sensação profunda de impotência. Assim, algumas das tentativas mais bem-intencionadas de despertar a consciência pública internacional para a magnitude dos riscos socialmente fabricados que a humanidade enfrenta, através de alertas amplamente veiculados nos meios de comunicação ou da apresentação de tragédias já ocorridas, acabam, em um infeliz efeito perverso, contribuindo para aquela inércia e imobilidade que buscavam combater. Mulheres e homens “comuns”, expostos ao contato com informações sobre riscos de magnitude tão abrangente, são muito freqüentemente levados não ao reconhecimento de seu papel *ativo* na determinação dos rumos da história da humanidade, mas sim a uma espécie de encolhimento defensivo sobre si mesmos, como animais sitiados em guarda contra as ameaças do mundo.

12 No que seria um paradoxo apenas aparente, a contraparte da sensação de que se está assistindo a um novo episódio do mesmo show de horrores seria o esquecimento rápido das catástrofes que acabaram de se passar, uma vez que a atenção continua sendo solicitada para novos eventos em um fluxo veloz (COHEN, 2001: 177). O sentimento resultante: *plus ça change, plus c'est la même chose...*

13 Como quaisquer estranhos, as vítimas de tragédias expostas na televisão são cognitivamente percebidas segundo “esquemas de tipificação” (SCHUTZ, 1979: 116-120). É isso o que justifica a utilização da vaga fórmula “aquelas pessoas”, dado que esta expressão não faz referência direta aos indivíduos empíricos vitimados pelo atentado, mas às representações com base nas quais a anonimidade desses indivíduos para estranhos distantes foi parcialmente neutralizada por meio de tipificações implícitas que comumente envolviam algo próximo a “estadunidenses ricos e bem-sucedidos” – sem negar que tal representação seja simplificadora, em face da multiplicidade de perfis étnicos, profissionais e socioculturais das vítimas. O que é mais importante para a presente argumentação é a hipótese segundo a qual o maior grau de perplexidade emocional desencadeado pelo ato terrorista não estava necessariamente relacionado a uma percepção das vidas de profissionais do WTC como inerentemente mais valiosas do que, por exemplo, as dos habitantes dos países pobres da África e da Ásia, mas ao fato de que as notícias apresentadas cotidianamente nos meios midiáticos tornaram muitos de nós bem mais acostumados às tragédias (incluindo-se aí aquelas provocadas pela ação deliberada de seres humanos) desenroladas nesses contextos do que em locais como Manhattan, cuja suposta invulnerabilidade até então parecia só poder ser destruída em ficções cinematográficas, como indicado pela afirmação tão comum de que o choque dos aviões contra as torres parecia uma cena de cinema-catástrofe.

14 Talvez a mais famosa dentre as variações sobre esse mesmo tema na iconografia do sofrimento seja a foto, feita pelo sul-africano Kevin Carter em 1993, de uma criança sudanesa que se arrasta para um campo de alimentação montado pela Organização das Nações Unidas (ONU) enquanto, ao fundo, um abutre permanece à espreita. A foto valeu a Carter um

premio Pulitzer em 1994 e gerou uma enorme comoção em torno ao destino (desconhecido) daquela criança. Por outro lado, críticos se apressaram em denunciar a priorização dada ao registro fotográfico ao invés do auxílio imediato à criança (com alguns chegando ao ponto de afirmar que o papel do fotógrafo na situação era homólogo ao do próprio abutre). Apenas dois meses após ser premiado, Carter terminou por cometer suicídio. Embora não se possa reduzir as motivações de seu ato a um único fator, seu destino passou a simbolizar contundentemente as profundas ambivalências e dilemas morais implicados no trabalho de tornar visível o sofrimento.

## Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. *Minima moralia: reflections on a damaged life*. London: Verso, 2005.

ADORNO, Theodor. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. Londres/Nova Iorque: Verso, 1987.

APEL, Karl-Otto. Globalization and the need for universal ethics. **European Journal of Social Theory**, London, vol. 3, n. 2, p. 137-155, 2000.

APEL, Karl-Otto. *Ética e responsabilidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

ARCHIBUGI, Daniela & HELD, David (orgs.). *Cosmopolitan democracy: an agenda for a new world order*. Cambridge: Polity Press, 1995.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. São Paulo: Ediouro, s/d.

ATTFIELD, Robin. The shape of a global ethic. **Philosophy and social criticism**, vol. 32, n. 1, p. 5-19, 2006.

AVRITZER, Leonardo. “Em busca de um padrão de cidadania mundial”. **Lua Nova**, n. 55-56, p. 29-55, 2002.

BAUDRILLARD, Jean. *The illusion of the end*. Cambridge: Polity Press, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BECK, Ulrich. *O que é globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

- BECK, Ulrich. *World risk society*. Cambridge: Polity Press, 1999b.
- BECK, Ulrich. The cosmopolitan society and its enemies. **Theory, culture and society**, vol. 19, n.1-2, p. 17-44, 2002a.
- BECK, Ulrich. *Liberdade ou capitalismo: Ulrich Beck conversa com Johannes Willms*. São Paulo: Unesp, 2002b.
- BENHABIB, Seyla. *The claims of culture*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- BOLTANSKI, Luc. *Distant suffering: morality, media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- CALHOUN, Craig. Is it time to be postnational? In MENDES, C. (org.) *Hégemonie et Civilisation de le Peur*. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2004, p. 38-80.
- CALHOUN, Craig. The imperative to reduce suffering: charity, progress, and emergencies in the field of humanitarian action. in BARNETT, M. & WEISS, T. (org.) *Humanitarianism in question: politics, power, ethics*. Ithaca: Cornell University Press, 2008.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CHATEAUBRIAND, François-René. *O gênio do cristianismo (vol.1)*. Rio de Janeiro: W M Jackson, 1948.
- CHEAH, Pheng & ROBBINS, Bruce (orgs.). *Cosmopolitics: thinking and feeling beyond the nation*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1998.
- CHOULIARAKI, Lilie & FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- CHOULIARAKI, Lilie. Political discourse in the news: democratizing responsibility or aestheticizing politics? **Discourse and society**, London, vol. 11, n. 3, p. 293-314, 2000.
- CHOULIARAKI, Lilie. *The spectatorship of suffering*. London: Sage, 2006.
- CHOULIARAKI, Lilie. The aestheticization of suffering on television. **Visual communication**, London, vol.5, n.3, p.261-285, 2006.
- CHOULIARAKI, Lilie. The mediation of suffering and the vision of a cosmopolitan public. **Television and new media**, London, vol.9, n. 5, p.371-391, 2008a.
- CHOULIARAKI, Lilie. The media as moral education: mediation and action. **Media, culture and society**, London, vol. 30, n.6, p.831-852, 2008b.

CHOULIARAKI, Lilie. The symbolic power of transnational media: managing the visibility of suffering. **Global media and communication**, London, vol. 4, n.3, p.329-351, 2008c.

COHEN, Stanley. *States of denial*. Cambridge: Polity Press, 2001.

COSTA, Sérgio. Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.18, n.53, p.19-32, 2003.

DALLMAYR, Fred. Cosmopolitanism: moral and political. **Political theory**, London, vol.31, n.3, p.421-442, 2003.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIDEROT, Denis. Carta sobre os cegos: para uso dos que vêem, in CHAUI, M. & GINSBURG, J. *Diderot (Os pensadores)*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 1-38.

DOMINGUES, José Maurício. *Interpretando a modernidade*. São Paulo: FGV, 2002.

DOMINGUES, José Maurício. *Ensaio de Sociologia*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2004.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GARFINKEL, Harold. *Studies in ethnomethodology*. New Jersey: Prentice-Hall, 1967.

GEERTZ, Clifford. Os usos da diversidade, in *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 68-85.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp, 1996.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *The structural change of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge: MIT Press, 1991.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro*. São Paulo: Loyola, 2004.

- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2001.
- HIRSCHMAN, Albert. *A retórica da intransigência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HELD, David. *Democracy and the global order: from the modern state to cosmopolitan governance*. Stanford: Stanford University Press, 1995.
- JOAS, Hans. The sacredness of the person. *Newsletter of the Research Committee on Sociological Theory of the International Sociological Association (RC16/ISA)*. Autumn 2009, p. 2-3.
- JONES, Charles. *Global justice: defending cosmopolitanism*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade*. Rio de Janeiro: PUC, 2006.
- KEANE, John. *Global civil society?* Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- KÖGLER, Hans-Herbert. Constructing a cosmopolitan public sphere: hermeneutic capabilities and universal values. **European Journal of Social Theory**, London, vol. 8, n. 3, p. 297-320, 2005.
- KURASAWA, Fuyuky. *The work of global justice: human rights as practices*. New York: Cambridge University Press, 2007.
- KURASAWA, Fuyuky. A message in a bottle: bearing witness as a mode of transnational practice. **Theory, culture and society**, London, vol. 26, n. 1, p. 92-111, 2009a.
- KURASAWA, Fuyuky. Socio-visual constructivism, visual ambiguity and the iconography of distant suffering. Mimeo, 2009b.
- LASCH, Christopher. *O mínimo eu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MILGRAM, Stanley. *Obedience to authority*. New York: Taylor and Francis, 1974.
- MOELLER, Susan. *Compassion fatigue*. London: Routledge, 1999.
- MOELLER, Susan. Regarding the pain of others: media bias and the coverage of international disasters. **Journal of International Affairs**, New York, vol. 59, n. 2, 173-196, 2006.
- MOUZELIS, Nicos. Modernity: a non-european conceptualization. **British Journal of Sociology**, London, vol. 50, n. 1, 141-159, 1999.
- QUEIRÓS, Eça de. O mandarim. *in Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1970, p.1040-1082.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Política cibercultural: ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual. *in ALVAREZ, S. et al. Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

- RICOEUR, Paul. *Histoire et vérité*. Paris: Editions du Seuil, 1964.
- SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SCHÜTZE, Fritz. Pressure and guilt: war experiences of a young German soldier and their biographical implications (part 1). **International Sociology**, vol. 7, n. 3, 187-208.
- SCHÜTZE, Fritz. Pressure and guilt: war experiences of a young German soldier and their biographical implications (part 2). **International Sociology**, vol. 7, n. 4, 347-367.
- SENNETT, Richard. *The fall of public man*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- SENNETT, Richard. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. São Paulo: Record, 2004.
- SERTILLANGES, Antonin-Dalmace. *La vida intelectual*. Madrid: Encuentro, 2003.
- SILVERSTONE, Roger. *Media and morality: on the rise of mediapolis*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- SINGER, Peter. *Um só mundo: a ética da globalização*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SINGER, Peter. Haiti and the rules of generosity. *Guardian*, Londres, 16 fev. 2010. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/belief/2010/feb/16/haiti-aid-future-damage>. Acesso em: 10 ago. 2011.
- SMITH, Adam. *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SONTAG, Susan. *Against interpretation and other essays*. New York: Anchor, 1966.
- SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- STRYDOM, Piet. The challenge of responsibility for sociology. **Current Sociology**, vol.47, 1999.
- STRYDOM, Piet. *Risk, environment and society: ongoing debates, current issues and future prospects*. Buckingham/Philadelphia: Open University Press, 2002.
- SZNAIDER, Natan. *The compassionate temperament: care and cruelty in modern society*. Boston: Rowman & Littlefield, 2001.
- TAYLOR, Charles. *As fontes do self*. São Paulo: Loyola, 1997.
- TESTER, Keith. *The life and times of postmodernity*. London: Routledge, 1993.

TESTER, Keith. The moral consequentiality of television. **European journal of social theory**, vol. 2, n. 4, p. 469-483, 1999.

THOMPSON, John. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, John. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

TURNER, Bryan. *Vulnerability and human rights*. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 2006.

VANDENBERGHE, Frédéric. *Complexités du posthumanisme: trois essais dialectiques sur la sociologie de Bruno Latour*. Paris: L'Harmattan, 2006.

VANDENBERGHE, Frédéric. *Teoria social realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VEYNE, Paul. *Sexo e poder em Roma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 2000.

## Resumo

O artigo apresenta fundações teóricas, metodológicas e ético-políticas para uma agenda de pesquisa sociológica sobre o “sofrimento à distância” (Boltanski), isto é, todo o complexo conjunto de fenômenos sociopsicológicos envolvidos na apresentação e na recepção de informações e imagens midiáticas acerca de tragédias que afetam indivíduos e coletividades espacialmente distantes e culturalmente heterogêneos. O caráter fundacional do trabalho está refletido em sua tentativa de situar um programa de investigação dos registros narrativos e visuais do sofrimento distante, bem como de seus impactos cognitivos, morais, emocionais e práticos sobre seus receptores, no seio de preocupações sociológicas e normativas amplamente veiculadas a respeito: a) dos efeitos da globalização sobre concepções de responsabilidade moral; b) das condições psicológicas ou motivacionais de difusão de uma ética cosmopolita; c) e, por fim, dos modos pelos quais a proximidade e a distância influenciam os “sentimentos morais” dos atores humanos.

**Palavras-chave:** globalização; responsabilidade; cosmopolitismo; mídia; sofrimento à distância.



## **Abstract**

The article presents theoretical, methodological and ethico-political foundations for a sociological research agenda on “distant suffering” (Boltanski), that is, the whole complex set of social-psychological phenomena involved in the presentation and reception of information and images of tragedies that affect spatially distant and culturally heterogeneous individuals and collectivities. The foundational character of the paper is reflected in its attempt to situate the research program on the narrative and visual registers of distant suffering, as well as on their cognitive, moral, emotional and practical impacts, within widespread sociological and normative concerns about: a) the effects of globalization on conceptions of moral responsibility; b) the psychological and motivational conditions of diffusion of cosmopolitan ethics; c) and, finally, the modes through which proximity and distance influence human agents’ “moral sentiments”.

**Keywords:** globalization; responsibility; cosmopolitanism; media; distant suffering.

Recebido para publicação em outubro/2012.

Aceito em janeiro/2013.

# GESTÃO EMPRESARIAL: UMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA

**De: Jean-François CHANLAT**

*Gestão Empresarial: uma perspectiva antropológica*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

**Por: Adauto de Vasconcelos MONTENEGRO**

Graduando em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do Programa Rede Internacional de Estudos e Pesquisas sobre Liderança e Empreendedorismo (RINEPE)

e

**Raquel Libório FEITOSA**

Psicóloga Organizacional da UFC. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

*Gestão Empresarial: uma perspectiva antropológica* apresenta objetivos de caráter fundamental no estudo atual das organizações, pois discute desde questões ligadas ao desenvolvimento das teorias de gestão até aquelas ligadas ao *slogan* de sustentabilidade organizacional, tão conhecido nos estudos acadêmicos atuais e na atuação de profissionais no cenário organizacional. A leitura desta obra é de grande valia para todos aqueles que se dedicam ao estudo das práticas de Gestão ou à atuação nas organizações, desde estudantes e pesquisadores até profissionais com experiência consolidada em seu campo de atuação, como psicólogos, administradores, gestores de Recursos Humanos, profissionais dos campos de ciências sociais e todos aqueles que se destinam ao estudo da dimensão humana nas organizações.

A obra está organizada em Introdução, seis capítulos temáticos e uma proposta de conclusão. Os capítulos são: “Ação humana e organização: as dimensões fundamentais” (p. 47), “Ação humana, espaço e organização” (p. 95), “Ação humana, tempo e organização” (p. 127), “Ação humana e organização segundo a teoria da agência” (p. 149) e “Ação humana, ética, poder e organização”. Ao longo da leitura do livro, percebe-se, claramente, a

função essencialmente didática da separação entre os capítulos, uma vez que os temas estão relacionados de forma intensa, o que é facilmente justificado pelo objetivo da Antropologia organizacional ou de negócios, o qual se confunde com o objetivo do próprio texto completo da obra: “conhecer as pessoas dentro de uma organização” ou mesmo, ainda utilizando as palavras do autor, possibilitar o “renascimento do humano nas organizações”. Diante de tal empreitada, os conteúdos abordados no texto resenhado se entrelaçam, pois dizem respeito ao resgate do aspecto subjetivo, antropológico, e, portanto, humano no contexto empresarial, considerando, de forma marcante, a cultura e as práticas sociais.

Chanlat inicia as reflexões apontando dimensões próprias da ação humana que devem ser consideradas na análise de todo e qualquer fenômeno organizacional: o *caráter coletivo*, demonstrando que a estratégia deve ser pensada de forma diluída entre os diversos atores presentes no cenário empresarial; o *caráter lingüístico* como elemento de construção de vínculos sociais; o *engaste simbólico*, que retrata a preponderância dos quadros simbólicos no contexto empresarial, mostrando como as conexões entre linguagem, cultura e história influenciam cada contexto organizacional específico e os *imaginários individual e coletivo*, os quais consistem em metáforas ligadas ao contexto da empresa, como o imaginário profissional ou gerencial. O professor francês sublinha a importância conferida à dimensão da estratégia nas práticas e estudos atuais na área de Gestão, afirmando ser esta considerada, na atualidade, como o “núcleo da ação de gestão” (p. 3). É nesse ponto que o autor desenvolve as principais reflexões acerca do quanto a *estratégia* trazida por diversos autores, como Mintzberg e Porter, não dá ênfase a alguns aspectos fundamentais, ou seja, aqueles relacionados às especificidades culturais.

Ao longo do seu livro, o autor destaca a dimensão cultural como variável a ser considerada na relação entre sujeito, organização e mundo globalizado, demonstrando que a relação com o Outro só pode ser compreendida na medida em que são realizados também o entendimento e a mínima apropriação do universo de significados, isto é, da cultura, assim definida por Geertz. Lévi-Strauss também auxilia Chanlat na compreensão de tal desafio ao afirmar que determinado grupo tende a definir “humanidade” tendo como referência o próprio universo em que está inserido. É demonstrado, assim, que a própria identidade grupal é forjada por meio da diferenciação em relação ao Outro.

A obra alerta acerca da dimensão trágica presente quando tal diferenciação é levada às últimas consequências, ocorrendo, então, atitudes de caráter discriminatório que poderão ser concretizadas no espaço empresarial e em outros espaços institucionais, nas áreas de Educação e Saúde, por exemplo. São lembrados os encontros, muitas vezes não tão bem-sucedidos, entre dois universos culturais distintos, demonstrando que cada um deles tem suas próprias referências socioculturais (p. 63), possuindo relação singular com a língua de origem e, mesmo, com a forma de se comunicar com o Outro, sendo este, muitas vezes, o estrangeiro. Como forma de concretizar tais ideias, o autor apresenta experiências de relações entre franceses e norte-americanos, provando que os conflitos existentes entre as duas nações só podem ser esclarecidos se considerados os fatores históricos, sociais e culturais envolvidos:

Se a diversidade cultural a que todos são vinculados passa pelo diálogo intercultural e pelo respeito às diferenças, o mundo da gestão não pode ignorar aquilo que está em jogo. Muito pelo contrário, estando no centro das mudanças contemporâneas, o rodeio antropológico deve tornar-se um imperativo para todos que gerem as organizações na Europa e pelo mundo. Não existindo a gestão universal abstrata, sua performance socioeconômica no mundo globalizado ganha o mesmo preço (p. 94).

Discutindo, ainda, no campo da Gestão Intercultural, o autor cita o estudo *A lógica da honra*, de Philip d'Iribarne, que aponta lógicas presentes nos universos francês (lógica da honra) e norte-americano (lógica do contrato). O universo francês, orientado pela lógica da honra, caracteriza-se pela presença de comportamentos que podem sofrer ajustes no ambiente laboral, além da importância dada à autonomia em relação ao superior hierárquico, enquanto a realidade norte-americana é permeada pela lógica contratual, como o próprio nome sugere, entre cliente e fornecedor, os quais utilizam como base para suas ações as cláusulas contratuais previstas.

A obra analisa também, de maneira específica, as noções de *espaço* e *tempo*, relacionando-as à dimensão organizacional sem, contudo, tomá-las como categorias inseparáveis, ao contrário: “um movimento no espaço é sempre um movimento no tempo” (p. 79), afirma o autor. Ainda em conformidade com a visão antropológica proposta por Chanlat, o espaço é visto como espaço simbólico, influenciado e construído pela cultura, e

como espaço social, sendo, portanto, reproduzidor e representante de aspectos do universo social em que se insere. Chanlat relaciona, posteriormente, a noção de espaço com diversas correntes teóricas acerca da organização, desde fordistas e tayloristas, permeados pelos significantes de *eficiência, especialização de tarefas, linha de produção*, até as correntes da Psicossociologia Francesa, Gestão Cultural e Simbólica e os estudos contemporâneos no campo da Gestão. No contexto da Psicossociologia, o espaço transforma-se em cenário para emergência de processos psíquicos e de personalidades gerenciais que influenciarão a estratégia empresarial. A Psicodinâmica do Trabalho, na figura de Dejours, assume fundamental relevância em tal contexto, indo além e apresentando a dimensão do *pathos* da relação entre sujeito e organização. A Gestão Cultural e Simbólica considera a categoria *espaço* como lugar de “construção de identidades e significados no trabalho” (p. 120), enquanto as teorias recentes acerca do pensamento gerencial denunciam, principalmente, as novas configurações do *espaço* no contexto da globalização, onde este se torna cada vez mais diversificado com o advento das novas tecnologias que fragmentam os limites físicos.

Em relação ao *tempo*, as mesmas consequências anteriormente citadas e relacionadas ao processo de globalização fazem com que esta dimensão assuma novas configurações. O autor sublinha a relação atual estabelecida entre tempo e competitividade, em que a organização mede cada vez mais seu desempenho e seu diferencial competitivo por meio de aspectos quantitativos ligados a tempo e desempenho, gerando mudanças gradativamente intensas nas formas de trabalho e no modo como o trabalhador é visto pelas organizações, este sendo deslocado do lugar de funcionário estável à categoria de prestador de serviços descartável. O autor, de forma bastante competente, não se limita à descrição do quadro de precarização laboral evidente; aponta consequências do novo mundo do trabalho sobre a vida pessoal de cada indivíduo inserido nesse contexto, desde horários que tornam “aleatória” a vida fora desse universo (p. 143), até a dissolução do laço social que une sujeito e organização.

Chanlat propõe, também, uma reflexão ética acerca das consequências sofridas por sujeito, sociedade e ambiente devido à naturalização do *ethos* utilitarista que encara os recursos naturais como inesgotáveis e a ação humana como máquina que não sentirá os efeitos de um trabalho cada vez mais precarizado e provocador de doenças.

Ainda no que concerne à naturalização do modo de vida orientado pela lógica de mercado, o professor francês destaca um ponto crítico desse campo, ao apontar os rumos da formação dos novos gestores, os quais, muitas vezes, consideram a lógica capitalista como a única a nortear a configuração do mundo organizacional, desconsiderando, por exemplo, a dimensão ética da atuação, bem como os aspectos sócio-culturais envolvidos na globalização, e intervenientes no universo empresarial.

Diante das discussões realizadas pelo autor e retomadas, de forma esquemática e simplificada, no presente texto, é possível perceber o quanto a obra resenhada toca em pontos diversos dos estudos sobre Gestão, e, ao mesmo tempo, demonstra, com maestria, o quanto esses campos estão intimamente relacionados. Sem empobrecer qualquer temática, Chanlat mostra conexões entre a Saúde do Trabalhador, o imperativo de sustentabilidade empresarial e o modelo de estratégia pautado no capitalismo, ao qual todos estão submetidos de alguma forma. Articula, assim, concepções distintas, sem esquecer, em momento algum, da dimensão humana presente em todas as discussões efetivadas. Pode-se dizer, mesmo, que ele resgata, a cada instante, esta dimensão, enriquecendo-a com elementos da cultura, da linguagem, da história e da sociedade, ajudando-nos a compreender que são esses os mesmos fatores que compõem ou deveriam compor qualquer pretensa análise do “subjetivo” ou do “humano”.

A obra enfatiza a presentificação e concretização das discussões teóricas apresentadas, ao apontar diversas situações de tensões entre nações distintas e rememora aspectos históricos em cada um dos conflitos, o que pode ser observado em diversos exemplos envolvendo as sociedades francesa e norte-americana. O autor demonstra que a linguagem exerce papel fundamental na relação humana e que esta, aliada e constituída pela cultura, também está mais presente no mundo do trabalho do que se imagina.

A análise argumenta a favor da desnaturalização do *homo economicus*, tão enraizado no contexto atual, propiciando uma reflexão compromissada acerca do futuro da humanidade, propondo a retomada da *phronésis*, da sabedoria, e, portanto, indicando uma ética da finitude, de conscientização dos limites da ação humana.

À guisa de conclusão, utilizamos as palavras de Chanlat, traduzindo, assim, uma das intenções da obra: todas as teorias, práticas e ações no campo

da Gestão Empresarial e em outras searas não podem ser consideradas como categorias destituídas de sua história. Nas suas palavras, “Seguindo essa reflexão, partimos da ideia de que as práticas de gestão são práticas sociais enraizadas no tempo-espaço, ou seja, uma sociedade numa cultura e uma história” (p. 4).

Recebida para publicação em outubro/2012.

Aceita em novembro/2012.

## AFETOS NA POLÍTICA E NA VIDA ÍNTIMA

Resenha comparada dos livros

**De: José Machado PAIS**

*Sexualidades e afectos juvenis*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

**De: Danyelle Nilin GONÇALVES**

*Jovens na política, animação e agenciamento do voto em campanhas eleitoriais*. São Paulo: editora Pontes, 2012.

**Por: Irllys Alencar F. Barreira**

Doutora em Sociologia, professora Titular do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará.

Embora os livros tratem de assuntos aparentemente bem diversos, é possível neles se encontrar o solo comum que permite a comparação. Poderíamos pensar que ambos referem-se ao protagonismo juvenil na sociedade contemporânea em campos diversos de atividade social. Os jovens em diferentes situações são porta-vozes de rupturas, sinalizam tensões entre modelos e encarnam sentimentos emergentes revelados em discursos e práticas.

Machado Pais explora a sexualidade e os afetos juvenis dando sequência a pesquisas que já vem desenvolvendo sobre o campo das percepções e sentimentos que se efetivam no cotidiano das cidades. Essa forma de analisar os sentimentos já está presente em livros anteriores produzidos pelo autor, tais como a *Nos rastros da solidão* (Ambar, 2006) e *Ganchos, tachos e biscates* (Ambar, 2001). Estes são livros que exploram tanto o universo do trabalho e suas vicissitudes quanto as formas de sociabilidade contemporâneas movidas no âmbito das redes sociais.

No livro sobre os afetos juvenis, o universo dos jovens é desbravado por meio de formas inusitadas de escuta. As duas gerações de filhos e pais mostram as tensões entre o oculto e o revelado, as dúvidas, os apelos da sociedade contemporânea e as subjetividades em fratura. Os imaginários e as expectativas sobre projetos de vida são observados por meio de provérbios,



apelidos e discursos manifestos em grupo ou individualmente. Observa o autor, na sua usual forma de captar a vida social nas entrelinhas da racionalidade discursiva, que a alcunha é “um lugar de epifania da verdade no seu entrelaçamento com o nome. As alcunhas permitem identificações, são indutoras de afetos” (p. 187). José Machado explora o que designa como cenas *bué*, expressivas das experiências de vida de juventudes. Na pesquisa, o registro de pensamentos soltos, opiniões provocadas por situações induzidas, falas veiculadas em reuniões permitem apreender o indizível presente no discurso da racionalidade. Nesse sentido, é mais fácil registrar opiniões por meio de ditados ou normas referidas a comportamentos alheios, utilizando a metodologia dos indícios, anunciada por Carlo Ginzburg (*Mitos, emblemas e sinais*, 1990) que supera a entrevista convencional. Entrevistas abertas, grupos de discussões e redações são técnicas adotadas pelo pesquisador para obter dos pesquisados a explicitação de afetos ocultos. Entre os temas de redações utilizados como fonte de investigação, por Machado Pais, destacam-se: *o meu primeiro beijo; estar apaixonado(a); vida amorosa; como vejo o futuro; quando me sinto só*, dentre muitos outros.

A escuta do depoimento dos pais de jovens pesquisados revelou-se interessante na pesquisa, demonstrando as difíceis conexões entre liberdade e obediência, autonomia e respeito à ordem paterna/materna. O desejo dos pais de que os filhos não repitam a condição de repressão associa-se ao medo do desconhecido ou preocupação com a ausência ou falência de regras de convívio social. O autor observa também que o silêncio e a padronização de opiniões do senso comum sobre namoro, casamento, amor e sexualidade repetem-se nas antigas e novas gerações; e que o tratamento de temas tabus como aborto e homossexualidade é permeado de contradições.

Alguns marcadores juvenis foram enfatizados nas entrevistas; entre eles, a relação com a família, o emprego, o casamento, enfim os rituais sociais não desaparecidos mas ressignificados no tempo, reivindicando maior autenticidade; esta, baseada no culto à busca de afirmação e valorização do eu. “O compromisso ocupa cada vez menos o horizonte da vida amorosa e a sexualidade tende a transformar-se no domínio de coleção de experiências (p. 37).

No seu livro, Machado Pais faz ainda uma interpelação às formas de elaboração de uma pedagogia da sexualidade. Esta mais voltada para as técnicas de preservação de doenças e riscos do que baseada em uma reflexão

sobre construção de afetos e sentimentos. Segundo o autor, a linguagem oficial da educação sexual na escola é empobrecida na disjunção entre afeto e sexualidade, senão silenciada pela falta de profundidade. Por isso considera pertinente a indagação: “faz ou não sentido que as escolas possam realizar encontros que estimulem os jovens a reflectir aquilo que nem sempre reflectem?”

É importante a reflexão apontada na pesquisa de Machado Pais sobre as diferenciações entre autonomia e independência juvenil. Para ele, muitas vezes, a decantada liberdade se constroi “à custa de sopros financeiros dos pais” e esse fato prolonga a permanência em casa e o adiamento da autonomia profissional.

A pesquisa revela ainda que os afetos juvenis se constituem nas experimentações, nas brechas das práticas tradicionais associadas a múltiplas socializações. Os jovens “se inventam”, embora sua identidade seja permeada por um feixe de relações, incluindo a família.

Segundo o autor, os jovens são também angustiados e buscam seus portos seguros ou sua comunidade de pertença. Daí ser o mundo dos afetos permeado por medos, inseguranças e angústia. Explicá-los sociologicamente é enveredar pelo discurso das projeções, na dinâmica dos desejos produzidos pela sociedade de consumo, também indutora das relações efêmeras. Enfim, o mundo dos afetos e das sexualidades juvenis é mais complexo, diz José Machado em suas conclusões. Se os jovens são portadores de rupturas, eles encarnam as dificuldades da vida, a missão impossível da educação já enunciada por Freud. Representam também os jovens as ambivalências de valores geracionais tensionados entre a norma e a ruptura, tema clássico já formulado pela sociologia e antropologia.

É interessante realçar que os dilemas e dúvidas dos jovens portugueses pesquisados pelo autor não diferem significativamente daqueles vividos por brasileiros. Cito o exemplo dos afetos (a opção entre amor e sexo), do consumo como sinalizador de identidades, da gravidez, enfim, a pesquisa comprova a mundialização de certos dilemas, e isto pode ser tomado, por nós, como um convite a uma pesquisa comparativa.

O livro de Danyelle Nilin, produzido no âmbito da coleção “Cultura e política” como parte das pesquisas efetivadas no Laboratório de Pesquisa em Política e Cultura (LEPEC), Universidade Federal do Ceará, analisa a participação dos jovens na política, apontando modos de expressão da ação

militante nas ruas. Trata-se de práticas tensionadas entre o pragmatismo de campanhas eleitorais e a ideologia que serviu de suporte aos partidos de esquerda. Assim, no contexto de períodos de eleição, o trabalho político de jovens é tratado de forma histórica e comparada, verificando as mudanças que se processam ao longo do tempo e espaço.

Danyelle Nilin analisa a prática de jovens militantes em contexto mexicano, comparando-a com propagandas eleitorais produzidas no Brasil, mais especificamente em Fortaleza e Acaraú, no Ceará. As organizações voluntárias ou remuneradas eram parte de um cenário de disputas, sendo os jovens expressão de um tempo de clivagem. A tradicional esquerda, mais preocupada em angariar adeptos segundo supostos ideológicos confrontava-se com posturas mais pragmáticas voltadas para a conquista efetiva do voto. As crenças dos militantes envolvidos na causa partidária eram substituídas pela noção de trabalho remunerado, através de propaganda, deixando em suspenso o universo das ideologias praticadas por gerações anteriores.

O trabalho de Danyelle trata exatamente deste ponto de clivagem, acionado em discursos denegados e classificação de militantes envolvidos ou não com a causa política.

O livro traz uma reflexão sobre a juventude, observando os valores tidos como coletivos, partilhados pela geração de 1968 que queria mudar a sociedade, contrapondo-se a alguns dos segmentos contemporâneos dessa categoria geracional que descrê da política, associando-a a roubo e afirmação de grupos no poder. Contra a ideia do jovem aguerrido, revolucínario e portador de rupturas, destacam-se outras formas de expressão mais individualizadas, que permitem relativizar a associação naturalizada entre juventude e valores de mudança integrantes de um certo imaginário social.

Segundo a autora, o momento eleitoral aciona imaginários políticos diversos e agenciamentos, a exemplo dos Brigadistas del Sol, integrantes do Partido da Revolução Democrática no México.

Na interpretação de Nilin, o trabalho desenvolvido pelas várias categorias de militantes demonstra bem as inflexões entre as formas de atuação política durante campanhas eleitorais. Militantes pagos, ativistas, animadores, apoiadores voluntários, entre outros, constituem expressões de modos variados de atuar e conceber a política. É interessante verificar a distancia cultural e política entre Acaraú e México, cuja polaridade representa uma espécie de tipos ideais weberianos. Enquanto em Acaraú o trabalho remunerado de jovens na campanha se encontrava naturalizado, no México o

discurso do militante “comprometido com a causa” era fortemente enfatizado, demonstrando as diferentes conjunturas políticas dos dois países.

Nesse sentido, a investigação de Danyelle Nilin não se restringe ao estudo dos jovens, incorporando também uma reflexão sobre a forma como se constitui a idéia do interesse na política. Os partidos são convocados a elaborarem discursos nos quais reafirmam ou denegam o princípio da ideologia. A remuneração opera como uma espécie de clivagem entre a luta pela causa e o interesse imediato por um trabalho e descompromisso com o resultado eleitoral. O chamado voto consciente exigiria um militante igualmente consciente e portador de uma agenda partidária. Os jovens militantes, carregando marcas de uma época são agentes e porta-vozes de representações sobre a política.

Referindo-me, agora, aos dois livros e tentando uma espécie de costura ou articulação de idéias, diria que é importante se pensar a política como algo que faz parte, também, do universo dos afetos. Contrapondo ou comparando política e amor, pode-se dizer que o militante da geração-68, na acepção plena da palavra, reivindicava a associação entre ativismo e paixão. Paixão entendida no sentido amplo da palavra que supunha ideais, compromissos e profundo envolvimento.

O livro de Danyelle Nilin finaliza com uma reflexão sobre os ativistas de campanha, dez anos depois de sua pesquisa. Diz ela: “Embora os conflitos entre remunerados e voluntários tenham se acalmado na última década, principalmente pelo fato de que grande parte da esquerda também utiliza a remuneração, outros partidos de esquerda também continuam reafirmando a ideologia adotada. E mesmo entre aqueles que remuneram há sempre um esforço em se afirmar: ‘nós temos a força de nossa militância’” (p. 190).

O sentido de pertença e a crença em um ideal partidário parecem exigir a existência de uma utopia. Encontro também nos jovens de Machado Pais a utopia da paixão autêntica, para além das convenções sociais junto ao desejo de transparência dos afetos.

Enfim, a juventude, no que pese sua diversidade, pode ser pensada como uma categoria que “atua nas bordas” e é também protagonista das rupturas, encarnando tensões geracionais. Talvez por esse motivo encante a sociologia que é também ciência das bordas, das tensões e dos interditos da vida social.

Recebida para publicação em março/2013.

Aceita em abril/2013.

## INSTRUÇÕES AOS AUTORES

A Revista de Ciências Sociais da UFC está aberta a contribuições na forma de:

*Artigos de demanda livre* – ao receber os trabalhos, a Comissão Editorial verifica se estão de acordo com as normas exigidas para publicação (o não-cumprimento das orientações implicará a interrupção desse processo); analisa a natureza da matéria e sua adequação à política editorial da Revista, e delibera sobre encaminhamentos. Posteriormente, os textos são remetidos para avaliação de pareceristas, garantido o anonimato de autores e consultores.

*Dossiê temático* – a Comissão Editorial solicita aos autores que encaminhem artigos originais, relativos à temática previamente definida, conforme o planejamento da Revista e delibera sobre a sua publicação com base em pareceres. A mesma comissão faz a leitura final, podendo sugerir eventuais ajustes de estrutura e forma para adequá-lo à política editorial da Revista. Eventualmente, a organização do *Dossiê temático* pode ficar sob a responsabilidade de um editor convidado.

Todos os artigos (dossiê e demanda livre) podem sofrer eventuais modificações de forma ou conteúdo pela editora, mas essas serão previamente acordadas com os autores. Uma vez iniciado o processo de composição final da edição, a Revista não aceita acréscimos ou modificações dos autores.

*Resenhas* – podem ser encaminhadas à Revista como demanda livre ou por convite. Considerando a temática, a qualidade da redação e a atualidade do texto, a Comissão Editorial decide quanto à sua publicação.

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e a sua publicação não exprime endosso do Conselho Editorial ou da Comissão às suas afirmações. Os textos não serão devolvidos aos autores e, somente após sua revisão (quando for o caso) e aceitação final, será indicado em que número cada um será publicado. Cada autor receberá dois exemplares da respectiva edição.

Situações que possam estabelecer **conflito de interesses** de autores e revisores devem ser esclarecidas. Por conflito de interesses se entende toda situação em que um indivíduo é levado a fazer julgamento ou tomar uma decisão da qual ele próprio possa tirar benefício direto ou indireto. No caso de haver restrições de financiadores e patrocínio de pesquisas, ou de

co-autorias e de participações nas pesquisas que deram origem ao texto, o primeiro autor deve trazer autorizações explícitas que garantam a publicação. No caso dos avaliadores, estes devem indicar explicitamente situações que possam resultar em benefício a ele ou a colaborador próximo; ou situações de potenciais conflitos de interesses relativos ao texto em análise.

Todos os direitos autorais dos artigos publicados são reservados à Revista, sendo permitida, no entanto, sua reprodução com a devida citação da fonte.

## **Normas editoriais**

Os textos poderão ter até 30 laudas em espaço um e meio (1,5), incluindo notas e referências bibliográficas. Devem ser enviados pelo autor através do e-mail [rcs@ufc.br](mailto:rcs@ufc.br), em Word, fonte Times New Roman, corpo 12, inclusive para os títulos e subtítulos. As resenhas devem ter, no máximo, 06 laudas.

A página inicial deve indicar: *título do artigo; nome do(s) autor(es); resumo* (até dez linhas), *abstract, palavras-chave e keywords* (no máximo 05). O resumo deve apresentar objetivos, métodos e conclusões.

Na identificação dos autores, além de sinopse curricular (dados sobre a formação acadêmica, afiliação institucional e principal publicação. Até 150 palavras), devem constar também endereço postal para correspondência e endereço eletrônico.

Os títulos das seções devem ser ressaltados por meio de dois espaços dentro do texto, sem utilização de formatação especial para destacá-los.

As *notas* (numeradas) e a *bibliografia*, em ordem alfabética, deverão aparecer no final do texto.

O autor deve compatibilizar as citações com as referências bibliográficas.

Palavras em outros idiomas, nomes de partidos, empresas etc deverão ser escritos em itálico.

## **Formas de citação**

As citações que não ultrapassarem 3 linhas devem permanecer no corpo do texto. As citações de mais de 3 linhas devem apresentar recuo da margem esquerda de 4cm, espaçamento simples, sem a utilização de aspas, justificado e com fonte menor que a do corpo do texto.

As referências bibliográficas no interior do texto deverão seguir a forma (Autor, ano) ou (Autor, ano, página) quando a citação for literal (neste caso, usam-se aspas): (BARBOSA, 1964) ou (BARBOSA, 1963, p. 35-36).

Quando a citação imediatamente posterior se referir ao mesmo autor e/ou obra, devem-se utilizar entre parênteses as fórmulas (Idem, p. tal) ou (Idem, ibidem quando a página for a mesma).

Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, deve-se diferenciar por uma letra após a data: (CORREIA, 1993a), (CORREIA, 1993b).

Caso o autor citado faça parte da oração, a referência bibliográfica deve ser feita da seguinte maneira: Wolf (1959, p. 33-37) afirma que...

Citações que venham acompanhadas de comentários e informações complementares devem ser colocadas como *nota*.

## Formato das referências bibliográficas

As referências bibliográficas (ou bibliografia) seguem a ordem alfabética pelo sobrenome do autor. Devem conter todas as obras citadas, obedecer às normas da ABNT (NBR 6023/ 2002), orientando-se pelos seguintes critérios:

**Livro:** sobrenome em maiúsculas, nome. Título da obra em itálico. Local da publicação: Editora, ano.

Exemplo: HABERMAS, Jürgen. *Dialética e hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1987.

**Livro de vários autores** (acima de 3): sobrenome em maiúsculas, nome *et al.* Título da obra em itálico. Local da publicação: Editora, ano.

**Exemplo:** QUINTANEIRO, Tania *et al.* *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1990.

**Obs:** até três autores deve-se fazer a referência com os nomes dos três.

**Artigo em coletânea organizada por outro autor:** sobrenome do autor do artigo em maiúsculas, nome. Título do artigo, seguido da expressão In: e da referência completa da coletânea, após o nome do organizador, ao final da mesma deve-se informar o número das páginas do artigo.

**Exemplo:** MATOS, Olgária. Desejos de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin, *in*: NOVAES, A. (org.). *O Desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 157-287.

**Artigo em periódico:** sobrenome do autor em maiúsculas, nome. Título do artigo sem destaque. Nome do periódico em negrito, local de publicação, número da edição (volume da edição e /ou ano), 1ª e última numeração das páginas, mês abreviado, seguido de ponto final e do ano em que o exemplar foi publicado.

**Exemplo:** VILHENA, Luís Rodolfo. Os intelectuais regionais. Os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 32, ano 2, p.125-149, jun.1996.

**Obras online:** sobrenome do autor (se houver) em maiúsculas, seguido de Nome. Título da obra (reportagem, artigo) destacado. Logo após virá o endereço eletrônico entre os sinais < >, precedido pela expressão “Disponível em”. Após o endereço eletrônico (*site*) deverá vir a expressão “Acesso em”: dia do acesso, mês abreviado. Ano.

## **Exemplos:**

### **Livro**

BALZAC, Honoré. A mulher de trinta anos. Disponível em: <<http://www.terra.com.br.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

### **Periódico em meio eletrônico**

GUIMARÃES, Nadeja. Por uma sociologia do desemprego. Rev. Bras. Ci. Soc<sup>1</sup>., São Paulo, v. 25, n. 74, out. 2010. Disponível em: <<http://www.Scielo.br/scielo.php?script>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

### **Jornal em meio eletrônico**

\* **Sem o nome do autor.** Quando a matéria não informa o autor, iniciamos pelo título.

TSUNAMI no Japão. O Povo online, Fortaleza, 11 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.jornal o povo.com.br>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

### \* **Com o autor**

BRÁS, Janaína. Fraternidade: campanha discute proteção à natureza. O povo online, 11 mar.2011. Disponível em: <<http://www.jornal o povo.com.br>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

---

1 Nomes de periódicos podem ser abreviados na referência.





**EXPRESSÃO**  
GRÁFICA  
EDITORIA

Rua João Cordeiro, 1285  
(85) 3464.2222 • Fortaleza-CE  
[www.expresso Grafica.com.br](http://www.expresso Grafica.com.br)

FILIADA À CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO



# Revista de Ciências Sociais

Volume 44 - Número 1 - 2013

Dossiê: Políticas de gênero e sexualidade

## **POLÍTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: PENSANDO ESTILOS DE VIDA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE LGBTs (Apresentação)**

Cristian Paiva e Luiz Mello

## **“...DEPOIS, QUERIDA, GANHAREMOS O MUNDO”: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TRAVESTIS ADOLESCENTES, MENINOS FEMININOS E OUTRAS VARIAÇÕES**

Larissa Pelúcio e Tiago Duque

## **DO UNIVERSO PERFEITO AO CINEMÁRIO: HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA, DESLOCAMENTO E DESEJO NA CIDADE DE SÃO PAULO**

Isadora Lins França

## **PROTAGONISMO ERÓTICO, CLASSIFICAÇÕES E FORMAS DE SOCIABILIDADE DE GAYS IDOSOS**

Cristian Paiva

## **PARENTALIDADES GAYS Y LESBIANAS: EL SURGIMIENTO DE LA TEMÁTICA EN LA ARGENTINA**

Micaela Libson

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA A POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL: SOBRE DESEJOS, REALIZAÇÕES E IMPASSES**

Luiz Mello, Bruna Andrade Irineu, Cecília Nunes Froemming e Vinícios Kabral Ribeiro

## **POLÍTICAS SEXUAIS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO BRASIL: TUANDO ESTUDOS SOBRE SEXUALIDADE E SUAS CONEXÕES**

Regina Facchini, Marcelo Daniliauskas e Ana Cláudia Pilon

### **Artigos**

#### **RACIONALISMO e EMPIRISMO na SOCIOLOGIA**

André Haguette

#### **ABUSO SEXUAL INCESTUOSO: DESVIO, CRIME E RESILIÊNCIA**

Irlena Maria Malheiros da Costa, João Tadeu de Andrade e Regianne Leila Rolim Medeiros

#### **GLOBALIZAÇÃO, RESPONSABILIDADE E A DOR DO OUTRO DISTANTE: NOTAS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA**

Gabriel Peters

### **Resenhas**

#### **GESTÃO EMPRESARIAL: UMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA**, de Jean-François Chanlat

Adauto de Vasconcelos Montenegro e Raquel Libório Feitosa

#### **SEXUALIDADES E AFECTOS JUVENIS**, de José Machado Pais e **JOVENS NA POLÍTICA, ANIMAÇÃO E AGENCIAMENTO DO VOTO EM CAMPANHAS ELEITORIAIS**, de Danyelle Nilin Gonçalves

Irllys Barreira